

Estudos de História Colonial

00528 ❁

1 9 4 8

IMPRESSO NOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
Printed in the United States of Brazil

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

Série 5.^a * , B R A S I L I A N A * Vol. 261

HELIO VIANNA

Professor catedrático de História do Brasil da Faculdade Nacional de Filosofia; de História da América da Pontifícia Universidade Católica, do Rio de Janeiro.

Estudos de História Colonial



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO



710011364

OBRAS DO AUTOR

- Formação Brasileira.* (Rio de Janeiro, 1935.)
A Contribuição de Portugal à Formação Americana. (Lisboa, 1938).
A Educação no Brasil Colonial. (Lisboa, 1938).
Brasil Social. 1500-1640. (Lisboa, 1940).
Visconde de Sepetiba. Biografia. (Petrópolis, 1943).
Matias de Albuquerque. Biografia. (Rio de Janeiro, 1944).
Da Maioridade à Conciliação. 1840-1857. (Rio de Janeiro, 1945).
Contribuição à História da Imprensa Brasileira. 1812-1869, Prêmio José Veríssimo, de Ensaio e Erudição, da Academia Brasileira. (Rio de Janeiro, 1945).
A Malagueta 1822. Coleção fac-similar de jornais antigos. Introdução. (Rio de Janeiro, 1945).
História do Brasil Colonial. Para a 3.^a série ginásial. (São Paulo, 1945).
História do Brasil. 1822-1937. Para a 4.^a série ginásial. (Rio de Janeiro, 1945).
História do Brasil. Para a 3.^a série colegial. (São Paulo, 1946).

A PUBLICAR:

- Estudos de História Imperial.*
História das Fronteiras do Brasil.
Letras Imperiais.

PREFÁCIO

Ao conhecimento do nosso passado colonial parecem convenientes as vistas de conjunto, assim como os documentos reveladores de novos dados, essenciais ao respectivo esclarecimento. Algumas daquelas sínteses aqui se encontram, acompanhadas de biografias de grandes vultos do mesmo período, e de transcrições de manuscritos públicos e particulares, úteis ao mesmo fim.

Dando sentido continental à matéria, abrimos estês Estudos de História Colonial com um rápido exame da "Contribuição de Portugal à Formação Americana" e com algumas observações sôbre o "Ensino e Conceito de História da América".

H. V.

INDICE

	Págs.
1 — A Contribuição de Portugal à Formação Americana ..	9
2 — Ensino e Conceito de História da América	15
3 — Bases da Unidade Nacional	33
4 — Brasil Social (1500-1640)	39
5 — Educação no Brasil Colonial	91
6 — Viação no Brasil Colonial	121
7 — Os Jesuítas no Brasil Colonial	137
8 — Guerras do Brasil Colonial (1504-1821)	154
9 — Uma expedição espanhola ao Sul do Brasil (1559)	170
10 — Albuquerque, Senhores de Pernambuco	197
11 — Matias de Albuquerque	203
12 — Bento Maciel Parente — soldado, sértanista e adminis- trador	252
13 — Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630-1632	292
14 — A última capitania hereditária do Brasil (1685)	300
<i>Índice completo</i>	315

A CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL À FORMAÇÃO AMERICANA

Vindo para a América encetar uma obra de colonização diferente de tôdas anteriormente registradas pela História, os ibéricos que no século XVI com êsse fim realizaram a travessia do Atlântico não podem ser comparados aos povos colonizadores que se lhes antecederam na antiguidade. A distância da pátria, a carência de recursos, a falta de preparação técnica — casavam-se à absoluta ignorância da nova terra, ao choque com seus habitantes, às dificuldades da obrigatória adaptação ao novo meio.

Espanhóis e portugueses igualaram-se nessas preliminares gerais, mas logo divergiram em minúcias relativas às regiões a que aportaram. Se nas Antilhas a ocupação foi fácil, se no México e no Perú a conquista foi essencialmente aventureira — no Brasil o povoamento teve a revesti-lo circunstâncias de outra natureza, a que não foram estranhas a preparação colonial portuguesa na África e o caráter agrícola que logo assumiu a exploração da terra. Enquanto Cortez e Pizarro submetiam à força aztecas e incas, visando as riquezas de seus impérios, Duarte Coelho e Martim Afonso aliavam-se aos selvícolas da Nova Lusitânia e de São Vicente, visando a obtenção da paz para o desenvolvimeno de seus engenhos de açúcar. Ao mesmo tempo que ao Norte cabia aos espanhóis sepultar com a invasão tôda uma civilização, mais ao Sul, a portugueses da têmpera de Jerônimo de Albuquerque e

João Ramalho, competia lançar as bases de um novo tipo de política colonial, destinado ao mais brilhante êxito.

Passado o período inicial da tomada de contacto com o ambiente americano, coube aos colonizadores ibéricos o movimento de expansão de que depois, em parte, se aproveitaram os ingleses, e tentaram aproveitar franceses e holandeses.

Ainda aí mostraram-se diferentes os dois povos peninsulares, tanto pelas contingências físicas em que se encontraram, como em obediência às próprias características. Reagindo contra meios quase sempre adversos, êsses desbravadores de florestas, rios e montanhas varejaram o desconhecido aplicando métodos adaptáveis a cada emergência.

Mais complicados trajetos realizaram os espanhóis, das Antilhas passando à Nova Espanha e à América Central, subindo pouco em direção à Califórnia, descendo muito, pela linha dos Andes, do Peru ao Chile, com incursões por Nova Granada, Charcas e Paraguai, até atingir, afinal, os pampas e o rio da Prata.

Já aos portugueses um litoral muito extenso obrigou a penetração por quatro principais pontos de partida. Da Bahia e de Pernambuco a princípio, de São Paulo e do Pará, pouco depois, saíram êles para o interior desconhecido. Conquistaram o Norte, da Paraíba ao Maranhão, seguindo pela costa. Conquistaram o Sul, descendo os rios Paraná e Uruguai. Alargaram para Oeste o país, até o rio Paraguai. Subiram o Amazonas até o rio Napo, o Madeira até o Guaporé. Na fixação dos currais de gado balizaram todo o Sertão nordestino e franciscano. À procura das minas de ouro devassaram o Centro, de Vila Rica à Vila Bela, designações otimistas que traduzem muito bem o estado de ânimo daqueles que as escolheram.

Depois de espanhóis e portugueses, também ingleses vieram fixar-se na América, sem que nesses atos se aproximassem dos ibéricos, quer nos motivos que os levaram a praticá-lo, quer nos processos que para sua realização empregaram.

Homens de diversas seitas, imbuídos de intransigências religiosas, dotados de defeitos e qualidades que já em sua época os singularizavam, sua expansão americana fez-se pela mais arbitrária das formas. Do mais extremo municipalismo passaram ao mais utilitário dos federalismos, sem que o espírito dos *townships*, apesar dos pontos de semelhança apresentados com os *pueblos* e as vilas, produzisse, na Nova Inglaterra e na Virgínia, conseqüências idênticas às registradas nos vice-reinos de Nova Espanha, Nova Granada, Peru e Rio da Prata, bem como no Estado do Brasil.

Duros com os indígenas, intolerantes em matéria de Fé e Raça, menos ligados à metrópole que seus companheiros de continente — os anglo-americanos construíram a nação que no Novo Mundo seria a primeira a proclamar a sua independência, somente depois disto, por processos inteiramente fóra dos precedentes espanhóis e portugueses, conseguindo ultimar a sua dilatação territorial.

Além da questão dos métodos empregados no aumento das áreas coloniais americanas, a das relações mantidas com os indígenas, por espanhóis, portugueses e ingleses, também importa ser conhecida, para que se avaliem as qualidades colonizadoras que a cada um deles compete.

Rapidamente podemos lembrar a amplitude com que se processou a mestiçagem entre os hispano-americanos, de modo a proporcionar, desde logo, o aparecimento de tipos antropológicos hoje bastante definidos perante a ciência.

Quanto aos luso-americanos, se a miscigenização também ocorreu com intensidade no primeiro e segundo séculos, amorteceu depois e produziu mais efeito em certas regiões que em outras, tendo a considerar, ainda, a influência da importação de negros africanos, mais adaptáveis à condição de auxiliares da agricultura que lhes impunham os colonizadores.

Com os anglo-americanos, o problema da convivência com os peles-vermelhas, foi muito outro, a simples supressão sucedendo à repulsa racial.

Súditos de reis “católicos” e “fidelíssimos”, espanhóis e portugueses da América viram transferidas para o Novo Mundo as instituições religiosas que na Europa modelavam a política espiritual daquelas Côrtes. Influenciados, porém, pelo livre ambiente em que agiam, levados, ainda, pelas contingências especiais que os obrigavam a transigir com os mandamentos de uma Fé rijidamente exigente — não tardaram a opôr obstáculos à ação aqui desenvolvida pelos sacerdotes, mau grado sua positiva benevolência em muitos pontos. “Acabaremos com o Santo Ofício a flechadas!” — foi a resposta de um potentado de São Paulo a quem o ameaçava com os rigores da Inquisição. Nesta frase de exagerada arrogância pode-se ver a quanto chegaram, em liberdade religiosa, os ibero-americanos, sem que em seu íntimo, entretanto, ficassem extintos os sentimentos católicos que um trabalho de séculos nêles havia incutido.

Já na América inglesa a questão religiosa se revestiu de tantas características quantas foram as seitas para lá transplantadas, com todo o seu cortejo de incompatibilidades e lutas. Esse fato, de que não pôde prescindir a formação do povo norte-americano, modelou em divergências fundamentais a sua alma, de modo a marcá-la, para sempre dêsse aspecto individualista que lhe é tão próprio.

As atividades econômicas que logo foram as dos três colonizadores americanos, também contribuíram para que se patenteassem diferenças essenciais.

Desde o primeiro século, coube aos portugueses o início da exploração agrícola que em todo o continente apresentaria, sempre, condições de maior estabilidade que a proporcionada pela indústria extrativa e mineira. A cultura da cana de açúcar, seguida pelas de algodão e fumo, que a América inglesa também conheceu, como pela criação de gado, ainda melhor estabilizadora que aquelas — fizeram do Brasil colonial o sólido conjunto a que a independência não fez mais que sancionar a unidade preexistente.

Igual solidez, baseada em idêntica razão, foi observada nos Estados Unidos, onde a mineração, tendo sucedido, e não precedido, a agricultura, condicionou o prodigioso desenvolvimento industrial do século passado.

Menos estáveis tendo sido as atividades econômicas da América Espanhola, sujeitas a transições muito sensíveis da prosperidade para a decadência, nisto se verifica, mais uma vez, a influência dos fatores materiais na evolução dos povos, mesmo os de economia especial, como são as colônias.

Nessa série de divergência, embora muito rapidamente delineada, traduz-se, flagrantemente, a diversidade dos processos de expansão revelados pelos colonizadores da América. Espanhóis, portugueses e ingleses realizaram tarefas essencialmente construtivas, embora profundamente diferentes entre si. Em dois e três séculos de vida colonial constituíram-se nacionalidades destinadas a desempenhar importantes papéis no desdobramento das diretrizes da civilização ocidental. Em consequência de preliminares naquele período registradas, fragmentaram-se em dezesseis repúblicas os quatro vice-reinos hispano-ame-

ricanos. Consolidaram-se em um só Império os quatro núcleos da expansão portuguesa plantados às margens do Atlântico-sul. Uniram-se numa federação as treze colônias inglesas do Atlântico-norte, base para mais trinta e cinco unidades, a elas, pelos mais diversos processos, posteriormente ligadas. Tal foi, em rápida síntese histórica, a formação americana, e, dentro dela, não é difícil ser percebido o alto valor que coube à contribuição portuguesa, de que é único herdeiro o Brasil.

CONCLUSÃO

O valor da contribuição de Portugal à formação americana é verificado através dos resultados que apresentaram os seus processos de colonização. A maior e a mais homogênea das nações do continente — tal é a sua obra de três séculos, realizada com o vencimento de dificuldades inumeráveis. Posto em comparação com o grupo de países colonizados pela Espanha e com os dois grupos de colônias que foram o ponto de partida para a formação dos Estados Unidos — o Brasil nada lhes fica a dever como nacionalidade perfeitamente constituída, material e espiritualmente preparada para a incorporação à civilização ocidental. Deve isto ao sistema colonial que lhe proporcionou Portugal, essencialmente construtivo em quase tôdas as suas diretrizes.

ENSINO E CONCEITO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA

1 — *O ensino da História da América no Brasil*

Data de 1856, mais ou menos, a primeira proposta no sentido de ser criado, no Brasil, o ensino de História da América. Fê-la frei Camilo de Monserrate, sábio beneditino que foi diretor da Biblioteca Nacional. Embora francês de nascimento, tornou-se brasileiro de coração e de adoção o ex-Camilo Cléau, tendo sido, ainda, verdadeiro precursor do incentivo aos estudos americanistas, como prova o seguinte trecho de sua autoria, extraído do “documento n.º 19” que lhe acompanha a biografia, pelo Barão de Ramiz traçada no volume XII dos *Anais* de nossa Casa dos Livros:

“Fazendo da história e da geografia do Brasil objeto de ensino especial, seria conveniente alargar um pouco os seus limites, dele se não separando o que concerne ao resto da América.

“Existem questões de história, principalmente as relativas ao futuro da América, que não podem ser tratadas e resolvidas de maneira mais ou menos definitiva, senão se abrangendo, de um só golpe de vista, os destinos de todo o continente americano. Todos os problemas etnográficos, as primeiras tentativas de estabelecimento dos europeus, as guerras e invasões daí resultantes, os êxitos e os fracassos das tentativas de colonização, as simultâneas agitações das colônias afinal libertas, sua marcha progressiva nas vias da civilização — todos êsses fenômenos se

manifestaram no Novo Mundo com um caráter de conjunto e de solidariedade que se não deverá perder de vista. Porém se essa unidade de movimento foi notável em períodos já transcorridos, ela indubitalvemente se revelará de maneira ainda mais regular nos destinos futuros da América. O papel da Europa relativamente ao nosso continente se reduzirá, à medida que as nossas fôrças e riquezas aumentem, a simples relações, não mais de influência, mas de atividade comum. E a nossa civilização, que, embora nascida sôbre o solo do Velho Mundo, já está assumindo singulares aspectos de originalidade, será para a Europa, não mais um assunto de crítica, porém um espetáculo e um campo de observação úteis à sua instrução.

“Se a história política do Brasil, em épocas passadas, atualmente, e no futuro, deve ser estudada paralelamente à das outras nações americanas, a geografia histórica e política ¹ deve estar contida no mesmo quadro. E, com mais forte razão a geografia física e suas divisões”.²

“Na verdade, a história das nações do Novo Mundo oferece, em suas linhas gerais, características comuns, e deve seguir, em seu desenvolvimento, uma evolução semelhante. Esses povos de uma mesma raça, professando o cristianismo, falando, quase todos, uma língua de origem romana, transportados à mesma época para regiões que descobriram e conquistaram, submetidos durante o mesmo espaço de tempo ao mesmo regime político, libertados quasi simultaneamente, animados dos mesmos propósitos, entretendo as mesmas relações e participando dos mesmos interêsses — devem, sem dúvida, estudar os seus

(1) Geografia humana, diríamos hoje.

(2) Atendendo a tudo isso, já a reforma do ensino de 1931 havia consignado, no programa da quinta série dos cursos secundários, o estudo da “geografia comparada das Américas”.

destinos em mútua contemplação. Seus progressos e decadências, os perigos aos quais estão expostos, aos quais escapam ou sucumbem, são para cada um deles preciosas advertências, que lhes assinalam exemplos a seguir ou escolhos a evitar.

“O ensino da história nacional não poderá, portanto, ser completo sem que seja paralelo aos das outras nações americanas. Numerosos problemas da história do Brasil não poderão ser tratados e resolvidos de maneira mais ou menos definitiva, sem o recurso aos dados fornecidos pela história dos outros países do Novo Mundo”³.

Comentando a tese do filho natural do Duque de Berry, por mais de um título profética, escreveu em 1886 seu eminente biógrafo e sucessor na direção da Biblioteca Nacional, Benjamin Franklin de Ramiz Galvão, “americanista desde o próprio nome”, no mesmo tomo dos respectivos *Anais*:

... “nela se acha esboçada uma idéia de grande alcance: as vantagens e a necessidade de alargar o quadro do ensino da História do Brasil com o da história dos outros povos americanos.

“No tempo em que frei Camilo fez estas observações, não só na cadeira de História Pátria do Colégio de Pedro II (o nosso estabelecimento modelo de instrução secundária) se não dizia uma palavra sobre os sucessos relativos ao resto da América, como nem na de História Moderna de tal se falava. Há disto bons trinta anos.

“Atualmente ainda não estamos muito melhor, e os votos do sábio beneditino se não realizaram por enquanto.

(3) Frei Camilo de Monserrate — “Documento n.º 19”, intitulado “O ensino da História do Brasil”, redigido em francês, anexo à sua *Biografia*, escrita por B. F. Ramiz Galvão, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XII ... (1884/1885), págs. 391/394.

“No programa do ensino da História Moderna no ano de 1886 trata-se de turcos e escandinavos, de Maomé II e Gustavo Wasa, da Guerra das Duas Rosas, da dos Trinta Anos e das campanhas de Frederico, o Grande, trata-se enfim de tudo que agitou a Europa desde 1453 até 1859; mas de pontos americanos não há senão a Independência dos Estados Unidos e a Guerra do México, como se os filhos de um grande país da America devessem conhecer as questiúnculas dinásticas e as rivalidades políticas de Estados longínquos, a que nos não prende laço algum, de preferência à história de nossos irmãos e vizinhos, filhos da mesma raça e companheiros dos nossos destinos. Os moços brasileiros aprendem ainda hoje pelos moldes europeus, e continúa a ser guia da nossa educação histórica um *Manual do Bacharelado em Letras* feito em França, para França e segundo as vistas de França. Como a ela lhe não importava a América, também a nós se acredita oficialmente que pouco nos vai com o seu destino.

“Possam estas linhas acordar do letargo os nossos professores, incutir-lhes a coragem precisa para redigir um compêndio de história adequado às nossas necessidades de povo americano! O que frei Camilo lamentava há trinta anos, pede ainda agora remédio, e é tempo de dá-lo, por honra do nome brasileiro!”⁴.

Longo foi o lapso de tempo transcorrido, até que assumissem feição realística os votos formulados pelo Barão de Ramiz, mesmo em parte. De nada valiam esforços pessoais como os de Oliveira Lima, em conferências pronunciadas em universidade norte-americana, sobre a *Evolução histórica da América Latina comparada com a da América Inglesa*, reunidas em volume no ano de 1914. Somente em 1931, na reforma do ensino secundário pro-

(4) B. F. de Ramiz Galvão — *Op. cit.*, págs. 197/198.

movida pelo ministro Francisco Campos, foram atendidos, parcialmente, os seus desejos, aumentando-se um pouco a limitada quota concedida à história da América nos programas dos ginásios.

Essa orientação, mantida na reforma de 1942, recebeu, porém, verdadeiro coroamento, em 1939, no setor do ensino universitário, com a criação da cadeira de História da América nas Faculdades de Filosofia, destinadas ao preparo de “trabalhadores intelectuais para o exercício das altas atividades culturais de ordem desinteressada ou técnica, de candidatos ao magistério do ensino secundário e normal, e à realização de pesquisas nos vários domínios da cultura, que constituam objeto de seu ensino”.⁵

Agora que a possuímos, conhecendo os seus precedentes como antiga aspiração de tão notáveis vultos de nossa vida cultural, é conveniente que também conheçamos como é encarado, por historiadores de alguns dos principais países do continente, o conceito de História da América.

2 — “O Pan-Americanismo na História” (6)

Em dezembro de 1932, em reunião da American Historical Association, de Chicago, sustentou interessantes pontos de vista sobre o pan-americanismo histórico, ou seja, a unidade da História da América, o Dr. Herbert

(5) Art. 1.º do Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939, que deu organização à Faculdade Nacional de Filosofia, da Universidade do Brasil.

(6) Cf. Enrique de Gandía — “El panamericanismo en la Historia”, no *Boletín de la Academia Nacional de la Historia*, Buenos Aires, 1941, vol. XV, págs. 383/393.

E. Bolton, professor da Universidade de Berkeley, na Califórnia.

Contestou-os, na revista cubana *Universidad de la Habana*, em 1939, o historiador mexicano Sr. Edmundo O'Gorman, cujos conceitos foram depois reunidos no volume intitulado *Fundamentos de la Historia de America*, publicado no México, em 1942. Tencionou fazer discutir essas idéias, em uma conferência de "mesa redonda", que em 1941 se realizaria na Secção de História Latino-Americana daquela associação dos Estados Unidos, o Dr. Lewis Hanke, diretor da Fundação Hispânica, da Biblioteca do Congresso, de Washington. Visando prepará-la, forneceu aquele material aos membros da Academia Nacional de la Historia, da Argentina, tendo redigido e publicado a sua resposta, no *Boletín* então editado pela mesma entidade, o respectivo Secretário, Dr. Enrique de Gandía.

De todos êsses pronunciamentos, especialmente do último, resumiremos, a seguir, os principais argumentos, reservando a nossa opinião para o capítulo posterior — "Bases da História da América".

Para o prof. Bolton existe, em princípio, a unidade da história americana. Seus aspectos mais relevantes "são comuns à maior parte do hemisfério". As histórias locais são filamentos de uma corda mais grossa. A História da América deve ser ensinada em dois tipos de cursos: um de introdução, sobre a história americana em geral, outro da história particular de cada nação.

Tudo isto é negado pelo Sr. O'Gorman. Teme êle que o estudo dos temas locais, embora sobre um fundo geral, lhes dê relevo que prejudique a desejada vista de conjunto. Refere-se, mesmo, à "grande massa informe dos feitos americanos". Diz que o prof. Bolton não cogitou da influência que podem ter os casos individuais. Nem tampouco salientou a diferença das religiosidades hispano

e anglo-americanas. Acrescenta, ainda, que a Grande América não tem unidade cultural.

Brilhante, sem dúvida, foi a resposta ao historiador mexicano dada por seu colega argentino, a propósito das idéias sustentadas pelo professor norte-americano.

Começa o Dr. Enrique de Gandía demonstrando que Hegel, citado pelo Sr. O'Gorman, não sabia e não podia compreender a História da América. Acreditando que lhe competia mais uma posição na natureza que propriamente na História, absurdamente limitava-a à Geografia. Não considerou, portanto, "o choque que para a história do mundo significou o descobrimento" do novo continente. "Tôda a história colonial, com o desenvolvimeno dos povos ibero-americanos e o fenômeno da mestiçagem, passaram-lhe despercebidos. As causas e a significação da revolução dos Estados Unidos, com sua influência na Europa e na Revolução Francesa, foram, para êle, letra morta. As consequências da História de Espanha" (e aqui acrescentaríamos a de Portugal) "no momento da invasão napoleônica, na América Espanhola" (e Portuguesa) "também não existiram. Tudo isto não era suficiente, na opinião de Hegel, para considerar iniciada a vida histórica das nações do Novo Mundo".

Contra o localismo do Sr. O'Gorman, defende o ilustre diretor do Museu Municipal de Arte Colonial, de Buenos Aires, a necessidade dos estudos de conjunto. Se, para êle, não pode ser posta em dúvida a unidade essencial da História da América dentro da zona de expansão espanhola — concorda, porém, que dela não será possível separar o relato das colonizações portuguesa, francesa, inglesa e holandesa, pois com estas chocou-se aquela. "Chegamos, portanto, à conclusão de que os primeiros anos do descobrimento e conquista, representam, na História da América, uma grande base comum, uma histó-

ria única, na qual se não pode esquecer "um só acontecimento. Se mais tarde as diferenças se acentuam entre as colonizações que se desenvolvem no Novo Mundo, é preciso convir que a História da Grande América, como a denomina o prof. Bolton, surgiu, não das sombras, mas das luzes de um passado comum". E aquelas mesmas diferenças, "às vezes servem mais para unir que para separar".

Quanto às revoluções americanas, tão exploradas e discutidas por observadores superficiais, não concorda o Dr. Enrique de Gandía que devam ser consideradas "próprias de *nações jovens*". Nem cabe aos países hispano-americanos essa designação, embora possa ser explicado que ela se refere à data em que conseguiram suas independências, e não à época em que apareceram na História, ainda em fins do século XV ou início do seguinte. Opina, entretanto, que as revoluções diminuirão à medida que forem aumentando as respectivas populações, não encontrando mais ambiente favorável às reivindicações armadas os seus arbitrários agentes.

Assim, a unidade da América, para o autor da *Historia de la Ciudad de Buenos Aires*, "não é somente uma unidade geográfica: é uma unidade histórica. A geografia pode dividi-la em do Norte, Central, e do Sul. As línguas dos colonizadores podem recordar suas origens espanholas, inglesas, portuguesas e francesas. As religiões podem pôr frente a frente a América Católica e a América Protestante. Há quem fale de América Negra, América Indígena e América Branca. Chegamos à conclusão de que existem muitas Américas e, também, à de que todas elas, por sua própria diversidade, formam uma grande e única América, dentro do espaço que a geografia lhe determinou. Esta América teve um fim em sua

história: a Independência, a Liberdade, a Democracia, e parece mantê-lo agora com tôdas as fôrças de que é capaz”.

3 — *Bases da História da América* (7)

As dificuldades para o estabelecimento de uma vista de conjunto sôbre tôda a História da América, decorrem da própria variedade de sua formação. Somos fundamentalmente diversos, os anglo-americanos, os hispano-americanos e os luso-americanos. Tão primária como a criação de um grupo de origem rigorosamente inglesa, é a suposição de outro, íbero ou latino-americano. Nascermos e formarmos-nos distintamente e nessa distinção ainda estamos, apesar das afinidades de evolução política e social que podem ser encontradas em nossa história comum.

Há, entretanto, grande necessidade de que apareça, na América, um sentido continental, que represente segurança contra fatores dissociativos que nos vêm da Europa, e mesmo da Ásia. Há vantagens reais na existência de uma comunidade de sentimentos que seja simultaneamente, uma ligação e um meio de defesa. Que signifique a afirmação de mocidade e de vida que ao Novo Mundo ainda deve caber, isentando-o das divergências e dos problemas que não estão de acôrdo com o seu tempo de participação na História.

Para que se opere essa transformação de mentalidade, torna-se preciso um exato conhecimento de todo o conjunto americano. As origens políticas e sociais que tiveram as antigas colônias espanholas, portuguesas e inglesas, depois de examinadas no período em que aparece-

(7) Cf. Helio Vianna — “Bases sociológicas da formação americana”, ensáio publicado na revista *Espelho*, do Rio de Janeiro, n.º 8, de novembro de 1935, págs. 14/15.

ram, fornecem bases bastante úteis às conclusões posteriores, que se refiram às possibilidades de entendimentos que se tenham em vista. Às formações étnicas, morais e econômicas, que correspondem, nos três primeiros séculos da história americana, ao seu movimento de expansão geográfica, vêm juntar-se as respectivas formações políticas, igualmente diferenciadas — tôdas essas causas contribuindo para a elaboração, que ainda prossegue, do conjunto que se quer apreciar. As independências e as vicissitudes do quarto século também vieram ajudar essa vasta separação americana, somente agora, pelo pan-americanismo, em vias de obter mais unificada e menos diversificada conformação.

A fonte de qualquer estudo referente a todo o conjunto americano está, portanto, mais no exame das distinções originárias que na procura de afinidades. Porque se aquelas superam a estas, são evidentemente mais importantes e interessa conhecê-las em tôda a sua extensão.

Além disto, as diferenças assinaladas numa formação, não somos obrigados a mantê-las depois de completado seu ciclo inicial. As nações que atingem a maturidade, podem e devem entrar em amplos entendimentos com outras nações delas diversas, até mesmo para modificar as características menos benéficas que ocasionalmente possuam. Isto, que no setor econômico universal tem grande aplicação, encerra, no caso americano, uma regra de salutar prudência, sobretudo diante do quadro que atualmente apresentam as circunstâncias, prolongadamente difíceis, da política interna e externa de outros continentes.

Verificadas tôdas essas preliminares, passemos a uma breve análise da formação política e social dos três grandes grupos de colônias européias que se estabeleceram na América.

* * *

Não é necessário que se estendam muito as considerações tendentes a demonstrar a profunda diversidade existente entre colonos ingleses e ibéricos. As suas diferenças étnicas e psicológicas são tais e tantas que se não torna preciso esmiuçá-las aqui, prejudicando o espírito de síntese que queremos manter. Basta assinalar que anglo-saxões e ibéricos foram povos que nunca se aproximaram em quaisquer relações mais dignas de apreço, e que para o caso das respectivas atuações na América, mereçam referências. Nem mesmo o domínio dos mares, que uns e outros disputaram, constituirá fator de ligação comum, suscetível de provocar similitudes nos respectivos processos de política colonial. As posições na Europa assumidas pelos três países, igualmente pouco se refletiam sobre a ação interna aqui desenvolvida por seus súditos, conquanto muitas vezes chegassem a influenciar as suas diretrizes internacionais.

Apenas num ponto, sem dúvida muito importante, registrou-se exata correspondência de ideais políticos entre os colonizadores ingleses, espanhóis e portugueses. Foi no desenvolvimento da vida municipal, traço idêntico nas três formações coloniais, os *townships*, os *pueblos* e as vilas irmanando-se numa projeção muita direta das reivindicações medievais européias.

Se tantas são as diferenciações assinaláveis entre anglos e ibéricos, o mesmo facilmente não se poderá achar nos dois povos que ela península primeiro saíram para o descobrimento, a conquista e o povoamento das novas terras americanas. Espanhóis e portugueses tinham visíveis origens comuns, de modo a grandemente facilitar as posteriores reuniões que de ambos são feitas, num só grupo étnico e numa só designação. Entretanto, alguns séculos depois do estabelecimento da monarquia lusita-

na, já se podiam registrar diversidades muito sensíveis entre os dois povos que resultaram do amálgama de iberos, romanos, celtas, godos e árabes. A língua diferente, a independência, os conflitos de interesses, a posição política e comercial assumida na Europa, as sempre arbitrárias dosagens na miscigenisação — contribuíam para diferenciar ainda mais as duas nações ibéricas, e, consequentemente, os colonos que ambas remeteram para a construção do novo mundo que entre si deviam partilhar.

Além dêsses três grupos essenciais, de povoadores da América, merecem exame histórico, os dois outros, constituídas por franceses e holandeses, nos dois primeiros séculos tão esforçados em suas tentativas de mais duradouro estabelecimento nos domínios da Espanha e de Portugal. Extintas as pretensões que num âmbito mais largo pretenderam, convém assinalar que idêntico malogro poderim ter sofrido também os ingleses, não fosse a má vontade que mantinham os espanhóis de lutar sob climas mais frios, e a impossibilidade de voltar para a Europa que atingia os muitas vêzes desanimados puritanos.

* * *

Em suas respectivas expansões geográficas por toda a América, agiram os colonizadores europeus de modo nitidamente diverso, tanto pelas contingências físicas que se lhes deparavam, como pelas próprias características diferenciais. Reagindo contra meios quase sempre adversos aos seus ambientes anteriores, êsses decifradores de intrincados arquipélagos, desbravadores de fechadas florestas, de tenebrosos rios e de alcantiladas montanhas venciam o desconhecido de acôrdo com processos adaptáveis a cada circunstância, às vêzes influenciados pelos próprios indígenas, mas também determinados pelas diretrizes peculiares a cada um dêles.

Couberam aos espanhóis os trajetos mais complicados, das Antilhas passando à Nova Espanha e à América Central, subindo um pouco em direção à Califórnia, descendo muito pela linha dos Andes até o Chile, com inflexões por Nova Granada, Charcas e Paraguai, atingindo afinal os Pampas e o Prata. Nessa espinha dorsal extensíssima, tornava-se impossível sustentar uma unidade qualquer, donde se seguiu a sua complexidade administrativa, originada na geográfica.

Melhores vias de penetração tiveram os ingleses da Virgínia e Nova Inglaterra, com a fácil transposição dos Alleghanys sendo proporcionados os seus avanços até o Mississipe. E extinta a cunha holandesa do rio Hudson, que separava os dois núcleos iniciais, mais facilitada ficava a sua dilatação territorial, que, única em toda a América, tinha realmente bases federais.

Já aos portugueses, um litoral imenso forçou a sua divisão em quatro grandes pontos de partida para o interior. Logo nos primeiros anos apareceram a Nova Lusitânia (Pernambuco) e São Vicente, depois a Bahia, e o Maranhão, de onde se passou ao Pará e a toda a Amazônia. De São Vicente, transposto o contraforte do planalto, conquistou-se o Sul e explorou-se o Centro, encontrando-se no Prata e a Oeste os espanhóis, nas minas as outras entradas que, partidas da Bahia e do Pará procuraram o Sertão, o Amazonas, Goiás e Mato-Grosso. Antes dessa fixação de fronteiras interiores pelos paulistas, já os baianos e os pernambucanos haviam rechassado os invasores holandeses, franceses e ingleses, assegurando-nos a posse da costa do Norte até o estuário amazônico. Essa obra de construção geográfica, política e social da nacionalidade brasileira partiu, portanto, dos quatro núcleos que foram São Paulo, Bahia, Pernambuco e Maranhão-Pará, nela se revelando as qualidades de expansão dos portugueses e

de seus descendentes, assim realizadores de um dos maiores países do mundo.

* * *

Outro ponto em que a diversidade de processos colonisadores na América logo se manifestou, foi quanto às relações entretidas por espanhóis, portugueses e ingleses, com os selvagens aqui por todos encontrados. Com a chegada dos primeiros povoadores, verificou-se o aparecimento de ampla mestiçagem, de modo a criar até diversos tipos bem definidos de hispano-americanos, não se dando, de forma alguma, a imediata supressão ou afugentamento dos indígenas para o interior, em outros pontos ocorrida. Entre portugueses e selvícolas a mistura também foi grande, embora não tão prolongada quanto entre os espanhóis. Em tôda a América ibérica, porém, a escravisação foi recurso logo empregado e reprimido, pela Igreja mais fortemente que pelo Estado.

Nas colônias inglesas muito outro foi o sistema colonial utilizado em face da existência de populações indígenas nas regiões em que desejavam se estabelecer os brancos. A violência foi a regra, enquanto noutras partes muitas vêzes havia sido a exceção, salvo nos primeiros contactos de espanhóis com aztecas e incas. Permaneceram rigorosamente separados os dois elementos, na América do Norte. Divergência de importância fundamental, portanto, e que em atitudes posteriores encontraria permanentemente projeção.

* * *

Também o puritanismo dos passageiros da *Mayflower* e de seus descendentes e sucessores seria outro fator de profunda diferenciação na obra colonizadora da América. Contraposto ao catolicismo dos espanhóis e portugueses, cresce ainda mais o seu antagonismo se considerarmos que com todo o rigor agiam os *quakers* em matéria

religiosa, enquanto atenuadas ficavam, às vêzes, as formações espirituais daqueles outros povoadores, sob a influência do indisciplinado meio americano. Pois embora súditos de majestades Católicas ou Fidelíssimas, e apesar dos esforços de jesuítas, dominicanos e outros sacerdotes, a licença aqui chegava ao abuso, não temendo os zelos da Santa Inquisição nem os fiéis de antiga crença, nem mesmo, durante certo tempo, os cristãos-novos, muito numerosos nas camadas populares da Península.

* * *

As atividades econômicas que logo foram as das três Américas igualmente contribuíram para diferenciar os descendentes de ingleses, espanhóis e portugueses.

Logo no primeiro século, constituíram-se as minas de prata o principal objetivo da colonização espanhola. Ao mesmo tempo, organizou-se a lavoura da cana de açúcar no litoral brasileiro. No século seguinte, tornou-se a criação de gado a grande ocupação de significado social, além do econômico, na colônia portuguesa, enquanto na inglesa as culturas de fumo e algodão iam adquirindo notável posição. O ouro e os diamantes do Brasil, além das minas hispano-americanas e das generalizadas plantações e criações espalhadas por todo o continente, tiveram maior importância no terceiro século. As companhias de comércio, que tôdas as colônias americanas conheceram, não constituíram, também, fatores de aproximação, uma vez que apenas em alguns processos, mas não em tôdas as suas atividades, é que podem ser encontradas quaisquer afinidades entre umas e outras.

* * *

De tantos elementos divergentes teriam de decorrer, paralelamente, grandes diferenças nas formações políticas dos três grupos formadores do continente. Se a Espanha teve de agir de modo essencialmente fragmentário,

atendendo a contingências profundamente peculiares à cada região cujo govêrno, estava sob sua alçada, a consequência da observância dêsses diversísimos processos de política colonial não deixaria de ser senão as subdivisões posteriores às independências, quando quatro grandes vice-reinos transformaram-se em dezesseis repúblicas. O contrário disto se registraria no Brasil, onde, como resultado de processos coloniais mais centralizadores, os seus quatro núcleos de expansão uniram-se em um só Império unitário, a fórmula monárquica eficazmente contribuindo para essa solução. E, para o caso da colonização inglesa, a mais fraca quanto às intervenções da metrópole, o resultado foi a independência dos Estados Unidos antecedendo a tôdas as outras, apesar da menor existência política de seus dois núcleos de expansão inicial.

* * *

Sòmente depois das separações das mães-pátrias é que aparece o conjunto americano de modo mais definido. Continuaram a agir isoladamente as suas partes, através das dificuldades que cercaram os primeiros decênios de suas existências políticas, períodos êsses que em alguns casos extraordinariamente se prolongaram, nessa angustiosa "busca de si mesmos"⁸ que tem caracterizado certos aspectos das lutas internas ocorridas na América. Porém muito mais tarde, já em fins do século passado, é que melhor se começou a compreender êsse "sentido de totalidade" que mais convém ao continente.

Persiste ainda êsse movimento de progressiva compreensão. Entre as incertezas que ainda assaltam a obra

(8) Cf. Helio Vianna — "Formação americana", cap. IX — "Revoluções", na revista carioca. *A Ordem*, ano XIII, n.º 25, de março de 1932, pág. 197; e, também do autor — "Revolucionarismo americano", na revista "*Descobrimento*", de Lisboa, n.º 4, do inverno de 1932, pág. 571.

do pan-americanismo bem entendido, e os êrros de um ibero-americanismo ou de um hispano-americanismo mais restritos, ainda se debatem, em período de plena crise, ocasionada por recente guerra universal, os esforços oficiais ou particulares que tendem àquele fim. Mas é fóra das atitudes simplesmente exteriores, que não passem de declarações líricas ou oportunistas, que qualquer possibilidade de sucesso pode ser registrada. Quando estiver em tôdas as consciências as vantagens de um continentalismo bem compreendido, então se poderá ver a América como um só todo, interpenetrando-se as influências diversas de sua formação histórica. Conhecendo-as antes e aplicando-as depois, serão conseguidas bases muito mais sólidas que os simples fraseados dos atuais americanistas de emergência.

BASES DA UNIDADE NACIONAL

Podemos datar do estabelecimento do govêrno-geral, em 1549, a primeira manifestação dessa tendência política tão fortemente característica de tôda a História do Brasil que é a nossa "vontade de formar uma nação", como diria Benda. Aquele ato de D. João III relativamente à nova colônia portuguesa, em que não podia subsistir sòmente o dispersivo sistema das capitâneas hereditárias, significa mais que a simples necessidade de auxílio, comprovada pelos fatos dos anos anteriores. Traduz, antes, o advento da idéia mais sólida da centralização, daí por diante transformada em norma invariável da política imperial lusitana na América.

Alguns decênios depois, a conquista do Norte, da Paraíba ao Amazonas, de 1580 a 1639, resultou de uma obra difícil e tenaz, empreendida tanto por portugueses e espanhóis (que nem sempre tinham os postos de direção), como por baianos e pernambucanos, indígenas e mamalucos, todos filhos da nova terra, invisivelmente integrados no sentimento de sua extensão, influenciados, já, por êsse espírito nacional que não precisa de formais consagrações políticas para ir se evidenciando e agindo em sentido construtor e definitivo.

Confirmaram-se, durante as guerras holandesas, a solidariedade e a união que antes vinham sendo observadas. Na invasão da Bahia, em 1624, os socorros de Matias de Albuquerque, enviados de Pernambuco, e os de Martim de Sá, remetidos do Rio de Janeiro, proveitosamente antecederam o magnífico espetáculo de vitalidade ibéri-

ca que constituiu a "Jornada dos Vassallos". E nas diversas fases da ocupação flamenga, da resistência à retirada de Matias, do octênio nassoviano à gloriosa insurreição final, os auxílios das duas metrópoles européias sempre se aliaram às ajudas que já podemos dizer nacionais, os valentes pernambucanos tendo sempre ao seu lado baianos, paraibanos, riograndenses do norte e mesmo os mais longínquos paulistas.

Estes últimos, ainda no século XVII e na própria região nordestina, depois dos esforços de pernambucanos e baianos, devassaram o Piauí, venceram indígenas e negros rebeldes, para tanto tendo sido especialmente contratados, graças ao renome que haviam conseguido obter, quando, com suas anteriores ações sulitas, durante o ciclo da caça ao índio, souberam devastar Guairá, Tape e Itatin, poderosamente contribuindo para que depois fizessem parte do conjunto nacional os atuais oeste do Paraná e de Santa Catarina, o centro do Rio Grande do Sul e o sul de Mato Grosso.

Também o ciclo da criação de gado constituiu outro importante fator de união, fixando populações pela região central do país. Da Bahia ao Maranhão e às Minas Gerais (pelo rio São Francisco e pelo "caminho dos currais"), de Pernambuco ao Ceará e Piauí (pela serra da Borborema, pelo sertão do Cariri e pela serra de Ibiapaba), por todo esse imenso interior nordestino, traçaram-se comunicações utilíssimas à unidade nacional. A uniformidade econômica condicionou similitudes tanto de hábitos como de caracteres, acaboclando uma grande massa da população brasileira.

Enquanto isto ocorria numa grande extensão de nosso território, do norte de Minas ao interior do Maranhão, com passagem em forma de arco por todo o Sertão, da

Bahia ao Piauí — também em outra grande zona a ação dos paulistas e, em seguida, também de portugueses, estava incorporando ao conjunto nacional, por intermédio de outro elemento econômico, a mineração, a região do ciclo do ouro e das pedras preciosas, a larga faixa central de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. E de Minas passando à Bahia (pelo rio São Francisco e também pelo já citado “caminho dos currais”), de Goiás passando ao Grão-Pará (pelos rios Tocantins e Araguaia), de Mato Grosso passando ao Amazonas (pelos rios Guaporé e Madeira) — estava completada a conformação geográfica que seria a nossa, ligado o Centro ao Norte do país.

Conseguida nessa maior parte do Brasil a sua continuidade territorial, obra, como vimos, da conjugação de esforços empreendidos tanto por todos os brasileiros como por portugueses aqui estabelecidos — também pode ser registrado que no Sul, depois da ação dos conquistadores paulistas de Guairá, Tape e Itatin a mesma solidariedade geral foi observada, quando aí se deram diversos ataques litorâneos de piratas e corsários, e quando aí se iniciaram nossas primeiras guerras oficiais, que do período colonial passaram ao Império. Pois a gloriosa história sempre militar da Colônia do Sacramento foi escrita com sangue de soldados portugueses, de recrutas mineiros, cariocas, paulistas, *barrigas-verdes* e sul-riograndense, êstes pouco antes aparecidos em nossa existência e destinados a originalmente marcá-la nas lutas seguintes.

* * *

A unidade nacional, que a regência de D. João e o estabelecimento do Reino Unido vieram ratificar politicamente, revelou-se precária com a situação de fato em que se encontrou o governo imperial de D. Pedro I, logo depois de sua revolucionária instauração. Simples governador do Rio de Janeiro, tendo tido de solicitar o apoio,

que não foi facilmente obtido, das províncias de São Paulo e das Minas Gerais, na expectativa de ter de enfrentar tropas portuguesas existentes no próprio Rio como no Sul e no Norte do país — as dificuldades dessa posição somente se resolveram com as circunstâncias de ser o Imperador também o Príncipe Real, herdeiro do trono lusitano, e de ter podido José Bonifácio organizar a verdadeira segunda conquista do Norte que foi a expedição marítima de Lord Cochrane. Ao lado disto, porém, culminou o sentimento nacional na restauração da Bahia, em 1823, e nas lutas libertadoras do interior do Piauí e do Maranhão, que facilitaram a ação integradora do litoral, de Pernambuco ao Pará, com a Cisplatina por acréscimo.

Passado êsse momento crítico, de projeções maiores que os acontecimentos anteriores, de 1817 e 1821, e os posteriores, de 1824 e de 1835-1845, apenas aparentemente separatistas — deve ser notado como a unidade nacional ficou assegurada mediante o centralismo consagrado na Constituição imperial de 1824. As transigências quase federalistas que conseguiram inscrição no Ato Adicional, de 1834, foram corrigidas pela conservadora Lei de Interpretação, de 1840. E assim pôde o Segundo Reinado, por todo o meio século de sua duração efetiva, manter intangível o princípio unionista, através da designação direta dos presidentes das províncias, da vitaliciedade do Senado e das diretrizes nunca regionalistas do Conselho de Estado e do Poder Moderador. A idéia federalista não conseguiu, portanto obter fundamentos mais sólidos, sendo, como era, principalmente, um artigo de importação, como tantos outros, destituído de ligação mais profunda com os nossos antecedentes históricos.

Com a proclamação da República o sistema federativo, repentinamente implantado, chegou mesmo a corroer a unidade nacional, através das facilitações que condicionaram, a princípio, os governos militares de emergência, em seguida a chamada “política dos governadores”, aqueles com seus processos de violência, esta pelos mecanismos das sucessões e das intervenções, dos cambalachos e das recíprocas transigências — todos grandemente prejudiciais à uniformidade nacional.

Passando de largo por todo êsse período republicano de 1889 a 1930, convém assinalar como inopinadamente se voltou ao regime centralizado com a vitória da revolução de outubro. Unificado o país pela transformação geral que o movimento armado provocou, seria errônea a afirmação de que, com a volta à unidade, ter-se-iam automaticamente corrigido muitos êrros anteriores. A precariedade fundamental das interventorias invalidou as vantagens que a estreita ligação ao governo central poderia representar, êste mesmo flutuando entre as mais contraditórias orientações.

Tendo subsistido até a Constituição de 1934, atacado por esta e pelas subsequêntes constituiçõesinhas estaduais, o princípio unitário novamente sofreu as consequências do sistema federal, tenazmente se refazendo a dispersão estadualista, pelos seus excessos inconveniente aos interêsses nacionais. E conquanto a “política dos governadores” não conseguisse retomar tôda a sua anterior amplitude, nêsse sentido eram as suas tendências, traduzindo apenas aspirações parciais, quando muito regionais, nunca as da totalidade brasileira.

Alterada mais uma vez a situação, com a Constituição de 1937, embora sofresse mais uma interrupção a política federalista do país, não foi ela de caráter decisivo,

visto não ter obtido integral aplicação aquela carta outorgada. Rejeitada pela opinião pública, não tardou que em futuro não muito remoto fosse novamente posta em discussão a velha querela do unitarismo e da federação no Brasil. Foi o que aconteceu na Constituinte de 1946, com os resultados que ainda estão diante dos nossos olhos. Que êles não sejam de modo a prejudicar a unidade nacional, serão, certamente, os votos dos patriotas.

BRASIL SOCIAL (1500-1640)

I — INTRODUÇÃO

A sociedade colonial brasileira já apresentava, à época da Restauração de Portugal, aspectos bastante característicos, modelados em pouco mais de um século de evolução. Da iniciativa privada dos donatários aos continuados esforços dos governadores-gerais resultára a fixação de núcleos de povoamento em quase todo o litoral brasileiro de hoje. Em 1640 estavam êles perfeitamente aptos a servirem de balisas à expansão para o interior, aliás também já começada.

De degredados e náufragos, de mamalucos seus descendentes e de colónos de melhor quilate, trazidos por Martim Afonso de Sousa e pelos donatários-povoadores, ou atraídos pela prosperidade da capitania de Duarte Coelho e seus filhos, de escravos africanos logo importados, de soldados, artífices e sacerdotes que acompanharam Tomé de Sousa e seus sucessores, de indígenas incorporados à vida colonial, de espanhóis aqui fixados graças à união das coroas ibéricas, — de todos êsses elementos se compunha a sociedade brasileira à época da Restauração.

Se heterogêneos eram os elementos chamados a integrar essa composição, também não se lhe pôde exigir fixidês de características, em um dado momeno, qual o daquela transformação política ocorrida na metrópole. O caldeamento de raças que então se processava deveria continuar por mais alguns séculos, de modo a conformar,

mais tarde, o tipo brasileiro. Mas, como já existisse, naquele momento, embóra ainda impreciso e vago em muitos de seus lineamentos, um Brasil Social digno de consideração, é oportuno que lhe sejam retratados os aspectos essenciais, dentro do quadro mais geral do Império Colonial Português de então.

II — OS PRÓDROMOS DA COLONIZAÇÃO

Os primitivos povoadores do Brasil — elementos iniciais e arbitrários da sociedade colonial que começaria a sua formação trinta e dois anos depois do Descobrimento — foram degredados, desertores e náufragos das frotas de exploração e comércio, aventureiros de toda espécie, atraídos pela miragem das imaginárias riquezas com que lhes acenava a nova terra.

Degredados — e talvez desertores — deixou no Brasil a própria armada de Pedro Alvares Cabral. Náufragos — ou como tais apresentados aos primeiros colónos regulares — também deram à costa brasileira e nela souberam se haver, em contáto com os indígenas, de modo a tornarem-se úteis, mais tarde, àqueles seus sucessores, como Diogo Alvares — o Caramuru, na Bahia, ¹ e João

(1) Além das informações fornecidas a Martim Afonso de Sousa, em 1531, ac. serviços prestados ao donatário Francisco Pereira Coutinho, de 1536 a 1547, o Caramuru, atendendo a um pedido de D. João III, muito auxiliou a instalação e o govôrno de Tomó de Sousa, em 1549. (Cf. *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa*, 1530-1532, 1.^a edição, comentada pelo Comandante Eugênio de Castro, I-153; Visconde de Pôrto Seguro — *Historia Geral do Brasil*, 4.^a ed., I-249, 297; Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, ed. de 1918, p. 150).

Ramalho, em São Vicente.² Aventureiros, seduzidos pela vida fácil que oferecia a hospitalidade indígena, teriam sido os possíveis companheiros de Cristovão Jaques a que faz tão depreciativa referência a carta de João de Melo da Camara, de 1529.³ Como também aventureiros, mais que degredados, náufragos ou desertores, teriam sido o célebre bacharel de Cananéia, o "grande lingua" Francisco de Chaves e cinco ou seis castelhanos ali encontrados, em 1531, por Martim Afonso de Sousa.⁴

Dêsses primeiros degredados, isoladamente chegados à terra, dêsses náufragos, desertores e aventureiros, procedem os primeiros mamalucos, tidos das índias que tanto se honravam em ter relações com os brancos adventícios. Do filho do piloto João Lopes de Carvalho, por êle levado na expedição de Fernão de Magalhães, em 1519,

(2) Embora tido mais por náufrago que por degredado, ainda em 1531 Martim Afonso de Sousa teria concedido terras de sesmaria na ilha de Guaibe (Santo Amaro), ao "lingoa da terra" João Ramalho, "havendo respeito a ele dito João Ramalho ter filhos na terra casados e solteiros, e com elles queria povoar e ser povoada a d.ta capitania onde nella faria m.tos serviços por ser homem, q. havia já m.tos annos q. estava nella e sabia bem como se podia a d.ta a terra aproveitar com os Indios e povoadores della; e assim m.tos serviços q. fez estando prs.te o d.to Snr. Gvernador". (Cf. a carta de sesmaria passada em confirmação de doação anterior pelo vigário Gonçalo Monteiro lugar-tenente do donatário Martim Afonso de Sousa, cit. por Washington Luís — *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, 1904, vol. IX; e Pedro Taques de Almeida Pais Leme — *História da Capitania de São Vicente*, ed. organizada pelo sr. Afonso de E. Taunay, p. 72).

(3) "omens... que se contentem com terem quatro indias por mancebas e comerem dos mantimentos da terra, como faziam os que della agora vieram, que esses sam os que ella querem tornar por moradores e outros taes"... (Cf. *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, III-90).

(4) *Diário da Navegação* cit., I-205.

às filhas do Caramuru, casadas por Martin Afonso de Sousa, em 1534, e à descendência de João Ramalho, aproximada dos jesuítas por ocasião da fundação de São Paulo, em 1554, até chegar à constituição de uma família mestiça como a de Jerónimo de Albuquerque, o “Adão pernambucano”, que enche com seu apelido mais de meio século de história da conquista do Norte do Brasil, — daquele primeiro mamaluco conhecido a todos êsses que enchem as páginas dos linhagistas brasileiros — vai uma continuidade de miscigenização sem dúvida alguma digna do maior interêsse, numa história da sociedade colonial. E em seguida, entrando já pelo século XVII, êsses mamalucos passam a desempenhar o papel mais importante que lhes coube no desdobramento das atividades dos povoadores, qual seja o de se constituírem em seus preciosos auxiliares na penetração pelo interior, nas *entradas*, *bandeiras* e expedições que se sucedem por tôda a centúria, alargando, definitivamente, o território brasileiro.

a) DEGREDADOS E HOMIZIADOS

Dêsses primeiros povoadores do Brasil merecem especial atenção os degredados e os criminosos homiziados, quer pelo número, relativamente elevado, dos que aportaram à nova terra, nos dois primeiros séculos, quer pelas exageradas conclusões e que têm chegado, a seu respeito, alguns dos comentadores dêsse aspecto do sistema colonial português.

Sua defesa, entretanto, já tem sido feita, e não é demais arrolar aqui alguns de seus argumentos, dos mais antigos sendo, certamente, os que expendeu, em 1871, o cônego Fernandes Pinheiro: “êste procedimento (o do povoamento também por dégradados) que tem sido com azedume exprobadado à nossa antiga metrópole, . . . lhe

não era exclusivo, visto que as outras nações marítimas o adotaram... Cumpre ainda ponderar que os crimes pelos quais êsses desditosos eram obrigados a se expatriarem não pertenciam na sua totalidade à classe dos que inspiram horror, sendo antes leves delitos, ou ainda méras suspeitas, agravadas pelo código draconiano que regia a penalidade nessa época; e conquanto não se possa recusar a influência do clima e dos hábitos da vida, incontestável é que de um pugilo de malvados não poderia ter provindo uma raça humilde e trabalhadora como era a dos colónos luso-brasileiros, salvo raríssimas exceções".⁵ Com maior veemência, assegurou, também a respeito dessa matéria, em 1922, o eminente historiador Oliveira Lima: "A colonização brasileira levada a cabo por degredados é uma lenda já desfeita. Nem ser degredado equivalia forçosamente a ser criminoso, no sentido das idéias modernas. Punia-se com a deportação delitos não infamantes e até simples ofensas cometidas por gente boa".⁶ E ainda mais recentemente concluiu, a respeito, o sr. Gilberto Freyre: "não há, entretanto, fundamentos nem motivos para duvidar de que alguns (degredados) fossem gente sã, degredada pelas ridicularias por que então se exilavam súditos, dos melhores, do Reino para os êrmos."⁷

Insistem, tôdos, como se vê, na futilidade dos pretextos de que se servia o legislador para degredar, fomentando, assim, indiretamente, o povoamento das cô-

(5) J. C. Fernandes Pinheiro — *O que se deve pensar do sistema de colonização seguido pelos portugueses no Brasil*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo 34, vol. 43, de 1871.

(6) Oliveira Lima — *O Movimento da Independência*, p. 29.

(7) Gilberto Freyre — *Casa Grande & Senzala*, 2.^a ed., p. 19.

lônias. “É possível — acrescenta o sr. Gilberto Freyre — que se degradassem de propósito para o Brasil, visando o interesse genético ou de povoamento, indivíduos que sabemos ter sido para cá expatriados por irregularidades ou excessos na sua vida sexual: por abraçar e beijar, por usar de feitiçaria para querer bem ou mal, por bestialidade, molície, alcovitície (cf. João Francisco Lisboa — *Jornal de Timon*, São Luís, 1864). A êrmos tão mal povoados, salpicados, apenas, de gente branca, convinhavam super-excitados sexuais que aqui exercessem uma atividade genésica acima da comum, proveitosa talvez, nos seus resultados, aos interesses políticos e econômicos de Portugal no Brasil”.⁸ Mas, além desses delitos, também por muitos outros crimes “místicos ou imaginários” (descrever de Deus ou dirigir doestos a Êle e aos santos, usar de feitiçarias “per que uma pessoa queira bem ou mal a outra”) era o português nos séculos XVI e XVII “degradado para sempre para o Brasil” (*Ordenações Filipinas*, I-V, tit. III). Num país de formação antes religiosa do que exclusivamente étnica, eram êsses os grandes crimes e bem diversa da moderna, ou da dos países de formação menos religiosa, a perspectiva criminal”.⁹

Antes, porém, das *Ordenações Filipinas*, já as *Manuelinas* haviam tido larga aplicação no Brasil. “As leis criminais portuguesas (o Livro V das *Ordenações*) eram de tal modo draconianas e absurdas que quase ninguém lhe escapava: pequenas faltas eram ali tidas por crimes graves e a frase “morra por ello” era a sentença comum de qualquer delito”.¹⁰ “Não existia na legislação crimi-

(8) Gilberto Freyre — op. cit. p. 21.

(9) Gilberto Freyre — op. cit., p. 20.

(10) João Ribeiro — *História do Brasil*, Curso Superior, 5.^a ed., p. 79.

nal coeva código de severidade comparável ao Livro V das *Ordenações Manuelinas* — assegurou o sr. Carlos Malheiro Dias. Cerca de duzentos delitos eram nêlo puníveis com o degredo. Fundado motivo tinha o Barão Homem de Melo ao escrever: “o que nos deve a justo título admirar é que a nação inteira não fosse degredada em massa”. Decerto, correspondiam penas de morte por graves delitos aos que as primeiras expedições de descobrimento largavam entre os bárbaros do Novo Mundo e nos adustos litorais da Africa, não tendo sido poucos os que remiram o crime e se regeneraram por ações heróicas de abnegação patriótica. Aqueles infelizes não podem, porém, ser considerados como colónos, e hoje ainda não se sabe se João Ramalho aportou a São Vicente em condições idênticas às de Diogo Álvares, como náufrago, se como condenado a desterro”.¹¹

Aprender a língua dos indígenas, a fim de serem aproveitados, posteriormente, como intérpretes, foi a importante missão que coube a êsses primeiros povoadores forçados do Brasil.¹² Cumpriram-na bem, desde os que “leixou Pedralvares alli, . . . hum dos quaes veio depois a este Reyno, e servia de língua naquellas partes”, informou João de Barros¹³ e confirmou Damião de Góis, talvez tendo

(11) Carlos Malheiro Dias — *Introdução* ao III vol. da *História da Colonização*, cit., p. XVII.

(12) Pero Vas de Caminha — *Carta a D. Manuel* in *História da Colonização*, cit., II-97.

(13) João de Barros — *Asia*, Déc. I, Liv. V, cap. II, apud Rodolfo Garcia, em nota à *História Geral do Brasil*, cit., I-78. De acôrdo com a relação do piloto anônimo da armada de Cabral, os degredados deixados pelo descobridor “começarão a chorar, e forão animados pelos naturais do paiz que mostrarão ter piedade delles” (Cf. *História da Colonização*, cit., II-117).

sido utilizados “nas primeiras frotas comerciais dos cristãos-novos”.¹⁴ Assim, “da frequência da navegação resultaram os primeiros desterrados e naufragos, que Martim Afonso e Pero Lopes encontraram já em franco convívio com os aborígenes. As armadas da Ásia que transitavam nos mares americanos haveriam também abandonado no litoral alguns desterrados, à semelhança do que acontecera com a de Cabral. Identicamente teria acontecido com a armada de 1501 e a expedição comercial de 1503”.¹⁵

Para as capitâneas hereditárias afluíram degredados de toda espécie, fidalgos como D. Jorge de Meneses e D. Simão de Castelo Branco, que foram para o Espírito Santo, ou gente de má qualidade, como a que proporcionou os enérgicos protestos do donatário Duarte Coelho, pedindo ao rei “pelo amor de Deus... que lhe não enchessem a capitania com semelhante peçonha”. de homens “peores que peste”, certificando e jurando a Sua Alteza, “pela hora da morte, que nenhum bem fazem na terra, mas muito mal e dano”.¹⁶

Tão grande chegou a ser a proporção de degredados nas capitâneas hereditárias, que, em 1549, em sua viagem de inspeção ao Sul, teve o ouvidor-geral Pero Borges de determinar, em Porto Seguro, Espírito Santo e São Vicente, que nenhum degredado pudesse servir nos ofícios da própria justiça.¹⁷

Com a criação do Govêrno Geral (1549), tornaram-se regulares essas remessas de degredados para o Bra-

(14) Damião de Góis — *Crônica de El-Rei D. Manuel*, Parte 1.^a, cap. 51, apud Carlos Malheiro Dias — op. cit., III-p. XVII.

(15) Carlos Malheiro Dias — op. cit., III-p. XVII.

(16) *História da Colonização*, cit., III-315.

(17) Visconde de Porto Seguro, op. cit., I-310.

sil.¹⁸ Quatrocentos vieram com Tomé de Sousa, provavelmente a maior léva registrada e composta, decerto, dos artífices de que tanto necessitava a nova terra, como provam referências posteriores, o que não impedia, por exemplo, o aproveitamento de um deles como professor em São Vicente, conforme o testemunho de Nóbrega.¹⁹ Governadores, como D. Duarte da Costa, manifestaram pelos degredados a mais viva tolerância, senão mesmo declarada simpatia, como se evidência de sua correspondência, intercedendo por êles, “porque terra tam nova como esta e tam minguada de cousas necessárias é digna de muitos perdões e mercês para se acrescentar”.²⁰

É verdade, entretanto, que nem todos governadores manifestaram essa condescendência com os degredados. Men de Sá, por exemplo, escrevendo do Rio de Janeiro a D. Sebastião, em 1560, adverte: “Deve-se Vossa Alteza lembrar que povôa esta terra de degredados e malfeitores, que os mais dêles merecem a morte, e não têm outro officio senão urdir males”.²¹

Eram dirigidos, êsses degredados, de preferência, às novas terras conquistadas, como revelam duas Cartas Ré-

(18) “Sua Alteza mandava cada ano em socorro desta cidade (Salvador) uma armada com degredados, moças órfãs e muita fazenda, com o que a foi enobrecendo e povoando com muita presteza, do que as mais capitánias se foram também ajudando”... (Gabriel Soares de Sousa — *Tratado descritivo do Brasil em 1587*, 3.^a ed., p. 130).

(19) Em carta de 15-VI-1553, com alusão a ser professor, em São Vicente, “um mancebo gramático de Coimbra que cá veio desterrado” (Serafim Leite, S. I. — *História da Companhia de Jesus no Brasil*, I-86 e I-253).

(20) *História da Colonização*, cit., III-372. Carta a D. João III, de 3-IV-1555, em que são solicitados perdões para quatro degredados.

(21) *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXXVII, de 1905, p. 229.

gias de 1617, relativas à remessa para o Maranhão de todos os sentenciados a degrêdo para o Brasil, “disposição que prosseguiu em vigor e que encaminhou para êsse rumo todos os degredados com que as *Ordenações* haviam aquinhoado a colônia americana”.²²

Também para as lutas de expulsão dos invasores holandeses em Pernambuco foi preciso recorrer aos degredados. Assim, pela carta de 18-V-1630, dirigida aos governadores de Portugal, Filipe IV “dizia que, sendo necessário procurar-se por tôdas as vias mandar gente de socorro a Pernambuco, vissem se seria conveniente que aos degredados para o Brasil e para quaisquer outras partes se comutassem os degrêdos em serviços na presente guerra, à própria custa”. E noutra carta, de 13-VI-1630, ainda sôbre a comutação de degrêdos “àqueles que os tiverem para algumas partes, e forem servir a Pernambuco”, acrescentava-se “que se não usaria dêsse meio senão quando, tendo-se assentado a gente que se havia de levar, houvesse falta dela”²³

Mas ao lado dêsse degrêdo do Reino para o Brasil, havia também o interno, de uma para outra capitania, para cuja determinação tinham autoridade os donatários, depois os ouvidores-gerais, querendo D. Duarte da Costa que D. João III concedesse aos governadores-gerais “poderem vender degrêdos aos homens que cá forem degredados de hûas capitanias pera outras, ou pera as obras ou pera os bergantins ou comutar os ditos degrêdos e as-

(22) Carta Régia de 4-V-1617, confirmada por outra de 18-VII-1617, transcritas em J. J. de Andrade e Silva — *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa*, II-244 e 250, apud nota do sr. Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, cit., 3.^a ed., II-182.

(23) J. J. de Andrade e Silva — op. cit., IV-176 e 179, apud Rodolfo Garcia — notas cit., II-340.

sim perdoar alguns a algumas pessoas que seia mais vosso serviço nam irem cumprir os ditos degredos".²⁴

Paralela à questão dos degredados é a de ter sido o Brasil "couto e homísio garantido a todos os criminosos que aí quizessem ir morar, com a exceção única dos réus de heresia, traição, sodomia e moeda-falsa".²⁵ Essa aplicação, à nova terra, do sistema de povoamento com bom êxito adotado no Reino, nos séculos anteriores, para as regiões conquistadas aos mouros, não pôde deixar de provocar conflitos, visto a extensão que teve no Brasil, onde "cada capitania era declarada couto e homizio; e ninguém poderia ser nela perseguido em virtude de crimes e delitos anteriores".²⁶

Entre êsses conflitos a propósito de criminosos de uma capitania homiziados em outra, citam-se os que ocorreram entre a Nova Lusitânia (Pernambuco) e Itamaracá, motivando o pedido do donatário Duarte Coelho ao rei, no sentido de se acabar com o abuso, mandando-se "executar as precatórias de umas para as outras capitanias e que só se entendesse o homizio entre a metrópole e a colônia".²⁷ O próprio donatário do Espírito Santo, Vasco Fernandes Coutinho, foi acusado de ter homiziado criminosos perseguidos em Ilhéus pelo ouvidor-geral Pero Borges, sem que se possa apurar todo o fundamento da acusação, partida de seu inimigo Duarte de Lemos.²⁸

(24) *História da Colonização*, cit., III-371.

(25) Oliveira Martins — *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, 4.^a ed., p. 9.

(26) Visconde de Porto Seguro — op. cit., I-184.

(27) Oliveira Lima — *A Nova Lusitania*, in *História da Colonização*, cit., III-297. Cf. carta de Duarte Coelho a D. João III, de 20-XII-1546, idem, III--315.

(28) *História da Colonização*, cit., III-267.

A necessidade de gente para as guerras de defesa do litoral, ameaçado por sucessivos invasores estrangeiros — franceses, ingleses e holandeses — forçava as autoridades à condescendência com muitos daqueles criminosos. Assim, por alvará de 7-IV-1626, foi confirmado o perdão geral concedido pelo governador Matias de Albuquerque aos criminosos que combateram na expulsão dos holandeses da Bahia, medida essa por êle repetida em 1630, e extensiva a todos os réus homisiados que se apresentassem para tomar armas.²⁹ Da mesma fôrma, a fim de obter gente para a campanha contra os holandeses, o governador Conde da Torre, por provisão de 8-VI-1639, ordenou que, para aumentar o contingente já pedido antes (em fevereiro) fossem perdoados todos os crimes que ao governador do Rio de Janeiro (Salvador Corrêa de Sá e Benevidas) parecesse, cometidos por moradores da capitania de São Vicente, principalmente os crimes relativos às entradas no sertão.³⁰

Para concluir, porém, o julgamento referente aos degredados e criminosos vindos para o Brasil de 1500 a 1640, é preciso lembrar o aperfeiçoamento moral que lhes dava a fortuna, por muitos dêles obtida no país, e já lembrada pelo autor dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618, no seguinte trecho, com o qual não é difícil concordar, com pequenas reservas:

“*Brandonio* — Haveis de saber que o Brasil é praça do mundo, se não fazemos agravo a algum reino ou cidade em lhe darmos tal nome e juntamente academia pública, onde se aprende com muita facilidade tôda a polí-cia, bom modo de falar, honrados termos de cortezia, saber negociar, e outros atributos desta qualidade.

(29) Visconde de Porto Seguro — op. cit., II-247, nota do sr. Rodolfo Garcia, e II-276.

(30) Nota do sr. Rodolfo Garcia, op. cit., II-427.

“*Alviano* — Antes isso devia de ser pelo contrário; pois sabemos que o Brasil se povoou primeiramente por *degradados e gente de máu viver*, e pelo conseguinte pouco política; pois bastava carecerem de nobreza para lhes faltar a polícia.

“*Brandonio* — Nisso não há dúvida. Mas deveis de saber que êsses povoadores, que primeiramente vieram a povoar o Brasil, a poucos lanços, pela larguesa da terra deram em ser ricos, e com a riqueza foram largando de si a ruim natureza, de que as necessidade de pobrezas que padeciam no Reino os faziam usar. E os filhos dos tais, já entronizados com a mesma riqueza e govêrno da terra despiram a pele velha, como cobra, usando em tudo de honradíssimos têrmos, com se ajuntar a isso terem vindo depois a êste Estado muitos homens nobilíssimos e fidalgos, os quais casaram nêle, e se liaram em parentesco com os da terra, em fôrma que se há feito entre todos uma mistura de sangue assás nobre. E então, como nêste Brasil concorrem de tôdas as partes diversas condições de gentes a comerciar, e êste comércio o tratam com os naturais da terra, que geralmente são dotados de muita habilidade, ou por natureza do clima ou do bom céu, de que gozam, tomam dos estrangeiros tudo o que acham bom, de que fazem excelente conserva para a seu tempo usarem dela”.³¹

b) MARTIM AFONSO DE SOUSA E S. VICENTE

Durante o reinado de D. Manuel o povoamento do Brasil não ultrapassou os limites de medidas esporádicas e acidentais, como o desembarque de degradados, a organização, devida à iniciativa particular, de algumas feito-

(31) *Dialogos das Grandezas do Brasil*, ed. da Academia Brasileira de Letras, ps. 142/143.

rias litorâneas, destinadas ao resgate de pau-brasil e providências isoladas, como aquelas contidas nos alvarás de 1516, ordenando que fossem fornecidos “machados e enxadas e tôda a mais ferramenta às pessoas que fossem povoar o Brasil” e que “procurassem e elegessem um homem prático e capaz de ir ao Brasil dar começo a um engenho de açúcar”.³²

Sòmente sob o reinado de D. João III foi iniciada, de modo definitivo, a colonização do Brasil, que, sob o ponto de vista do povoamento e da constituição da sociedade colonial, pode ser dividida em três etapas distintas: a expedição de guarda-costa exploradora e colonizadora de Martim Afonso de Sousa (1530-1532), a criação das capitanias hereditárias (1534-1536) e a criação do Governo-Geral (1548-1549).

Da primeira, basta lembrar, para que se verifique a sua importância, que “trouxe quatrocentas pessoas, armas, aparelhos e material de construção, artigos de comércio e também sementes, plantas e animais domésticos”.³³ Entre aqueles companheiros de Martim Afonso de Sousa, vieram, “além de muita nobresa, alguns fidalgos da Casa Real, como foram Luís de Góis, e sua mulher D. Catarina de Andrade e Aguilar, seus irmãos Pedro de Góis, que depois foi capitão-mór de armada pelos anos de 1553, e Gabriel de Góis; Domingos Leitão, casado com D. Cecília de Góis, filha do dito Luís de Góis; Jorge Pires, cavaleiro-fidalgo; Rui Pinto, cavaleiro-fidalgo, casado com D. Ana Pires Micel, Francisco Pinto, cavaleiro-fidalgo, e tôdos eram irmãos de D. Isabel Pinto, mulher de Nicoláu de Azevedo, cavaleiro-fidalgo e senhor da

(32) Visconde de Pôrto Seguro — *op., cit.*, I-106.

(33) Paulo Merêa — *A Solução Tradicional da Colonização do Brasil in História da Colonização*, cit., III-169.

quinta do Rameçal em Penaguião e filhos de Francisco Pinto, cavaleiro-fidalgo, e de sua mulher Marta Teixeira, que ambos floresciaam pelo ano de 1550. . . Outros muitos homens trouxe desta qualidade com o mesmo fôro e também com o fôro de moços da câmara, e todos ficaram povoando a vila de São Vicente".³⁴

Além dêsses primeiros povoadores, outros, que exerceram o govêrno da capitania, em nome do donatário, igualmente merecem referência: o vigário Gonçalo Monteiro, António de Oliveira, também cavaleiro-fidalgo da Casa Real, Cristovão Aguiar de Altero e Brás Cubas, o fundador de Santos, os irmãos Adorno, genoveses, entre outros.

Do início dêsse povoamento diz, em saborosa linguagem, o "Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa": "A todos nos pareceu tam bê esta terra q o capitão determinou de a povoar e deu a todolos homes terras pera fazere fazedas e fez huã vylla na ilha de sam vicete e outra nove leguoas detro pello sartão aborda d'hum Rio q se chama pirãtiningua e Repartio a gete nestas duas villas e fez nellas officiaes e pos tudo em boa obra de Justiça de que a gete toda tomou muyta consolação cõ verem pouoar vyllas e ter leis e sacreficios e celebrar matrimonios e vivere em comunicação das artes e ser cada hu senhor do seu e vestir as enjurias particulares e ter todolos outros beês da vida segura e conversavel".³⁵

Assim, antecedendo de pouco a criação das capitancias hereditárias, São Vicente, logo tornada uma delas, e exatamente a maior quanto ao litoral, foi a única cujo financiamento foi feito inicialmente pela Coroa, e não pelo donatário. Martim Afonso de Sousa, aliás, ainda não era

(34) Pedro Taques de Almeida Pais Leme — op. cit., 65.

(35) Op. cit., I-341/342.

rico por essa época, e de pouco serviriam os auxílios financeiros fornecidos por sua esposa. D. Ana Pimentel, procuradora durante a sua longa ausência na Índia. Ficaram, portanto, aqueles colônos reduzidos a seus próprios esforços, iniciativas e recursos,³⁶ até que mais tarde "Martim Afonso favoreceu muito esta sua capitania com navios e gentes que a ela mandava, e deu ordem com que mercadores poderosos fossem e mandassem a ela fazer engenhos de açúcar e grandes fazendas, como tem até hoje em dia".³⁷

c) CAPITANIAS HEREDITÁRIAS

Quanto à criação das capitanias hereditárias, como fator para o povoamento, tem perfeita aceitação os argumentos apresentados pelo sr. Paulo Merêa, em *A solução tradicional da colonização do Brasil*: "Demonstrado está que a fama dos tesouros do Brasil, incerta ainda, e contrabalançada por um sem número de dificuldades e perigos, não era de molde a só por si fascinar e atrair os portugueses. Importava oferecer aos colonizadores tam decididas e evidentes vantagens, e uma condição por tal forma excelente que, desagregando-os do torrão ou desviando-os do chamariz do Oriente, os arrastasse a um empreendimento aventuroso e erizado de obstáculos. Com as doações hereditárias de vastas províncias brasílicas e com o sistema de sesmarias gratuitas, que era o seu indispensável complemento, atingia-se êsse *desideratum*. O que se conhecia do país era já mais que suficiente para convencer os nossos estadistas de que, em vêz de uma simples série de feitorias para o tráfico de artigos de so-

(36) Carlos Malheiro Dias — *O regime feudal das donatarias*, in *História da Colonização*, cit., III-230.

(37) Gabriel Soares de Sousa — op. cit., 106.

menos valor, o futuro da grande colônia estava no seu povoamento em larga escala e desde já no seu aproveitamento agrícola pela transplantação dos processos experimentados nos arquipélagos adjacentes".³⁸

Resolvida a criação das donatarias em 1532, escreveu D. João III a Martim Afonso de Sousa, ainda em São Vicente: "fui informado que de algumas partes faziam fundamentos de povoar a terra do dito Brasil"... e "mandei dar a algumas pessoas que requeriam capitã-nias de cinquenta léguas cada uma; e segundo se requerem parece que se dará a maior parte da costa; e todos fazem obrigação de levarem gente e navios à sua custa, em tempo certo".³⁹

Nessa obrigação de levar gente à custa própria estava quase todo o sistema e sua singularidade. "Como Paine assinalou em sua *History of Colonization*, os portugueses foram os primeiros europeus, desde a antiguidade, a estabelecer colônias no estrito sentido do termo, vendendo o que possuíam na Pátria (como fizeram, realmente, vários donatários) e transportando-se, com suas famílias, para a nova residência".⁴⁰ Desta forma, "com a fundação do Brasil colonial sôbre as bases complexas do povoamento promiscuo, elabora-se um tipo rudimentar de civilização, que reflete de modo imperfeito as tendências e as condições da metrópole ibérica naquele período"⁴¹

(38) *História da Colonização*, cit., III-172.

(39) Visconde de Porto Seguro — op. cit., I-166.

(40) Percy Alvin Martin — *Portugal in América*, separata de *The Hispanic American Historical Review*, vol. XVII, n.º 2, Maio de 1937, p. 187.

(41) Azevedo Amaral — *Ensaio Brasileiro*, 2.ª ed., p. 137.

III — DONATÁRIOS E COLONOS

Antigos capitães das conquistas da Ásia, como Francisco Pereira Coutinho e Vasco Fernandes Coutinho, lançam-se, com tôda a generosidade de soldados, à empresa de colonização da América, recebendo, em doação, as capitânicas da Bahia de Todos os Santos e do Espírito Santo, em que fracassa, até a morte, o primeiro, e luta, até o desânimo e a ruína, o segundo. Navegadores, como Aires da Cunha, sossobram, desde logo, ou abandonam as tentativas, anos depois, como Pero de Góis. Outros, atraídos ainda pela Oriente, limitam-se a nomear representantes, como Martim Afonso de Sousa e Pero Lopes de Sousa. Levando mais a sério o encargo, nêle triunfa, excepcionalmente, Duarte Coelho, em Pernambuco. Um proprietário, que para o Brasil se transfere e em Pôrto Seguro trabalha com ardor, conseguindo realizar algo de firme, Pero do Campo Tourinho, também é afastado do novo cenário, por motivos acidentais. Altos funcionários do Reino, como Fernão Alvares d'Andrade, Antônio Cardoso de Barros, João de Barros e Jorge de Figueiredo Corrêa, — pouco, ou quase nada fazem para a colonização dos respectivos lotes, perdendo ânimo diante dos primeiros desastres, ou deixando-se ficar do outro lado do Atlântico, sem tentar a tarefa difficílissima da construção de um país.

1 — Pernambuco

a) DUARTE COELHO E SEUS SUCESSORES

Mereceria referências especiais Duarte Coelho. Deixando de parte a sua biografia fóra do Brasil, rica em feitos na Ásia e cruzeiros à África, citados por João de Barros, Diogo do Couto, Gaspar Corrêa e Frei Luís de Sousa, basta lembrar que “entre todos os donatários é

Duarte Coelho o único exemplo de um construtor de nação; único que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos seus descendentes como um fundador de dinastia".⁴² "Construiu torre de pedra e cal, num alto onde hoje está a vila (de Olinda). Na defesa contra índios e franceses, na limpeza da costa, infestada pelos caetés, perderam-se muitas vidas e êle gastou muitos mil cruzados que adquirira na India".⁴³ "Iniciou com sucesso a cultura da cana, tendo solicitado o auxílio pecuniário dos mercadores de Lisboa para o estabelecimento das plantações e o fabrico dos engenhos",⁴⁴ "na clara intuição de que essa cultura poderia vir a ser de máxima importância para a sua capitania".⁴⁵ Pensou "logo no comércio de cabotagem e um dos seus primeiros cuidados foi mandar construir, em pequenos estaleiros adrede levantados, caravelões e lanchas para iniciarem o tráfico de mantimentos entre as capitanias próximas".⁴⁶ Ilustrado, como mostram as citações latinas de suas cartas a D. João III,⁴⁷ enérgico, a ponto de fazer marcar com uma cutilada um vizinho incômodo, de Itamaracá,⁴⁸ "continha a turbulência dos colonos",⁴⁹ e assim conseguiu "conquis-

(42) Carlos Malheiro Dias — op. cit., III-256.

(43) Gabriel Soares de Sousa — op. cit., p. 28.

(44) Rodolfo Garcia, nota aos *Dialogos das Grandezas*, cit., p. 163.

(45) Hermam Wätjen — *O Domínio Colonial Holandês no Brasil*, trad. brasileira do sr. Pedro Celso Uchôa Cavaleanti, p. 417.

(46) Oliveira Lima — op. cit., III-301.

(47) Pedro de Azevedo — *Os primeiros donatários*, in *História da Colonização*, cit., III-198.

(48) Frei Virente do Salvador — *História do Brasil*, cit., p. 126.

(49) Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial*, 3.^a ed., p. 47.

tar a palmas a terra que lhe fôra doada às leguas”,⁵⁰ indo ela “pera bem como louvores a Deus vay”.⁵¹

Seus filhos e sucessores, Duarte Coelho de Albuquerque e Jorge de Albuquerque Coelho, conquanto nascidos no Brasil, em sua capitania mais se distinguiram pelas lutas que sustentaram contra os indígenas, vindo o primeiro a morrer, em 1578, logo depois de resgatado em consequência da derrota de Alcacer-Quivir, também não voltando ao Brasil, depois de ferido nessa batalha, o segundo. O quarto e último donatário efetivo, Duarte de Albuquerque Coelho (1591-1658), Conde de Pernambuco e Marquês de Basto, teve seus positivos méritos diminuídos tanto pela sua atitude posterior à Restauração como pela glória militar do irmão Matias de Albuquerque, o capaz governador-general de 1624-1627, chefe da incrível resistência contra os holandeses de 1630 a 1635, afinal o general vencedor de Montijo e Conde de Alegrete, em 1644, luso-brasileiro cuja biografia constitui exemplo de tenacidade na luta e firmeza de ânimo na desgraça.

b) OS ALBUQUERQUES DE PERNAMBUCO

Ao lado, porém, da descendência do primeiro donatário da Nova Lusitânia, a família de seu cunhado Jerônimo de Albuquerque, o Torto, o Adão pernambucano, ou o “branco cisne venerando”, como foi cantado por Bento Teixeira,⁵² ocupa um lugar de destaque, não só

(50) Oliveira Lima — op. cit., III-292.

(51) *História da Colonização*, cit., III-316.

(52) “Aquele branco Cisne venerando,
Que nova fama quer o Céu que merque
E me está com seus feitos provocando,
Que dele cante, e sôbre êle alterque,
Aquele que na Idéia estou pintando,
Jerónimo, sublime d’Albuquerque,

na capitania, mas em quasi todo o Brasil, de Pernambuco ao Grão-Pará, sem interrupções, e com descidas ao Rio de Janeiro e Bahia, sempre que se fazia necessária uma conquista ou houvesse um cargo difficil a preencher.

Seu chefe, “durante meio século foi a grande figura da capitania”, julgou definitivamente Capistrano de Abreu,⁵³ attribuindo-lhe vinte e quatro filhos, quando trinta e dois, inclusive os duvidosos, apurou Borges da Fonseca.⁵⁴ Lugar-tenente dos donatarios ausentes, pacificador dos índios, patriarca da maior descendência já registrada no país, em que sobram os nomes illustres, em todos os ramos das atividades humanas, — para o período de que tratamos, de 1535, a 1645, pódem ser assinalados alguns dêles, de grande significação para a formação brasileira.

Foram seus filhos mamalucos Jerónimo de Albuquerque Maranhão, capitão do Rio Grande e primeiro capitão-mor do Maranhão, em cujas conquistas teve parte saliente, e André de Albuquerque, capitão-mór da Paraíba. Foi seu filho legítimo Afonso de Albuquerque, capitão-mór do Rio de Janeiro.

Entre seus netos, destacam-se os filhos de Jerónimo de Albuquerque Maranhão; António de Albuquerque Maranhão, capitão-mór do Maranhão e da Paraíba, que de-

Se diz, cuja invenção, cujo artificio,
Aos barbaros dará total exício”.

Bento Teixeira — *Prosopopéia dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, nova Lusitania, &c.*; publicação da Academia Brasileira de Letras, p. 45.

(53) Capistrano de Abreu — *Prolegómenos à História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, p. 81.

(54) Antonio José Vitoriano Borges da Fonseca — *Nobiliarquia Pernambucana*, 2 vols. extr. dos vols. XLVII e XLVIII dos *Anais da Bibliotéca Nacional do Rio de Janeiro*, I-9/20, II-354/463.

fendeu valentemente contra os holandeses, de 1631 a 1634, e Matias de Albuquerque Maranhão, capitão de Cumá, e capitão-mór do Pará, primeiro a socorrer em reforços, em Pernambuco, seu grande primo Matias de Albuquerque, em 1630, mais tarde capitão-mór da Paraíba. Também foram netos do primeiro Jerónimo de Albuquerque, pertencentes ao maior do ramos de sua família, Lourenço e Jerónimo Cavalcanti de Albuquerque, participantes do socorro à Bahia, contra os holandeses, em 1624. E para fechar a lista dos descendentes da segunda geração, ninguém melhor que Pedro de Albuquerque, o heróico defensor do Forte do Rio Formoso, em 1633, mais tarde governador do Estado do Maranhão.

Mas não fica aí a lista, que seria enfadonha se pretendesse arrolar somente os que se distinguiram em combates contra os invasores estrangeiros, em todo o Nordeste e Norte do Brasil, no final do século XVI e primeira metade do XVII. Para terminar, basta lembrar ter sido seu bisneto D. Francisco de Moura, o capitão-mór do Reconcavo da Bahia durante a reconquista aos holandeses (1624-1625), e seu trineto António Cavalcanti de Albuquerque, um dos *leaders* da Insurreição Pernambucana, em 1645.

Não é preciso acrescentar mais, para que se possa concluir pelo mérito de um povoamento que conseguiu contar com agentes assim tão excepcionais.

c) COLONOS DA NOVA LUSITÂNIA

Fóra, porém, do brilhante quadro oferecido pela própria parentéla dos donatários, Pernambuco pôde apresentar, nêsse século inicial da vida brasileira, um povoamento que constitui verdadeira prova de capacidade colonizadora da metrópole.

Duarte Coelho soube, realmente, escolher os seus companheiros, vianeses afeitos à agricultura, antes de se transformarem em navegadores, gente vinda a chamado de Afonso Gonçalves, fidalgos como os Bandeira de Melo e outros. Mesmo “os deportados que ficavam em Pernambuco mudavam forçosamente de vida sob a dura fiscalização do donatário e no meio de gente de bom viver, com a qual aspiravam a ombrear e a sua progênie ambicionava aliar-se, o açúcar dando-lhes abastança e passando uma mão de cal sôbre o seu próprio passado ou o da sua ascendência”.⁵⁵

Graças à energia de Duarte Coelho e aos constantes afluxos de colónos, para a conquista aos indígenas das terras ao sul do cabo de Santo Agostinho pôde o segundo donatário, Duarte Coelho de Albuquerque, organizar companhias de gente de Igaracú, Paratí (Paratibe) e da Varzea do Capiquaribe, além de mais três companhias de gente de Olinda, dividida conforme a procedência em vianeses, portuenses e lisboetas.⁵⁶

Já por essa época, meados do século XVI, outros elementos valiosos haviam ocorrido à Nova Lusitania. D. Cristóvão de Melo, o sogro de Jeronimo de Albuquerque, e D. Felipe de Moura, seu sobrinho e genro, ambos mais tarde capitães-mores da donataria; seu genro o florentino Felipe Cavalcanti, e outros. Grandes “línguas” e amigos dos indígenas, como Vasco Fernandes de Lucena, aliam-se a prósperos senhores de vários engenhos, como João Pais Barreto, do Cabo, e o alemão Cristóvão Lins, de Porto Calvo.

São êstes os vultos que formaram a sociedade pernambucana que em 1584 tanto deslumbrou o jesuíta Fer-

(55) Oliveira Lima — op. cit., III-297.

(56) Frei Vicente do Salvador — op. cit., p. 198.

não Cardim, dêle merecendo o seguinte expressivo retrato:

“A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu; alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e as mulheres e filhos de tôda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, prégações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmesim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias côres, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos. Aquele dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e vieram dar vista ao colégio para os ver o padre visitador; e por esta festa se pôde julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetes, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenhos juntos, e revesando-se desta maneira gastam quanto têm e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; em alguns anos beberam oitenta mil cruzados dados em rol. Enfim em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa. Os vianeses são senhores de Pernambuco, e quando se faz algum arruido contra algum vianês dizem em lugar de: ai que d’el-rei, ai que de Viana, etc”.⁵⁷

(57) Padre Fernão Cardim — *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 2.^a ed., ps. 295/296.

Com êste quadro concordou, também, Gabriel Soares de Sousa, ao assegurar que “é tão poderosa essa capitania que há nela mais de cem homens que teem mais de mil até cinco mil cruzados de renda, e alguns de oito, dez mil cruzados. Desta terra saíram muitos homens ricos para êstes reinos que foram a ela muito pobres, com os quais entram cada ano desta capitania quarenta e cincoenta navios carregados de açúcar e pau-brasil”.⁵⁸

Dotados de tantos recursos, os habitantes de Pernambuco puderam auxiliar, de modo decisivo, a conquista da Paraíba, de 1579 a 1585, duramente iniciada pelo rico proprietário Frutuoso Barbosa. Graças a essas mesmas riquezas, despertou a capitania a cubiça dos ingleses e franceses de Lancaster, Venner e Noyer, que, aliados a holandeses, de amigos transformados em inimigos pela união das coroas ibéricas, — saquearam Recife em 1595, embora repellidos no ataque a Olinda. E puderam, os pernambucanos, fechando honrosamente o século XVI, contribuir, de modo preponderante, para a conquista do Rio Grande, de que foi encarregado Manuel Mascarenhas Homem, capitão-mor de Pernambuco.

Êsse povoamento não sofreu interrupção nos primeiros trinta anos do século XVII; pois, como escreveu Oliveira Lima, “persistiu até a invasão dos holandeses a imigração aristocrática com um caráter que podemos qualificar de civil, para diferenciá-la da de caráter militar que a guerra depois determinou: aquela era a que condizia com a índole feudal do senhorio, que como tal se prolongou até então. Os fidalgos que chegavam e desejavam estabelecer-se, encontravam farta matéria prima matrimonial entre as famílias já radicadas, bastando a de Jerônimo para uma amplo fornecimento. Rebentos destas fa-

(58) Gabriel Soares de Souza — op. cit., p. 29.

mílias nobres iam combater em África, na Índia, nas armadas, depois da anexação em Flandres, e mais tarde na Catalunha. Era um viveiro mais de ilustre sangue lusitano, ainda não tinto pela mestiçagem africana".⁵⁹

d) OS HOLANDESES NO NORDESTE

Apesar de atingido pela tentativa holandesa de conquista, embora apenas em sua órta litorânea, nunca avançando muito para o sertão de 1630 a 1654, o Nordeste do Brasil, do Rio Grande a Alagoas, compreendendo, por menos tempo, Sergipe, Ceará e Maranhão, continuou luso-brasileiro, pois, se "a dominação holandesa era um fato, não era, nunca seria um fato consumado", como afirmou, definitivamente, Capistrano de Abreu.⁶⁰

Como, entretanto, à época da Restauração, essa transitória ocupação holandesa houvesse atingido o seu período mais característico, registrando certa estabilidade, embora mais aparente que real, como logo se provaria, governando a artificial Nova Holanda o Conde João Maurício de Nassáu-Siegen, — é oportuno traçar, apoiado em seus próprios documentos, apresentados pelo alemão Hermann Watjen,⁶¹ um quadro da sua arbitrária sociedade.

Compunham-na aventureiros de toda espécie e de todas as procedências, holandeses, alemães, franceses calvinistas, escoceses, ingleses, irlandeses, poloneses e, principalmente, judeus portugueses emigrados anteriormente para a Holanda e, de lá, vindos para o Brasil, além de soldados, marinheiros e funcionários da Companhia das Índias Ocidentais, empresária da aventura.

(59) Oliveira Lima — *op. cit.*, III-299/300.

(60) Visconde de Pôrto Seguro *op. cit.*, II-361.

(61) Hermann Watjen — *op. cit.*

Governaram-na, de 1630 a 1636, três conselheiros políticos, ligados ao comandante militar; substituiu-os, de 1637 a 1644, aquele membro da Casa de Orange, cujas inegáveis qualidades, passíveis, entretanto, de exagêro, com esquecimento dos respectivos defeitos, têm servido para interpretações errôneas, relativas a êsse período da história colonial brasileira. Não contribuiu para melhorar essa sociedade a artificiosa tolerância de Nassáu. Nem deixou de ser, mesmo nessa sua fase mais próspera, essencialmente precária e forçada.

De início, convém acentuar o seu aspecto puramente militar: ocorrendo a invasão de Pernambuco em 1630, logo no ano seguinte existiam na estreita faixa da costa ocupada pelos holandeses 3.819 oficiais e soldados, 2.214 marinheiros, 576 civis, 421 negros; total, 7.030 pessoas, fóra 141 prisioneiros. Em 1634, as forças de terra contavam mais de 4.000 soldados, e as de mar 42 vasos, com uma guarnição de 1.500 marinheiros. E em 14-IV-1637, uma revista das tropas, passada por Nassau, acusou o efetivo real de 7.003 homens de guerra.

Sòmente depois de 1635 — é sempre Wätjen quem informa — começaram a vir para o Brasil cidadãos livres: a princípio apenas mulheres e parentes de soldados, depois artífices, mas poucos agricultores. Em 1636, muitos alemães, fugindo à guerra que desde 1618 lavrava na Europa Central. Os soldados, teòricamente, depois de quatro anos de serviço, deveriam ter baixa, e muitos, então, preferiam permanecer na nova terra, como colónos. A Companhia não queria receber sòmente colónos pobres, mas os ricos também não queriam vir. Em 1638, embora seja difícil precisar exatamente, o número dos habitantes civis da Nova Holanda, deveria dividir-se igualmente entre funcionários e empregados da Companhia das Índias Ocidentais e uma mesma quantidade de moradores livres, inclusi-

ve antigos soldados, indivíduos das várias nacionalidades acima citadas. Com a declaração da liberdade do comércio, também numerosos comerciantes vieram para a Nova Holanda. A continuidade da guerra forçava a militarização de toda essa gente: os habitantes da capital estavam em companhias de atiradores, e todo empregado da companhia, todo mercador e artesão livre, apto a carregar armas, pertencia à milícia, podendo ser chamado às armas sempre que a situação o exigisse. Havendo falta de mulheres, a Companhia resolveu mandar para o Brasil meretrizes, o que foi motivo de desordens e de desenvolvimento da sífilis, tendo, a respeito, o Conselho Político representado ao Diretório com energia, concluindo, textualmente: "A nossa impressão é, francamente, que a Metrópole considera o Brasil como uma cloaca destinada a receber toda a sua imundície".

A parte dos judeus, especialmente dos judeus portugueses anteriormente emigrados para a Holanda, ou seus próximos descendentes, era bem grande na população da Nova Holanda. Aparecem, aliás, desde o início da invasão: um deles, Antônio Dias Papa-robalos, que estivera anos antes comerciando em Pernambuco e passára à Holanda, guiou os invasores de Pau Amarelo a Olinda.⁶² Mas é durante o govêno de Nassáu que chegam a constituir grave problema para os protestantes e calvinistas, que conseguiram a proibição da celebração das cerimônias religiosas judaicas nas ruas, determinação que entretanto não foi obedecida.

Nos leilões dos bens pertencentes a luso-brasileiros ausentes, inclusive engenhos de "fogo-morto", isto é, abandonados devido à invasão, — dois terços dos arrematantes são judeus. Açambarcam o comércio, compram

(62) Visconde de Porto Seguro — op. cit., II-278.

escravos para revender, tornam-se únicos corretores do açúcar. Agem de tal fôrma, que o próprio Nassáu, seu declarado protetor, encaminha uma representação de moradores em que se çombate a liberdade “de receberem mais judeus, aos quais preferiam que não lhes concedesse na colônia, como sucedia, mais larguezas e direitos do que gozavam na própria Holanda” ⁶³. Alguns dêles, destacaram-se singularmente na vida da Nova Holanda, todos portugueses de nascimento ou origem. Gaspar Dias Ferreira, amigo e sócio de Nassáu, informante depois de Gaspar van Baerle para a elaboração do panegírico do Conde, e tambem informante do Embaixador D. Francisco de Sousa. Coutinho, nas posteriores negociações de Portugal com os Países Baixos, — é o principal deles Baltasar de Afonseca, construtor lesado da Ponte Maurícia, e Jorge Homem Pinto, senhor de nove engenhos, o maior devedor da Companhia das Indias Ocidentais (devia, só êle, 937.977 florins, em 1644), — exemplificam bastante a natureza das íntimas relações pelos judeus mantidas com os invasores. Com a restauração de Pernambuco, em 1654, sentindo-se inseguros com a possibilidade de serem entregues ao Santo Ofício, emigraram todos, inclusive para Surinam, Antilhas e América do Norte.

Quanto à religião, a ação dos prégadores calvinistas não pôde, igualmente, deixar consequências no Brasil. Combatendo os sacerdotes católicos e os judeus, seus esforços foram inúteis relativamente à conversão dos colonos luso-brasileiros e dos indígenas. Crescendo em número durante o govêrno de Nassáu, aumentaram, tambem, as respectivas divergências. E antes da derrota final, já haviam voltado à Europa os últimos pastores da igreja reformada, sem que tivessem conseguido lançar quaisquer

(63) Visconde de Porto Seguro — op. cit., II-361.

sementes à nova terra, onde também não deixaram saudades.

Não foram muitos os luso-brasileiros que antes das tréguas de 1641 se resignaram a viver entre os holandeses, apesar das promessas e seduções que empregou, para atraí-los, o Conde João Mauricio de Nassau-Siegen. As próprias autoridades da Nova Holanda aconselhavam os diretores do Conselho dos Dezenove a não depositar esperanças nos poucos trãsfugas portugueses que aderissem ao novo estado de cousas, como afirma, documentadamente, Hermann Watjen. A maioria daqueles habitantes preferiu emigrar, com Matias de Albuquerque, em 1635, e com o Conde de Bagnolo, em 1639. Os prisioneiros, para poupar mantimentos, eram remetidos, pelos holandeses, para as Índias Ocidentais, ou para os Açores, também transitóriamente conquistados a Portugal. E mesmo quando Nassáu concitou os habitantes fugidos a voltar, garantindo-lhes liberdade de crença, restituição de propriedades, igualdade de direitos com os holandeses, — poucos aceitaram, justamente desconfiados. Sem êles, entretando, a colonia não podia prosperar. Daí as ofertas de garantias, que afinal conseguiram atrair certo número de antigos moradores, embora por pouco tempo.

Desta forma, pouco se misturaram com os holandeses os luso-brasileiros habitantes do Nordeste invadido. Pois quanto às mulheres flamengas, escreveu Frei Manuel Calado — “nenhumas se poderiam gabar que Português algum de Pernambuco se afeiçoasse a mulher das partes do Norte, não digo eu para casar com ela, mas nem ainda para tratar amores ou para alguma desenvoltura; como por o contrário o fizeram quase vinte mulheres portuguesas, que se casaram com os Holandeses, ou para melhor dizer, se amancebaram, pois se casaram com hereges e por os predicantes hereges, porquanto os Holandeses as engana-

ram, dizendo-lhes que eram católicos romanos; e também por que como êles eram senhores da terra, faziam as cousas como lhes parecia e era mais honroso e proveitoso; e se os pais das mulheres se queixavam, não eram ouvidos, ou antes os ameaçavam com falsos testemunhos e com castigo.”⁶⁴ Assim sendo, dêses casamentos forçados resultaram, não os bons efeitos que poderiam ter esperado os invasores, e sim as várias traições dos holandeses casados com luso-brasileiras, que se registraram desde o início da Insurreição.

Foram mínimas, portanto, as consequências do transitório domínio holandês no Nordeste brasileiro. Não deixaram marcos de sua passagem, que teve fins exclusivamente de exploração comercial, não de colonização definitiva. De grande, nesse episódio, só há a reação que provocou, e que conseguiu sair vencedora, depois de um trintênio de lutas. Socialmente, o Brasil já estava constituído à sua época, como prova o espírito nacional então pela primeira vez manifestado com êsse caráter, e como demonstra o auxílio mútuo então mais uma vez evidenciado entre as capitâneas e o Govêrno-Geral que as unia.

2 — *As outras capitâneas*

Para a história social brasileira, a obra povoadora dos donatários das capitâneas cuja colonização encontrou dificuldades mais sérias também importa ser conhecida devidamente, para que se veja como persistiram em seus intentos até que os óbices encontrados se tornassem invencíveis.

Foi o que aconteceu na Bahia de Todos os Santos, onde Francisco Pereira Coutinho, apesar dos elementos

(64) Frei Manuel Calado — *Valeroso Lucideno*, ed. de 1668, p. 110.

favoráveis de que dispunha ⁶⁵, teve de lutar contra os índios até o esgotamento total de seus recursos. Atingido, ao que parece, pela traição de alguns de seus próprios colónos, foi obrigado a ceder, retirando-se, para cair, afinal, morto pelos indígenas, quando se dispunha a retornar à vila que fundára.

A sociedade, que em torno da Vila Pereira viera se formando, voltou assim à sua condição inicial de simples ninho de mamalucos, até que a escolha para séde do Governo-Geral viesse modificar, definitivamente, o seu destino.

Não foram muito diferentes, por certo, em seus resultados iniciais, as tentativas de colonização empreendidas no primeiro século nas outras capitánias que se seguiram pela orla litorânea: Ilhéus, Pôrto Seguro, Espírito Santo e São Tomé.

Em todas, puderam ser fundadas povoações que, em boa parte, ainda existem. Em todas, as lutas contra os índios fizeram malograr os primeiros esforços, sómente na centúria seguinte podendo Ilhéus, Pôrto Seguro e São Tomé — esta transformada em Campos dos Goitacázes — retomar o ritmo de sua evolução. Quanto ao Espírito Santo, depois das dificuldades que levaram à renúncia o donatário Vasco Fernandes Coutinho, pôde a capitania prosperar, sob seus sucessores, embora sem a mesma intensidade observada em outras regiões.

Algumas diferenças, entretanto, pôdem ser notadas nos difíceis começos dessas quatro capitánias. Nos Ilhéus, por exemplo, a ausencia do donatário foi, sem dúvida, motivo de fraquesa para a ação de seu delegado, impotente quanto à entrada de máus elementos em seu território. Já em Porto Seguro, pelo contrário, foi a presença do ativo donatário Pero do Campo Tourinho motivo de dis-

(65) Capistrano de Abreu — op. cit., p. 48.

córdias, logo que a sua ação teve de enfrentar insidiosas oposições, talvez originadas em certas intransigências de seu próprio caráter.⁶⁶ Uma e outra, entretanto, passando a simples colônias de exploração à distancia e não mais de povoamento, na posse longínqua dos Giraldes e dos Duques d'Aveiro, haviam de ceder aos reiterados ataques dos aimorés, de modo a tornar essencialmente precária a subsistência dos núcleos de povoação nelas anteriormente creados, sómente a passo lento restabelecidos depois da Restauração. O mesmo aconteceu em São Tomé ou Paraíba do Sul, onde nem a vila nem os engenhos fundados pelo donatário Pero de Góis conseguiram manter-se, tão completa foi a destruição levada a efeito pelo indígena rebelado.

IV — O GOVÊRNO GERAL E SUA AÇÃO SOCIAL

1 — *Novos elementos humanos*

Com a criação do Govêrno-Geral, em 1549, novos elementos humanos vieram juntar-se à sociedade nascente, aptos a caracterizá-la melhor, graças ao influxo oficial que determinára a sua vinda para o Brasil.

Funcionários ocupam o primeiro lugar, quanto à importância hierárquica, mas não quanto à influencia moral exercida na terra, assunto em que a primazia coube aos jesuítas, também então chegados com Tomé de Sousa. Degredados em lévas maiores, principalmente artifices necessários ao desenvolvimento do Estado, irmanaram-se aos colónos de todo o gênero voluntariamente emigrados, que como êles se tornariam proprietários, graças ao regime de

(66) Capistrano de Abreu — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, cap. *Atribuições de um Donatário*, ps. 35/50.

sesmarias. Orfãs recolhidas pela rainha D. Catarina, vindas para casar, escravos africanos recebidos em carregamentos cada vês mais frequentes, cristãos-novos, cuja abundância, hábitos e reminiscências judaicas revelariam as posteriores Visitações do Santo Ofício, estrangeiros a que as boas relações internacionais de Portugal abriam as portas de seus domínios ultramarinos, — todos êsses elementos acorreram a povoar o Brasil com maior regularidade que sob o sistêma das donatárias, a partir da segunda metade do século XVI.

Com a união das duas corôas ibéricas não sofreu interrupção êsse movimento, exceto quanto à vinda de estrangeiros. Pelo contrário, parece ter aumentado, com a conquista e imediato início de povoamento de novas capitanias ao Norte, e com a permissão para que também espanhóis se estabelecessem no país, o que foi observado principalmente no Sul.

Com as lutas contra o invasor estrangeiro, que então deixou de ser apenas o francês habitual na costa brasileira desde 1504, mas também ingleses e holandeses inimigos da nova metrópole, de 1580 a 1640, — solidificaram-se em um só todo social êsses contingentes humanos que, embora esparsos em pequenos e distantes núcleos, começam a sentir-se unidos e definidos, solidários em suas dificuldades, bases de uma Pátria cuja formação se modelava através de características próprias, asseguradoras de sua futura homogeneidade.

a) EX-DONATÁRIOS: ALTOS FUNCIONÁRIOS

Entre os funcionários de maior categoria que vieram em 1549 como auxiliares de Tomé de Sousa, dois eram antigos donatários: um, o provedor-mór da Fazenda, António Cardoso de Barros, ainda não conhecia a terra; o outro, Pero de Góis, nomeado capitão-mór da costa, havia

falhado na tentativa de povoar a sua capitania de São Tomé, apesar de ter sido companheiro de Martim Afonso de Sousa e, com seus irmãos Luís e Gabriel de Góis, colono em São Vicente. Pela sua prática e conhecimento do Brasil, Pero de Góis teria influído na própria criação do Governo-Geral, estando no Reino, no ano anterior, como afirmou o Visconde de Pôrto Seguro.⁶⁷ Mais tarde, voltando à Bahia, de sua viagem ao Sul, mandou-o novamente a Portugal o governador Tomé de Sousa, para que pedisse dez homens hábeis e honestos que pudessem ser capitães das terras e oficiais da Fazenda, e ordem para que donatários viessem morar em suas capitanias, se não tivessem motivos muito justos que os impedissem. Envolvendo-se, depois, António Cardoso de Barros e Luís de Góis, nas dissensões entre o segundo governador-geral, D. Duarte da Costa, e o primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, teria sido remetido preso para o Reino, “por cousas mal feitas”, Luís de Góis, e morreria, com o prelado, no trágico naufrágio de Coruripe, António Cardoso de Barros. Deixou este, entretanto, descendência no Brasil: filho seu foi Cristovão de Barros, governador do Rio de Janeiro e, interinamente, do Brasil, a quem se deve a construção de um engenho de açúcar, no fundo da baía de Guanabara, e a conquista violenta de Sergipe (desprezada a que pacificamente vinham fazendo, antes, os jesuí-

(67) “Graças à presença na Côrte de Pero de Góis, e à sua ilustração e gênio ativo, se assentou em fim do ano de 1548, no melhor partido, qual o de crear no Brasil um centro de poder, para acudir onde houvesse mais necessidade. Foi também resolvido que se retirasse aos donatários algumas das prerrogativas, de que não tinham sabido usar convenientemente, como a alçada que no civil e no crime possuíam sôbre os colónos; devendo, desde então, entrar em suas terras corregedores e outras justiças, e podendo ser êles suspensos de suas jurisdições”.

— Visconde de Porto Seguro, *op. cit.*, I-288.

tas). Aí, nesse ponto de ligação entre a Bahia e Pernambuco, grandes sesmarias reservou para o filho, de nome igual ao do avô, é que depois foi grande proprietário e senhor de engenho também na Bahia exemplo característico, e não único, de prosperidade obtida por descendentes de funcionários no Brasil.

b) GOVERNADORES RADICADOS NO BRASIL.

Mas, além de famílias de altos funcionários, também as dos próprios governadores-gerais algumas vezes se radicaram profundamente no Brasil, como exemplifica, perfeitamente, a de Men de Sá. Perdendo um filho em luta contra os indígenas, no Espírito Santo, e um sobrinho na conquista do Rio de Janeiro, mais parentes deixou na Bahia com grandes propriedades,⁶⁸ além de outro sobrinho no governo do Rio de Janeiro. Este, Salvador Corrêa de Sá, governou a nova capitania real por duas vezes, de 1567 a 1572 e de 1578 a 1598, num total de vinte e cinco anos; seu filho Martim de Sá, em duas ocasiões a governou, de 1602 a 1608 e de 1623 a 1632, quando faleceu, perfazendo quase quinze anos de governo, sem contar outras atividades contra os índios, na pesquisa de minas, e na capitania de São Vicente, como o irmão, Gonçalo de Sá; seu neto Salvador Corrêa de Sá e Benevides, também administrou o Rio de Janeiro, onde nascera, por mais de seis anos e meio, entre 1637 e 1643, e em 1648, quando foi restaurar Angola, então em poder dos holandeses, já tendo tido oportunidade, antes, de socorrer o Espírito Santo, em 1625, e de realizar a aclamação, em sua cidade na-

(68) Estudadas, excelentemente, na tese "*Testamento de Men de Sá: Inventário de seus bens no Brasil*", de autoria do sr. Wanderley Pinho, apresentada ao III Congresso de História Nacional, comemorativo do Centenário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1938).

tal, de D. João IV, em 1641, apesar de ser filho e esposo de espanholas. Como prêmio de tantos serviços, continuados por outros membros da família e coroados em ativa participação nos trabalhos do Conselho Ultramarino, seus descendentes, os Viscondes de Asséca, foram posteriormente donatários da nova capitania dos Campos dos Goitacáses, que sucedeu à de São Tomé.

Além da dos Sás, também poderiam fornecer exemplo de apêgo ao Brasil outras famílias de governadores, como a dos Sosas, de D. Francisco de Sousa, incansável pesquisador de minas e, por isso mesmo, avô do primeiro Marquês das Minas, governador-geral de 1591 a 1602, e da repartição do Sul, de 1609 até falecer, em 1611, quando foi aí sucedido pelo filho, D. Luís de Sousa, até 1613, sendo êste casado em Pernambuco, e pai de D. João de Sousa, já brasileiro e casado também com brasileira, mestre de campo que valorosamente militou nas lutas contra os holandeses.⁶⁹

c) ÓRFÃS PARA CASA*

Foi muito grande, realmente, a ação social dos governadores-gerais do Brasil. Já vimos como lhes coube fiscalizar — às vêzes através do ouvidor-mór — o procedimento dos degredados e criminosos homisiados no novo Estado. Atribuições também delicadas, relativas, ainda,

(69) As principais referências brasileiras à família de D. Francisco de Sousa encontram-se em António José Vitoriano Borges da Foonseca — *Nobiliarquia*, cit., I-73; Capistrano de Abreu — *Prolegómenos*, cit., p. 261; Rodolfo Garcia, notas à *História Geral*, cit., II-164, e *Explicação*, nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, LIX-15; Carvalho Franco — *Os companheiros de D. Francisco de Sousa*, ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, e *Bandeiras e Bandeirantes de São Paulo*, 39/41.

ao povoamento e formação da sociedade, seriam as do recebimento e casamento de órfãs — donzelas da rainha D. Catarina e recolhidas do Mosteiro de Nossa Senhora da Encarnação — que nunca foram, estretanto, as moças “ainda que erradas”, mencionadas em carta, porém jamais recebidas oficialmente no Brasil. Ao tempo de D. Duarte da Costa ameudaram-se essas lévas de órfãs para casar, neto de uma delas, fidalga, embora bastarda, tendo sido o valente e simpático Manuel de Sousa d’Eçá, nascido em Ilhéus, soldado da conquista do Maranhão e do Pará e da defesa da Bahia em 1625.⁷⁰

Vinha de antes, todavia, a iniciativa desse sistema de fornecimento de esposas reinóis aos colonos, já em 1535 tendo a mesma rainha recomendado a D. Brites de Albuquerque, esposa do primeiro donatário de Pernambuco, uma D. Isabel de Fróis, que se casou com Diogo Gonçalves. O exemplo da soberana, teñia, aliás, seguimento na mesma capitania, onde, em 1595, fundou D. Maria Rosa, viuva de Pero Leitão, um recolhimento de mulheres nobres e órfãs, onde pudessem ficar até o casamento.

d) O CLERO REGULAR

Outro fator, e dos mais importantes, para a constituição da sociedade colonial, seria o cléro. Importante, pelo número como pela influência que então caracterizava a sua ação, nem sempre, entretanto, exercida de modo louvável, ninguém ignora como se encontrava infiltrado de máus elementos o padroado da época.

Exemplos disto são encontrados, com abundância, nos primeiros tempos dos donatários: um sacerdote deu motivo a que rompesse a luta dos indígenas da baía de Todos os

(70) Cf. Frei Antônio de Santa Maria Jaboatão — *Catálogo Genealógico*, in *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, vol. LII, 1.^a parte, p. 321.

Santos contra os colonos de Francisco Pereira Coutinho, outros fomentaram as discórdias de que resultou a expulsão de Pero do Campo Tourinho da sua capitania de Porto Seguro; e um "Padre do Ouro", alquimista, agitou, mais tarde, a Nova Lusitânia, sendo acusado de ter enfeiticado o segundo donatário da capitania, Duarte Coelho de Albuquerque.

Não melhorou muito a situação do cléro colonial com a criação do bispado do Brasil, com séde na Bahia como esperavam os jesuítas. As dissensões entre o primeiro bispo e o segundo govenador-geral fartamente o comprovam, a dureza da ocorrência não tendo servido para evitar a sua repetição, mais tarde, várias vêzes. E pouco deve ter contribuido para isso a necessidade da creação, posteriormente, de duas administrações eclesiásticas, com sédes, uma, a princípio, no Rio de Janeiro, depois no Espírito Santo, a outra na Paraíba, atendendo-se à rapida multiplicação das vigararias.

Repartiam-se estas por todas as capitanias, em algumas sendo mesmo relativamente avantajado o seu número, já em 1617, como documentou a "Folha Geral do Estado", quando existiam 4 em São Vicente, 2 no Espírito Santo, 14 na Baía, 12 em Pernambuco, 2 em Itamaracá, — o que mostra o aumento da população.

e) OS JESUÍTAS

Ao lado, porém, desse cléro regular, e logo ultrapassando-o em influência e talvez mesmo em quantidade, a Companhia de Jesus desde 1549 havia se estabelecido no Brasil. Agiu, desde logo, com tamanho ardor e devotamento, entregando-se à missão que imediatamente compreendeu ser a que tinha a realizar no Brasil, que por mais de dois séculos a sua ação de tal maneira se envolveu na própria vida do país que separar uma da outra tornou-se ao historiador completamente impossível. Distanciou-

se tanto, essa obra, da que aqui também realizaram os membros do cléro regular, e de outras ordens religiosas (franciscanos, carmelitas e beneditinos, também chegados ainda no primeiro século), que só os jesuítas costumam ser mencionados, embóra não agissem com exclusividade, principalmente a partir do século XVII.

Os primeiros inacianos “mandados a êste continente, sobre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar - completaram harmonicamente a administração, pois tanto como Tomé de Sousa e Pero Borges, o Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colonia e no ardor dos seus 32 anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na História”,⁷¹ diz Capistrano de Abreu. Assim, na palavra de outro escritor brasileiro, Ronald de Carvalho, “o Brasil, pode-se afirmar sem êrro, foi, em grande parte, um produto da vontade pertinaz e do sacrifício contínuo e superior dos discípulos da Companhia de Jesus. Aproximando o gentio do cristianismo, submetendo-o pela doçura ou pela força às disciplinas da sua religião, evitando o seu escravizamento aos “maganos de Portugal”, obra-ram os jesuítas com refinado saber, concorrendo para o fortalecimento político e econômico da incipiente familia brasileira”.⁷² E, para concluir êsse julgamento com a fundamentada opinião do mais autorizado dos historiad-ores da Companhia de Jesus no Brasil, o Padre Serafim Leite, S. J., basta transcrever êste trecho do Prefácio da sua obra monumental: “Se os colonos e administradores portugueses governavam a terra e a cultivavam como fonte de riqueza e elemento de soberania, os Jesuítas da Assistência de Portugal amavam a terra e os seres humanos que essa terra alimentára no decorrer dos séculos. Os

(71) Capistrano de Abreu — *Capítulos*, cit., p. 52.

(72) Ronald de Carvalho — *Pequena História da Literatura Brasileira*, 6.^a ed., p. 72.

primeiros apoderavam-se do corpo; os segundos, da alma. Do concurso de uns e outros, completando-se, nasceu o Brasil. Enquanto os Governadores, Capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o novo edifício com fôrmas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade".⁷³

À vista de tão categóricas afirmações, seria desnecessário exemplificar com elementos de prova o valor da ação aqui empreendida pelos jesuítas, entre a chegada de Manuel da Nóbrega, em 1549, e a viagem ao Reino dos Padres António Vieira e Simão de Vasconcelos, com a notícia da aclamação de D. João IV, na Bahia em 1641. É suficiente lembrar que seguiram logo a caminho do Sul, encontrando e vencendo dificuldades em Ilhéus e Pôrto Seguro, sendo mais favorecidos no Espírito Santo, tendo papel quasi preponderante na expulsão dos franceses do Rio de Janeiro e na consequente fundação da cidade que seria a metrópole brasileira⁷⁴ e logrando funções de relêvo

(73) Padre Serafim Leite, S.I. — op. cit., I-XVIII.

(74) Tendo acompanhado Men de Sá ao Rio de Janeiro, em 1560, na primeira expedição contra os franceses, daí escreveu Nóbrega ao Cardial-Infante D. Henrique, salientando a conveniência da fundação de uma cidade no local (*Cartas do Brasil*), ed. da Academia Brasileira de Letras, p. 227). Mais tarde, em 1565-1567, seu auxílio, material e espiritual, com o de Anchieta e o do Padre Gonçalo de Oliveira, foi algumas vêzes decisivo para a conquista da região, de modo a justificar plenamente o depoimento prestado pelo próprio Anchieta: "Do Colégio do Rio de Janeiro foi o primeiro (Reitor) o Padre Manuel da Nóbrega, que o começou a *fundamentis*, e nele acabou a vida, depois de deixar toda aquela terra sujeita e pacífica, com os Indios Tamóios sujeitos e vencidos, e tudo sujeito a El-Rei, sendo êle o que mais fez na povoação dela. Porque com o seu conselho, fervor e ajuda, se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro". (*Cartas, Informações, Fragmentos Históricos e Sermões do Padre Joseph de Anchieta*, S. I., ed. da Academia Brasileira de Letras, p. 327).

tambem em São Vicente, onde fundaram o colégio que deu origem à cidade que é hoje a segunda do país em importância e população. Na conquista do Norte, foram os inicianos os primeiros a aldear indígenas em Sergipe, como também fizeram na Paraíba, Rio Grande, Maranhão e Grão-Pará, sem que possam ser esquecidas as atribuições de cronistas epistológrafos e gramáticos forçados que nessas missões de pioneiros lhes competiram.

No desempenho de tão árduas incumbências não lhes faltaram empecilhos, de que não seriam dos menores as divergências com os colónos escravizadores de indígenas e com alguns dos próprios governadores-gerais e capitães-móres. Lutanto, ainda, contra o mau cléro e contra os máus costumes vigentes na colónia, principalmente devido ao contáto entre brancos e selvagens, não se descuidaram, porém, os jesuítas, da missão educativa de que estavam encarregados e de que foram, até a expulsão final, os mais autorizados agentes em terras brasileiras.

Do Colégio dos Meninos de Jesus, instalado em 1550 na Bahia destinado aos órfãos recebidos de Lisboa e aos filhos dos indígenas, ao Colégio dos Trabalhos Apostólicos, creado em São Paulo do Campo de Piratininga, ao Colégio Canónico da Bahia dotado pelo Cardeal-Regente D. Henrique, e aos Colégios do Rio de Janeiro e de Pernambuco, subsidiados pelo Rei D. Sebastião — ha uma verdadeira coroação da obra missionária e de aldeamentos que desde a chegada empreenderam os jesuítas, multiplicando os núcleos da catequese, das simples aldeias às residencias onde nunca faltavam as “escolas de ler e escrever”, de acôrdo com a 4.^a parte das *Constituições* da Companhia e com a posterior *Ratio Studiorum*.

Para a realização de tão difícil programa, ainda no primeiro século de formação do país, necessitaram os jesuítas reunir recursos materiais suficientes, expressos em

dotações, sesmarias, legados, etc. A seu respeito, o insigne historiador da Companhia de Jesus no Brasil, Padre Serafim Leite, S. J., concorda que “eram bens avultados. Mas, perscrutando a fundo a complexa atividade dos jesuítas, o homem de bom senso tem forçosamente de concluir que os seus bens eram, na realidade, pequenos para tão grande obra”.⁷⁵ E não haverá, certamente, quem, em sã justiça, negue apoio a tão autorizada opinião.

f) A ESCRAVIDÃO DOS INDÍGENAS

Nesse ambiente em que tão profundas alterações iam sendo registadas, à medida que extendiam a sua ação, para o Sul e para o Norte, os Governos-Gerais e os jesuítas, uma ocorrência constante entretanto também se verificava, já conhecida sob o regime das donatarias, mas nem por isso evitada depois: a questão da escravidão dos indígenas. Apesar dos obstáculos opostos pelos selvícolas a êsse compreensível desejo dos brancos, — novos na terra e com falta de braços para começar novas atividades, — persistiam os colónos na tentativa de sujeição do gentio. À repulsa deste, sucediam-se as guerras, justas ou injustas, com resultados nem sempre favoráveis aos civilizados, pela vantagem numérica dos que defendiam a sua liberdade. As medidas, vindas do Reino, mais complicadas depois da junção das corôas ibéricas, garantidoras daquela instável liberdade, tornavam-se letra-morta, por permitirem o recurso às exceções, que também incluíam, pelas quais tornava-se lícita a escravidão dos selvagens. Assim, em todo o período de quase um século, que vai da criação do Governo-geral à Restauração, também essa questão agitou a vida da colônia, sucedendo os ataques recíprocos às aldeias dos indígenas como às povoações dos

(75) Padre Serafim Leite, S.I. — op. cit. I-186.

brancos, com maior ou menor intensidade, em todos os pontos já povoados do país.

Não quer isto dizer, entretanto, que tenha sido sómente de desinteligências as relações então mantidas entre os colónos e os índios. Pelo contrário, em muitas regiões, aos conflitos iniciais seguiu-se a paz, às vêzes até em caráter definitivo. Provas disto são fornecidas, com abundância, nas constatações referentes ao grande número de mamalucos logo registrado, fato de tão notáveis consequências para a vida social e para a dilatação territorial do país, como é sabido.

g) O TRÁFICO DE AFRICANOS

Como resultado dessa repulsa do indígena ao trabalho forçado em benefício dos colónos, verificou-se, no Brasil, a necessidade de se recorrer ao braço escravo de outra procedência, o do negro africano, já conhecido na própria Europa e com satisfatório aproveitamento nas ilhas do Atlantico. As importações de africanos, começadas ainda sob o regime das donatárias, incrementadas à medida que progrediam as atividades econômicas representadas, principalmente, pela exigente lavoura da cana de açúcar, tornaram-se regulares sob o Governo-Geral. E seus efeitos também não tardaram a se fazer sentir, pela copiosa miscigenização que prontamente proporcionou, com prolongamentos que, intensificados nos séculos seguintes, ainda constituem, hoje, elementos da maior importância na formação social brasileira.

h) OS CRISTAOS-NOVOS

Na sociedade colonial, composta de elementos tão diversos, também merecem referência os abundantes cristãos-novos, para o Brasil emigrados desde o início da co-

lonização. E' possível que ainda sob D. Manuel alguns dêles já procurassem a nova terra, aumentando essa emigração no reinado seguinte, quando o estabelecimento da Inquisição em Portugal iria naturalmente inquietar os que ainda presassem as práticas do judaísmo.

Esse movimento não passou desapercibido ao governo de D. Sebastião, que, como o anterior, não tendo cogitado de instalar no Brasil o Tribunal do Santo Ofício, proibiu que passassem às colônias os cristãos-novos por lei de 30. VI. 1567, provisão de 2. VI e alvará de 2. VII. 1573, disposição essas aliás revogadas por alvará de 21. V. 1577.⁷⁶

Com a união das corôas ibéricas inaugurou-se uma política ainda mais variável, óra favorável, óra perseguidora dos judeus e cristãos-novos.⁷⁷ Com a primeira Visitação do Santo Ofício, ocorrida em 1591-1595, na Bahia e em Pernambuco, compreendendo também as capitanias de Itamaracá e Paraíba, pôde ser verificado como era grande o número dos judaizantes passados ao Brasil. As confissões e denunciaçãoes já publicadas, inclusive as relativas a uma nova Visitação, em 1618, na Bahia,⁷⁸ mos-

(76) Visconde de Porto Seguro — op. cit., II-21.

(77) As perseguições aos judeus e cristãos-novos foram declaradas de novo em vigor por lei de 26-I-1587. A proibição de se cobrarem juros ao dinheiro foi levantada em 31-VII-1601, acrescentando-se, em 24-XI-1601, que ninguém lhes chamasse "cristãos-novos, marranos ou judeus". Foi isto outra vêz revogado em 13.II-1610, quando tudo voltou ao ordenado em ... 1587. Voltou em 17-XI-1629 a proteção de 1601; porém uma consulta de 29-IV-1630 opinava que se devia revogar na parte em que se lhes consentia passar às colônias. (Cf. Visconde de Porto Seguro — op. cit., II-20).

(78) *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil — Confissões da Bahia: 1591-1592* — Prefácio de J. Capistrano de Abreu (Duas edições). Ibidem — *Denunciações da Bahia 1591-1593* — Introdução de Capistrano de Abreu. Ibidem — *Denunciações de Pernambuco: 1593-1595* — Introdução do

tram, abundantemente, o vulto dessa participação de judeus e cristãos-novos na sociedade colonial, contribuindo, de maneira indispensável, para que se possa fazer idéia de seus costumes privados (atenuados, naturalmente, os exagêros das denúncias), da natureza precária dos sentimentos religiosos de muitos deles, da influência do contáto com indígenas não assimilados à civilização e ao cristianismo, etc..⁷⁹

i) OS ESTRANGEIROS

As boas relações mantidas por Portugal com as outras nações européias, até 1580, apesar das inúmeras dificuldades internacionais registadas durante todo o século XVI, permitiram o livre acesso ao Brasil de numerosos estrangeiros, desde o início de sua colonização.

Alemães, que desde o século anterior recebiam excelente acolhimento no Reino; flamengos, principais encarregados da distribuição das especiarias do Oriente, como do pau-brasil e do açúcar brasileiro na Europa, assim como ingleses, frequentaram o litoral do Brasil até aquele ano, nele se estabeleceram várias vezes em caráter definitivo, constituindo família e ocupando até cargos públicos, sem obstáculos maiores que os pedidos de licença então usuais. Apenas os franceses se mantiveram menos amigos dos portugueses nesse período, pretendendo levan-

sr. Rodolfo Garcia. *Livro das Denúncias que se fizeram na Visitação do Santo Ofício à Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, no ano de 1618* — in *Anais da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XLIX, ps. 75/198, com Introdução do sr. Rodolfo Garcia.

(79) Já vimos, anteriormente, qual a situação dos judeus e cristãos-novos trazidos pelos holandeses para as capitâneas do Nordeste, durante a tentativa de conquista empreendida pela Companhia das Índias Ocidentais.

tar feitorias e povoações no Brasil, defendendo-as à mão armada, sem que para isso pudessem alegar quaisquer direitos mais respeitáveis.

Essa situação se tornaria impossível com a junção das duas coroas ibéricas. Todos os muitos inimigos europeus da Espanha naturalmente incluíram o Brasil em sua lista de colônias, não querendo e não podendo fazer distinções quanto ao caráter pessoal daquela combinação monárquica, sem levar em conta que o Brasil continuava ligado a Portugal e não à Espanha. Não se fizeram esperar os seus ataques à costa brasileira, não interrompidos até a Restauração de 1640, ao mesmo tempo que severas medidas legislativas procuravam impedir essa afluência de estrangeiros ao Brasil, fechando-o a todos europeus que não fossem portugueses e espanhóis.

Quanto a êstes, porém, mesmo antes de 1580 já era notável o seu número, no país: naufragos das rotas do rio da Prata e do estreito de Magalhães, aventureiros, primeiros devassadores do caminho terrestre do Paraguai à costa de Santa Catarina e de São Vicente, elementos isolados facilmente fixados em capitánias como Pernambuco, Ilhéus, Pôrto Seguro, São Vicente e outras.

Com a união das corôas peninsulares não poderia se não aumentar essa procura do Brasil por parte de castelhanos, que para isso tinham completa liberdade.⁸⁰ Tão grande foi essa corrente de espanhóis, que chegaram êles a influir bastante na vida de capitánias como de São Vicente, onde eram mais numerosos, imiscuindo-se em questões como a dos colônos contra os jesuítas, a propósito da escravidão dos indígenas. Chegaram, mesmo, a causar receios e atropêlos, quando da aclamação de D. João IV.

(80) Cf. Manuel Múrias — *Apontamentos para a História dos Domínios Ultramarinos de 1580 a 1640*, in *Revista dos Centenários*, Lisbôa, n.º 5, Maio de 1939, p. 2.

Nessa oportunidade, convém notar que a fidelidade de portugueses e brasileiros seus descendentes esteve à prova, dela saindo plenamente vitoriosa, como ilustram os casos do governador do Rio de Janeiro, Salvador Corrêa da Sá e Benevides, embora filho e esposo de espanholas, e do "aclamado" de São Paulo, amador Bueno, também de ascendência castelhana.

2 — *Fatores sociais do sistema administrativo*

Como centro da vida administrativa da colônia, ou melhor, do Estado do Brasil, a Bahia conseguiu, ainda em fins do século XVI, o desenvolvimento que todos os documentos assinalam, a começar pelo aumento da população (expresso nas sucessivas criações de vigararias) e do número dos engenhos, possibilitados, êstes, pelas excelentes condições do Reconcavo pacificado e pelo constante afluxo de escravos africanos.

Entretanto, à vista da coexistência em maior número de capitânias hereditárias, a princípio ainda mais ligadas a seus donatários que aos governadores-gerais, através de suas intervenções, exercidas, principalmente quanto à fazenda, justiça e defesa, — não deve ser exagerada aquela influência da incipiente metrópole que já ia sendo a cidade do Salvador. Olinda de Pernambuco manteve, por muito tempo, a posição de primazia que lhe conferiram viajantes como o Padre Fernão Cardim, ao mesmo tempo que o grupo de povoações vicentinas prosseguia em sua feição um tanto especial de chaves do planalto, enquanto o Rio de Janeiro já ia entremostrando as suas possibilidades de futuro entreposto do Sul.

Esse quadro, que ainda é o do final do século XVI, estava destinado a receber profunda modificação com a conquista do Norte, então iniciada e sem esmorecimentos con-

tinuada durante todo o domínio espanhol. A criação de novas capitâneas reais, pertencentes à Coroa, situadas em terras que ficavam além de Itamaracá e então abandonadas pelos respectivos donatários, foi o resultado dessa conquista duramente obtida. Para a sua realização, tornaram-se necessárias lutas contra inumeráveis indígenas adversos, contra franceses que assiduamente frequentavam a costa de Sergipe, Paraíba, Rio Grande e Ceará, chegando a estabelecer-se em caráter definitivo no Maranhão, contra holandeses e ingleses que aßenhoraram-se de boas posições no Pará, na boca do Amazonas, donde foram também expulsos, ao mesmo tempo que por êsse rio atingiam os portugueses as extremidades ocidentais do país.

Como consequência desse gigantesco avanço para o Norte e para Oeste, foi creado, em 1621, o Estado do Maranhão, separado do Brasil. Esse ato, originado mais em simples comodidade de comunicações marítimas com a Europa que em aplicação, nos domínios portugueses, do sistema divisionista por outras razões vigente na América espanhola, não teve, entretanto, força suficiente para desunir aquilo que a própria natureza conjugára e que o esforço dos homens já ia consolidando: a unidade brasileira. Pois apesar de sua existencia mais que secular, o Estado do Maranhão não originou, posteriormente, nenhuma consequência separatista, ou mesmo simplesmente diferenciadora. Sua ação coordenadora, exercida sôbre algumas capitâneas costeiras, sôbre outras pequenas capitâneas hereditárias e sôbre imensos territórios então quasi inexplorados e que hoje chamariamos zonas de fronteira, — fez-se sentir da mesma fórmula que a mantida pelo Estado do Brasil: através de aparelhamentos fiscaes, judiciários e militares. Mais ainda: do mesmo modo que no Sul, os seus povoadores — soldados, marinheiros, aventureiros, degredados, ilhéus emigrados, funcionários, simples colonos vo-

luntários, — eram fixados ao sólo através do magnífico sistema tão profundamente português da concessão de sesmarias, coroado pela intensa vida municipal da época.

V — CONCLUSÃO

Termina aqui o rápido quadro que intentamos traçar do Brasil Social que se formou de 1500 a 1640, do Descobrimen- to à Restauração. Na impossibilidade de entrar em minúcias que o estabelecessem de modo mais seguro, con- tentamo-nos com simples indicações de temas a abordar, com ligeira apresentação de alguns exemplos mais impres- sionantes. Como conclusão, julgamos suficiente a asserção de que a formação social brasileira, ocorrida naquele perí- odo, caracterizou-se pela solidariedade de todos os seus agentes, abundantemente patenteada no auxílio mútuo prestado pelas capitánias, como, posteriormente, nos socor- ros a elas dispensados pelos Governos-Gerais. E não é pre- ciso dizer mais, para que se possa acentuar que, com tais alicerces, o que estava em formação era, sem dúvida, uma grande nação. o que honra tanto o nobre povo que dela estava encarregado, quanto os seus descendentes, dela con- tinuadores.

A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

Na história do Brasil colonial não têm sido raras as acusações relativas ao descaso votado pelo governo português ao ensino público na parte do continente que lhe coube conquistar e preparar para o convívio das nações civilizadas. Baseados na demora com que foram criados, no Brasil, os primeiros estabelecimentos destinados à instrução popular; firmados na tomada de medidas que tendiam a impossibilitar a fundação de tipografias; impressionados, principalmente, com a comparação do que a respeito ocorreu em países da América Espanhola e Inglesa — organização de universidades, certo desenvolvimento das artes gráficas — os autores daquelas acusações têm desprezado o conhecimento de fatos que noutro sentido menos injusto poderiam conduzir os seus julgamentos. Na falta de estudos especializados sobre a matéria, ou, pelo menos, de pesquisas mais cuidadosamente feitas, supõem esses historiadores que, não compreendendo o Estado absolutista, entre suas atribuições, a criação e a manutenção de escolas de primeiras letras e de humanidades, pelo mesmo fato delas se mostrava desinteressado, abandonando-as à iniciativa privada.

Entretando, a quem investigar com maior cuidado a questão das relações entretidas pelo poder real e os organismos encarregados da instrução pública, em Portugal e seus domínios ultramarinos, há de atingir a revelação de que, ao contrário do que muitas vezes tem sido escrito, de forma alguma se pode admitir a existência daquele desinteresse oficial pelos assuntos concernentes ao ensino. E se é verdade que por si mesmo, por seus agentes diretos, a

princípio não cuidava o Reino da educação de seus súditos, nem por isso dela se alhejava, ao transferir a sua responsabilidade para outros organismos, porventura mais aptos do que êle próprio, para o exercício de tão delicada incumbência, como então ocorreu.

Foi êste, realmente, o caso do Brasil, com referência aos primórdios da instrução pública ministrada em nosso território. Nascendo para a civilização num momento excepcional para a história européia — o dos descobrimentos marítimos, da Reforma e das reações que se lhes ségüiram — não poderia a nova terra esperar maior atenção da parte dos governos de D. Manoel e de D. João III que aquela realmente recebida em seus primeiros anos, das simples explorações litorâneas à criação das capitâneas hereditárias e do govêrno geral.

Antes dêste, inútil seria procurar vestígios interessantes à história do ensino no Brasil. Com Tomé de Sousa, em 1549, não à sombra, mas ao lado do primeiro governador, vieram os seis jesuítas a quem estava reservada a grande missão de abrir para o futuro as portas da inteligência no novo país, através da catequese dos aborígenes que formavam a massa da sua população e do ensino facultado aos filhos dos colonos e órfãos para êsse fim especialmente vindos do Reino. Chefiava-os o padre Manuel da Nóbrega, antigo estudante em Coimbra e Salamanca, fidalgo a quem os ardores da fé reservaram a glória de ter sido, até à morte, o inquebrantável iniciador de uma obra que por dois séculos vantajosamente se inscreveu na História, enriquecida de êxitos tanto mais valiosos quanto mais duramente conseguidos.

Acompanhavam a Nóbrega os padres João de Aspilcueta Navarro, Leonardo Nunes e Antônio Pires, os irmãos Diogo Jacome e Vicente Rodrigues. Estabelecidos na nova cidade do Salvador, puseram-se os jesuítas a traba-

lhar em seu difícilíssimo mister, tudo estando ainda por fazer. Não tardou que, em contacto com os indígenas, Nóbrega, pela natural precedência, fôsse transformado em Abaréguacu; Navarro em primeiro "língua" da Companhia, em menos de seis meses tendo aprendido com perfeição a dos selvícolas; Leonardo em Abarébebé (Padre Voador), em razão da rapidez com que se deslocava de um lugar para outro, no desempenho de suas missões.

Encarregados da dilatação da Fé, já que a do Império não cessavam de alargar os navegadores lusitanos que cruzavam todos os mares, os jesuítas do Brasil dedicaram-se ardorosamente à catequese, nisto havendo até quem se excedesse, como o padre Navarro, o qual, para que os sermões produzissem mais efeito, e não parecessem menos inspirados e persuasivos que as endemoninhadas práticas dos pagés, tratou até de imitar os usos dêstes, fazendo biocos e visagens, dando de quando em quando gritos mais agudos, batendo com o pé no chão, etc., o que mereceu a reprovação do primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha (1). Muito diferente dêsse padre bandeirante, primeiro a traduzir para o idioma da terra orações e sermões, primeiro a tomar parte numa grande "entrada" para o interior, foi o padre Leonardo, que, mais com obras que palavras, também sabia converter os selvagens. Coube-lhe, mesmo, a incumbência de levar até São Vicente, ainda em 1549, a ação jesuíta, que ali proveitosamente medraria, graças aos esforços do simples irmão à Bahia chegado em terceira leva de padres, em 1553, o canarino José de Anchieta.

Esse início de atividades era fruto da energia de Nóbrega, que no governador Tomé de Sousa e no rei D. João

(1) Visconde de Pôrto Seguro — "História Geral do Brasil", I-306, e carta de Nóbrega, citada em nota de Capistrano de Abreu.

III encontrava quem compreendesse a idéia de que “esta terra era sua empresa”. Para arcar com os gastos resultantes das frequentes viagens, com todos os obstáculos materiais que se opunham à obra de integração dos indígenas na comunhão cristã, os jesuítas do Brasil haviam alcançado do rei os mesmos favores e despesas concedidas aos da Índia, para lá enviados sob a direção não menos notável de Francisco Xavier. Tinha, cada um, para a sua manutenção, um cruzado em ferro (ferramentas), equivalente a pouco mais de dois tostões em dinheiro, e, por ano, 5\$600 para vestuário, quantia no Brasil insuficiente para esse fim, disse Nóbrega em carta. Em 1550-1551, pagavam-se-lhe, todos os meses, 2\$400, correspondentes ao “mantimento” dos seus jesuítas a \$400 cada um. O que aliás não o impedia de, bom financeiro, queixar-se, nesse último ano, de que as suas tarefas eram realizadas “sem El-Rei ajudar a nenhuma coisa, sómente (com) as esmolas do governador e de outros homens virtuosos”. Não se esquecendo, porém, de quasi ao mesmo tempo escrever à Sua Alteza, rogando-lhe mandasse o governador construir casas para os vinte meninos a que já ensinavam, pois as que tinham eram feitas pelas mãos dos padres e de pouca duração. Acrescentava, ainda, que El-Rei também poderia dar alguns escravos da Guiné para que trabalhassem nas roças de mantimentos e algodão.²

Aquele subsídio real não fez senão aumentar, por todo o tempo, que não foi menos de dois séculos, em que aos jesuítas coube criar e manter, “quasi exclusivamente, o ensino público no Brasil.”³ Por um alvará de 1557 foi mandado abonar a cada um dos vinte e oito jesuítas que

(2) Pe. Manuel da Nobrega, S. J. — “Cartas do Brasil, 126”.

(3) José Veríssimo — “Memória sobre a instrução, destinada a comemorar o IV centenário da descoberta do Brasil”.

então se encontravam no Brasil, à custa da Fazenda, quatro panicus de farinha de mandioca, um alqueire de arroz ou milho e um cruzado em dinheiro. Pouco depois, em 1559, mandou o governador Men de Sá que, além do que já recebiam, a cada um fôsem dados 5\$000, por ano, e doze cruzados em ferro. “Mas o alvará de 7 de Novembro de 1566 ordenou que se desse aos mesmos padres a redízima, ou décima parte de todos os dízimos, com o que ainda não se mostraram satisfeitos; pelo que pediram e vieram a alcançar (em janeiro de 1576) dois mil e duzentos cruzados de mantimento, e mais quinhentos cruzados para a fábrica dos colégios”.⁴ Aquela redízima, concedida por D. Sebastião, sómente na parte relativa à capitania da Bahia e aos sessenta jesuítas que nela então residiam, dividida por todos êles, dava 20\$000 para cada uma, anualmente, tres mil cruzados o total. Anchieta, porém, informava que os pagamentos não eram feitos com regularidade e o colégio do Salvador estava endividado. Ao tempo da “Narrativa epistolar” de Fernão Cardim (1584) funcionava êsse colégio da Bahia, em edifício grande, bém acabado. O do Rio de Janeiro, conforme o mesmo informante, recebia das rendas públicas 2.000 cruzados.

Êsse aumento de dotação com que se sustentavam os colégios dos jesuítas foi paralelo ao crescimento de seu número, e, consequentemente, de seus serviços. Criada em 1553 a Província do Brasil, tendo Nobrega por provincial, no ano seguinte já se contavam por vinte e seis os jesuítas nela existentes e assim espalhados: quatro na Bahia, dois em Pôrto Seguro, dois no Espírito Santo, cinco em São Vicente e treze em Piratininga, êstes os da fundação de São Paulo. Quarenta e quatro pessoas viviam no colégio da Bahia, em 1555, conforme carta do

(4) Visconde do Pôrto Seguro — Op. cit., I-392.

padre Ambrósio Pires, entre jesuitas e alunos, destes sendo alguns dos órfãos vindo de Lisboa.

Dez padres e quinze irmãos era o efetivo da Companhia nêle existente em 1564, enquanto em São Vicente eram dezoito, dois no Espírito Santo, dois em Pôrto Seguro, três em Ilhéos, dois em Pernambuco, fazendo o total de cinquenta e dois inacianos em atividade do Brasil, de acôrdo com os esclarecimentos do padre Simão de Vasconcelos. Para se avaliar, porém, a rapidez do crescimento da Sociedade, basta assinalar que no ano seguinte o visitador Inácio de Azevedo, nessas mesmas localidades, já encontrou mais sete a ajuntar àquele número. Simultâneo ao aumento de padres e irmãos cresciam os três colégios e as cinco residências que, em 1584, como informou a "Breve narração", de Anchieta, abrigavam cento e quarenta e dois companheiros, setenta dos quais sacerdotes, trinta e seis estudantes.

Quanto à organização desses estabelecimentos havia Nobrega ordenado, em 1553, que fôsse confraria do Menino Jesus a que em São Vicente existia, como também foram as da Bahia e Espírito Santo. Em 1558, porém, ao mesmo tempo que Men de Sá com êle resolvia o aldeamento dos indígenas das vizinhanças do Salvador, dando-se-lhe por meirinhos os próprios morubixabas e padres como residentes, diretores quanto ao temporal e o espiritual, — em Roma eram aprovadas em congregação as Constituições, código de leis deixadas por Loiola para direção da Sociedade de Jesus, o que modificava aquela resolução do provincial. De fato, nelas se estabelecia, quanto à organização escolar, que de cinco anos seria o curso para letras, compreendendo escola de ler e escrever, classe de gramática e lições de casos de consciência; de sete anos seria o curso de filosofia e teologia. Na Bahia, entretanto, havendo escola, colégio e noviciado, sempre acessíveis a

moços de fora, no curso de artes também se ensinava latim.⁵ Escolas de ler, escrever e algarismo, inclusive para os filhos dos colonos, mantinham os jesuítas em tôdas as localidades em que tinham residência, chegando os progressos dos pequenos indígenas a permitir que ajudassem missa e entoassem hinos religiosos, com grande proveito para a conversão dos demais. E se viessem alguns tamborileiros e gaiteiros ainda mais fácil correria a catequese, escreveu Nobrega. Ao tempo de Men de Sá gabava êste, em carta, escolas “em que havia até trezentos e sessenta piásinhos, sabendo ler e escrever; o que aprendiam com facilidade, pois de inteligência natural não era falta essa gente”.⁶ Para facilitar o seu ensino compôs Anchieta a *Arte da gramatica da lingua mais usada na costa do Brasil*”, escrita em 1560, desde então muito utilizada em manuscritos, embora editada somente em 1595, em Coimbra. Como os colégios tinham dotações, vivendo as “casas” de esmolas, aqueles proviam a estas de vestido, vinho, azeite, farinha para hóstias e mais coisas que vinham de Portugal. Assim, em 1584 dava Anchieta como dependentes do Colégio da Bahia as residências de Ilhéos e Pôrto Seguro, do colégio do Rio as de São Vicente, São Paulo de Piratininga e Espírito Santo.⁷

Foi em São Paulo que pôde o canarino dedicar-se ao estudo da lingua brasílica, o que lhe permitiu prestar tão relevantes serviços à catequese e à instrução. Conforme suas cartas de 1554, já então ali existiam, recolhidos pelos jesuítas, quatro ou cinco meninos órfãos, de pais portugueses e mães indígenas; além desses, alguns dos órfãos, portugueses, vindos do Reino, os mais aptos destinando-se

(5) Pedro Calmon — *Espirito da Sociedade Colonial*”, 117.

(6) Visconde de Pôrto Seguro — Op. cit., I-391.

(7) Pe. José de Anchieta, S. J. — “Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões” (1554-1594), 326.

à entrada na Companhia. Não só dêses alunos, mas também de alguns dos seus próprios companheiros, foi Anchieta professor “de gramática em três classes diferentes”. Sabendo muito bem português e latim, além do castelhano que lhe era materno, não tardou a aprender e ensinar o tupi (a que chamavam “grego”), de que o “língua” Antonio Rodrigues era, so sul, o mais reputado conhecedor. No ano seguinte, substituída a pobre palhoça anterior por igreja e casa mais adequadas, subindo ao planalto Nobrega e Luiz da Grã, resolveram transformar “em perfeito colégio” a escola de Piratininga, distribuindo o seu ensino direto pelo sistema de perguntas e respostas, o indireto por todos os meios possíveis, a que não foram estranhas, graças à clarividência pedagógica de Anchieta, a música, a poesia, o drama e a dança.⁸ De 1556 a 1561 foi das mais eficientes a ação do colégio de S. Paulo, apesar das dificuldades que lhe valiam o isolamento no planalto, nêle lendo lições de casos o padre Luiz da Grã, até que se resolveu a transferência para São Vicente, depois para Santos, onde já existiam mais “moços de fora” que nêle podiam estudar. Aí continuou até que o visitador Inácio de Azevedo achasse melhor a localização no Rio de Janeiro, em 1566.

Antes disto, porém, o colégio da Bahia, compreendendo a habitual escola de ler, escrever e algarismo, bem como duas classes de humanidades^a formando logo alguns mestres em artes, da casa e de fora, possuía ainda, além da lição ordinária de casos de consciência, mais a de teologia, que não tardaram a formar pregadores. Para tanto, depois de dotado para sessenta irmãos, em 1566, por D. Sebastião, dispunha, em 1584, dentre os seus sessenta e dois jesuítas, trinta e um dos quais sacerdotes, de

(8) Antonio de Alcantara Machado — “Anchieta na capitania de São Vicente”, 43.

cinco mestres, sendo um de teologia de consciência, dois de filosofia e dois de latinidade.

Quanto ao colégio do Rio de Janeiro, igualmente bem dotado pela munificência de El-Rei D. Sebastião, sua instalação no môro do Castelo de São Januário foi objeto de cuidados das figuras principais da Companhia que ali então se encontravam, o visitador, o provincial, além de Nóbrega, primeiro reitor, e Anchieta. Além dêsse riquíssimo material humano, foi de muito proveito a dotação de 2.500 cruzados anuais, a que o rei juntou mais 166 para as despesas da construção, a Men de Sá sendo devida a doação do esplêndido local, o que foi confirmado pelo cardinal-regente do Reino em 1568, sempre mantidos para os padres os mesmos subsídios de que gozavam os da Bahia.

O último dos colégios jesuítas do século XVI foi o de Pernambuco, fundado em 1576, em Olinda, dotado para vinte pessoas por D. Sebastião, com escola de ler, escrever e algarismo, classes de latim e gramática, lição de casos. De seu ensino, como nos outros colégios, muitos foram os rapazes ditos "de fora", filhos dos colonos, que se aproveitaram. Gozava de uma dotação de 1.000 cruzados, vantajosamente paga em 900 arrobas de açúcar, que vendidas na terra renderiam 1.500 cruzados, em Portugal 2.000. Como o do Rio, obteve de El-Rei, para construção da séde, 166 cruzados de esmola. Em 1585, apesar de mal instalado, dispunha de trinta empregados e escravaria.

Pouco depois, em 1586, havia sido promulgada a "Ratio Studiorum", sucessora das anteriores Constituições, e que, reformada em 1599, estabeleceu para os estudos a cargo dos jesuítas três cursos ou períodos: de artes, compreendendo filosofia e ciência, de teologia e ciências, de teologia e de ciências sagradas; duravam os de artes três anos: no primeiro lendo-se Aristóteles e São

Tomaz, no segundo física e ciências naturais, no terceiro física especial.⁹

Os resultados dessa instrução confiada aos jesuítas são se fizeram esperar muito. Embora dirigida de preferência aos indígenas catequizados, e, conseqüentemente, não indo muito além das primeiras letras, quanto aos filhos dos colonos atingia, como vimos, o ensino de segundo grau, então representado pelo mestrado em artes. Satisfeito êsse objetivo, não tinham os estudantes outro recurso senão o de passarem ao Reino, se quisessem prosseguir.

Foi êsse o caso do primeiro dos escritores brasileiros, aluno dos jesuítas da Bahia, onde nascera, depois estudante de Coimbra, onde ter-se-ia doutorado em teologia, ingressando, mais tarde, na ordem franciscana. Referimo-nos a frei Vicente do Salvador, Rodrigues Palha no civil historiador que não só pela prioridade merece atenção, mas por constituir a sua obra contribuição valiosa para o conhecimento de passado nacional. Nascido em 1564 e falecido entre 1636 e 1639, o autor da *Crônica da Custódia do Brasil* e da preciosa *História do Brasil* (que vai até o ano de 1627) abre com elevação a lista dos escritores brasileiros, agora que já se dissipou a suposição da naturalidade brasileira do medíocre Bento Teixeira, autor da *Prosopopéia*.¹⁰

Também nascido em fins do século XVI, deveria figurar na história literária do Brasil, como prova da eficiência do ensino ministrado pelos jesuítas, o culto e in-

(9) Pe. J. M. de Madureira, S. J. — “A liberdade dos índios. A Companhia de Jesus. A sua pedagogia e seus resultados”. II-400.

(10) Rodolfo Garcia — Introdução à *Primeira Visitação do Santo Ofício às partes do Brasil — Denúncias de Pernambuco*, pp. XXIV-XXIX.

teligente paulista padre Manuel de Moraes, jesuíta êle mesmo, cuja nebulosa biografia infelizmente não pôde ser ultimada,¹¹ não sem que se lhe reconheçam positivos dotes intelectuais, de que uma resposta ao "Papel Forte" do padre Antônio Vieira, uma classificação das plantas brasileiras, bem como a defesa dos direitos dinásticos de D. João IV são indícios. Estudante do Rio e da Bahia, espírito porventura irrequieto, que a aceitação do domínio holandês levou à apostasia e conseqüente perseguição pelo Santo Ofício, possível autor de uma História Natural do Brasil, constitui ainda um enigma bio-bibliográfico digno de que se retomem as investigações a seu respeito feitas, hoje em suspenso.

Ao lado dos jesuítas, a êles inferiores em número e em serviços relacionados com o ensino, outras ordens religiosas antes de finalizar o século XVI já se haviam estabelecido no Brasil, em suas abadias e conventos também se dando instrução, pública ou circunscrita aos seus. Desde o governo de Manuel Teles Barreto (1583-1587), beneditinos, franciscanos e carmelitas encontravam-se espalhados pela Bahia, Rio de Janeiro, Santos e Olinda. Favores lhes foram concedidos: aos beneditinos pelo governador Salvador Corrêa de Sá, do Rio de Janeiro; aos capuchos de Pernambuco pelo donatário Jorge de Albuquerque Coelho. Multiplicaram-se as respectivas casas, a ponto de serem logo opostos empecilhos a essa exagerada evasão de sacerdotes do Reino, prejudicial também quanto ao aumento de dotações que exigia. Êste foi de tal vulto que em 1607, quando a despesa total do Estado do Brasil computava-se em 42:351\$867, já cabiam à cleresia 8:057\$230.

(11) Eduardo Prado — "Manuel de Moraes". Capítulo de biografia inédita, publicado na *Revista Nova*, de São Paulo, n.º de fevereiro de 1932.

isto é, a quinta parte.¹² Benefícios, contudo, não podiam deixar de lhes serem reconhecidos; na capitania de Pernambuco, por exemplo, sabe-se que além das escolas públicas de ler, escrever e latinidade, mantidas pelos padres da Companhia, também graças aos carmelitas e aos beneditinos faziam-se leituras de artes e teologia, como assegurou o precioso informante dos *Diálogos das Grandezas do Brasil*, de 1618.¹³

Menos felizes para os jesuítas foram as suas atividades no século XVII, comparadas com as do anterior. Não que o ensino de seus colégios deixasse de produzir frutos; seus alunos, como veremos, continuaram sendo a elite do país. Fundou-se o do Maranhão, em 1623, graças ao padre Luís Figueira, que obteve a boa vontade do capitão-mor Antônio Moniz Barreiros, nisto aconselhado pelo governador-geral Diogo de Mendonça Furtado. Depois da expulsão dos holandeses, já em 1655 restabeleceu-se o de Pernambuco, porém no Recife, para êle tendo o governador Francisco Barreto doado algumas casas contíguas à igreja que tinha sido dos calvinistas franceses.¹⁴ No Rio de Janeiro, em São Paulo e no Maranhão, entretanto, por motivo da oposição pelos jesuítas movida à escravidão dos selvícolas, teimosamente praticada pelos colonos, diversos foram os choques entre êles ocorridos durante êsse século, de consequências sem dúvida inconvenientes ao prestígio da Companhia. Se no Sul chegaram os padres a desistir de envolver-se na administração dos indígenas aldeados, ao Norte isto já foi mais di-

(12) Cf. o *Livro de Tôda a Fazenda*, de Falcão, apud Oliveira Martins — *O Brasil e as Colônias Portuguesas*, p. 34.

(13) *Op. cit.*, p. 52

(14) Sebastião de Vasconcelos Galvão — *Dicionário Co-rográfico, Histórico e Estatístico de Pernambuco*, II-29.

facil, a essa acomodação negando-se um superior da altitude política do padre Antônio Vjeira.

Entretanto, a fama dos métodos de ensino dos jesuítas já produzia outros efeitos no Reino, além da contínua remessa de estudantes brasileiros às Universidades de Coimbra e Évora. A esta última, aliás, já em 1671 solicitara a Câmara do Salvador que fosse equiparado o colégio dos inacianos, o que foi conseguido, mais ou menos, por provisão de 1675, que concedeu aos seus estudantes de filosofia e retórica que lhes fosse levado em conta, mas referidas universidades do Reino, um ano de artes, como se fazia quanto aos alunos dos colégios de Lisboa e Braga.¹⁵ A pesar disto, balanceando a situação do ensino no Brasil, ao findar o século, escreveu o Visconde de Pôrto Seguro: "A instrução pública que se dava então no Principado limitava-se a dos preparatórios que ensinavam os jesuítas em seus colégios, e a algumas aulas de doutrinas teológicas, professadas em seminários irregularmente mantidos. No fim do século XVII (1699) foi, entretanto, criada na Bahia uma escola de artilharia e arquitetura militar (fortificações), primeiro com três partidistas (discípulos), sendo êste número depois acrescentado de outros três", em 1713.¹⁶

Não foram, porém, desprezíveis, os coeficientes de letrados brasileiros nessa centúria saídos dos colégios de religiosos da Colônia para as universidades do Reino. Aluno dos jesuítas da Bahia foi o militar, secretário do Estado do Brasil e alcaide-mor da capitania de Cabo Frio, Bernardo Vieira Ravasco (1617-1697), irmão do padre Antônio Vieira e autor de uma *Descrição Topográfica, Civil*

(15) Accioly — *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*, I-223. Egas Moniz — *Problemas de Educação Nacional e de Instrução Pública*, p. 184. apud Pedro Calmon — *Op. cit.*, p. 118.

(16) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, III-335.

e Eclesiástica do Estado do Brasil. Diogo Gomes Carneiro (1618-1676), natural do Rio de Janeiro, teve estudos de cuja localização pouco se sabe, sendo de supor que tenham sido profundos, como dão a entender as versões que deixou das línguas toscana, latina e castelhana, bem como o cargo, que exerceu, de cronista do Estado do Brasil, do qual possivelmente teria resultado, em 1672, uma *História do Brasil*, infelizmente perdida ou inacabada. O jesuíta Antônio de Sá (1620-1678), que se costuma fazer seguir a Vieira, como pregador de mérito, também nasceu no Rio de Janeiro, onde provavelmente fez seus estudos primeiros. O jesuíta, depois carmelita, Eusébio de Matos (1629-1692), baiano, além de poeta foi notável orador, não desmerecendo a fama dos mestres de que então dispunham, irmanadas, a Igreja e a Educação, no Brasil. Seu irmão, Gregório de Matos Guerra (1633-1696), o maior de nossos poetas satíricos, estudou primeiramente na Bahia, formando-se em leis em Coimbra, só em 1681 tendo voltado ao Brasil para continuar a carreira aventureira e atropelada de que o melhor documento é fornecido pelos próprios versos, inumeráveis e espontâneos. Também da Bahia e igualmente formado em Coimbra, mas muito diferente em feitio pessoal e poético, foi Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711), autor da *Música do Parnaso*, primeiro cantor das excelências da terra natal, poliglota como Diogo Gomes Carneiro. Os jesuítas José Borges de Barros (1657-1719), da Bahia, e Prudêncio do Amaral (1675-1715), do Rio de Janeiro, estudantes dos colégios da Companhia, honraram como professores as escolas em que aprenderam. Mas a grande figura intelectual do século foi sem dúvida o padre Antônio Vieira (1608-1697), nascido em Lisboa mas cêdo aluno do colégio da Bahia e professor no de Pernambuco, que no Brasil passou grande parte de sua vida gloriosa, lecionando, pregando e, principalmente, lutando.

Um seminário jesuíta, denominado de Belém, foi fundado, em 1686, na vila baiana da Cachoeira. Organizou-o o padre Alexandre de Gusmão, e de sua contribuição ao ensino brasileiro falam alto os nomes de alguns de seus professores, como o próprio fundador e o já aludido Prudêncio do Amaral, aquele tendo dado o sobrenome aos seus pupilos, os irmãos santistas padre Bartolomeu Lourenço de Gusmão (1685-1724), o célebre "Voador", membro da Real Academia da História Portuguesa, e Alexandre de Gusmão (1695-1753), o não menos célebre diplomata, formado pela Universidade de Paris, secretário do rei D. João V e principal autor do tratado de limites de 1750.

Outros seminários já no século seguinte se estabeleceram no Brasil. No Rio de Janeiro, graças ao bispo D. frei Antônio de Guadalupe, fundaram-se, em 1739, os de São José e de São Pedro, este para órfãos. No segundo, funcionaram aulas de primeiras letras, doutrina cristã, latim e música. O primeiro recebeu estatutos em 1740, tendo aulas de latim, filosofia, teologia moral e dogmática, liturgia e canto-chão. Na mesma cidade, em 1751, teve início de construção o seminário da Lapa. Pela mesma época, o jesuíta padre Gabriel de Malagrida, de trágica memória, que havia fundado no Pará, em 1748, um seminário para educação dos filhos dos habitantes da terra, estava encarregado de orientar, no Norte do Brasil, além de seminários, dotando-os de rendas adequadas, recolhimentos para ensino de religiosas não professas, como realizou no Maranhão em 1751-1752.

Também por esse tempo ocorreu um facto que depois muito viria servir como argumento aos que sustentaram a absurda política de manutenção da ignorância, atribuída à metrópole relativamente ao Estado do Brasil. Aconteceu que o tipógrafo Antônio Isidoro da Fonseca, que em Lis-

boa, de 1735 a 1745, imprimira as obras dos principais escritores portugueses de então, transferiu-se para o Rio de Janeiro, onde, sob o govêrno de Gomes Freire de Andrada, estabeleceu-se com sua impressora, da qual saíram alguns folhetos sem grande importância intrínseca. Essa oficina teve curta duração, fulminada como foi pela ordem régia de 10 de maio de 1747, pela qual se mandou sequestrar "tôdas as letras de imprensa que fossem encontradas no Estado do Brasil, e intimar a seus donos e aos officiaes impressores a proibição de imprimirem qualquer livro ou papel avulso, sob pena de serem presos e remetidos para o Reino." ¹⁷ Isto, porém, foi motivado em que não podia "ser de utilidade aos impressores trabalharem no seu officio aonde as despesas são maiores que no Reino, do qual podiam ir impressos os livros e papeis no mesmo tempo em que dele devem ir as licenças da Inquisição e do Conselho (Ultramarino), sem as quais se não podem imprimir, nem correrem as obras." ¹⁸ Como se vê, tratava-se mais de simples comodidade administrativa que de preconcebida perseguição. Esse facto tem fornecido base para que nele se veja a tirania das autoridades do Reino, cerceando à Colônia qualquer possibilidade de incremento às actividades intellectuais. Não tem, todavia, a importância que se lhe tem querido emprestar, porque, depois dele, como antes, nunca se dificultou mais do que era usual ao tempo, a impressão de trabalhos dos escritores coloniais. Pois assim como aos estudantes do Brasil era facultada, e até facilitada, a frequência aos cursos superiores do Reino, também não se lhes tolhiam as posteriores manifestações da intelligência, ressalvadas, sempre, as restritivas exigên-

(17) Rodolfo Garcia — Nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, IV-111.

(18) *Idem*, IV-118.

cias do meio e da época, comuns a todas as nações e não somente a Portugal.

Provas do que afirmamos são encontradas no florescimento, no Brasil, por todo o século XVIII, de uma vida literária que para o total de sua população deve ser considerada relativamente sensível. Em academias, em manifestações isoladas, e, afinal, nos magníficos grupos de poetas da Escola Mineira ou da Arcádia Ultramarina, e de cientistas brasileiros do último quartel de setecentos — não é possível negar que todo êsse movimento se tenha produzido à sombra da proteção e da influência da metrópole, por maiores que sejam as restrições possivelmente feitas aos seus métodos de política educacional.

Limitando-nos, por ora, ao registro dos brasileiros que no Brasil e em Portugal se notabilizaram nas letras até o advento das reformas do Marquês de Pombal, convém assinalar os nomes de alguns deles, como demonstração do valor do ensino aqui ministrado por exclusivo intermédio dos estabelecimentos religiosos, grandemente auxiliados ou totalmente mantidos pela coroa portuguesa.

Ao contrário do padre Antônio Vieira, Antônio José da Silva, o Judeu (1705-1739), teatrólogo dos mais eminentes do seu tempo, apenas nasceu no Brasil, cêdo indo residir em Lisboa e formar-se em Coimbra, até trágicamente encerrar a vida num inquisitorial Auto de Fé. Pertencendo, portanto, mais a Portugal que ao Brasil, nem por isso deixaremos de assinalar a circunstância do nascimento colonial, bem como o acesso à carreira jurídica permitido mesmo a um judaizante.

Indício de que as autoridades do Estado do Brasil não desdenhavam favorecer o surto das letras, reside na fundação, na Bahia e no Rio de Janeiro, por todo o século XVIII, de diversas academias literárias. Assim a *dos Esquecidos*, fundada em 1724 graças ao vice-rei Vasco Fernandes Cé

sar de Menezes, congregou diversos ex-alunos do colégio dos jesuítas do Salvador, entre os quais Sebastião da Rocha Pita (1660-1738), autor da *História da América Portuguesa*, e Gonçalo Soares da França, poeta, ambos êsses baianos também membros supranumerários da Real Academia da História Portuguesa. A *Academia Brasílica dos Esquecidos* pertenceu ainda o pernambucano frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, franciscano, autor do *Novo Orbe Seráfico*, mais tarde também pertencente à *Academia Brasílica dos Renascidos*, instituída na Bahia em 1759. Entre seus membros extranumerários contaram-se figuras de valor, residentes em outras capitanias, como o historiador paulista frei Gaspar da Madre de Deus, beneditino; o poeta mineiro Cláudio Manuel da Costa e o linha-gista pernambucano Antônio José Vitorino Borges da Fonseca. No Rio de Janeiro, em 1736, fundou-se, no próprio palácio do governador, a *Academia dos Felizes*, de que fez parte, juntamente com outros antigos alunos dos jesuítas, Simão Pereira de Sá, nascido na mesma cidade em 1701, autor de interessante *História Topográfica e Bélica da Nova Colônia do Sacramento*, o qual também pertenceu, em 1752, à *Academia dos Seletos*, fundada ainda sob o govêrno e com o favor de Gomes Freire de Andrada. Em São Paulo, se por essa ocasião não foram organizadas academias, nem por isso também aí deixaram de se salientar alunos dos jesuítas. Pedro Taques de Almeida Pais Leme (1714-1777), por exemplo, precioso genealogista da *Nobiliarquia Paulistana* e autor da *História da Capitania de São Vicente*, deles foi, sem dúvida, dos mais notáveis.

Por essa época (1759), mantinham os jesuítas na Província do Brasil, excetuando-se o Estado do Maranhão, nada menos de nove colégios, três seminários inde-

pendentes e dois anexos aos colégios, cinco casas, trinta e seis missões e as vinte e cinco residências.¹⁹

Mas, a pesar dêsse fastígio, que é também patenteado pela já referida composição dos nossos quadros intelectuais da primeira metade do século XVIII, estavam contados os dias áureos do ensino jesuítico no Brasil. Sob D João V ainda se manteve o prestígio da Companhia, que em 1734 recebia, para o colégio do Rio de Janeiro, uma dotação de 1:000\$000, para o do Maranhão 300\$000. Entretanto, já se tornavam repetidos os choques, às vêzes bastante acrimoniosos, que, a princípio com os colonos, depois com as próprias autoridades, desde a centúria anterior vinham sendo registrados. A subida ao trono de D. José I, a chamada ao poder de Sebastião José de Carvalho e Melo, depois Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, ligando-se a ressentimentos da Coroa ante a propalada oposição dos jesuítas à demarcação das fronteiras brasileiras do Sul e do Norte, facilitaram a formação de exaltado sentimento de animosidade contra os grandes educadores do período colonial. Essa situação, baseada em motivos que raramente dizem respeito ao ensino ministrado pelos inicianos no Brasil, atingiu desfecho com a lei de 3 de setembro de 1759, que aboliu a ordem dos jesuítas em Portugal e suas colônias.

Para o Brasil essa expulsão significava muito. Transformava-se de golpe o sistema que subsistia há quasi dois séculos, segundo o qual verdadeira transferência de funções se processara, passando a Coroa aos jesuítas tôdas as obrigações resultantes da instrução pública. Tinham sido êles os organizadores da educação no Estado do Brasil. Retirando-se-lhes essas atribuições, crescia a responsabilidade dos que os iriam substituir. E seus serviços não

(19) Alberto Lamego — *A Terra Goitacá*, III-157.

podem ser menosprezados, nem mesmo pelos que lhes fazem restrições, como o Visconde de Pôrto Seguro: “na educação da mocidade foram úteis, embora sejam acusados de influir demasiado em seus alunos o amor à Companhia a ponto de tratar sempre de reduzir, para entrarem nela, os mais talentosos”.²⁰ Pois, como vimos, “como fossem os clérigos os homens mais cultos, era dos seus colégios que saíam, não só para as funções públicas, mas também os homens que se fizeram mais ilustres no período colonial”.²¹

Instaurando novas diretrizes, o govêrno de Pombal não duvidou modificar profundamente tudo o que até então havia sido estabelecido em matéria de ensino, no Brasil e em Portugal. Na opinião, ainda aqui algo restritiva, do Visconde de Pôrto Seguro, “com a reforma da instrução pública o ensino superior que pertence diretamente ao govêrno, para formar os seus magistrados e o seu exército e marinha, ganhou sem dúvida, e acaso também o primário; porém a *educação popular* perdeu, fazendo-se profana em demasia”.²² Mas, de acôrdo com o que vimos a respeito da extensão, praticada pelo jesuítas, do seu ensino aos filhos dos colonos, não é verdade que tenha sido Pombal quem “primeiro lançou o problema do ensino popular, criando as primeiras escolas régias”, como exageradamente escreveu Rocha Pombo.²³ Em sentido inverso também exagerou o Visconde de São Leopoldo, do afirmar que “a expulsão da Companhia inaugurou terrível período de ignorância em nossa terra, de Norte a Sul.”²⁴

(20) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, IV-176.

(21) Rocha Pombo — *História do Brasil*.

(22) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, IV-177.

(23) Rocha Pombo — *Op. cit.*

(24) Apud Affonso de E. Taunay, na biografia de Pedro Taques com que abre a *História da Capitania de São Vicente*.

Pelo contrário, numerosas foram as escolas de primeiras letras, as aulas e cadeiras de gramática, geografia, latim, grego, hebraico, retórica, poética, filosofia, matemática, etc., abertas em todo o país, até em pequenas vilas, a partir da reforma pombalina. Alguns governadores e vice-reis, como o Conde de Bobadela e o Marquês de Lavradio, distinguiram-se como protetores da instrução e das letras, favorecendo, por exemplo, a criação das Acadêmicas dos *Seletos* (em 1752) e *Científica* (em 1772). Bastará citar uma série de medidas, mesmo parciais, para que se verifique que, a exemplo do que era feito ao tempo dos jesuítas, e até com alguns efetivos aperfeiçoamentos, continuou o govêrno português a cuidar do ensino no Brasil, com resultados às vêzes excelentes. Um alvará de 1770 determinou por que livros e manuscritos se devia ensinar nas aulas de latim e primeiras letras. Em 1773, por outro alvará, foi aumentado o número das escolas destinadas a menores. Em 1774 foi criado o *subsídio literário*, cobrado sôbre gêneros de consumo, como carne e licores, em substituição a diversos impostos parciais anteriores, ficando habilitado o erário às despesas resultantes da ampliação da instrução pública. Do ano seguinte foi um decreto determinando que os professores régios gozavam de privilégios e homenagens, em razão da nobreza de seu ofício.²⁵ Tudo isto com referência ao ensino no Brasil.

Quanto ao que seria ministrado no Reino, a reforma da Universidade de Coimbra, em 1772, atingindo as suas Faculdades de Direito, Filosofia e Matemáticas, recorrendo até à atração de notáveis professores estrangeiros — haveria de influir profundamente na educação superior dos jovens brasileiros que para ela continuariam acorrendo,

(25) M. P. de Oliveira Santos — “Instrução Pública”, cap. XV do *Dicionário Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, I-381.

por dezenas de anos, até mesmo depois de nossa independência política. Restabelecido o Colégio dos Nobres, criada a Real Mesa Censitória, destinada a unificar funções antes atribuídas às censuras da Inquisição, do Desembargo do Paço e do ordinário — por inúmeras providências se refletiu o espírito reformista do Marquês de Pombal. Cumpre mesmo lembrar que na reforma da Universidade foi grandemente ajudado por dois brasileiros, o reitor bispo-conde D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho (1735-1822) e seu irmão João Pereira Ramos, procurador da Coroa e guarda-mor da Torre do Tombo.

Outros filhos do Brasil, como os bospos de Pernambuco, D. Francisco da Assunção e Brito, e D. Tomaz da Encarnação da Costa e Lima; do Rio de Janeiro, D. José Joaquim Justiniano de Mascarenhas Castelo Branco, e do Pará, D. Frei João de São José, mereceram favores oficiais. A êsse respeito, não deve ser esquecido o poeta José Basílio da Gama (1740-1795), aluno dos jesuítas do Rio de Janeiro, detrator dos que o educaram, membro da Arcádia Romana e autor do poema *Uruguai*, que trabalhou no próprio gabinete de Pombal.

Com a ascensão ao trono de D. Maria I,^a ocorrida em 1777, mudou profundamente essa situação. O anti-pombalismo do novo ministro Martinho de Melo e Castro alterou diversas disposições concernentes à educação, embora sem voltar inteiramente à posição anterior. Assim, por exemplo, em 1779, determinava-se por alvará que o vice-rei nomeasse, todos os anos, um professor para visitar as escolas, e remetesse, todos os semestres, um relatório sôbre o estado da educação no Brasil. Ao mesmo tempo também eram expedidas minuciosas instruções ao governador da Bahia, Marquês de Valença, nas quais se patenteava a grande desorganização em que se encontrava o numeroso clero dessa capitania, cuja população, de

220.000 habitantes em 1775-1778, contava com 728 sacerdotes e quasi 500 religiosos pertencentes a diversas ordens.²⁶ Uma *Sociedade Literária*, fundada no Rio de Janeiro em 1786, com o consentimento do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, foi dissolvida alguns anos depois, por seu sucessor o Conde de Resende, pela denúncia de serem revolucionários os seus membros, entre os quais o poeta Manuel Inácio da Silva Alvarenga, professor de retórica, e o dr. José Mariano Pereira da Fonseca (depois Marquês de Maricá), que com outros foram presos e por três anos estiveram detidos (1794-1797). Ainda outras regressões da mesma natureza se verificaram, desde as mais importantes, como a abolição da Real Mesa da Comissão de Censura, cujas funções voltaram ao Santo Officio da Inquisição (1794-1795), até as mais limitadas, como a permissão para que os professores de latim ensinassem por quaisquer gramáticas (1797).

Preocupado com as repêrcussões que no Reino e seus domínios pudessem ter os acontecimentos que então agitavam a Europa, o govêrno de D. Maria I deixou decair, em certos pontos, o interêsse pela instrução pública manifestado nos tempos de Pombal, embora não faltassem medidas atendendo às suas necessidades. E' o que se verifica, por exemplo, em um relatório do bispo de Pernambuco, D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, no qual deu conta de como agiu no caráter de diretor-general de estudos da capitania, quando a governou, a partir de 1798 constando-lhe a existência de 63 cadeiras, das quais 60 providas e 3 vagas, na realidade só encontrou 29 ocupadas, há dois anos sem serem pagos os seus professores, que por isso pouco trabalhavam. Reduziu tôdas

(26) Transcritas como nota à *História Geral do Brasil*, cit., IV-376-395.

a 60, incluindo nêsse total as do moderno seminário que criou, o qual “exerceu extraordinária influência”, conforme atestou Capistrano de Abreu. Fez arrematar as rendas do subsídio literário por mais de 11:000\$000, pagou os mestre e deixou saldo em caixa, quando acabou o seu gôvêrno. ²⁷

Onde, porém, com maior brilho pode ser visto o bom efeito da educação no século XVIII facultada, aqui e no Reino, aos brásileiros que desejavam dedicar-se às atividades literárias, é no exame da instrução que receberam os diversos poetas da Escola Mineira e da Arcádia Ultramarina. Já nos referimos ao cantor do *Uruguai*, José Basílio da Gama. Outro poeta épico, também mineiro, o agostiniano frei José de Santa Rita Durão (1722-1784), depois de formado em Coimbra foi professor em sua Universidade, onde lhe coube dizer, em 1778, a “oração da sapiência”. Cláudio Manuel da Costa (1729-1789), Inácio José de Alvarenga Peixoto (1744-1793), e Tomaz Antônio Gonzaga (1744-1807), notáveis poetas líricos, alunos dos jesuítas do Rio os dois primeiros, formados em Coimbra todos três, embora nascido no Pôrto, de pai brasileiro, o último — por suas obras eloquentemente demonstram o alto nível intelectual que havia atingido a vida da colônia em Minas Gerais, onde residiam e se envolveram na Inconfidência de 1789. Mesmo no Reino brilhavam outros filhos do Brasil, tais como os poetas cariocas Domingos Caldas Barbosa (1740-1800), e padre Antônio Pereira de Sousa Caldas (1762-1814), aquele aluno dos jesuítas do Rio, êste estudante em Coimbra, além do repentista mi-

(27) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, V-83/84. Capistrano de Abreu — Prefácio à *Primeira Visitação ds partes do Brasil — Confissões da Bahia*, p. XII. Azeredo Coutinho, nascido no Rio de Janeiro, foi depois bispo de Elvas, em Portugal, e último inquisidor-geral do Reino.

neiro Lucas José de Alvarenga (1768-1813), depois capitão-general de Macau.

A tendência aos estudos científicos foi outra característica do final do século XVIII que no Brasil repercutiu em diversos atos oficiais, fora dele fazendo-se sentir com a ação no estrangeiro de numerosos jovens aqui nascidos. Já a *Academia Científica*, fundada no Rio de Janeiro em 1772, sob os auspícios do vice-rei Marquês de Lavradio, traduzira essa tendência, destinando-se ao estudo da Física, Química, Agricultura, História Natural, Farmácia, Cirurgia e Medicina. Às suas atividades ficou-se devendo o melhor conhecimento, na Europa, de certas plantas do Brasil, ao mesmo tempo que, graças à iniciativa de associados seus, era aqui incentivada a cultura de anil, cacau, cochonilha e outros produtos. Aliás, as ciências naturais tornaram-se objeto de constantes medidas administrativas, no último quartel da centúria. Em 1779 fundou o vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa, no Rio de Janeiro, o gabinete de História Natural que se denominou Casa dos Pássaros. Datou de 1783 a chegada ao Pará, para percorrer a Amazônia, na primeira e frutuosa expedição científica para lá dirigida, do notável baiano Alexandre Rodrigues Ferreira, graduado em filosofia pela Universidade de Coimbra. Em 1784 chegaram ordens para que fossem desapropriados, no largo da Lampadosa e no campo de São Domingos, diversos prédios, para que aí se estabelecesse o Museu do Rio de Janeiro. Apareceu no ano seguinte, da lavra de Simão Pires Sardinha, o primeiro estudo sobre fósseis brasileiros. Em 1795, ao vice-rei Conde de Resende, propôs o médico dr. Manuel de Sousa Ferraz, como aquele estudioso também nascido em Minas Gerais, que se criasse no Rio um Jardim Botânico. No Pará, pela mesma época, organizou-se um, confiando o governador D. Francisco Maurício de Sousa Coutinho a sua dire-

ção ao emigrado francês Grenouiller, que em pouco tempo aí reuniu alguns milhares de plantas.

Entre os estudantes brasileiros que na França, em 1786, trataram com Thomas Jefferson a respeito da possibilidade da independência política do Brasil, um deles, Domingos Vidal de Barbosa, depois de formado em medicina, em Bordéus, levou a Minas as suas idéias. Encontrando apoio em José Álvares Maciel, também recentemente formado em Coimbra, levaram o assunto aos letrados que aí existiam, entre os quais os já mencionados poetas e juristas. De como falharam os seus intentos, é outra matéria. Mas convém notar que, pela mesma ocasião, no Reino estavam se preparando outros defensores seus, dentre os quais o jovem cientista José Bonifácio de Andrada e Silva. Êste, formado em leis e filosofia, com Manuel Ferreira da Câmara Bittencourt e Sá aprestava-se para longa viagem pela Europa, de cujos estudos resultariam, posteriormente, as respectivas nomeações para os cargos de intendente das minas, no Reino, e intendente dos diamantes, em Minas, respectivamente.

Outros naturalistas brasileiros então se formavam em Portugal, como Manuel Arruda da Câmara, estudante de Coimbra, formado em medicina em Montpellier, destinado a exercer extraordinária influência espiritual, mais tarde, em Pernambuco; os baianos Joaquim de Amorim Castro e José de Sá Bittencourt, autores de trabalhos sôbre a agricultura e a mineralogia na Bahia; e José Vieira Couto, que fez o mesmo quanto à história e mineralogia de Minas Gerais. Ainda um médico, Francisco de Melo Franco, mostrou-se menos grato à Universidade de Coimbra, onde estudou, criticando-a no poema heroi-cômico *O Reino da Estupidez*, que aliás lhe valeu quatro anos de prisão. Seus trabalhos sôbre higiene e vacina mostram, entretanto, que foi homem de valor talvez acima do seu tempo.

Não faltavam, entretanto, incentivos aos estudiosos que pelo início do século XIX buscassem as escolas portuguesas. Assim, foi estabelecido que da renda do imposto sobre o algodão exportado das capitânicas para o Reino fosse retirado um conto de réis para prover às despesas de quatro estudantes pensionados, a serem designados pelo govêrno do Maranhão. Aos militares que fossem aperfeiçoar-se na Metrópole, seria assegurado o pagamento dos respectivos soldos. E aos pais ricos era oficialmente sugerido que deviam pensionar os filhos desejosos de estudar. Em 1801, lembrou o govêrno português às câmaras do Brasil que para o Reino mandassem, devidamente subsidiados, os moços mais inteligentes, afim de se habilitarem aos ofícios de engenheiros topógrafos e hidráulicos, médicos e cirurgiões. Em Lisboa, graças à boa vontade de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, depois Conde de Linhares, em 1796 nomeado ministro da Marinha e dos Negócios Ultramarinos, eram os brasileiros favoravelmente acolhidos e generosamente incentivados quanto a estudos e trabalhos relativos ao Brasil. Assim, confiando à direção do eminente botânico frei José Mariano da Conceição Velloso, autor da *Flora Fluminense*, a tipografia e calcografia do Arco do Cego, aí se reuniu um seletto grupo de filhos da colônia, entregando-se à meritória tarefa de traduzir, redigir e editar obras dedicadas ao seu desenvolvimento. Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva, tradutor de um trabalho inglês sobre o açúcar; José Feliciano Fernandes Pinheiro (depois Visconde de São Leopoldo), também tradutor; Manuel Jacinto Nogueira da Gama (futuro Marquês de Baependi), professor de matemática na Academia Real de Marinha; Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, o futuro editor do *Correio Brasiliense*, em Londres; Vicente Coelho de Seabra da Silva Teles, lente de zoologia, botânica e agricul-

tura em Coimbra — os três primeiros depois políticos de relevo sob o Império — todos êsses brasileiros intelectual-mente formados em Portugal, aí, sob a chefia de um sábio e graças à proteção de um verdadeiro estadista, com proveito souberam iniciar as respectivas carreiras.

A influência da Universidade de Coimbra na formação das elites brasileiras prosseguiu por tôda a primeira metade do século XIX, a pesar da transferência da Côrte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808, e a proclamação da independência do Brasil, em 1822. De José Bonifácio, aliás seu professor de metalurgia, a Bernardo Pereira de Vasconcelos, pode-se dizer que todos os políticos do Primeiro Reinado e das Regências tiveram aquela procedência espiritual, com pequenas exceções, como o Marquês de Barbacena, que em vez da Universidade cursou a Academia de Marinha. Como escreveu Oliveira Lima: “O Brasil não teve uma Universidade como o México ou o Peru; todavia, quando chegou o momento da separação, estava preparado intelectualmente para a vida independente, a ponto tal que o Império encontrou um pessoal adequado à alta administração, à diplomacia e a todos os ramos da atividade política da nação”.²⁸ Basta uma simples vista pela biografia dos titulares daquele tempo para que se perceba a influência da formação coimbra que foi a de quase todos. Exemplos disso são os Marqueses de Abrantes, Baependi, Caravelas, Maricá, Monte Alegre, Nazaré, Olinda, Paraná, Paranaguá, Queluz, Sapucaí e Valença; o Conde de Carapêbus; os Viscondes de Abaeté, Alcântara, Cachoeira, Caeté, Caravelas, Cairu, Goiânia, Inhomirim, Jequitinhonha, Maranguape, Pedra Branca, Rio Grande, São Leopoldo, São Lourenço, Se-

(28) Oliveira Lima — *Aspectos da História e da Cultura do Brasil*, p. 49.

petiba e Uberaba; os Barões de Carapebús, Pindaré e Pontal. Com esta lista de nomes pode ser encerrada, sem necessidade maiores esclarecimentos, o arrolamento dos serviços que ao Brasil colonial e independente prestou a educação que lhe foi fornecida por Portugal colonizador.

5 — CONCLUSÕES

I — A política educacional portuguesa relativamente ao Brasil colonial caracterizou-se por atender, rigorosamente, às necessidades do meio americano e da época em que se processou. Isto foi observado tanto na transferência aos jesuítas, a partir da metade do primeiro século, como na permissão do ensino ministrado por outros religiosos, pouco depois; como, ainda, na reivindicação dessa prerrogativa pelo Estado, em seguida à expulsão dos inácianos.

II— A ausência de universidades no Brasil pouco prejudicou a instrução superior de seus filhos, aos quais sempre foram acessíveis, desde fins do século XVI até o primeiro terço do XIX, os cursos existentes no Reino e no estrangeiro.

III — A proibição do funcionamento de estabelecimentos gráficos no Brasil colonial não chegou a prejudicar profundamente o desenvolvimeto intelectual do país, atendendo-se aos motivos que a determinaram, de caráter simplesmente administrativo e protecionista.

IV — A política educacional portuguesa em relação ao Brasil colonial proporcionou-lhe a formação de uma elite apta a modelar perfeitamente os seus destinos políticos e sociais, uma vez chegada a oportunidade da separação dos países componentes da monarquia dual.

VIAÇÃO NO BRASIL COLONIAL

1 — *Pelas trilhas dos indígenas*

Ao ser descoberto pelos portugueses, não possuía o Brasil as estradas que no Perú e no México tanto surpreenderam os conquistadores espanhóis, facilitando-lhes a penetração. Simples trilhas de indígenas, que de modo precário punham em contacto seus esparsos núcleos de povoação, desde logo passaram a servir ao transporte do pau de tinta que deu nome ao país, rumo às feitorias do litoral. Como também teriam servido às primeiras entradas pela terra dentro: a de quarenta leguas a partir de Cabo Frio, em 1503, mencionada por Américo Vespúcio; e as do Rio de Janeiro e Cananéia, em 1531 ordenadas por Martim Afonso de Sousa.

2 — *Viação litorânea*

A imensidade da orla marítima, cedo explorada pelos descobridores, condicionaria o largo emprego da navegação litorânea, ainda nos primeiros tempos da colonização.

Em seguida às armadas ditas de guarda-costa, a de Martim Afonso de Sousa por três meses permaneceu no Rio de Janeiro, entre outros objetivos com o de construir dois bergantins de quinze bancos, destinados à subida do rio da Prata.

Criadas as capitánias hereditárias, Duarte Coelho, donatário de Pernambuco, pensou “logo no comércio de ca-

botagem e um dos seus primeiros cuidados foi mandar construir, em pequenos estaleiros adrede levantados, caravelões e lanchas para iniciarem o tráfego de mantimentos entre as capitânicas próximas".¹

Estabelecido o governo-geral, pelo regimento dado ao provedor-mor foi proibido aos colonos internarem-se pela terra e por esta via transitarem de uma capitania a outra, o que tinha em vista favorecer a navegação, segundo Varnhagen. Mediante prêmios e diminuição de tributos, procurou-se ainda incentivar a construção naval, dos barcos de remos de mais de quinze bancos como dos navios de cento e trinta toneis para cima.² Tão importante era o sistema de comunicações litorâneas realizado pelos bergantins, que, para neles servir, destinavam-se numerosos condenados, frequentemente citados, por exemplo, nas cartas do governador D. Duarte da Costa a El-Rei D. João III.³

3 — *O Caminho do Mar*

Fundadas as primeiras povoações do interior do país — as do planalto vicentino — o problema de suas ligações com a costa seria também o primeiro problema da viação interna do Brasil. A antiga trilha dos tupiniquins, devassada por João Ramalho, transpondo a serra do Cubatão, tornou-se o Caminho do Padre José, em lembrança do santo jesuíta, ou apenas Caminho do Mar, até os nossos

(1) Oliveira Lima — "A Nova Lusitânia", na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*; Porto, 1924; III-301.

(2) Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil*; São Paulo, s/d, 4.^a ed.; I-295. — O Regimento, na *História da Colonização*, cit., III-353/359.

(3) Transcritas na *História da Colonização*, cit., III-371/379.

dias, para voltar a ser, atualmente, a magnífica Via Anchieta.

Atingindo São Paulo, com o desenvolvimento desta vila e o movimento expansionista que a caracterizou, transformar-se-ia no eixo das comunicações da capitania de São Vicente. Durante todo o período colonial exigiria providências oficiais sua conservação, tão precária que possibilitou até o seu fácil fechamento, quando o entenderam os altivos paulistas, visando desobedecer ao governador Salvador Correia de Sá e Benevides.

4 — *Viação açucareira*

Estabelecida, no Nordeste e na Bahia, a indústria açucareira, determinaram os engenhos um especial sistema de viação, em que a proximidade do mar e, eventualmente, de rios, ocupava o primeiro lugar. O Recôncavo e os pequenos rios pernambucanos exemplificam com eloquência o caráter premente dos transportes sobre água, exigidos pelo açúcar. Os rios Paraíba e Potengi, como os que vão ter às baías de São Marcos e São José, no Maranhão — alargam ainda mais a tese de que sem água não existem engenhos. Só na Bahia, ainda ao tempo de Gabriel Soares de Sousa (1587), somavam 1.400 as embarcações existentes. “E são tantas — diz ele — porque se servem todas as fazendas por mar; e não há pessoa que não tenha seu barco, ou canôa pelo menos, e não há engenho que não tenha de quatro embarcações para cima; e ainda com elas não são bem servidos.”⁴

Da necessidade da vizinhança do mar, imposta pela indústria açucareira, bem como da circunstância de terem sido os povoadores obrigados a defender da cubiça estran-

(4) Gabriel Soares do Sousa — *Tratado Descritivo de Brasil em 1587*; São Paulo, 1938, 3.^a ed.; pág. 174.

geira milhares de quilômetros de costa, ainda dentro do século seguinte ao início da colonização, decorre o facto de não poder ser tomada como deprimente de seus esforços a tão explorada frase de frei Vicente do Salvador, segundo a qual “por negligência dos portugueses”, ainda não haviam estes, *até então*, devassado, para o Sertão, todas as terras do Brasil, contentando-se “de as andar arranhando ao longo do mar, como caranguejos”.⁵ É preciso, primeiramente, lembrar que o ilustre franciscano terminou sua obra em 1627 — três anos depois da tentativa holandesa da conquista da Bahía, três anos antes da invasão de Pernambuco, quando o litoral ao sul de Cananéia, além de toda a Amazônia, ainda estavam, praticamente, fora da jurisdição portuguesa. Seria, portanto, ingênuo, querer que já estivesse perfeitamente conhecido todo o interior brasileiro, até a linha de Tordesilhas, naquela época em vias de ser rompida pelos bandeirantes predadores de índios. Além disto, a expressão *até agora*, parte integrante do período, constitue ressalva são notada pelos apressados sociólogos de hoje, que em vez de investigar para poder julgar, simplesmente preferem repetir e deturpar, tendo em vista armar generalizações e condenações ao gosto das galerias.

5 — *Roteiros das Entradas e Bandeiras*

E’ realmente no século XVII que a viação brasileira acompanha, passo a passo, a expansão territorial então processada. Se a centúria anterior foi essencialmente a do estabelecimento e consolidação das posições litorâneas, a que se lhe seguiu foi a da expulsão definitiva dos invasores estrangeiros, e a das conquistas: do Sul — preparada pela

(5) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*; São Paulo, 1918; pág. 19,

caça ao índio, do Sertão — fundamentada na criação do gado, da Amazônia, do Centro e do Oeste, as três últimas completadas já na era de setecentos.

Pelas entradas e bandeiras, que vinham dos tempos dos primeiros governadores, de iniciativa oficial ou particular, não se limitando a determinadas regiões, sendo, antes, fenômeno geral e característico de todo o país, como demonstraremos algures — surgem novas rotas, terrestres e fluviais.

Ao Sul, o caminho indígena do Piabiru leva os paulistas às povoações espanholas e reduções jesuíticas do Guairá, e daí ao Uruguai, Tape e Itatin oeste do Paraná, noroeste e centro do Rio Grande do Sul, sudoeste de Mato Grosso hoje. O Paranapanema e o Tieté são vias auxiliares que têm o mesmo destino, a última importante somente no século seguinte.

Outros rumos internos, além desses do Sudoeste e do Oeste, também seguiram os paulistas, ainda no século XVII. Pelo rio Paraíba, em parte, transposta a serra da Mantiqueira, seguidos o Sapucaí ou o Verde vadeados o Grande e o das Mortes, alcançados o Paraopeba e das Velhas — foram atingidas as regiões tão almejadas do ouro e das pedras preciosas. Pelo rio São Francisco, como por vias terrestres, chegaram ao sertão baiano, donde, por um lado, passaram ao Piauí e Maranhão, por outro a Pernambuco (com Alagoas), Paraíba e Rio Grande do Norte, simultaneamente integrando-se tanto no ciclo da criação de gado quanto no que à falta de designação melhor chamaremos de ciclo do sertanismo de contrato, isto é, dedicado à luta contra os indígenas rebelados, na Bahia como na Guerra dos Bárbaros, e à extinção dos quilombos negros dos Palmares.

6 — *Viação do gado*

Ligações inteiramente novas ao mesmo tempo se processavam no Norte, Nordeste e Sertão.

Verificada pela experiência a dificuldade da navegação em qualquer época, da Bahia a Pernambuco, como do Maranhão ao Rio Grande do Norte, e mesmo do Pará ao Maranhão, baixios, correntes e ventos aí se unindo, em certos meses, para contrariar a perícia dos pilotos — o acesso terrestre, pelas praias apenas no segundo caso, mais afastado delas, nos dois outros, foi a solução encontrada.

Atingiram, porém, pleno Sertão, as rotas traçadas pela criação de gado.

Situados entre a Bahia e Sergipe, como na zona de Camamu, ao sul do Recôncavo, os primeiros currais cêdo se expandiram em direção ao São Francisco, transposto o qual alcançaram Pernambuco e Piauí. Tomando o rumo do Maranhão, num caso, e espalhando-se em arco, da serra da Borborema aos Cariris e Ibiapaba, noutro, constituíram os chamados “currais de dentro” e “currais de fora”, de que fala Antonil-Andreoni. Por estradas bem frequentadas, facilmente abertas ou indicadas pelo índio, através das caatingas, comunicavam-se, uns e outros, com os grandes centros consumidores, Salvador e Recife, seguidos em importância por Paraíba, Natal e Fortalesa, ao mesmo tempo que se formavam os pequenos entrepostos sertanejos do Crato, da Mocha (Oeiras), Pastos Bons e Aldeias Altas (Caxias).

Para atingir o São Francisco, a partir da Bahia, por exemplo, citou frei Martim de Nantes o trajeto que entre 1672 e 1683 passava por Canabrava (depois Pombal), acima do Itapicuru baiano, Geremoabo, no Vasa-barris, e atravessava o grande rio entre Cabrobó e Ibó.

A partir do Maranhão, ainda na lição de Capistrano de Abreu, explorada a via fluvial mais fácil do Punaré ou Parnaíba, em 1670, por Vital Maciel Parente, definitivamente retomou o assunto, em 1685-1687, o governador Gomes Freire de Andrada, mandando que João Velho do Vale pela primeira vez percorresse todo o caminho terrestre interno, até a Bahia.⁶

Mais tarde, em 1711, a inestimável *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas* mencionaria o caminho de Jacobina a Capoame, isto é, Feira Velha, a oito leguas do Salvador.⁷ Seria, mais ou menos, o mesmo percorrido e esplendidamente descrito por Spix e Martius, em 1819, cruzando o rio e passando à margem pernambucana em Joazeiro, como a atual estrada de ferro, rumo ao Maranhão, pelo Piauí.⁸

7 — Viação das minas

Com o descobrimento das minas de ouro, administrativamente sujeitas ao governo sediado no Rio de Janeiro, quanto ao abastecimento dependentes dos currais baianos, surgiram as estradas que mais do que o São Francisco, tornar-se-iam o grande eixo entre o Sul, o Centro e o Nordeste.

Minuciosamente descrevendo Antonil os roteiros do Caminho Velho do Rio de Janeiro para as Minas Gerais dos Cataguás e do Rio das Velhas (passando por Paratí e Guaratinguetá), o do Caminho Novo mais direto, do

(6) Apud J. Capistrano de Abreu — *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*; Rio, 1930; págs. 81, 107/108.

(7) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) — *Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*; São Paulo, 1923; pág. 268.

(8) J. B. von Spix e C. F. P. von Martius — *Viagem pelo Brasil*; Rio, 1938; vol. II, livro VII.

Rio de Janeiro a Ouro Preto, aberto por Garcia Rodrigues Pais, logo aperfeiçoado em suas saídas da Guanabara e muito depois aproveitado pelas estradas de ferro, e os dois traçados do Caminho da Cidade da Bahia para as Minas do Rio das Velhas — imenso serviço à história da viação brasileira prestou o benemérito jesuíta.⁹ Mais do que isto, embora indiretamente, mostrou por que os emboabas, isoladamente e sem bandeiras do Rio e da Bahia chegados às Minas, aí logo se tornaram mais numerosos que os paulistas, a ponto de vencê-los na luta pela divisão das layras auríferas.

Essa mesma derrota dos bandeirantes nas Gerais os levaria a retomar e abrir novos caminhos fluviais e terrestres que da caça ao índio seriam transferidos à procura do ouro.

Assim, no primeiro terço do século XVIII, a descida do Tietê, completada pelo sistema Paraná — Pardo — Taquari ou Miranda — Paraguai — São Lourenço — Cuiabá, conduziria às minas de Mato Grosso. Como a transposição de sucessivas vertentes dos tributários do Tietê, do Pardo paulista, do Grande, do Paranaíba e, afinal, do Tocantins e do Araguáia, levaria a Goiás, na rota dos Anhangüeras.

Alcançados, aí, os dois últimos grandes rios, como em Mato Grosso o Guaporé e o Tapajós, não demoraria muito a ligação com a Amazônia, pelo Tocantins, por José Peixoto da Silva Braga, companheiro de Bartolomeu Bueno da Silva, pelo Madeira por Manuel Felix de Lima, em 1742 — fechando-se assim os maiores circuitos de nossa viação interna.

(9) André João Antonil (João Antônio Andreoni, S. J.) *Op. cit.*; págs. 242/247.

8 — Estradas da “marca” do Sul

Enquanto se devassava o Oeste, muito além dos arbitrários limites fixados em Tordesilhas, também o Sul, rico em planaltos isolados da marinha, pobre de portos que os servissem, exigia a abertura de estradas.

Fundados, ainda no século XVII, os postos litorâneos de Paranaguá, São Francisco, Desterro, Laguna e, depois de grande intervalo, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento, esta à margem do rio da Prata, em frente a Buenos Aires — urgia pô-los em comunicação com o interior, deles separado pelos alcantís da serra do Mar, pelas lagoas gauchas ou pelas planícies da Banda Oriental.

Pelo ouro de lavagem, fácil foi obter a ligação de Paranaguá com os campos de Curitiba.

Entre estes e Laguna, porém, somente entre 1728 e 1730 seria aberta, por Francisco de Sousa e Faria, a grande estrada do Araranguá às margens do Iguaçu.

Completá-la-ia, pouco depois, Cristóvão Pereira de Abreu, levando cavalgaduras da Colônia do Sacramento a Curitiba e São Paulo, utilizando o caminho que da margem esquerda do rio da Prata, pelo Rio Grande de São Pedro, alcançava Laguna, desde 1703 revelado no roteiro de Domingos da Filgueira — de acôrdo com recentes trabalhos do general Borges Fortes e do Sr. Manuel E. Fernandes Bastos.¹⁰

(10) Cf. General Borges Fortes — “Cristóvão Pereira de Abreu”, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre; n.º dos 3.º e 4.º trimestres de 1931, ano XI; e, do mesmo autor — “Tropeiros”, separata dos *Anais do II Congresso de História e Geografia Sul-Rio-grandense*; Porto Alegre, 1937; págs. 4/5. E Manuel E. Fernandes Bastos — “A Estrada da Laguna ao Rio Grande”, separata dos *Anais* cit.; págs. 6/9.

Para defender essas estradas, além da fundação do presídio de Jesus-Maria-José, origem da cidade do Rio Grande, levantaram-se, no trajeto que levava à também fortificada Colônia, os fortes de São Miguel e de Santa Teresã, e, para o interior, mais tarde, o do Rio Pardo.

O povoamento dos campos de Guarapuava, Palmas e Lages — consequências, ainda, da expansão dos currais também ao Sul — proporcionaria outros tantos postos avançados no interior hoje paranaense e catarinense, exigindo estradas que, embora precariamente, os unissem ao centro distribuidor que para muares e cavalaes em pleno século XVIII já era Sorocaba.

9 — *Em defesa dos pontos extremos*

Da “marca” do Sul, como dizia Calógeras, passando às de Oeste e do Extremo Norte, digno de admiração é verificar como também para proteger o seu acesso fluvial e terrestre, garantindo a sua posse, por toda a fronteira matogrossense e amazonense erigiram povoações e fortificações os governadores portugueses.

Assim D. Antônio Rolim de Moura Tavares, depois Conde de Azambuja, fundando Vila Bela, no Guaporé; assim D. Luiz Antônio de Sousa Botelho e Mourão, Morgado de Mateus, governador de São Paulo, dificilmente construindo e mantendo o forte de Nossa Senhora dos Prazeres, no rio Iguatemi; Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, levantando o forte do Príncipe da Beira, o presídio de Nova Coimbra e dando impulso a Corumbá; e Caetano Pinto de Miranda Montenegro, futuro Marquês da Vila Real da Praia Grande, fundando Miranda — todos em Mato Grosso.

Assim também na nova capitania fronteira de São José do Rio Negro, guardavam suas entradas fluviais: no

Solimões, o reduto de São Francisco Xavier, em Tabatinga; no alto rio Negro, os fortes de São Gabriel e Marabitanas; na confluência do Tacutu e Uraricoére, formadores do rio Branco, o forte de São Joaquim — todos construídos sob a providente inspiração do Marquês de Pombal.¹¹

10 — *A obra de três séculos*

Desta forma, ao iniciar-se o século XIX, que seria o da navegação a vapor e das estradas de ferro, “estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais” — no dizer indubitável de Capistrano de Abreu.¹²

Exemplificando-o ligeiramente, de acôrdo com o mesmo Mestre de nossa História, algumas das mais importantes ligações então existentes podem ser apontadas, ressaltando-se o inevitável caráter mixto que a diversas caracterizava.

A começar do Norte, sem abordar a pouco frequentada união do Negro ao Orenoco, pelo Cassiquiári, digno de nota é o zigzagueante percurso fluvial-terrestre e marítimo que, evitando as monções, partindo de Belém, “subia o Guamá, passava por Ourém e Bragança e saía na costa junto ao Turí-açu”, rumo a São Luiz.¹³

Da navegação do Grajaú e do estabelecimento de fazendas de gado em seu curso alto resultou a posse, para o Maranhão, da zona goiana de Carolina. Aí, desde o rio

(11) Cf. J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 140. E Helio Vianna — “Fortificações coloniais portuguesas no Brasil”, na revista *Cultura Política*; Rio de Janeiro, n.º 22, de dezembro de 1942; pág. 177.

(12) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 117.

(13) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 106.

Manuel Alves Grande, descida uma parte do Tocantins, atingido o Gurupí, verificou-se um movimento expansionista tipicamente maranhense, conforme Capistrano.¹⁴

Penetrando o interior, precioso documento forneceu o anônimo *Roteiro do Maranhão a Goiás, pelo Piauí, de 1770 e tantos*. De São Luiz a Mariana, trabalhosa e parcialmente percorreu-o, em 1747-1748, o primeiro bispo dessa diocese mineira, D. frei Manuel da Cruz, como relatou o precioso livrinho *Aureo Trono Episcopal*, de 1749.¹⁵

“Para o Norte — prosegue o autor do magnífico ensaio *Caninhos Antigos e Povoamento do Brasil* — desde a Paraíba, a ação pernambucana direta ou indireta aparece mais eficaz; o nome pernambucano repercute muitas vezes nos territórios de Borburema, Cariri, Ibiapaba: vai-se pelo interior desde Piauí até Recife e Olinda, mas mesmo aí as comunicações com a Bahia se estabeleceram e continuaram sempre, continuam ainda hoje (1899) muito reduzidas, embora; e Pernambuco, que algum tempo alcançou de Carinhanha a Amarração, teve de dividir sua herança pelo Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas e Bahia”.¹⁶

Explicando por que motivos, mais ligados à história das estradas que à política, perdeu Pernambuco sua jurisdição sobre a comarca do São Francisco ou do Sertão, que pela margem esquerda do grande rio alcançava terras hoje baianas e mesmo mineiras (pois Brejo do Salgado, agora Januária, pertencia ao bispado de Olinda) — diz ainda Capistrano de Abreu:

(14) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; págs. 111/112.

(15) Mais recentemente publicado na obra *Arquidiocese de Mariana — Subsídios para sua História*, do cônego Raimundo Trindade; São Paulo, 1929; págs. 1499/1636.

(16) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 116.

“Na segunda metade do século XVIII não se penetrava no Recife além de Bezerras, a quinze leguas para o interior: o que ficava além entendia-se com a Bahia. O bispo Azeredo Coutinho alegava como um dos serviços de seu governo interino (1798-1804) ter aberto um caminho comunicando a praça de Olinda com os sertões do São Francisco.

“Esse caminho serodio que, a julgar por uma indicação vaga de frei Caneca, acompanhava o Capibaribe até Taquaretinga, de onde demandava o Brejo da Madre de Deus, isto é, sertões batidos por baianos um século antes talvez, explica exuberantemente por que motivo os limites pernambucanos recuaram de Carinhanha, hoje divisa de Bahia e Minas Gerais, para Pau de Arára, cento e cinquenta e quatro leguas rio abaixo, segundo as medições de Halfeld, e, ao contrário, a Bahia se estendeu até as fronteiras de Goiás. Pouco repara quem vir nisto apenas efeitos do decreto de 7 de julho de 1824, que desligou de Pernambuco a comarca do São Francisco, e da resolução de 15 de outubro de 1827, que a incorporou à Bahia. Estes dois atos apenas apuram a Nemesis da História”.¹⁷

Mas se à Bahia coube, pelo desenvolvimento de sua viação sertaneja, incorporar terras antes adjudicadas a Pernambuco, também em outros pontos de seu território, inclusive nas áreas que pertenceram às capitâneas de Ilhéus e Pôrto Seguro, sérias dificuldades quanto às comunicações foram verificadas. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas zonas ribeirinhas do Paraguaçu, do rio de Contas e do Pardo — nas quais pouco ou lentamente se distanciaram do litoral as vias de penetração.²⁸

(17) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; págs. 57/58.

(18) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; págs. 92, 93, 95, 96, 97 e 115.

O mesmo se observou na vizinha capitania do Espírito Santo. Nela, como na anterior, a ausência de rios facilmente navegáveis, em extensões dignas de consideração, dificultou a entrada aos sertões, assim obrigatoriamente insulados.

Em Minas Gerais, ao contrário, ficou-se devendo ao sistema centralizador das estradas e das divisões judiciária eclesiástica a unidade administrativa que singulariza a reunião de suas tão diversas regiões naturais.

No Sul, a partir do Rio de Janeiro, mantiveram-se, ampliadas à proporção que o exigisse o progresso, as linhas gerais de sua viação colonial. Aí, como em Minas, os transportes por tropas de muares passaria do século XVIII ao seguinte, como uma de suas grandes características, que somente a estrada de ferro muito depois ameaçaria.¹⁰

11 — *Grandes viagens do século XVIII*

Grandes extensões, são diremos de estradas consolidadas, mas, pelo menos, de caminhos que permitiam a comprovada passagem de numerosos viajantes, em muitos sentidos cruzavam o Brasil setecentista.

Exemplicando com um percurso ainda hoje dos mais precários, em pleno coração do país, basta arrolar, ainda por intemédio do texto de Capistrano de Abreu, que de Mato Grosso a Goiás, para evitar contínuos ataques de paiaçuás, guaicurus e caiapós na rota do Paraguai, auxi-

(19) Ver, a respeito, o magnífico capítulo sobre "Tropas e Tropeiros", de Afonso Arinos, incluído no vol. *Histórias e Paisagens*; Rio, 1921. Pequena seleção iconográfica, sobre "As tropas de muares e seus condutores no desenvolvimento da viação interna do Brasil", reunida pelo autor, encontra-se na revista *Cultura Política*, n.º 19, de setembro de 1942.

liado pelos bororos, abriu uma picada Antônio Pires de Campos. Ainda em 1803, transferido do governo de Mato Grosso para o de Pernambuco, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, futuro primeiro ministro da Justiça do Brasil, “veiu por terra do Guaporé ao rio São Francisco”.²⁰

Eram aliás habituais, desde meados do séculos anterior, êsses deslocamentos de governantes, realizados por via terrestre, o que pressupõe a existência de caminhos. D. Antônio Rolim de Moura Tavares, depois Vice-Rei do Brasil, que pela via fluvial do Tieté e Paraguai atingira Mato Grosso, de sua viagem deixando “aprazível narrativa, nomeado governador da Bahia em 1766, desceu do Guaporé ao Maranhão, donde foi por terra a seu destino”.²¹ De Goiás a Bahia, como da Bahia a Goiás, deixaram roteiros José de Almeida Vasconcelos Soveral e Carvalho, futuro Barão de Mossamedes e Visconde da Lapa, e Luís da Cunha e Menezes, que abandonando ou procurando aquele governo, nos dois sentidos fizeram idêntico percurso, no mesmo ano de 1778.²²

“No ano de 1808 — informa Capistrano — o desembargador Tomaz Navarro veiu por terra da Bahia ao Rio de Janeiro com o fim de estudar uma linha de correio que ligasse a antiga à presente capital. Sua viagem foi sempre à beira-mar, exceto nos pontos em que morros muito íngremes ou amarrados obrigavam a rodeio, ou nos rios sem canoas e sem pontes, que o desembargador subiu até os lugares vadeáveis”.²³ Mais ou menos o mesmo percurso que entre as duas cida-

(20) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 71.

(21) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 72.

(22) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; págs. 97/98 ..

(23) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 94

des realizaria, em 1815-1817, o Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, descrito em sua excelente *Viagem ao Brasil*. E ainda de outra linha postal, entre a mesma Bahia e o Ceará, dá-nos notícia o texto dos *Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil*, localizando-a aí por 1820-1821.²⁴

12 — Conclusão

Não são necessárias maiores demonstrações à tese de Capistrano de Abreu, de que, ao terminar o período colonial, “estava todo o país ligado, imperfeitamente embora, por meio de vias terrestres ou fluviais”. A nós, como simples discípulo do grande Mestre de nossa História, só nos cabe acrescentar que então, como hoje, e hoje talvez mais do que nunca, as estradas — terrestres, marítimas, fluviais e aéreas — é que dão vida ao Brasil, a vida efetiva, a vida real que ele precisa para se manter e para vencer as enormes dificuldades que presentemente o assoberbam.

(24) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*; pág. 81.

OS JESUÍTAS NO BRASIL COLONIAL

A obra de colonização que no Brasil realizaram os portugueses, encontrou, desde o século XVI, elementos humanos e espirituais aptos a proporcionar a solidez que a caracterizou. Ao lado de homens dignos da tarefa sôbre tôdas difícil, de construir uma nação, surgiram fatores morais suficientes para assegurar à sua estrutura, através dos tempos e das adversidades, aqueles traços de superioridade que identificam as construções definitivas.

Homens — eram os que acabavam de apresentar ao mundo a maior das revelações até então feitas: a noção da própria grandeza da terra, a possibilidade da comunicação de tôdas as suas partes, sua unidade, emfim.

Idéias — eram as mais sãs que o Renascimento podia ter gerado de suas lutas, sem a mácula da perda da fé, transmitidas por intermédio do povo que melhor saberia expressá-las em um poema imortal — *Os Lusíadas*.

Colonos e missionários — foram êsses descendentes de guerreiros e navegadores, chamados a realizar, na América, a obra grandiosa da criação do Brasil. Como a efetuaram, por entre dificuldades inumeráveis, conflitos e êrros, mas também vitórias e êxitos — é objeto da História examinar, através dos acontecimentos que vão da conquista à independência, da unidade à consolidação.

Agora, a propósito da passagem do quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus, é oportuno que nos detenhamos na evocação de um só dos elementos formadores de nossa nacionalidade: o religioso; e, dentro dele, tratemos apenas de seu maior representante em nos-

so país: o jesuíta. Fazendo-o, comemoraremos condignamente tão importante efeméride, fieis à nossa condição de professores e alunos de uma Faculdade Nacional de Filosofia que visa continuar, como sucessora dos colégios jesuítas dos séculos XVI a XVIII, a preparação, aqui, dos futuros professores brasileiros.

Nascido à sombra da Cruz, o Brasil recebeu os jesuítas apenas nove anos depois da organização da Companhia de Jesus. Em 1549, com o primeiro Governador-Geral, recebemos a primeira léva de inicianos. Chefiava-a quem tinha, mais que ninguém, qualidades de organizador, político, missionário. Manuel da Nóbrega, por vinte e um anos seria o Superior, o Provincial, o Reitor a quem tudo se ficou devendo, o trabalhador incansável das viagens pelo litoral, o arguto conselheiro da fundação do Rio de Janeiro, o fundador dos tres colégios que são as mais ricas joias do verdadeiro tesouro que nos legaram os jesuítas, desse tesouro que não tem preço — porque não há dinheiro que o pague, nem pode ser avaliado, porque não há matemático que o calcule.

Os primeiros inicianos “mandados a êste continente, sôbre cujos destinos tanto deveriam mais tarde pesar” — escreveu Capistrano de Abreu — “completaram harmoniosamente a administração, pois tanto como Tomé de Sousa e Pero Borges, o Padre Manuel da Nóbrega obedecia ao sentimento coletivo, trabalhava pela unidade da colonia, e no ardor dos seus 32 anos achava ainda pequeno o cenário em que se iniciava uma obra sem exemplo na História”.¹

Esta terra seria, realmente, a sua “empresa”, como proféticamente escreveu.

(1) Capistrano de Abreu — CAPITULOS DE HISTÓRIA COLONIAL; 3.^a ed. (2.^a da Sociedade Capistrano de Abreu e F. Briguiet & Cia.), Rio de Janeiro, 1934; p. 52,

Agiram, desde logo, os companheiros de Nóbrega, como, depois, os que vieram nos anos seguintes, até o final do século XVI, com ardor de apóstolos e devotamento de mártires. De tal maneira se entregaram à incumbência que desde logo perceberam ser a que lhes competia realizar no Brasil, que a sua ação se envolveu na própria vida do país de modo a tornar impossível qualquer separação que entre uma e outra depois se quisesse fazer.

O Padre Manuel da Nóbrega foi, sem dúvida, a primeira grande figura da Companhia de Jesus no Brasil. Sómente a êle podemos atribuir as iniciativas que marcaram, definitivamente, a ação de seus pares na Colonia: a catequese, o ensino aos meninos órfãos mandados vir de Lisboa, como aos pequenos indígenas e aos filhos dos colonos, a expansão pelas capitánias já creadas como pelas terras novas a serem ainda conquistadas, etc. Mesmo se a princípio apenas tivesse obedecido a ordens emanadas de Roma e de Portugal, torna-se evidente que elas, por si mesmas, não seriam bastantes, nem poderiam prever as difíceis circunstâncias em que muitas vêzes se encontrou o Superior, pouco depois primeiro Provincial dos jesuítas no Brasil.

Seu arbítrio, sua capacidade de organização, seus dotes, mesmo, de improvisação, foram logos postos à prova, na árdua tarefa de criar, em ambiente muitas vêzes hostil, aquilo que seria, sem dúvida, uma das maiores obras jamais realizadas por uma ordem religiosa, em qualquer parte do mundo. Na obtenção de favores de D. João III, de seus sucessores, os Regentes durante a menoridade de D. Sebastião, a Rainha D. Catarina e o Cardeal D. Henrique, e, afinal, do proprio D. Sebastião; na utilização, insistente e frutuosa, da proteção aos jesuítas por seu intermédio dispensada pelos Governadores-Gerais Tomé de Sousa e Men de Sá; na discreção diplomática com que

se houve durante o dissídio ocorrido entre o segundo Governador, D. Duarte da Costa, e o primeiro Bispo do Brasil, D. Pero Fernandes Sardinha, — em todas essas ocasiões o gago, o rude, o trôpego Manuel da Nóbrega revelou-se político inegualável, único apto a lançar em bases sólidas uma construção que afrontaria os séculos e, depois, a mais acêsa perseguição de que tem notícia a história das lutas entre a Igreja e o Estado.

Como verdadeiro chefe, portanto, mesmo depois de sua substituição no provincialato, avulta Nóbrega entre os jesuítas do Brasil, no século XVI. Deve-se-lhe, com certeza, o pronto encaminhamento, a seus gloriosos destinos, de companheiros que, como êle, não conheceram distâncias, nem dificuldades, no cumprimento dos mais penosos deveres: o Padre Leonardo Nunes — o ubíquo Abê-ré-bébé dos indígenas, primeiro jesuíta vitimado na evangelização do Brasil,² e o Padre Aspilcueta Navarro — como o anterior, um sertanista digno do título de precursor dos bandeirantes. Deve-se-lhe, sem dúvida alguma, a escolha do local e a iniciativa da fundação do colégio e da povoação de São Paulo do Campo de Piratininga, hoje nada menos que a segunda cidade brasileira e terceira da América do Sul, missão por êle confiada ao Padre Manuel de Paiva, em 1554. Deve-se-lhe, ainda, do lado português, a primazia no plano de comunicação terrestre de São Vicente ao Paraguai, assunto que desde então acompanha a história da viação brasileira, até hoje. Deve-se-lhe, igualmente, a prioridade na idéja da fundação da cidade do Rio de Janeiro, manifestada em carta

(2) Serafim Leite, S. I. — HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL; Livraria Portugália. Lisboa, e Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1938; I-254.

dirigida ao Cardeal-Infante D. Henrique, em 1560, ³ “sendo êle o que mais fez na povoação dela” — de acôrdo com o testemunho mais que todos autorizado, de José de Anchieta, que decisivamente acrescenta: “Porque com o seu conselho, fervor e ajuda, se começou, continuou e levou a cabo a povoação do Rio de Janeiro.” ⁴

Não é preciso exemplificar mais, certamente, em louvor da missão que no Brasil competiu ao primeiro titular da Província Jesuítica que desde 1553 constituiu o nosso país. A personalidade forte do Padre Manuel da Nóbrega, se não é das que estão destinadas ao culto reservado aos mártires e aos santos, será, provávelmente, daquelas que merecem dos historiadores a máxima consideração. O grande jesuíta português era da massa dos homens de ação que fizeram grande o pequenino Portugal; e dito isto, está dito tudo o que convém dizer a seu respeito.

Ao lado, porém, de Manuel da Nobrega, em seu tempo como depois dele, até o fim do século XVI, muitos outros inicianos trabalharam na “empresa do Brasil”, a ela se dedicaram inteiramente, deram-lhe até mesmo a própria vida, como os Irmãos Pero Corrêa e João de Sousa, mortos pelos índios carijós em 1555. Provinciais como Luis da Grã, Antonio Pires, Inácio Tolosa, José de Anchieta, Marçal Beliarte e Pero Rodrigues; Visitadores como o Beato Inácio de Azevedo, que também auxiliou a fundação do Rio de Janeiro, em 1567, morto por corsá-

(3) Manuel da Nóbrega — CARTAS DO BRASIL, (1549-1560); ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1931; p. 227.

(4) CARTAS, INFORMAÇÕES, FRAGMENTOS HISTÓRICOS E SERMÕES DO PADRE JOSEPH DE ANCHIETA, S. I., (1554-1594); ed. da Academia Brasileira de Letras, Rio de Janeiro, 1933; p. 327.

rios, pouco depois, e como o Padre Cristóvão de Gouvêa, cuja viagem nos proporcionou a felicidade da presença do Padre Fernão Cardim, seu utilíssimo cronista na *Narrativa Epistolar*, — eis alguns nomes dos jesuítas que logo se distinguiram, tanto na hierarquia dos cargos como na dos méritos positivos, no Brasil quinhentista. Outros, nos colégios como nas missões, percorrendo as capitânicas já existentes, como penetrando em sertões ainda desconhecidos, também ilustraram com sua participação, tantas vezes anônima e tantas vezes falhada, a obra sem igual dos inacianos em nosso país, nessa meia centúria de sua gloriosa ação inicial. Reitores de colégios, como os competentes Luis da Grã, Gregorio Serrão e Quirício Caxa, além do próprio Nóbrega, aqui no Rio. Devassadores de sertões, como o Padre Gaspar Lourenço e o Irmão João Saloni, primeiros a penetrar em Sergipe, além dos já citados Leonardo Nunes e Aspilcueta Navarro. Pacificadores de indígenas, como o Padre Francisco Pinto, no Rio Grande, depois primeiro devassador do Ceará, onde foi morto pelos tapúias e onde penetrou em companhia do Anchieta do Norte, o Padre Luis Figueira, — isto, naturalmente, sem falar, nesse setor das relações com os índios, em Nóbrega e Anchieta, negociadores da paz de Iperoig. com os tamoios. Entre os jesuítas houve até mesmo um construtor de fortalezas, como o Padre Gaspar de São Peres, autor do plano do Forte dos Reis Magos, no Rio Grande, em 1598. Ou — para mostrar a mobilidade dos quadros da Companhia de Jesus no Brasil — um Antonio Rodrigues, que antes de vestir a roupeta dos inacianos foi soldado dos exércitos de Espanha e, “como tal, assistiu à fundação das cidades de Buenos-Aires e Assunção, acompanhou Irala através do Chaco, e

foi, com Ribera, pelo rio Paraguai, ao centro do Brasil” ;⁶ um Rodrigo de Freitas, alto funcionário da Fazenda Real, antes de chegar a primeiro Reitor do Colégio de Pernambuco: um Pero Corrêa, a princípio colono de vida aventureira, grande “língua” e, depois, missionário dos mais devotados, um dos dois primeiros mártires da Companhia no Brasil.

Não é conveniente, entretanto, averiguar os coeficientes pessoais registados nessa obra essencialmente coletiva. Ela atinge o próprio domínio do sobrenatural, com os milagres atribuídos a Anchieta, o Santo do Brasil. Para realizá-la, não foram muitos os seus encarregados, mas decerto foram dos melhores soldados da milícia de Santo Inácio os que aqui agiram, nessa segunda metade do século XVI.

Consolidando a vida espiritual nas capitânias do Sul; auxiliando, eficazmente, a conquista do Norte; mantendo boas relações, grandemente úteis à Colonia, com os mais notáveis Governadores-Gerais, Donatários e Capitães-Mores; regularizando a vida particular, naturalmente desregrada, dos primeiros colonos; assenhoreando-se, principalmente, da tarefa, sôbre todas importante, da catequese dos indígenas, — coube, em suma, aos jesuítas, a mais bela parte da História do Brasil na primeira centúria de existencia política de nosso país.

Creadores de nosso ensino, de nosso teatro e, de certo modo, de nossa medicina; preservadores das línguas indígenas; cronistas fieis de todos os acontecimentos aquí registados; primeiros intelectuais que exerceram actividades literárias na Colonia, — desempenharam uma incumbencia para a qual faltam qualificativos, tão grande e tão

(5) Serafim Leite, S. I. — PÁGINAS DE HISTÓRIA DO BRASIL; Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937; ps. 117/136.

excepcional foi ela, entre todas que contribuíram para a formação do Brasil.

Este país — na expressão de Ronald de Carvalho — “pode-se afirmar sem êrro, foi, em grande parte, um produto da vontade pertinaz e do sacrifício contínuo e superior dos discípulos da Companhia de Jesus. Aproximando o gentio do cristianismo, submetendo-o pela doçura ou pela fôrça às disciplinas da sua religião, evitando o seu escravizamento aos “maganos de Portugal”, obraram os jesuítas com refinado saber, concorrendo para o fortalecimento político e econômico da incipiente família brasileira.”⁶

Ou, de acôrdo com as palavras finais do Prefácio da monumental *História da Companhia de Jesus no Brasil*, do insigne historiador que é o Padre Serafim Leite: “Se os colonos e administradores portugueses governavam a terra e a cultivavam como fonte de riqueza e elemento de soberania, os jesuítas da Assistência de Portugal amavam a terra e os sêres humanos que essa terra alimentára no decorrer dos séculos. Os primeiros apoderaram-se do corpo; os segundos, da alma. Do concurso de uns e outros, completando-se, nasceu o Brasil. Enquanto os governadores, capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o novo edifício com fôrmas tão elevadas e nobres, que dariam ao conjunto a solidez da Eternidade”.⁷

Para o cumprimento dessa grande missão, não foram tão numerosos os seus agentes, como se poderia supôr. Apenas 128 jesuítas vieram para o Brasil, de 1549 a 1598,

(6) Ronald de Carvalho PEQUENA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA; 6.^a ed.; F. Briguiet & Cia., Editores, Rio de Janeiro, 1937; p. 72.

(7) Serafim Leite, S. I. — HISTÓRIA DA COMPANHIA DE JESUS NO BRASIL, cit., I-XVIII.

em 23 expedições, como apurou o mesmo eminente historiador português.⁸ 53 inacianos aqui não conseguiram chegar em outras viagens, no mesmo período, inclusive os 40 mártires do Brasil,—mortos pelo corsário francês Jacques Soria, em 1570, e os 12 assassinados pelos franceses e ingleses de Capdeville, no ano seguinte. Com as entradas na Companhia, aqui mesmo verificadas, ainda no século XVI, achamos o total de 183 jesuítas, existentes no Brasil em 1.º de janeiro de 1600, de acôrdo com o *Catálogo* então levantado pelo respectivo Provincial, Padre Pero Rodrigues.⁹ Para a obra que realizaram, pela influência que justamente obtiveram, não são muitos, mesmo considerado o total da população que se distribuía do Rio Grande do Norte a São Vicente, apenas algumas dezenas de milhares de habitantes.

Da mesma fôrma, os bens de que dispunham os jesuítas, durante êsse primeiro meio século de ação no Brasil, não estavam em proporção com o que fizeram. Para cumprimento de seu programa, que ia da simples catequese de selvagens ao ensino em gráu elementar, secundário e mesmo superior, necessitavam os inacianos dispor de recursos materiais suficientes, expressos em dotações, sesmarias, legados, etc. A seu respeito, concorda o mesmo notável autor da *História da Companhia de Jesus no Brasil* que “eram bens avultados. Mas, perscrutando a fundo a complexa atividade dos jesuítas, o homem de bom senso tem forçosamente de concluir que os seus bens eram, na realidade, pequenos para tão grande obra”.¹⁰

Realmente, como avaliar em dados simplesmente materiais e estatísticos, uma tarefa como a que aqui se im-

(8) Serafim Leite, S. I. — *op. cit.*, I-560/571.

(9) Serafim Leite, S. I. — *op. cit.*, I-578/584.

(10) Serafim Leite, S. I. — *op. cit.*, I-186.

puzeram os jesuítas? Ter possuído um organizador como Nóbrega, foi felicidade para a Companhia e para a própria colônia. Mas ter sido o Brasil quinhentista campo de ação de um vulto como Anchieta, constituiu benefício que não pode receber qualificativos. E com que preço, também, poderiam ser pagos documentos como as cartas, os relatórios, as informações jesuíticas, indispensáveis ao historiador de hoje? E quanto vale, para o conhecimento do Brasil de fins do século XVI, o depoimento etnográfico, geográfico, histórico, religioso, econômico, político, folclórico, artístico, etc., de um Padre Fernão Cardim?

E' com essa já inestimável contribuição dos jesuítas que o Brasil entra no século XVII.

Em 1623, sendo Reitor do Colégio da Bahia o mesmo Padre Fernão Cardim, cujos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* encerram ensaios e relatos dignos dos calorosos elogios dos sábios que os prefaciaram e anotaram,¹¹ — foi bater às suas portas aquele que em seu tempo seria a maior figura da Companhia, não só no Brasil como em Portugal, quiçá em todo o mundo, Antônio Vieira.

Existência original e tormentosa foi a sua, fugindo, não poucas vézes aos exemplos já então fornecidos pela Companhia, mas, ainda assim, sempre grandiosa e merecedora de atenção, nunca medíocre ou baixa de intenções, iluminada, como sempre foi, por uma inteligência sem par,

(11) Padre Fernão Cardim — TRATADOS DA TERRA E GENTE DO BRASIL; 2.^a ed.; Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939; contendo: Do Clima e Terra do Brasil e de algumas cousas notáveis que se acham assim na Terra como Mar — Do princípio e Origem dos índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimônias — e — Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítas pela Bahia, Ilhéus, Pôrto Seguro, Pernambuco, Espirito Santo, Rio de Janeiro e São Vicente (São Paulo), etc. Com Introduções e Notas de Baptista Caetano de Almeida Nogueira, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia.

uma cultura e uma eloquência que honram as mais firmes tradições intelectuais lusitanas.

Em Antonio Vieira, um após outro se sucederam, sem se excluírem, o religioso, o político, o missionário, o vidente, o revoltado e o vencido, de acôrdo com a magistral biografia que dele traçou J. Lúcio de Azevedo.¹²

No Brasil formou o seu espírito, sob o eco das lutas pela integridade territorial da Colonia, sob a influência da ação dos companheiros que o precederam na obra de educação e catequese, e que, para êle, seriam mais que simples modelos. Em sermões patrióticos, como os que várias vêzes prégou pelo bom sucesso das armas luso-espanholas-brasileiras contra os invasores holandeses,¹³ atingiu o sublime e, mais do que isto, soube pronunciar as palavras que entre todas havia necessidade de se fazerem ouvir, as da consciência nacional que então já ia nascendo, na resistencia ao inimigo a um só tempo da Patria e da Fé.

Vitoriosas, estas, em episódios como o do inutilizado ataque a Bahia, em 1638, pelo qual Vieira soube render oportunas graças, no Sermão de Santo Antônio, passou êle a Portugal, depois da Restauração, em busca de seus novos destinos.

Cumprindo-os, conforme Capistrano de Abreu, andou mais "de dez anos em terras européias por vontade da Companhia ou insistencia do Rei, triunfando na tribuna sagrada, ajudando as mais espinhosas negociações

(12) J. Lúcio de Azevedo — HISTÓRIA DE ANTONIO VIEIRA; 2 vols.; Livraria Clássica. Editora, de A. M. Teixeira & Cia. (Filhos), Lisboa, 1931.

(13) Reunidos pelo Sr. Pedro Calmon, em vol. sob o título POR BRASIL E PORTUGAL. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1938. (Em edição anterior: SERMÕES PATRIÓTICOS, ed. Biblos, de Simões dos Reis, Rio de Janeiro, 1933).

diplomáticas, engenhando combinações financeiras como a da Companhia do Comércio, tão útil na guerra pela libertação de Pernambuco, influenciando nos conselhos da coroa, dando idéias e defendendo as próprias ou alheias, estas principalmente, com uma abundância de expressões, uma sutileza de raciocínios, ou bisantinismo de argumentos, uma fertilidade de distinções verdadeiramente admiráveis. Um dia, apareceu-lhe o vácuo de tôdas essas pompas, invadiu-o a saudade da primeira infância e da segunda Pátria e aspirou missionar no Maranhão".¹⁴

Começou então a fase menos brilhante, porém, sem dúvida mais gloriosa, da vida do Padre Antonio Vieira. Na luta que teve de empreender, árdua e prolongada, em prol da liberdade dos índios, contra excessos escravistas dos colonos do Maranhão e Pará, empregou todos os seus recursos políticos e dialéticos, armou-se de toda a força que vinha tanto dos precedentes da Companhia de Jesus como de seus próprios talentos.

Todavia, a vitória não lhe sorriu sempre. Conseguida a custo, caracterizou-a a mais desanimadora transitoriedade. Vencido, mais que vencedor, não reconheceu direitos à derrota, não pactuou com os que julgava errados. Preferiu retirar-se, inconformado, solitário, apenas extravasando em cartas sempre magistras, o sempre justo sentimento.

Aproximando-se a morte, cansado de lutas e desenganos, quiz fechar os ólhos no mesmo cenário de sua preparação para a vida religiosa, no mesmo ambiente de seus primeiros anos de estudo. Veiu para a Bahia, para o Colégio e para a Quinta do Tanque, para aquela cidade do Salvador que assistira aos seus primeiros triunfos e que guardaria as suas últimas desilusões.

(14) Capistrano de Abreu — op. cit., p. 130.

Ao lado, porém, de um vulto excepcional como o de Antonio Vieira, muitos outros honraram, em seu século, o ensino e a roupeta da Companhia de Jesus.

Seu próprio irmão, Bernardo Vieira Ravasco, Secretário do Estado do Brasil e escritor, foi também aluno dos jesuítas. Antônio de Sá, prégador de mérito, antes de entrar na Companhia teria sido discípulo dos inacianos, no Rio de Janeiro, onde nasceu. Antes de ser carmelita, foi jesuíta outro orador notável, baiano, Eusébio de Matos, como o irmão, Gregório de Matos, o nosso maior poeta satírico, aluno do Colégio da Baía, êste antes de ir estudar em Coimbra, como muitos, inclusive, provavelmente, outro poeta de seu tempo, Manuel Botelho de Oliveira. Os jesuítas José Borges de Barros, baiano, e Prudêncio do Amaral, carioca, estudantes dos colégios da Companhia, chegaram mesmo a honrar como professores as escolas em que aprenderam.¹⁵

Não seria, portanto, somente de desencanto, no setor das atividades educativas dos jesuítas, o teatro de tantas glórias da Companhia que formava o Brasil, em 1697, ao falecer o Padre Antonio Vieira. Aos quatro colégios do século XVI, sem contar as muitas escolas de ler e escrever, que em obediência às *Constituições* e a *Ratio Studiorum* deviam manter em tôdas as suas casas e missões, havia se acrescentado outro, o do Maranhão, desde 1623, graças ao incansável Padre Luís Figueira, cuja ação, no Norte, Capistrano de Abreu não hesitava em aproximar da que realizou, no Sul, José de Anchieta.¹⁶ E em Pernam-

(15) Helio Vianna — A EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL; tése apresentada ao I Congresso de História da Expansão Portuguesa no Mundo; Lisboa, 1938; ps. 14/15.

(16) "A tão famosa residencia de Anchieta em Iperoig, exaltada entusiásticamente em prosa e verso, em nada excede as provações arrostadas por seu irmão de Ordem (Luís Figueira),

bucu, depois da expulsão dos holandeses, restabelecerase, em 1655, o seu colégio de jesuítas. Mesmo perto da Bahia, em Cachoeira, desde 1686, o Seminário de Belém continuava a missão educativa dos inacianos. Fundado e dirigido pelo insigne Padre Alexandre de Gusmão, seu nome e sua lembrança seriam perpetuados nas obras de um de seus pupilos, Bartolomeu Lourenço de Gusmão, o sábio e inventor, e no nome do irmão deste, Alexandre de Gusmão, Secretário de D. João V e diplomata a quem devemos o memorável Tratado de Madrid, de 1750.¹⁷

No século XVIII a ação jesuítica nos colégios não esmoreceu, até o golpe final, vibrado por Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.

Reitor de um dêles, o da Bahia, como Provincial da Companhia no Brasil, foi o célebre "anônimo toscano", João Antonio Andreoni, por tanto tempo escondido sob o anagrama André João Antonil, autor do utilíssimo livro "*Cultura e Opulência do Brasil por suas Drogas e Minas*", obra que continúia, nessa centúria, entre os inacianos do Brasil, a tradição informativa que em seus antecessores Anchieta, Fernão Cardim e Antonio Vieira tem outros grandes representantes.

Sob D. João V ainda se manteve o prestígio da Companhia de Jesus no Brasil. Recebiam dotações reais, em 1734, além de outros, os colégios do Rio de Janeiro e do

autor da segunda gramática da lingua geral, de que Anchieta escreveu a primeira". — Capistrano de Abreu — *Tricentenário do Ceará*, in CAMINHOS ANTIGOS E POVOAMENTO DO BRASIL; ed. da Sociedade Capistrano de Abreu; Livraria Briguiet, Rio de Janeiro, 1930; p. 244.

(17) Cf. Afonso de E. Taunay — A VIDA GLORIOSA E TRÁGICA DE BARTOLOMEU DE GUSMÃO, in *Anais do Museu Paulista*, tomo VIII; São Paulo, 1938; caps. IV e V.

Maranhão. No Pará, estando oficialmente encarregado de orientar os novos seminários, dotando-os de rendas adequadas, abriu um, para educação dos filhos dos habitantes da terra, em 1748, o futuro mártir da última fase dos jesuítas no Brasil, Padre Gabriel Malagrida. No Maranhão, em 1751 — 1752, organizou essa ilustre vítima de Pombal um recolhimento destinado ao ensino de religiosas não professoras.¹⁸

Mas, como provas de que êsse ensino jesuíta frutificava sempre, inclusive, e talvez principalmente, no próprio século de sua criminoso extinção, basta lembrar como continuaram sendo antigos alunos dos inicianos todos os representantes da cultura brasileira setecentista. Exemplificando apenas com alguns nomes, um para cada capital em que tinham colégio os jesuítas, é suficiente recordar o combatido mas nem por isso inútil historiador Sebastião da Rocha Pitta, da Bahia; Simão Pereira de Sá, autor da interessante *História Topográfica e Bélica da Nova Colonia do Sacramento*, natural do Rio de Janeiro; e Pedro Taques de Almeida Pais Leme, precioso genealogista da *Nobiliarquia Paulista*, nascido em São Paulo. Foram todos alunos dos Padres da Companhia, como também o foram, no Rio de Janeiro, os poetas da chamada Escola Mineira, Cláudio Manuel da Costa, Inácio José de Alvarenga Peixoto e José Basílio da Gama, êste último, o notável épico do *Uruguai*, depois transformado em ingrato detrator dos jesuítas que o educaram.

Apesar dêsses frutos, visíveis a quantos quisessem ver, era chegado o momento da perseguição. Obedecendo às correntes do século, demolidoras e ilógicas, o govêrno

(18) Visconde de Pôrto Seguro — HISTÓRIA GERAL DO BRASIL; 3.^a ed.; Companhia Melhoramentos de São Paulo, s/d; IV-177, inclusive nota do Sr. Rodolfo Garcia, cit. OBRAS de João Francisco Lisboa, III-449.

do Marquês de Pombal resolveu expulsar dos domínios portugueses a Companhia de Jesus. Desatendendo aos serviços prestados, tendo em vista, unicamente, destruir e perseguir, “no alvará de 3 de setembro de 1759 bem se especificavam as notas pelas quais eram declarados *proscritos* os padres da Companhia, *exterminados* outrossim, *desnaturalizados* e *expulsos* de Portugal e seus domínios, como *rebeldes, traidores, agressores e adversos à pessoa e ao governo real*”, como repetiu, numa página veemente, um dos nossos mais ilustres escritores católicos, Carlos de Laet.¹⁹

Por essa época mantinham os jesuítas, só na Província do Brasil, não menos de nove colégios, tres seminários independentes e dois anexos aos colégios, cinco casas, trinta e seis missões e vinte e cinco residencias.²⁰ Na Amazônia, eram também numerosas as missões jesuíticas. Fechados aqueles estabelecimentos de ensino, nem sempre sendo suprida a sua falta com a abertura, demorada e noutras bases, das escolas régias, substituídos os inicianos na administração dos aldeamentos de indígenas por leigos, a diferença logo registada em favor dos jesuítas constituiu a primeira condenação da perseguição de que foram vítimas.

Agora, porém, quando a distância do tempo permite julgamentos menos apaixonados, é lícito declarar que tanto quanto os jesuítas, também o Brasil Colonial foi vítima da política destruidora do Marquês de Pombal. En-

(19) Carlos de Laet — DISCURSO QUE, COMO PARANINHO DOS BACHAREIS EM CIÊNCIAS E LETRAS PELO COLÉGIO DE SÃO LUÍS, EM ITÓ, PROFERIU O DR. CARLOS DE LAET, EM 15 DE DEZEMBRO DE 1907; Escola Tipográfica Salesiana, Niterói, 1910.

(26) Alberto Lamego — A TERRA GOITACÁ À LUZ DE DOCUMENTOS INÉDITOS; Bruxelas, 1920; III-157.

tretanto, tão fortes, tão vivos haviam sido os elementos e os resultados da ação, difícil e gloriosa, aqui empreendida durante mais de dois séculos, pelos padres da Companhia de Jesus, que a consciência nacional há muito os absolveu das absurdas acusações com que foram ultrajados, sendo, hoje, o "jesuítilismo", uma lenda já derrubada, um fantasma que já não assusta senão aos nescios.

Aureolada pelo julgamento unânime dos verdadeiros historiadores, que lhe não poupam aplausos, a obra dos jesuítas no Brasil avulta como um dos maiores fatores da própria unidade nacional. Lembrá-la, como o procuramos fazer, em nome da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, herdeira, de certo modo, daqueles que foram os nossos primeiros professores de filosofia, e cujos colégios foram a semente de onde teria de brotar a nossa atual Universidade, — não é, neste momento em que se completa o quarto centenário da fundação da Companhia de Jesus, uma simples comemoração protocolar. E' missão de perfeita justiça de sereno reconhecimento da verdade, tarefa que sómente a História pode e tem autoridade para realizar.

GUERRAS DO BRASIL COLONIAL (1504-1821)

De 1504 a 1945 envolveu-se o Brasil em não menos de vinte e três conflitos internacionais, tendo em vista a defesa de sua integridade territorial e de sua honra ultrajada por agressores europeus ou americanos. Apesar de fundamentalmente pacífico, jamais tendo empreendido guerras de conquista de terras que não pudessem ser legitimamente suas, o Brasil, sob o regime colonial, monárquico e republicano, sempre soube defender, de armas na mão, as ameaças dirigidas à sua soberania, partissem elas de simples piratas e corsários ou de grandes potências.

E' o que veremos adiante, em rápido esboço, relativamente ao periodo colonial, reservando-nos para em outra oportunidade tratar das guerras brasileiras ocorridas depois da independência do país.¹

1 — *Guerra contra os entrelopos franceses* (1504-1532)

Datam de 1504 as primeiras referências à vinda de navegadores franceses à costa do Brasil, onde traficavam em pau de tinta com os naturais da nova terra, infringindo o monopólio português então vigente. Não tardou, porém, a severa repressão lusitana à audácia dos *mair*, acompanhada de reclamações diplomáticas de embaixadores de

(1) No volume intitulado *Estudos de História Imperial*, capítulo "Guerras do Brasil Independente".

D. Manuel e de D. João III junto à côrte de Francisco I, o que muito contraria a tese, sustentada nos máus compêndios de História Pátria, de que Portugal houvesse abandonado o Brasil, durante o primeiro trintênio de sua existência.

Já ao finalizar esse período, agravou-se a luta dos portugueses com os entrelopos, dando-lhes caça as armadas de guarda-costa, em que se notabilizou Cristóvão Jacques. Igual incumbência repressora coube à expedição de Martim Afonso de Sousa, que vários navios apresou, a seu irmão Pero Lopes competindo a destruição da fortaleza que os franceses haviam levantado em Pernambuco.

Com a compra, por Portugal, de cartas de marca concedidas pelo rei francês e com o auxílio financeiro a este concedido por D. João III, cessou, ou pelo menos diminuiu, a frequência de entrelopos daquela nacionalidade no litoral brasileiro.

2 — *Conquista do Rio de Janeiro (1555-1567)*

Votada ao fracasso estava a esdrúxula iniciativa de colonização francesa do Rio de Janeiro, empreendida por Nicoláu Durand de Villegagnon, na qual se amalgamavam católicos e calvinistas, ministros de Henrique II e armadores ambiciosos.

Desfizeram o sonho de uma França Antártica as duas expedições de Men de Sá, de 1560 e 1565, ambas contando com o inestimável auxílio do padre Manuel da Nóbrega, a segunda por dois anos duramente prolongada pela ação sem desfalecimentos mantida pelo capitão e conquistador desta terra, Estácio de Sá.

Fundado o Rio de Janeiro, dos franceses apenas restou o nome numa ilha da Guanabara.

3 — *Ataques dos inimigos de Espanha* (1583-1640)

A união das coroas ibéricas, em 1580, se permitiu que a expansão territorial do Brasil se fizesse além dos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, proporcionou-nos, por outro lado, numerosos ataques de inimigos da Espanha.

Começaram êles em 1583, com a tentativa de desembarque, no Rio de Janeiro, de emissários franceses do Prior do Crato, candidato ao trono português. Sob idêntico pretexto pretendeu desembarcar na vila de Santos, no mesmo ano, o inglês Eduardo Fenton, repellido por navios espanhóis.

Outro inglês, Withrington, atacou a Bahia em 1587, cabendo a sua defesa ao provedor-mor da Fazenda, um dos governadores interinos do Estado do Brasil, Cristóvão de Barros, o mesmo que pouco depois conquistaria Sergipe d'El-Rei, afastando os franceses da frequência da zona do rio Real.

Ainda um corsário inglês, Cavendish, em fins de 1591 atacaria Santos, sendo repellido em São Vicente e Vitória, no Espírito Santo, já em princípio do ano seguinte.

Em 1595 surgem franceses em Sergipe e na Bahia, que pagam na fôrça a sua audácia. Em Ilhéus, no mesmo ano, outro corsário dessa nacionalidade foi vencido pelo mulato Catucadas.

Verdadeiro consórcio de piratas, ingleses, franceses e holandeses, de Lancaster, Noyer e Wenner, saqueou o Recife ainda em 1595, embora fosse impedido em sua tentativa contra Olinda.

Frequentando a costa do Rio Grande e Paraíba, franceses atacaram o forte de Cabedelo em 1597, sendo repe-

lidos e motivando a conquista daquela capitania, no ano seguinte.

No Rio de Janeiro, em 1599, tentou desembarcar o holandês Olivier van Noort, impedindo-o a fortaleza de Nossa Senhora da Guia, hoje de Santa Cruz. Sete náus holandesas, de Hartman e Broer, assolaram o Recôncavo da baía de Todos os Santos no mesmo ano, apesar de combatidas pelo governador interino Álvaro de Carvalho. A acessibilidade e riqueza da região ocasionariam pouco depois, em 1604, novo assalto holandês, de Paulo van Caarden.

Na conquista do Ceará, começada por Pero Coelho de Sousa e ultimada por Martim Soares Moreno, o "guerreiro branco" de *Iracema*, franceses e holandeses foram vencidos juntamente com indígenas, seus aliados, na serra de Ibiapaba como nas praias dos verdes mares.

Deixando de parte as conquistas do Maranhão e da Amazônia, no mesmo período militarmente processadas, bem como a ocupação da Bahia, em 1624-1625, e do litoral do Nordeste, de 1630 a 1654, pelos holandeses, ainda ficam a anotar outros ataques seus, realizados em diferentes regiões.

Assim é que em 1625 inutilmente atacou o Espírito Santo o famigerado Pieter Heyn, e em 1627, por duas vezes, a Bahia, sendo vencido, no primeiro caso, pelo donatário Francisco de Aguiar Coutinho, auxiliado por Salvador Correia de Sá e Benevides, e hostilizado, no segundo, pelo governador-geral Diogo Luiz de Oliveira.

Ainda na Bahia em 1638, registrou-se a fragorosa derrota do Conde João Maurício de Nassau-Siegen, em sua tentativa de conquista da capital brasileira, vencido pelo governador Pedro da Silva e pelas forças luso-espanholas, napolitanas e brasileiras comandadas pelo Conde de Bagno.

Novos ataques holandeses em 1640, aos engenhos do Recôncavo, por Lichthardt, e ao Espírito Santo, por Koin — encerram este agitado período, no qual as lutas contínuas tanto contribuíram para a formação do espírito nacional brasileiro.

4 — *Conquista do Maranhão (1613-1615)*

A conquista do Norte, passo a passo conseguida, da Paraíba à Amazônia, teve um de seus mais difíceis setores no Maranhão, onde desde 1612 haviam se estabelecido os franceses do aventureiro La Ravardière, com o apoio da Rainha-Regente Maria de Médici.

Contra o sonho da França Equinocial mandou o governador Gaspar de Sousa o mamaluco Jerônimo de Albuquerque, nomeando-o capitão-mor da conquista do Maranhão, no ano seguinte. Vencedor em Guaxenduba em 1614, nova expedição, confiada a Alexandre de Moura, um ano depois liquidou a campanha.

5 — *Conquista da Amazônia (1616-1631)*

Do Maranhão imediatamente passando ao Pará, não tardou que Francisco Caldeira de Castelo Branco, seu fundador, tivesse conhecimento da frequência de holandeses no estuário do Amazonas. Estabelecidos no Paru, apesar de malograda, aí, a primeira tentativa de colonização flamenca na região, houve necessidade, alguns anos depois de expulsá-los do Xingu e de Gurupá, destruindo-se suas fortificações, tarefa em que se distinguiram Luís Aranha de Vasconcelos, Bento Maciel Parente, Pedro Teixeira, Pedro da Costa Favela, Pedro de Abreu e Jerônimo de Albuquerque Maranhão.

Além dos holandeses e irlandeses de O'Brien, também ingleses tentaram se estabelecer próximo à foz do

Amazonas, baseados em indébitas concessões de seus soberanos. Atacados na zona de Macapá pelo capitão-mor Jácome Raimundo de Noronha, por Feliciano Coelho de Carvalho, Aires de Sousa Chichorro e outros — foram também vencidos e expulsos pelos portuguezes e brasileiros, que uma vez limpo de estrangeiros o estuário do grande rio, puderam penetrá-lo, como aos seus maiores afluentes, até os confins da imensa bacia.

6 — *Perda e recuperação da Bahia e do litoral do Nordeste (1624-1654)*

Os holandeses, que pacificamente comerciavam com os portuguezes, antes da união das monarquias ibéricas, revoltados contra o domínio espanhol tornaram-se inimigos de Portugal, passando a atacar o Brasil e outras colônias portuguezas, a partir de fins do século XVI, como vimos. Terminada, em 1621, a tregua de doze anos que haviam celebrado a Espanha e as Províncias Unidas dos Países-Baixos, e organizada, então, sob influxo oficial, a Companhia das Indias Ocidentais, para *operar* na África e América, resolveu-se, em 1623, que seu primeiro assalto seria à capital do Estado do Brasil, a Cidade do Salvador.

Desaparelhada quando à defesa militar estava a Bahia, como aliás todo o Brasil, quando no ano seguinte forças consideráveis a atacaram, dela facilmente se aposando. Passado o primeiro choque, reagiram os habitantes do país, e, auxiliados pelo novo governador-geral, Matias de Albuquerque, puzeram em verdadeiro cerco os conquistadores, até que chegassem da Europa os magníficos socorros constantes da Jornada dos Vassalos, entusiasticamente organizada na Espanha e Portugal. Com sua ação, renderam-se os mercenários da W. I. C., fa-

lhando assim sua primeira tentativa de grande envergadura contra o Brasil.

Pernambuco, a mais rica das capitanias brasileiras, foi visada no ataque seguinte, também realizado com imensa superioridade de forças, em 1630. Governava-a Matias de Albuquerque, que bravamente resistiu à invasão, mas teve de ceder às contingências numéricas, embora por mais de cinco anos impedisse que delas tirassem proveito os intrusos. Senhores de Olinda e Recife, a fundação e manutenção do Arraial do Bom Jesus, em suas vizinhanças, longamente não permitiu, pela guerra de emboscadas então praticada, que a conquista se estendesse até o interior, tendo sido inúteis, em 1631 e 1632, as tentativas pelo inimigo feitas contra Itamaracá, Paraíba, Rio Grande, Igarauçu e Cabo de Santo Agostinho.

Adotando, porém, a tática de submergir, com forças infinitamente superiores, as resistências que se lhe antepunham, conseguiram os holandeses sucessivamente tomar, apesar das heróicas defesas então registadas, o forte do Rio Formoso, Itamaracá e Rio Grande, em 1633; a Paraíba, em 1634; Porto Calvo, o Arraial do Bom Jesus e o forte de Nazaré, ao Cabo de Santo Agostinho, em 1635. A Matias de Albuquerque, não restava senão o recurso da retirada para Alagoas, o que fez em boa ordem, vencendo ainda uma vez os holandeses, em Porto Calvo, onde devidamente castigou o traidor Calabar.

Seu sucessor, D. Luiz de Rojas y Borja, foi infeliz no primeiro combate imprudentemente travado, o da Mata Redonda, em que morreu, em 1636. Coube ao Conde de Bagnolo, seu substituto, retomar a campanha de guerrilhas, em que tanto se distinguiram Luiz Barbalho, Henrique Dias, D. Antônio Felipe Camarão e André Vidal de Negreiros, nos anos seguintes.

A esse tempo, em 1637, julgando definitiva a conquista, contratou a Companhia das Índias Ocidentais para

governador da precária Nova Holanda o mercenário Conde João Maurício de Nassau-Siegen, que sem grandes dificuldades estendeu os seus domínios até o rio São Francisco e o Ceará, mais tarde, com imensa má fé abusando dos termos do armistício celebrado entre Portugal enfim restaurado e a Holanda, transitoriamente levando-os até o Maranhão, em 1641-1644.

Não tardou, entretanto, que sob a chefia de João Fernandes Vieira e André Vidal de Negreiros irrompesse a gloriosa Insurreição Pernambucana, em 1645, que depois de belos combates, e das esplêndidas vitórias que foram as duas batalhas dos Guararapes, em 1648 e 1649 vencidas por Francisco Barreto, conseguiu a final expulsão dos holandeses do Brasil, em 1654.

Terminou, assim, a mais bela página da história militar do Brasil colonial, em que a defesa da Pátria, numa guerra que durou trinta anos, definitivamente consolidou o sentimento nacional.

7 — *Primeiro ataque à Colônia do Sacramento (1680-1681)*

Abandonada encontrava-se a costa oriental do rio da Prata, onde legitimamente podiam os portugueses alegar prioridade no descobrimento, quando em 1679 deliberou mandar povoá-la o Príncipe D. Pedro, Regente de Portugal.

Realizando-o, no início do ano seguinte D. Manuel Lobo, governador do Rio de Janeiro, embora Portugal estivesse em paz com a Espanha, atacou a nova povoação, com enorme superioridade de forças, o governador de Buenos Aires, D. José de Garro, que aprisionou a guarnição portuguesa.

Dispondo-se a entrar em guerra para reaver a praça, conseguiu D. Pedro que a restituísse a Espanha, em 1681.

Era o começo das questões platinas, que culminariam quase dois séculos depois, com a guerra da Tríplice Aliança contra o governo do Paraguai.

8 — *Primeira Guerra da Guiana* (1697-1700)

Desde 1637, atendendo à sugestão de Bento Maciel Parente, haviam atingido o rio Oiapóque ou de Vicente Pinzón os limites do Brasil, na chamada costa Leste-Oeste, mediante a criação, em favor daquele conquistador, da capitania do Cabo do Norte.

Para defesa da região foram construídos alguns fortins portugueses, motivo pelo qual apresentou protestos o francês Ferroles, em 1685, dando-os como localizados em terras sem quaisquer títulos atribuídas ao rei de França. Doze anos depois foi efetivamente tomá-los, conseguindo-o sem grande dificuldade, embora transitoriamente, pois não tardou que os recuperassem forças mandadas pelo governador do Pará, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, chefiadas por Francisco de Sousa Fundão e João Muniz de Mendonça.

Suspenderam as hostilidades as efêmeras alianças luso-francesas, celebradas em 1700 e 1701, confirmadas sómente depois de terminada a Guerra de Sucessão da Espanha, pelo primeiro tratado de Utrechet, de 1713, que consagrou como definitiva a fronteira do Oiapóque, apesar de arbitrárias pretensões posteriores, diplomaticamente liquidadas pelo Barão do Rio Branco.

9 — *Segundo ataque à Colônia do Sacramento* (1704-1716)

Em consequência da atitude por Portugal assumida na Guerra de Sucessão da Espanha, apoiando o pretendente austriaco, em lugar do francês, pela segunda vez coube a um governador de Buenos Aires atacar a Colônia do Sacramento, em 1704-1705. Depois de resistir durante seis meses e meio, de acôrdo com as ordens recebidas retirou-se o governador Sebastião da Veiga Cabral para o Rio de Janeiro, onde eram mais necessários os seus soldados, insuficientes para a defesa da malsinada praça.

De acôrdo com o segundo tratado de Utrecht, em 1715 celebrado entre Portugal e Espanha, sob os auspícios da França e Inglaterra, foi-nos novamente restituída a Colônia, no ano seguinte.

10 — *Corsários franceses no Rio de Janeiro* (1710-1711)

Prevalecendo-se do estado de guerra existente entre Portugal e França, dois corsários franceses atacaram o Rio de Janeiro em 1710 e 1711, Du Clerc e Duguay Trouiu, sem êxito o primeiro, logrando-o, em consequência de várias circunstâncias fortúitas, o segundo.

Seis navios, com 1.000 homens, trouxe Jean François Du Clerc, que impedido de entrar na Guanabara pela fortaleza de Santa Cruz foi desembarcar em Guaratiba, de onde pelo Camorim e Jacarepaguá, dirigiu-se à cidade, atingindo-a pelo Catumbí e Mata-cavalos. Encontrando resistências partidas dos morros do Desterro (Santa Teresa) e do Castelo, pelas ruas da Ajuda e São José foi ter ao largo do Carmo (praça 15), encurralando-se no trapiche da rua Direita (1.º de Março), até a derrota final.

Não para vingar seu ocasional assassinato, mas para exercer a pilhagem por conta de acionistas e autoridades francesas que para isto se cotizaram, com 18 navios veio ao Rio, no ano seguinte, René Duguay Trouin. Forçada a barra com grandes perdas, acidentalmente incendiado o maior de pólvora da ilha de Villegagnon, não o atacando os poucos navios portugueses surtos no porto — foi desembarcar no saco do Alferes e, mais prudente e feliz que seu antecessor, evitou o combate nas ruínas e pelos morros de São Diogo, Livramento e Conceição chegou à cidade, valendo-se do errôneo abandono da ilha das Cobras. Saqueando-a livremente, e em condições onerosas impondo-lhe resgate, chegaram tarde os socorros das Minas Gerais trazidos pelo já referido Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho, então seu governador.

E assim terminou, com inteiro êxito para o afortunado corsário esse simples episódio de latrocínio marítimo, colocado à margem de uma guerra entretanto omitida nos programas e compêndios escolares, nos quais não merecia êle figurar, à altura de importante tema de História Pátria.

11 — *Terceiro ataque à Colônia do Sacramento (1735-1737)*

Méio incidente diplomático ocorrido em Madrid com o embaixador português, proporcionou, em 1735, ruptura de relações entre Portugal e Espanha, desacompanhada de hostilidade na Europa, porém não assim na predestinada Colônia do Sacramento.

Durante vinte e três meses, de outubro de 1735 a setembro de 1737, duramente a assediou D. Miguel de Salcedo, governador de Buenos Aires, valentemente resistindo a todos os assaltos o valoroso Antônio Pedro de Vas-

concelos, que já pôde receber reforços do recém-fundado Rio Grande de São Pedro.

Somente depois da última data, em consequência do armistício celebrado em Paris, cessaram as hostilidades às margens do rio da Prata.

12 — *Guerra Guaranítica (1752-1756)*

Estabelecida, pelo tratado de Madrid de 1750, a troca da portuguesa Colônia do Sacramento pelos Sete Povos das missões hispano jesuítas do rio Uruguai, não conseguiram efetivá-la os comissários das duas partes interessadas, em 1752-1753. Resistindo à ordem de emigração que lhes era imposta, a despeito da intervenção, nêsse sentido, das principais autoridades da própria Companhia de Jesus, os indígenas catequisados da região impediram o trabalho dos demarcadores, motivo pelo qual dispuzeram-se a guerreá-los as duas metrópoles.

Entre 1754 e 1756 realizou-se a inglória campanha, sem que dela resultassem quaisquer consequências satisfatórias, pelo contrário fornecendo elementos para a subsequente perseguição aos jesuítas, que tantos serviços haviam prestado à formação brasileira.

13 — *A Grande Guerra do Sul (1762-1777)*

Anulado, pelo acôrdo do Pardo, em 1761, o tratado de Madrid, chegaram até o Brasil as repercussões da europeia Guerra dos Sete Anos e do Pacto de Família dos Bourbons contra a Inglaterra, novamente pondo em choque portugueses e espanhóis da América.

Rompida a guerra entre os dois países ibéricos, em 1762, pela quarta vez foi a Colônia do Sacramento o bode expiatório sul-americano, tomando-a, depois de 22 dias de resistência do governador Vicente da Silva da Fonseca, o

governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, com enorme superioridade de forças.

Apesar de terminada a guerra na Europa, pela paz de Fontainebleau e pelo tratado de Paris, fingiu desconhecer-lo esse governador de Buenos Aires, para se apossar dos fortes portugueses de Santa Teresa e São Miguel, da povoação do Rio Grande de São Pedro e da margem direita do sangradouro da lagoa dos Patos, em 1763. Embora consentindo na restituição da Colônia, negou-se a fazê-lo, quanto ao Rio Grande, o arbitrário Cevallos, alegando direitos concedidos pelo já obsoleto tratado de Tordesilhas. Para recuperar o território ocupado, aproximou-se da povoação o governador português José Custódio de Sá e Faria, que tomou São José do Norte, em 1767. Anos depois, nova e inútil campanha empreendeu, no interior gaúcho, em 1773-1774, o governador de Buenos Aires Vértiz y Salcedo, que não se animou a travar combate com o do Rio Grande, cel. José Marcelino de Figueiredo. Reconquistado, afinal, o Rio Grande de São Pedro, em 1776, depois de treze anos de ocupação, não se conformaram com isto os espanhóis, que prepararam uma grande desforra.

Ocorreu esta em 1777, com a expedição de D. Pedro de Cevallos, a maior que até então da Europa havia passado à América do Sul. Fácil lhe foi obter a rendição de Santa Catarina, como a destruição, desta vez definitiva, da Colônia do Sacramento. Quando o primeiro vice-rei do Rio da Prata já se dispunha a atacar novamente o Rio Grande, chegou a notícia da suspensão das hostilidades, tornada efetiva pelo tratado de Santo Ildefonso, pelo qual foi restituída Santa Catarina, porém perdida para sempre a Colônia do Sacramento.

Como complemento, deve ser dito que também no sul de Mato Grosso, no mesmo ano, tomou o governador

do Paraguai, Agostinho Fernando Pinedo. o pequeno forte luso-brasileiro de Nossa Senhora dos Prazeres. no rio Iguatemi, que desde 1767 aí guardava nossa fronteira.

14 — *A Pequena Guerra do Sul (1801)*

Imposta por Napoleão a declaração de guerra da Espanha a Portugal, em 1801, apenas poucas semanas jurou o conflito, na Europa, muito mais extensas sendo suas conseqüências no Brasil.

Pequenos encontros verificaram-se na fronteira do Rio Grande de São Pedro com a Banda Oriental. Um acontecimento do maior valor ocorreu, porém, graças à iniciativa de José Borges do Canto, ex-soldado de um regimento de dragões: tomou ele os Sete Povos das Missões do Uruguai, desde então definitivamente incorporados ao Brasil, assim se compensando a perda da Colônia do Sacramento, de acôrdo, aliás, com o que dispunha o anulado tratado de Madrid.

Também em Mato Grosso falhou um ataque do governador do Paraguai, D. Lázaro de la Ribera, ao inacabado forte de Nova Coimbra, à margem do rio Paraguai, valorosamente defendido pelo tenente-coronel Ricardo Franco de Almeida Serra. E respondendo à tomada do forte de Nossa Senhora dos Prazeres, 24 anos antes, tomou o 1.º tenente Francisco Rodrigues do Prado o fortim espanhol de San José do rio Apa, por onde depois passaria a fronteira brasileira-paraguáia.

Com estas positivas vantagens para o Brasil, pôs termo às hostilidades a paz celebrada em Badajoz, sob os auspícios e a interessada pressão da França.

15 — *Ocupação de Caiena* (1809-1817)

Inteligentemente se acolhendo ao Brasil, diante da invasão francesa em Portugal, ao governo de Napoleão Bonaparte declarou guerra o Príncipe-Regente D. João, em fins de 1808 preparando, na capitania do Grão-Pará, uma expedição que em represália fizesse a conquista da colônia de Caiena, anulando, ao mesmo tempo, todas as retificações de fronteira que na região do Amapá lhe haviam imposto os governos resultantes da Revolução.

Conduzida pelo tenente-coronel Manuel Marques, com pequena cooperação naval inglesa, realizou-se a empresa com inteiro êxito, em janeiro de 1809. Até 1817 se manteve a salutar ocupação portuguesa-brasileira da Guiana, somente então restituída ao govêrno de Luís XVIII.

16 — *Intervenções na Banda Oriental* (1811 e 1816-1821)

A independência das Províncias Unidas do Rio da Prata e a possibilidade da incorporação, entre elas, da Banda Oriental, o que seria de todo inconveniente ao Brasil, levaram o Príncipe-Regente, depois rei D. João VI, a realizar duas intervenções na capitania-geral de Montevidéu.

A primeira, em 1811, foi precedida da peremptória declaração, ao representante espanhol no Rio de Janeiro, de que o govêrno de Sua Majestade Fidelíssima não pretendia conquistar nenhuma território pertencente à coroa de seu sogro ou cunhado. Invadida a Banda Oriental pelas tropas comandadas pelo governador do Rio Grande, D. Diogo de Sousa, um extemporâneo e não autorizado armistício pôs termo à intervenção.

Anos depois, verificada a impossibilidade do legítimo soberano espanhol dominar a situação no Rio da Prata,

umentadas, assim, as probabilidades da final inclusão da Banda Oriental entre as Províncias Unidas, além da repetição dos conflitos de fronteira — deliberou o governo do Rio de Janeiro intervir definitivamente na região, invadindo-a em 1816 e assenhoreando-se de sua capital no ano seguinte.

Para comprovar a vigência das questões fronteiriças e a audácia com que diversos caudilhos, às vészes sustentados por Buenos Aires, mantinham o estado de insegurança que determinou a intervenção luso-brasileira, basta lembrar, contra a má fé ou a ignorância de tantos escritores, que *os primeiros combates foram todos travados dentro de territorio indiscutivelmente brasileiro*. Os encontros ocorridos em Santana, no Quaraim, e em Ibirocaí, bem como o sítio de São Borja, estão nêsse caso. Depois vieram as vitórias de Carumbé e India Muerta, ainda em 1816, a de Catalán, em 1817, até a final, de Tacuarembó, em 1820.

Ainda em 1818, dando provas da lealdade brasileira no assunto, prontificou-se o governo de D. João VI a restituir ao de Fernando VII sua antiga colônia, mediante o pagamento das despesas de pacificação. Não o aceitando o espanhol, que preferiu inutilmente organizar uma expedição que viesse efetuar sua reconquista, tudo se encaminhou, graças principalmente à política conciliadora do general Lecór, Barão da Laguna, à incorporação do Banda Oriental ao Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves, sob condições especiais solicitada e obtida por um Congresso Cisplatino, em 1821.

Nascia, assim, a precária e praticamente confederada Província Cisplatina.

UMA EXPEDIÇÃO ESPANHOLA AO SUL DO BRASIL (1559)

Para o estudo da história do Brasil colonial, além das fontes informativas que permanecem nos arquivos do país e de Portugal, é de grande importância o conhecimento das que existem na Espanha e que vêm sendo sistematicamente exploradas por investigadores dos países hispano-americanos, e mesmo espanhóis. Tanto pelo que se refere ao período de sessenta anos (1580-1640), em que estiveram unidas as coroas ibéricas, como pela identidade de certos rumos das navegações anteriores, — torna-se de grande relevância o confronto de documentos procedentes dos dois reinos da península, pois as deficiências de alguns poderão ser, às vezes compensadas pelos esclarecimentos contidos em outros.

1 — *Uma expedição quase desconhecida*

E' exatamente isto o que pode ser observado em publicações de historia argentina, onde se encontram dados de notavel interesse para a historia do Brasil, como as que são frequentemente editadas pelo *Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofia y Letras de la Universidad de Buenos Aires*, dirigido pelo ilustre historiador e eminente organizador Emilio Ravignani.

Ainda há tempos, a propósito de uma quasi desconhecida expedição espanhola, de 1559, tendo por objetivo fundar uma nova *gobernación* em terras que em grande parte são hoje do Brasil, além de tentar expulsar os fran-

ceses então estabelecidos no Rio de Janeiro, — inseriu o *Boletim* do referido Instituto um excelente trabalho do conhecido historiador Enrique de Gandía, intitulado *Jaime Rasquin y su expedición del año 1559*.

Tratando-se de um estudo que muito interessa à história do Brasil, embora nenhum efeito tenha tido, propriamente, a referida expedição, que falhou em seus intúitos, pois nem conseguiu chegar ao nosso país, — aqui resumiremos os resultados das investigações a que procedeu o notavel escritor argentino, aproximando-os do que dizem (ou omitem), a respeito, alguns historiadores do Brasil, da Argentina e do Uruguai, também interessados no caso.

Preliminarmente, convém dizer que os mais eminentes historiógrafos sul-americanos do século passado ignoraram completamente aquela tentativa de colonização espanhola em Santa Catarina e no Uruguai, apesar de terem abordado, todos, a questão da frequencia de navegadores espanhóis, ou a serviço da Espanha, durante o século XVI, no litoral que hoje é o do Sul do Brasil. Assim, nem Southey, nem Varnhagen, sem falar dos menores, do nosso lado, e Vicente Fidel López, por exemplo, do lado argentino, — nada disseram da malograda expedição de Jaime Rasquin. Mesmo a investigadores mais próximos, dotados da mais alta capacidade de pesquisar, como o Barão do Rio Branco e Capistrano de Abreu, escapou o curioso episódio, que tantas consequências poderia ter sido, caso a falta d'água, em plena travessia atlântica, não tivesse forçado o desvio da rota da expedição para as Antilhas.

Não quer isto dizer, entretanto, que a tentativa espanhola de fundação de duas povoações definitivas em São Francisco e na ilha de Santa Catarina, e mais duas no Rio da Prata, tenha permanecido inédita até há pouco tempo.

Desde 1865, quando se publicou o IV tomo da *Colección de Documentos Inéditos, relativos al Descubrimiento, Conquistas y Organización de las antiguas posesiones españolas en América y Oceanía, sacados de los Archivos del Reino, y muy especialmente del de las Indias*, em Madrid, por D. Luis Torres de Mendoza, — que se tem uma noticia impressa da malograda expedição do valenciano Jaime Rasquin, devida ao seu companheiro de viagem Alonzo Gómez de Santoya, cujo original se guarda no Archivo General de Indias, em Sevilha. Intitula-se esse trabalho, que constitue o tomo LXXXVIII da Colección de Muñoz, — *Verdadera Relacion de lo que sucedió al Gobernador Jaime Rasquin en el año de 1559 años, hecha por Alonzo Gómez de Santoya, Alférez del Maestre de Campo D. Juan de Villandrando*. Dez anos depois dessa publicação, em 1875, a mesma *Colección de Documentos Inéditos* faria a inserção em seu volume XXIII, da Capitulación relativa à nomeação de Rasquin. E, além de outras referências em publicações periódicas, que Enrique de Gandía declara “sem maior importancia”,¹ foi editada, na cidade natal de Rasquin, isto é, em Valencia, na Espanha, em 1931, uma “monografia de real valor, escrita por Emilio Gómez Nadal sob o título de *Memoria, Noticia del intento de expedición de Jaime Rasquí al Río de la Plata en 1559*”, constando de 91 páginas, inclusive os apêndices de documentos inéditos. No Brasil, entre os atuais historiadores de Santa Catarina, também apareceram algumas citações a respeito, embora talvez baseadas em fontes incompletas ou mal informadas, como a que fez Lucas A. Boiteux, em sua *Pequena Historia Cathari-*

(1) Enrique de Gandía — *Jaime Rasquin y su expedición de año 1559*, no *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas*, año XIII, Buenos Aires, julho de 1934-março de 1935, ns. 61-63, pág. 242.

nense, repetida por Oswaldo R. Cabral em seu volume intitulado *Santa Catharina*,² além de uma simples referência de Carlos da Costa Pereira, em *Capítulo da Expansão Bandeirante*³ e possivelmente outras.

De todos os trabalhos dedicados ao assunto, o de Enrique de Gandía, por ser o mais recente e aquele em que já há, realmente, certa crítica das fontes, será, certamente, o melhor, e aqui o seguiremos⁴ salvo quando pudermos

(2) “Em 30 de dezembro de 1557 Jaime de Rasquin firmava um contrato com o governo d’Espanha para estabelecer ao sul do Brasil quatro cidades e varios engenhos de açúcar. As cidades deviam ser uma em São Francisco e outra em *Viasá* (Massiambu), também conhecido por *Porto dos Patos*. *Cairam tais pretensões ante as reclamações diplomáticas do governo português*”. — Lucas A. Boiteux — *Pequena História Catharinense*; Florianópolis, 1920; pág. 49. “Naquela primeira data (1557), firmava o Rei de Espanha um contrato com D. Jayme de Rasquin para estabelecer na costa do Brasil, ao sul, quatro cidades, duas das quais seriam localizadas em São Francisco e na Ilha de Santa Catarina. *Ante as reclamações portuguesas não foi levada a efeito a empresa*”. — Oswaldo R. Cabral — *Santa Catharina*; Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1937; págs. 56/57.

Veremos, adiante, que mesmo se tiverem sido registradas tais reclamações portuguesas, não foi por esse motivo que a expedição se malogrou pois chegou a ter efetivo começo de execução.

(3) Carlos da Costa Pereira — *Um Capítulo da Expansão Bandeirante (A fundação de São Francisco do Sul)*, nos *Annuaes do Museu Paulista*, tomo IV, 1931; pág. 538.

(4) Para que se tenha idéia do valioso conteúdo do ensaio do ilustre escritor argentino, que ocupa 82 págs. do referido *Boletín del Instituto de Investigaciones Históricas* (págs. 241/322), transcrevemos aqui o respectivo sumario: I. Quem era Jaime Rasquin. — II. Jaime Rasquin, governador do Rio da Prata. — III. Preparativos da expedição. — IV. Últimos aprestos da armada. — V. Em viagem para as Ilhas Canarias. — IV Escala em Cabo Verde. — VII. A fuga do Almirante. — VIII. Mudança de rota. — IX. Os horrores da sede. — X. Sublevação a bordo. — XI. Combates com os índios. — XII. A chegada a São Domingos e os pleitos do Governador. — XIII. Regresso e morte de Jaime Rasquin. — XIV. Fim da historia.

recorrer directamente à *Colección de Documentos Inéditos*, tendo em vista apontar o que nos parecer interessante para a historia do Brasil nessa felizmente fracassada tentativa de colonização espanhola em Santa Catarina. Ampliaremos, mesmo, esse estudo, precedendo-o de uma síntese sobre o litoral do Sul do Brasil, entre 1501 e 1556, e prosseguindo-o com outro rápido relato do que se seguiu à expedição de 1559, até 1680, na mesma região.

2 — O litoral do Sul, de 1501 a 1556

Para que se possa ter conhecimento da situação em que se encontrava o litoral do Sul do Brasil, antes da viagem de Jaime Rasquin, relativamente às explorações empreendidas por navegadores espanhóis e portugueses, bem assim quanto aos inícios de povoamento nele realizados pelos agentes das duas monarquias ibéricas, resumiremos, a seguir, as principais ocorrências aí até então registradas.

Discute-se, ainda hoje, até onde teria chegado a primeira viagem de exploração do litoral sul-americano, ordenada por D. Manuel I, Rei de Portugal, em 1501. As contestáveis asserções de Américo Vesputio, até há pouco seu quasi único cronista, receberam, entretanto, surpreendente confirmação e mesmo algumas valiosas corrigendas e acréscimos, com a divulgação do “Acto Notarial de Valentim Fernandes de Moravia”, tabelião dos mercadores alemães de Lisboa, feito nessa cidade, aos 20 de maio de 1503. ⁵ Aí se diz, de modo claro e definitivo, que depois do descobrimento do Brasil, “uma armada do mesmo cris-

(5) Incluído como anexo às *Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes* 1506-1508, págs. 91/96, publicadas pelo falecido historiador português A. Fontoura da Costa, em edição da Divisão de Publicações e Biblioteca da Agência Geral das Colónias, Lisboa, 1939.

tianíssimo rei, destinada a esse fim, tendo seguido o litoral daquela terra por quasi 760 leguas, encontrou nos povos uma só lingua, batisou a muitos e, avançando para o sul, chegou até a altura do polo antártico, a 53 graus, e tendo encontrado grandes frios no mar voltou para a patria".⁶ Quer isto dizer que já na primeira viagem portuguesa de exploração da costa atlântica da América do Sul foram atingidos, ou pelo menos avistados, indeterminados trechos do litoral brasileiro, uruguaio e argentino, do qual nos ocuparemos aqui.

Embora também em documentos incontestáveis, ainda não é aceita pela unanimidade dos historiadores platinos a plausível hipótese de ter alcançado o rio e cabo de Santa Maria a armada portuguesa, de carácter comercial, de D. Nuno Manuel, de 1514, revelada pela *Nova Gazeta da Terra do Brasil*. Preferem adotar como ponto de partida para o conhecimento do Rio da Prata a expedição oficial espanhola de 1515-1516, de João Dias de Solís, o *Bofes de Bagaço*, que, em caminho, teria passado pela ilha de Santa Catarina,⁷ onde também se acolheriam, depois de seu desastre, alguns dos sobreviventes de sua tentativa.

Alguns anos mais tarde, em 1520 depois de sua estada no Rio de Janeiro, caberia a outro português a serviço da Espanha, Fernão de Magalhães, a passagem pelo cabo de Santa Maria e a primeira referência a Montevideu.⁸

(6) *Op. cit.*, pág. 93.

(7) J. F. de Almeida Prado — *Primeiros Povoadores do Brasil (1500-1530)*; 2.^a edição, Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1939; pág. 67.

(8) Of. Queirós Veloso — *Fernão de Magalhães — A vida e a Viagem*, excelente estudo publicado na revista portuguesa *Ocidente*, ns. de janeiro a julho de 1941; a referência está no n.º 36, de abril de 1941, págs. 21/22.

Varias expedições espanholas, aí mandadas em consequência do descobrimento do novo caminho para as ilhas das especiarias, seriam registradas no decenio seguinte, com desembarque e naufragios nessa costa entre São Vicente e o Rio da Prata. A frota de Garcia Jofre de Loaysa, de 1525, desbaratada junto ao estreito de Magalhães, cujos restos, sob a chefia de D. Rodrigo de Acuña, igualmente se abrigariam em Santa Catarina; a do veneziano Sebastião Caboto, de 1526, que tambem "tocó en la Isla de Patos, llamada después Santa Catalina, la que es hoy costa brasileira y que fué antes española"⁹; a de Diego Garcia, ainda um português contratado pela Espanha, do mesmo ano, porém com longa parada em São Vicente, — são as que antecederam tanto o acôrdo de Saragoça, celebrado pelas duas monarquias ibéricas, em 1529, como a mais notavel das viagens portuguesas de exploração, defesa e povoamento das costas brasileiras, a de Martim Afonso de Sousa, de 1530-1532.

Fundada, por ele, do lado português, a vila de São Vicente, em 1532, e do lado espanhol pela primeira vez fundada Buenos Aires, em 1536, por D. Pedro de Mendoza, ficava quasi todo o litoral entre uma e outra povoação praticamente abandonado, anos e anos, sem que se estabelecesse, mesmo teóricamente, onde acabariam os dominios sul-americanos das duas coroas. Debalde se procurou dar formas administrativas estaveis às funções daqueles emissários régios, Martim Afonso tendo sido "capitão-mor da armada" enviada ao Brasil "e de tôdas as terras que achar e descobrir",¹⁰ dotado dos mais amplos poderes, como

(9) Vicente Fidel López — *Manual de la Historia Argentina*; Ediciones Anaconda, Buenos Aires, 1936; pág. 39.

(10) Cf. as cartas de poderes passadas por D. João III a Martim Afonso de Sousa, transcritas na *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, III-159/160.

o de ministrar justiça, criar officios e distribuir sesmarias, — não lhe ficando atrás Mendosa, nomeado “adelantado y governador general de las Tierras del Rio de la Plata”.

Criadas, de 1534 a 1536, entre o Maranhão e Santa Catarina, as capitanias hereditarias, que antes, em 1532, significativamente pensara D. João III localizar apenas entre Pernambuco e o Rio da Prata,¹¹ foi fixado o seu limite meridional em $28^{\circ}1/3$ de latitude sul, nas proximidades de Laguna,¹² termo das chamadas terras de Santana, doadas a Pero Lopes de Sousa e que somente na centuria seguinte veriam as primeiras tentativas de povoamento português e vicentino.

Expulsos, afinal, de Iguape, os refugiados espanhóis vindos do Paraguai, aí estabelecidos, seria Cananéia, em meados do século XVI, o ponto extremo dos estabelecimentos litoraneos portugueses ao Sul do Brasil, situação em que os encontraria a tentativa castelhana de fixação em São Francisco e Santa Catarina que se contém na malograda expedição de Jaime Rasquin, de 1559.

Enquanto por essa época permaneciam os portugueses em terras da capitania de São Vicente, muito mais ativos estavam sendo os espanhóis em sua frequencia por essa região habitada pelos carijós ou guaranis, a cha-

(11) Cf. a carta de D. João III a Martim Afonso de Sousa, transcrita na *Historia Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, 4.^a edição, s/d, I-165/167.

(12) “Só por considerações internacionais se poderia explicar a fixação tácita dos limites do Brasil em $28^{\circ}1/3$. O Rio da Prata fôra descoberta portuguesa; mas os espanhóis já af tinham estado bastante tempo, derramado sangue e arriscado empresas: a êles competia por todos os direitos, a começar pelo tratado de Tordesilhas”. — J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de Historia Colonial* (1500-1800); 3.^a edição, da Sociedade Capistrano de Abreu, Rio de Janeiro, 1934; pág. 44.

mada costa, hoje catarinense (e não gaucha) dos Patos. Prova disso encontramos, principalmente, na sensacional viagem terrestre, pela primeira vez empreendida, de São Francisco a Assunção, em 1541-1542, pelo novo *adelantado* do Rio da Prata, Alvar Nuñez Cabeza de Vaca. E, tornando-se assim conhecida essa comunicação, fizeram-se habituais, no decênio seguinte, as relações entre a capitania brasileira de São Vicente e o Paraguai, apesar da proibição com que logo as fulminou o previdente governador de Tomé de Sousa.

Assim, limitando-se às mencionadas nas *Cartas de Índias*, a propósito da travessia realizada por Ulrico Schmidel, pôde Capistrano de Abreu anotar as seguintes viagens entre São Vicente e o Paraguai: “em 51 de Christóval Saavedra, pelo mesmo caminho de Cabeza de Vaca; em 52 de Hernando de Salazar pelo rio Itabuca e Hubay; em 54 chegam ao Paraguai cartas e avisos de São Vicente; em 55 Irala recebeu cartas de São Vicente e Francisco Gambarota foi do Paraguai a São Vicente; em 56 chegam ao Paraguai Juan de Salazar e Cipriano de Góis”.¹³

A última das comunicações referidas, conduzindo a Assunção os sobreviventes de mais um naufrágio espanhol na costa catarinense, o dos restos da expedição de Diego de Senabria, que em São Francisco e São Vicente permaneceram durante alguns anos, serviu para demonstrar a conveniência do seu povoamento definitivo, afinal oficialmente tentado em 1559, com a expedição confiada a Jaime Rasquin, a qual, baseados nos informes contemporâneos de Alonzo Gómez de Santoya, nos documentos incluídos na *Colección* do Archivo das Índias, e na moderna reconstituição de Enrique de Gandía, passamos a resumir.

(13) J. Capistrano de Abreu — Nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, cit., I-324.

3 — *Organiza-se a expedição*

Antigo companheiro de Cabeza de Vaca em sua célebre travessia, tendo ajudado a sua deposição do Governador, voltou à Espanha, em 1557, em companhia de Garcia Rodriguez de Vergara, o ambicioso mercador valenciano Jaime Rasquin.

Chegando ao Reino, apressou-se o audacioso aventureiro a solicitar do Conselho das Índias a sua nomeação para o cargo de governador do Rio da Prata, para tanto fazendo sugestões que demonstrassem o seu conhecimento da região e de suas necessidades administrativas. Desta forma, além de outras lembranças que não nos interessam, começou por aconselhar que “antes de entrar no Rio da Prata, o novo governador deveria povoar o porto de São Francisco, sem se esquecer de levar caldeiras e todo o material necessario à fundação de um engenho de açúcar, *porque assim se evitaria que aquela porta, tão útil ao commercio da mesma terra, como para o de Charcas, Chile e estreito de Magalhães, caisse em mãos dos portugueses vizinhos*”.¹⁴

Jogando hábilmente com esse argumento, ainda de um outro se serviu Rasquin a fim de chamar a atenção do

(14) Enrique de Candiá — *Op. cit.*, pág. 246. — Esses termos, extraídos da *Solicitud de Jaime Rasquin al Consejo de Indias pidiendo se le conceda la gobernacion del Rio de la Plata*, existente no Archivo General de Indias, em Sevilha, concordam com os já mencionados por seu companheiro de viagem, Alonzo Gómez de Santoya, *op. cit.*, págs. 149/150: “y como tenia buen patrimonio en España pareciolo pedira S. M. la gobernacion de San Francisco y el Visay, Santi Spiritus y San Gabriel, dando relacion á S. M. que convenia mucho, asi para que por la via de San Francisco o Santi Spiritus se tratase el Pirú, como porque los portugueses no se apoderasen en la tierra, como porque convenia mucho á S. M. e acresentamiento de su Real corona”.

governo espanhol para aqueles abandonadas regiões sul-americanas: o perigo da permanência de franceses no Rio de Janeiro, que desde 1555 se verificava, com a estabelecimento, aqui, de Villegagnon.¹⁵

O resultado de tais solicitações não se fez esperar mais que alguns meses: a 30 de dezembro de 1557 foi assinada por Felipe II a capitulação pela qual, mediante numerosas condições, Jaime Rasquin era designado "governador e capitão-general das quatro povoações que deveria fundar e das demais que povoasse".

De acôrdo com as respectivas cláusulas, comprometeu-se o nomeado a fundar, dentro de quatro anos depois de sua partida, quatro povoações na costa atlântica da

(15) A esse propósito, são dignas de registro aqui, por interessarem à história do Brasil e especialmente à do Rio de Janeiro, duas cartas régias de Filipe II, por Enrique de Gandía dadas como ainda inéditas e existentes no Archivo General de Indias: "a primeira, datada de Valladolid, a 5 de maio de 1557, dirigida ao embaixador da Espanha em Portugal, D. Juan Hurtado de Mendoza, recordando o que se lhe havia escrito, sobre as fortalezas ou casas que os franceses haviam construído no Brasil, na costa marítima, à entrada do Rio de Janeiro, e que dissesse ao Rei de Portugal que da permanência de franceses naquele litoral não poderia resultar nenhum bem, senão grande dano à coroa daqueles reinos (da Espanha) e à do referido sereníssimo Rei, o qual, por isso mesmo deveria mandar examinar o assunto e providenciar de maneira que dali se expulsassem os aludidos franceses. A segunda carta, datada de Valladolid, a 8 de maio de 1557, foi dirigida ao governador do Rio da Prata (Domingo Martinez de Irala, aliás já falecido na ocasião), para que providenciasse a fim de que os mesmos franceses não fizessem fortificação nem estabelecimento algum *nas ditas costas do Brasil nem em Santa Catarina* e se alguma coisa tivessem feito, procurasse desfazê-la e expulsá-los dali; e se para isso conviesse criar alguma povoação, *dentro dos limites de nossa demarcação*, poderia erigi-la no local que julgasse mais conveniente". Op. cit., pág. 247.

América do Sul, a primeira das quais sendo a de São Francisco, a segunda a do Porto dos Patos e as seguintes São Gabriel e Sancti Spiritus.¹⁶

Naquela, deveria distribuir aos povoadores terras e habitações, sem nada tomar aos indígenas, ou de suas plantações. Construiria uma grande casa-forte, em que todos pudessem abrigar-se em caso de ataque dos naturais, devendo, no mesmo sentido, serem bastante resistentes as outras edificações que fossem levantadas. Os povoadores aí deveriam plantar cana de açúcar, canafístula, vinha e oliveira, além de outras plantas e sementes de Castela.

Para a administração da nova colônia, poderia Rasquin nomear “serventuários da justiça, regedores e outros officios necessarios à república”; deveria procurar obter a amizade dos índios, deles se defendendo em caso de ataque, “sem fazer dano maior que o conveniente à própria defesa”.

Para realizar aquelas fundações, obrigava-se o novo governador a juntar seiscentos homens, que não fossem dos que estavam proibidos de passar às Índias; a maior parte deveria ser constituída de casais, podendo ser-lhes acrescentado certo número de mulheres solteiras, que na América pudessem casar. Deveria, também, dar condução, nos navios que aparelhasse, às esposas que quisessem vir juntar-se aos esquecidos maridos, residentes em Assunção... Lavradores, artífices, mineiros, dez franciscanos, um médico, um cirurgião e um boticario completariam essa variada população destinada à localização entre São Francisco e o Rio da Prata.

(16) A capitulação figura, na íntegra, na *Colección de Documentos Inéditos*, cit., vol. XXIII, publ. em 1875, págs. 273/289.

Dos tres engenhos de açúcar para cuja construção levaria Rasquin os materiais necessarios, um deveria ser levantado no Porto dos Patos, então chamado Mbiazá.

Ampliando a jurisdição da nova *gubernación* até as margens do rio Paraná, foi-lhe adjudicada a povoação do Guairá, “que por outro nome se chama vila de Hontiveros”, fundada poucos anos antes, em 1554, e em 1557 transferida para a foz do rio Pequirí no Paraná, em territorio hoje paranaense, e que para aquele efeito era retirada da alçada do governo que tinha séde em Assunção. Da circunscrição deste, tambem se concedia que pudessem sair quaisquer pessoas que quisessem ir povoar as terras a serem administradas por Jaime Rasquin, ficando, tanto os que com ele fossem, como tais habitantes do Paraguai e os de Ontiveros (aliás, a partir daquele ano, Ciudad Real del Guairá), isentos dos direitos de almoxarifado, por seis anos, e obrigados ao pagamento, durante dez anos, apenas do dízimo de todo o ouro e pedrarias que descobrissem.

Para servir aos povoadores, ajudando a construção dos engenhos e de suas fazendas, poderiam levar, Rasquin e seus companheiros, da Espanha como de Portugal, Cabo Verde e Guiné, para as ditas provincias de São Francisco e Sancti Spiritus, livres de todos os direitos, cem casais de escravos negros. E, como medida de previdencia, acrescentava a cédula real que isto permitia, logo que se completasse o referido número, deveria ser a mesma rasgada, para que à sua sombra não fosse ultrapassado aquele limite. . .

Ainda como curiosa incumbencia confiada ao novo governador, por outra carta régia era determinado que averiguasse ele a existencia, naquelas regiões, “de uma herva que servia para tingir de azul as roupas e panos de

lã e algodão, com a qual se evitaria importar esse colorante de França e Portugal”.

Outras estipulações, como as relativas aos pagamentos e demais vantagens a que teria direito Jaime Rasquin, foram também incluídas na referida capitulação, a que se seguiram, durante quasi todo o ano de 1558, as numerosas providencias adequadas ao provimento da armada que com ele deveria seguir.

Assim, para pilotos da expedição, foram convidados Jacome Luis e Gonzalo de Acosta (português e genro do célebre bacharel de Cananéia), práticos na navegação para o Rio da Prata, ao mesmo tempo que eram nomeados um contador para a “provincia de São Francisco e Sancti Spiritus”, tres regedores e um vedor, este, como alguns dos anteriores, autorizado a levar tres escravos negros, etc..

Para o transporte da expedição foram compradas duas urcas flamengas e uma nau biscainha, apesar de não serem recomendados para o objetivo que se tinha em vista esses tipos de embarcação, de acôrdo com a opinião do alferes Alonzo Gómez de Santoya.

Parece, entretanto, que Rasquin não teve facilidade em obter os seiscentos homens que se comprometera a levar, entre os quais não poderiam entrar mouros, mulattos e estrangeiros, estes sendo permitidos apenas na tripulação, o que mostra a vigencia da crise de marinheiros em que sempre viveu a Espanha. E, apesar de todas as facilidades que lhe foram dadas, para “levantar bandeira e tocar tambor”, a fim de reunir gente disposta à empreza, parece certo que não teria conseguido alcançar, e mesmo ultrapassar um pouco aquele número, se não tivesse chegado a Cádiz a armada de D. Alvaro de Bazan, que acabara de comboiar outra frota vinda do Perú e Nova Espanha, e que naquele porto licenciou toda a sua gente “destroçada e aventureira”, logo aproveitada por Rasquin.

Recebidas as provisões de biscoitos, munições, arcabuzes e alguns canhões, inspeccionadas as naus, provavelmente muito à ligeira, pela Casa de Contratación, estava pronto para partir, já em princípios de 1559, o novo governador, cuja jurisdição ainda mais se alargara com a sucessão, que lhe coube, por morte de Domingo de Irala, também do governo do Rio da Prata então com sede em Assunção, posto para o qual poderia designar um ocupante provisório, enquanto dele se não investisse pessoalmente, uma vez que a sua missão imediata era o povoamento das províncias de São Francisco e Sancti Spiritus. Com aquele acréscimo, competiria a Jaime Rasquin administrar o mais dilatado territorio espanhol existente na América, o qual se extendia “pela costa do Atlântico, desde São Francisco, até duzentas leguas ao sul do Rio da Prata, tendo pelo interior os limites imensos do governo de Irala, que para o norte chegava aos Xarayes e para oeste ocupava com duzentas leguas de largura as costas do Oceano Pacífico”.

Aquela incumbência principal do novo capitão-general juntou-se uma outra, da maior importancia para a historia do Brasil: a expulsão dos franceses então estabelecidos no Rio de Janeiro, não sabemos ainda se a título de auxilio à coroa de Portugal, se apenas como mais uma hostilidade aos então inimigos na Europa, se simplesmente para alijar do Atlântico sul uma vizinhança inconveniente aos espanhóis, temerosos que daqui passassem a ocupar também a estratégica entrada do Rio da Prata.¹⁷ Quaisquer

(17) Convém notar que quando o governo de Felipe II resolveu acrescentar às atribuições de Jaime Rasquin a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, em 1558, o trono português estava sem ocupante efetivo, D. João III falecido desde 11 de junho de 1557. Sua viuva, D. Catarina d’Austria, tia e ex-sogra do rei espanhol, nascida infanta de Espanha, detinha a regência,

que fôsem os motivos dessa iniciativa espanhola, por uma real cédula de 15 de setembro de 1558 foi determinado a Rasquin que, “de caminho, fosse com a sua armada à costa do Brasil, onde a haviam povoado os franceses, e procurasse expulsá-los de onde estivessem, tomando a fortaleza que houvessem construído e levando consigo os mesmos franceses aí encontrados, para as províncias de São Francisco e Sancti Spiritus, ali os ocupando de qualquer forma e de modo que não pudessem voltar à França”¹⁸

4 — *Capítulo de história trágico-marítima*

Com esses objetivos e daquela forma aprestados, partiram os três navios de Jaime Rasquin de San Lúcar de Barrameda a 14 de março de 1559, trazendo umas setecentas pessoas, a maioria das quais “homens de bandos, assassinos e fugitivos, exceto alguns cavaleiros”, na opinião de Gómez de Santoya.

Na capitânia, a nau *San Juan*, vinha o orgulhoso capitão-general, acompanhado de suas três mulheres, uma galega, talvez a legítima, outra que havia roubado em Sevilha da casa de seu pai, e ainda uma índia, trazida do Paraguai. Comandava a almiranta, chamada *Jonás*, o belicoso e altaneiro tenente do governador D. Juan Boil. E

na menoridade de seu neto D. Sebastião, embora auxiliada pelo cunhado cardeal D. Henrique, que só tomou, pessoalmente, esse cargo, em 1562. Não terá sido o caso da projetada expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, pelos espanhóis, o reflexo de certa política de aproximação peninsular então eventualmente empreendida pela Regente, nisto decerto menos prudente que o Rei Colonizador? Ou não terá sido mais que uma hostilidade à França, espontaneamente planejada por Filipe II, então ainda esposo de Maria Tudor, Rainha da Inglaterra e, como êle, inimiga, a esse tempo da perda de Calais, dos franceses?

(18) Eurique de Gandía — Op. cit., pág. 263.

a nau biscainha, *Trinidad*, estava confiada a D. Juan Gómez de Villandrando, joven e leal fidalgo de menos de 20 anos de idade, filho da Duquesa de Niebla, que apesar de sua inexperiência vinha como mestre de campo. Três cirurgiões, um médico, tres frades cartuchos e dois clérigos também tomavam parte na expedição.

Logo depois da partida, começaram a aparecer queixas contra o governador, principalmente pelo máu tratamento dispensado a bordo, sendo as reclamações recebidas com ameaças e tendo os passageiros de entregar suas próprias peças de roupa, para que pudessem receber provisões. A 24 de março chegou a armada às Canarias, onde se deteve por quinze dias. Bem recebida, a princípio, pelo governador das ilhas, não tardou que um furto cometido por embarcações apressasse a sua partida em direção às costas do Brasil.

Estavam apenas em começo as peripecias da acidentada travessia. Apesar de não dispor de provisões suficientes, visando aproveitar os ventos que sopravam para oeste, resolveu Rasquin seguir o conselho do piloto Jacome Luiz, determinando a supressão da escala em Cabo Verde. Não o pôde fazer, entretanto, porque a nau de D. Juan Boil principiou a fazer agua.

Arribados a Santa Maria, na ilha de Santiago, forçados pela necessidade, puzeram-se os expedicionarios a comprar alimentos, por sua própria conta, para escapar à fome a que os queria submeter o ambicioso capitão-general. Indisciplinados, não tardaram a ser registrados incidentes, de que resultaram prisões e sensível acréscimo do desprestígio de Rasquin. Para cúmulo de dificuldades, dissentiam os valencianos dos castelhanos e andaluzes, não faltando querela nem mesmo entre um frade cartucho e um dos clérigos de São Pedro.

A 24 de abril, afinal, partiram de Cabo Verde, embrenhando-se no mar largo, entre rixas, castigos, jogatina, etc.. “Depois de doze dias de navegação, chegaram a 30 de Latitude Norte, onde estiveram por dezoito dias sem poder avançar até a linha do Equador, devido à falta de vento e pela força das correntes que puxavam para São Domingos. E como a urca almiranta não podia navegar à bolina, a 18 de maio amainou as velas e com um tiro de peça chamou à fala a nau capitãina e a do mestre de campo. Juntaram-se todas e declarou o piloto que a urca de D. Juan Boil não podia mais andar à bolina, que já se haviam desviado da rota umas duzentas leguas e que para chegar a São Vicente, no Brasil, deveriam bordejar mais de dois meses, porque até depois de agosto as aguas corriam para as Antilhas, com a ajuda dos ventos”.¹⁹

A 21 de maio, nova surpresa e esta das mais graves: de oitenta pipas de agua doce, embarcadas em Cabo Verde, apenas oito ou dez restavam na capitãina, porque não tendo arcos de ferro, e sim de madeira, estes, com o calor, haviam rompido. Estavam a mil leguas de São Domingos, a provisão de agua era insufficiente para a tripulação, e D. Juan Boil, apesar das promessas contemporizadoras de Rasquin, poz-se a insistir pela mudança da rota para aquela direção, como única possibilidade de salvamento. Realizou, afinal, o seu intento, abandonando a companhia do governador e do fiel mestre de campo, comprometendo, de vez, o sucesso da expedição.

A partir daí, era inevitável o desastre. Na nau biscainha tambem se colocara lastro sobre as pipas d'agua, que assim se abriram fácilmente, verificando-se não existir mais de doze de agua e duas de vinho, quando se supunha dispor de mais de quarenta... A expectativa dos

(19) Enrique de Gandía — Op. cit., pág. 284, cf. a *Relación* de Gómez de Santoya.

horrores da sêde, tantas vêzes registrados em viagens da época, fez com que se avolumassem os protestos e as sugestões para o abandono da rota do Brasil. Premido pelas circunstancias, tendo recebido, a respeito, uma representação assinada por quarenta e tres passageiros de maior categoria, a 24 de maio conveiu Rasquin na mudança de rumo, do que se lavrou um auto, para prevenir futuras responsabilidades.

Estavam a $1^{\circ} \frac{3}{4}$ no norte da linha equinocial, quando do se verificou a impossibilidade de ser dobrado o cabo de Santo Agostinho e quando se deu ordem, afinal, para ser abandonada a direção até então seguida, tomando-se a de São Domingos.

Daí por diante, a expedição espanhola de Jaime Rasquin, que arrogantemente se destinava a expulsar os franceses do Rio de Janeiro e colonizar o sul do Brasil, não ocuparia mais que um simples capítulo da historia trágico-marítima, tão rica de terríveis lances, naqueles tempos.

Sofrendo os rigores do calor equatorial, sujeitos a rações alimentares diminutas, vendo decrescer, cada dia, as provisões de agua, que nem mesmo uma chuva providencial pôde aumentar muito, entre promessas do desanimado capitão-general e verdadeiros motins, desconhecendo até mesmo a posição exata em que se encontravam, avistaram, emfim, os expedicionarios, a ilha de Barbados.

Não estavam terminadas, entretanto, as suas dificuldades. Duas vêzes atacados pelos índios, em Dominica, quando se dispunham a fazer aguada, chegaram a São Domingos a 17 de julho de 1559.

Começou, então, outro capítulo dessa acidentadíssima viagem. Encontrando autoridades a quem se queixar, choveram as reclamações contra o procedimento de Rasquin, iniciando-se diversos processos contra ele, que chegaram a algumas condenações, nos meses seguintes. Eram

cobranças, pedidos de indenizações, etc., até do “cirurgião, boticario e barbeiro”, que queria receber o que havia gasto de sua “caixa de medicinas”...

5 — *Novas informações de Rasquin*

Apesar de tudo, não desistiu Rasquin de voltar à Espanha e à América do Sul, a fim de assumir o seu posto e retomar a sua missão. Vendendo em São Domingos as mercadorias que trouxera, com lucro, comprou açúcar, couros e outros artigos tropicais, para colocá-los na Europa, como bom mercador que era. Mais uma vez, entretanto, a má sorte faria com que falhassem os seus cálculos.

Em princípios de 1560 regressou o governador à Europa, com a nau *San Juan Bautista* e a *Trinidad*. Nas proximidades das Bermudas abriu-se, porém, a capitânia, perdendo-se toda a carga, salvando-se apenas a tripulação, graças a outro navio que por milagre apareceu.

Chegado, afinal, a Madrid, arruinado e desmoralizado, nova série de processos judiciais foi aberta contra o infeliz capitão-general, estes até mesmo de iniciativa oficial, culpando-o de desobediência às capitulações e responsabilizando-o por todos os desastres ocorridos.

Nem por isso perdia Rasquin a esperança de uma reabilitação e a renovação de uma oportunidade para o retorno à América. “Em varias ocasiões dirigiu ao Conselho das Índias relatorios e memoriais sobre o povoamento que se devia fazer no Rio da Prata e sobre os produtos dessas regiões. Em todos esses escritos, percebe-se um profundo conhecedor da geografia, dos indígenas e das riquezas de grande parte do Brasil, Paraguai e Rio da Prata. No primeiro relatorio apresentado ao Conselho, indicava Rasquin a conveniencia de ser povoado o porto de São Francisco, na costa do Brasil, *que está dentro da*

demarcação de Vossa Magestade, e o Biazá, ou porto de D. Rodrigo. Povoando-se este lugar, seria evitado que os portugueses, juntamente com os tupís, continuassem a destruição dos reinos e províncias do rei de Espanha, por intermedio das guerras que moviam aos índios seus vassallos, vendendo-os os portugueses como escravos, ou comendo-os os tupís seus aliados. Além disto, igualmente se evitaria que os franceses povoassem aquela costa. Descreveu, também, a região situada entre São Francisco e Ontiveros, dando-a como habitada pelos indígenas guaranis no litoral chamados carios (carijós). A conveniencia de serem povoados os rios Ubay (Ivaí) e Paraná Peneni (Paranapanema), da mesma forma se impunha, *para impedir que os portugueses não entrassem para povoar pela terra a dentro*. Descreveu, ainda, a costa do Mbiazá, recordando que a ela foram, vindos do Rio da Prata, Vicente Rolón e outros, que relataram como continha boas terras e grandes rios".²⁰

Mais adiante, teve Rasquin ocasião de referir-se a outra região que se tornou brasileira: a provincia de Itatin no sul de Mato Grosso, segundo ele situada a 20^o¹², acrescentando que não se podia povoar o curso alto do rio Paraguai, devido aos índios jarayes, que viviam pelas alturas de 13^o e também davam notícias do célebre El-Dorado...

(20) Enrique de Gandía — Op. cit., págs. 313/314. — E' evidente a importancia de todo esse trecho para a historia do Brasil. Basta lembrar, além do conhecimento espanhol de toda a região que hoje compreende os Estados do Paraná e Santa Catarina, a primeira referencia, que contém, às caçadas de índios aí realizadas, talvez já antes de 1557, ou, no máximo, pouco depois de 1560, datas a que não chegam os nossos mais remotos cronistas, apresamentos esses realizados por portugueses que tinham como aliados os tupís.

“Em outro relatório apresentado ao Conselho das Índias, em data que com exatidão não pode ser determinada, enumera ele os produtos vegetais que se colhiam e que eram plantados em cada lugar da costa do Brasil, Rio da Prata e Paraguai. Para descanso dos que então para lá se dirigissem, acrescenta, muito melhores seriam as povoações de São Francisco e Ontiveros, por ser a terra mais temperada”, Aconselhava, portanto, que naquelas primeiras se localizassem os que preferissem os engenhos de açúcar, indo para as segundas os que quisessem dedicar-se à criação de gado. Embora se enganasse quanto ao açúcar, mostrava ser “um observador que previa o futuro de tôdas essas regiões, então despovoadas e selvagens, mas que com o tempo viriam a ser, como são, um campo de riquezas para os seus habitantes”.²²

O último memorial que dirigiu Rasquin ao Rei de Espanha está datado de 14 de março de 1566, e nele, já tendo provavelmente desistido de qualquer possibilidade de volta à América na qualidade de governador, limitou-se a pedir socorro para os habitantes do Paraguai, insistindo, por exemplo, para que fôsem conseguidos casamentos para as orfãs residentes em Assunção, em número superior a mil, facto que mais vontade lhe dava de chorar que de fazer tal petição e súplica...

(21) Sobre a situação do Itatin, explica muito melhor o mapa e o seguinte trecho do Pe. Pablo Hernández, S. J., em sua obra *Organización Social de las Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*, Barcelona, 1913, I-12: “Entre 19 e 22 graus de latitude meridional, estende-se, à esquerda do rio Paraguai, o distrito ou comarca em outros tempos chamada do Itatin, compreendendo as terras em grande parte baixas e alagadiças que ficam entre a serra de Amambá e aquele rio, limitadas ao norte pelo rio Mbotetey e ao sul pelo Jejuí, — onde existiu outra povoação espanhola além de Xerês, e esta mesma transitoria”.

(22) Enrique de Gandía — Op. cit., págs. 316/317.

De tudo isto se conclue que estando relativamente bem informado de quanto dizia respeito à parte meridional e central da América do Sul, Rasquin, ao menos teóricamente, possuía alguns dotes de povoador, como revelara algumas vêzes como, por exemplo, ainda a propósito dos casamentos que no Paraguai deviam ser incentivados, na seguinte exatíssima afirmação: “os casados nas Índias, são os que perpetuam as Índias”.

Já era tarde, porém, para qualquer ação mais positiva de sua parte. Arruinado, dirigiu-se, mais uma vez, em julho de 1569, ao Conselho das Índias, pedindo auxilio para poder viver, pois na infeliz expedição perdera toda a sua fortuna e a de seus parentes e amigos, num total de 30.000 ducados. Embora absolvido de toda responsabilidade naquêle malogro, outra questão judiciária veio à juntar-se às anteriores, esta a respeito da nau biscainha, que pertencia a Rasquin e ao erario régio, em partes iguais. Condenado, em princípios de 1571, a devolver 4.000 ducados que lhe haviam sido adiantados, e não o podendo fazer, foi preso por dívidas, não tardando a morrer na prisão o ex-governador e capitão-general das quatro povoações que deveria fundar no sul Brasil e Rio da Prata e das demais que povoasse. ²³

(23) Também teve morte desastrosa o mestre de campo D. Juan de Villandrando, que tão leal havia sido a Jaime Rasquin. Em 1561, estando como tenente de governador na ilha Margarida, na Venezuela, foi traiçoeiramente prêso e assassinado pelo célebre Lope de Aguirre, o Peregrino, tenebroso herói da segunda descida espanhola do rio das Amazonas, em 1559-1561. (Cf. a “Relacion muy verdadera de todo lo sucedido en el Rio del Marañon, en la Provincia del Dorado, hecha por el governador D. Pedro de Orsua, dende que fue enviado de la Ciudad de Lima por el Marqués de Cañete, Visorey de los Reinos del Pirú, y de la muerte del dicho Pedro de Orsua y el comienzo de los tiranos D. Fernando de Gusman y Lope de Aguirre su subcessor y de lo que hicieron hasta llegar á la Margarita y salir della”, pág. 259. na *Coleccion de Documentos Inéditos del Archivo de Indias*, cit., IV-215/282.

6 — *Tentativas espanholas — realização luso-brasileira*

Terminou assim a triste historia do mercador e aventureiro valenciano D. Jaime Rasquin, quando não estava senão em começo o povoamento das regiões cujo futuro ele sagazmente anteviu. Outros rumos, diferentes dos que se continham na criação da provincia de São Francisco e Sancti Spiritus a elas estavam reservados.

Desde 1570, depois da agitada administração de Francisco Ortiz de Vergara, no Paraguai, fora nomeado adelantado da imprecisa gobernación do Rio da Prata Juan Ortiz de Zárate, que, apesar de passar também pela ilha de Santa Catarina, em 1572,²⁴ preferiu estabelecer-se em territorio hoje uruguaio, perto da futura Colonia do Sacramento, no ano seguinte.²⁵ Repovoado Buenos Aires, em 1580, por Juan de Garay, estava estabelecida, afinal, a base definitiva do poderio espanhol no Rio da Prata. Pelo interior, desde 1557 substituíra a Ciudad Real de Guairá à antiga Ontiveros, e desde 1576 fôra fundada, próxima ao Ivaí, Villa Rica del Espiritu Santo, núcleos da imensa provincia do Guairá que, abrangendo o centro e o oeste dos atuais Estados do Paraná e Santa Catarina, seria, desde o início do século XVII, um grande setor de expansão das missões jesuíticas espanholas. Mesmo em território atualmente de Mato Grosso, no sertão do Itaitin, fundou-se, ao mesmo tempo do repovoamento de Buenos Aires, a efêmera vila de Santiago de Xerês. Não fos-

(24) Robert Southey — *História do Brasil*; tradução brasileira de Luiz Joaquim de Oliveira e Castro, Rio de Janeiro, 1862, I-489; e Vicente Fidel López, op. cit., pág. 71.

(25) Eduardo Acevedo — *Anales Históricos del Uruguay*; edição da Biblioteca Nacional do Uruguai, Montevidéo, 1933; I-12.

se o abandono do litoral catarinense, que persistia, pareceria lançado em sólidas bases o domínio espanhol no sul e a sudoeste do Brasil.

A união das coroas ibéricas, em 1580, desinteressando o governo de Madrid do apossamento oficial dessas terras litoraneas entre Cananéia e Rio da Prata, o descobrimento das minas de Paranaguá e a crescente dilatação da zona viriam modificar, profundamente, aquela situação, em benefício de Portugal e da configuração geográfica do Brasil do futuro.

Realmente, o descobrimento das minas de Paranaguá e Curitiba, constituiu a base do povoamento do Estado brasileiro do Paraná. Em principios do século XVII, além de diversas bandeiras, para aí se dirigiram, rumo à Laguna dos Patos, os jesuítas portugueses. Era, portanto, um avanço progressivo, partido de São Vicente, simultâneo ao crescente internamento, até o Guará e as novas doutrinas jesuíticas espanholas do Paraná, do Uruguai e do Tape, das levas paulistas de caça ao índio.

Enquanto isto se verificava do lado português, no espanhol, ao contrario, registrava-se uma medida enfraquecedora, de consequencias então imprevisíveis: em 1617, pela Real Cédula de 16 de novembro, foi criado o governo do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires, separado do governo do Paraguai, com sede em Assunção, do qual continuariam dependendo Ciudad Real, Villa Rica e Santiago de Xerês.²⁰ Omitia-se, portanto, Santa Catarina, e disto se aproveitariam, sagazmente, os portugueses, seus definitivos povoadores, logo depois da separação das monarquias ibéricas, ocorrida em 1640.

(26) Vicente Fidel López — *Op. cit.*, pág. 111.

Destruídas, pelos ferozes *portugueses de San Pablo* não só aquelas povoações oficiais castelhanas do Guairá e do Itatin, mas tôdas as reduções jesuíticas espanholas aí estabelecidas, além de atacadas as que já existiam no Tape (no interior do Rio Grande do Sul) e entre os rios Paraná e Uruguai,²⁷ principalmente durante o terceiro e quarto decênios do século XVII, imediatamente depois também pelo litoral e suas vizinhanças registrava-se idêntica expansão luso-brasileira, e esta, embora mais lenta e pacífica, igualmente sólida em suas consequências longínquas.

Assim é que em 1640, no mesmo ano da restauração da monarquia portuguesa, Paranaguá foi elevada às honras de vila. São Francisco, definitivamente povoada em 1658, por Manuel Lourenço de Andrade, devidamente autorizado pelo donatário das Terras de Santana, Marquês de Cascais, tornou-se município dois anos depois.

(27) Note-se que as reduções jesuíticas espanholas então chamadas "do Uruguai", nada teem a ver com o país desse nome. Ficavam a noroeste do atual Estado do Rio Grande do Sul e no território hoje argentino das Missões numa e noutra margem do curso médio do rio que lhes deu a designação. Para sua exata localização, como para qualquer outra das localidades aqui referidas, pode-se recorrer tanto à obra do Pe. Pablo Hernández, S. J. — *Organización Social de Doctrinas Guaraníes de la Compañía de Jesus*, cit., como às excelentes coleções de mapas últimamente publicadas pelo Instituto de Investigaciones Históricas de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad Nacional de Buenos Aires: *Cartografía Jesuítica del Rio de la Plata*, pelo Pe. Guillermo Furlong Cardiff, S. J., e *Mapas y Planos referentes al Virreinato del Plata conservados em el Archivo General de Simancas*, reunidos por José Torre Revello, por incumbencia do mesmo Instituto. Também é digno de atenção, a respeito, o estudo do Cel. Jônatas da Costa Rego Monteiro — *As primeiras Reduções Jesuíticas no Rio Grande do Sul, 1626/1638*, publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*, ano XIX (1939), I trimestre, págs. 15/45.

Ao mesmo tempo, atingia o povoamento as terras de Curitiba, graças ao aparecimento, aí de algum ouro de lavagem. Doada, em 1664, a Agostinho Barbalho Bezerra, a ilha de Santa Catarina, somente em 1675 foi ela afinal povoada por Francisco Dias Velho e, embora destruída Nossa Senhora do Destêrro por corsários, em 1689, já encontraram os seus habitantes um núcleo de população mais avançado a que se acolher, Laguna, fundada por Domingos e Francisco Brito Peixoto, em 1684. E de Laguna, afinal, passariam os catarinenses ao interior do Rio Grande do Sul, cujo litoral era menos aborçavel, razão de não ter sido frequentado, até então. Levando ainda mais longe a sua audácia e o desprezo ao que fôra convencionado em Tordesilhas, desde 1680 haviam os portugueses reivindicado como legítima a fronteira do Rio da Prata, fundando, em frente a Buenos Aires, a Nova Colônia do Santíssimo Sacramento.

Era demais, porém. O sonho de Jaime Rasquin fôra realizado, não pela coroa espanhola, mas pela de Portugal. De posse do litoral de Santa Catarina, expulsando do interior do Paraná, do sul de Mato Grosso, do centro e do noroeste do Rio Grande do Sul, os espanhóis e jesuítas aí já radicados, os portugueses e seus descendentes americanos haviam proveitosamente trabalhado pela construção desse Brasil maior que constitue, na historia das nações modernas, extraordinario exemplo de tenacidade realizadora de um grande povo colonizador.

ALBUQUERQUES — SENHORES DE PERNAMBUCO

Cartapacio de Varios Papeis Manuscritos é o título de volumoso códice de meados do século XVII, que se guarda na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Folheando-o, verifica o pesquisador que numerosas são as contribuições pelo mesmo oferecidas à historia do Brasil.

Por se referirem a duas das mais notáveis figuras do periodo colonial — Duarte Coelho, insigne primeiro donatário de Pernambuco, e seu neto Matias de Albuquerque, heiróico defensor da capitania, contra, o invassor holandês — adiante transcrevemos os parágrafos a êles relativos, de um pequeno trabalho genealógico ali incluído, intitulado *Albuquerque — Senhores de Pernambuco*.

De autor anônimo e até há pouco inédito, ao que nos consta conhecido apenas do historiador Rodolfo Garcia, não é completo nem mesmo como resenha da familia citada, e contém, ainda, alguns enganos de facil correção.

ALBUQUERQUES — SENHORES DE PERNAMBUCO

“Duarte Coelho foi mui esforçado cavaleiro, e fez na Índia grandes feitos e depois conquistou a Capitania de Pernambuco com grande esforço, de que lhe fizeram mercê os Reis deste Reino. Hoje é cousa muito grande de renda e honra, pela muita terra e vassalos que tem. Na conquista da dita Capitania retiraram-lhe o olho de

uma flechada.¹ Não se sabe ao certo donde era natural, de Gaia² ou de Aveiro, segundo outra informação. Foi casado com Dona Maria de Albuquerque,³ filha de Lopo de Albuquerque, de quem houve a Jorge de Albuquerque.⁴

— Dona Inês de Albuquerque, que casou com Hierônimo de Moura.⁵

— Jorge de Albuquerque Coelho, filho⁶ de Duarte Coelho de Albuquerque, que casou a 1.^a vez com Dona Maria de Menezes, filha de D. Pedro da Cunha, 2.^a vez casou com Dona Ana, filha de D. Álvaro Coutinho, de

(1) Primeiro engano. Não foi Duarte Coelho quem perdeu um olho, em luta com os indígenas, e sim o seu cunhado e substituto no governo da capitania, Jerônimo de Albuquerque, o "Adão pernambucano", o "Branco cisne venerando", cantado por Bento Teixeira na *Prosopopéia*. — Cf. Frei Vicente do Salvador — *Historia do Brasil*, ed. de 1918, p. 119.

(2) Nasceu em Miragaia (povoação do conselho da Lourinhã, distrito de Lisboa) e não em Vila Nova de Gaia (pertencente ao distrito do Porto), cf. Pedro de Azevedo — "Os Primeiros Donatarios", in *Historia da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1924, III-194, citando um códice existente na Biblioteca Nacional de Lisboa.

(3) Aliás Brites (ou Beatris) de Albuquerque.

(4) Além de Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário, a quem foi dedicada a *Prosopopéia* de Bento Teixeira, figura da *Historia Trágico-Marítima* e herói de Alcácer-Quibir, e antes dele, tiveram Duarte Coelho e Dona Brites outro filho varão, Duarte Coelho de Albuquerque, que foi segundo donatario de Pernambuco. Falecendo, sem filhos, depois de resgatado aos mouros por ter sido feito prisioneiro na mesma batalha de que participou seu irmão, ficou este por seu sucessor.

(5) Desta filha do primeiro donatario, como seus dois irmãos nascida em Olinda, diz Frei Vicente do Salvador "que casou com D. Hierônimo de Moura, e cá morreram ambos e um filho que houveram, todos tres em uma semana". — *Op. cit.*, p. 107.

(6) Irmão, cf. a nota 4, supra.

quem houve a Duarte de Albuquerque e a Matias de Albuquerque. ⁷

— Duarte de Albuquerque Coelho, filho de . . . , foi herdeiro da casa de seu pai, casou com Dona Joana de Távora, ⁸ filha do Conde de Basto. ⁹

(7) Respectivamente, quarto donatário de Pernambuco e décimo-terceiro governador-geral do Brasil. Nasceram, ambos, no Reino, e não em Pernambuco, ao contrario do que supõem alguns, escrevinhadores brasileiro e mesmo portugueses. Para prová-lo, basta lembrar que Jorge, terceiro donatário, não voltou ao Brasil, depois de Alcácer-Quibir, seu primeiro filho e sucessor, Duarte de Albuquerque Coelho, tendo nascido em 1591. A Matias de Albuquerque, um dos maiores vultos da historia do Brasil colonial, negam outros, inclusive o Visconde de Pôrto Seguro, a própria catalogação entre os governadores-gerais do país, embora a respeito seja tão claro o teor dos documentos de 1624 a 1627 e decisivo o testemunho dos contemporaneos, a começar pelo egregio Frei Vicente, nosso primeiro historiador.

(8) Dona Joana de Castro, dizem alguns historiadores e genealogistas, o que não exclue, porém, o sobrenome Távora, que era o de sua mãe, Dona Maria.

(9) O Condé de Basto foi um dos governadores de Portugal, durante o reinado de Filipe IV de Espanha (Filipe III de Portugal), entre 1621 e 1627 e de 1633 a 1634. — Cf. Visconde de Porto Seguro — *Historia Geral do Brasil*, 3.^a ed.; V — 301/302, in "Auxílios cronológicos para verificar as datas e os fatos", eruditamente revistos e ampliados por Rodolfo Garcia.

Talvez por motivo dêsse parentesco, seu genro Duarte, intitulado Marquês de Basto, apesar de donatário, Conde e Senhor de Pernambuco, preferiu ficar com o rei espanhol, quando ocorreu a restauração da monarquia portuguesa, em 1640. Escreveu ele um *Compendio de los Reyns de Portugal*, ainda inédito, cujos originaes pertencem à Biblioteca Nacional de Lisboa, deles existindo cópia, tirada em 1907, na do Rio de Janeiro. Também publicou Duarte de Albuquerque Coelho, em Madrid, 1654, as preciosas e insubstituiveis *Memorias Diarias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçada desde el de M.DC. XXX*, de que há uma tradução brasileira, de 1855, de Alexandre José de Melo Mo-

— Dom Diogo de Castro”.¹⁰ •

“Matias de Albuquerque, ¹¹ filho segundo de Manuel de Albuquerque e irmão desse André de Albuquerque, andou muito tempo na Índia, aonde foi capitão-mór de Chaúl e Ormuz, e depois Viso-Rei, casou com Dona Filipa de Vilhena, filha de Manuel de Sousa, aposentador-mór, de quem não houve filhos e por sua morte dele se meteu freira na Esperança de Lisboa. Deixou êste Matias de Albuquerque parte de sua fazenda e herança à sua mulher, e parte a seu sobrinho, filho de seu primo co-irmão Jorge de Albuquerque, geração de sua tia Dona

rais e Inácio Acioli de Cerqueira e Silva, Substituida por outra, mais completa, editada pelo govêrno de Pernambuco, em 1944.

O irmão de Duarte, Matias, pôs-se, porém, a serviço de D. João IV e foi o glorioso vencedor da batalha de Montijo, em 1644, recebendo então o título de Conde de Alegrete, depois de ter sido o incansavel heroi da defesa do Brasil contra os holandeses, em 1624/1625 e de 1630 a 1635.

(10) D. Diogo de Castro era o nome do próprio Conde de Basto. Mas pôde ter sido este, tambem, o nome de um dos filhos de Duarte de Albuquerque Coelho, falecido na infancia, como parece indicar o manuscrito.

(11) Trata-se, aí, de outro Matias de Albuquerque, como se verá pelo texto. Foi capitão-mór de uma armada que partiu para Malaca, em 1576, mas que tendo perdido um de seus navios em Moçambique, ficou o restante na Índia. Nomeado vice-rei, partiu novamente de Lisboa, em 1590, com cinco naus, quatro das quais arribaram a êsse mesmo pôrto. A *Bom Jesus*, em que viajava Matias, depois de varios contratemplos, conseguiu chegar à Índia. De lá voltou ele ao Reino, em 1598, provavelmente conhecendo então o segundo Matias, pouco antes nascido, que lhe herdou o nome e a fortuna. — Cf. Simão Ferreira Pais — *As Famosas Armadas Portuguesas* — 1496/1650, ed. do Ministerio da Marinhã, Rio de Janeiro, 1937, ps. 72 e 83/84.

Maria ¹² e de Duarte Coelho. E a ele mais deixou que por falecimento de sua mulher ficasse a fazenda que lhe tinha deixado a este seu sobrinho Matias de Albuquerque". ¹³

Cf. *Cartapacio de Varios Papéis Manuscritos*, códice CDL-XXXIII-8-23, da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, indie. do Catálogo I-2-3-22, fls. 349 e 350

(12) Aliás Dona Brites de Albuquerque, "capitôa" de Pernambuco, na ausencia do marido e dos filhos.

(13) "Chamava-se Paulo de Albuquerque e depois, em virtude de ser nomeado pelo seu parente Matias de Albuquerque, vice-rei que fôra da Índia, para primeiro administrador do morgado de todos os bens por ele instituidos em seu testamento, passou a chamar-se Matias de Albuquerque". — Pedro de Azevedo, *op., cit.*, p. 197, citando Pêgas — *De exclusionē... maioratus*, IV-479.

MATIAS DE ALBUQUERQUE

Na hora das atribuições políticas, quando o espírito público sente-se afligido pelas preocupações de ordem geral, quando o patriota procura medir as dificuldades que se avizinham de sua Pátria — é então que na primeira linha de suas evocações devem surgir os grandes mortos que atravez dos séculos a constituíram e defenderam. É nesta ocasião que sugerindo soluções para o presente, fornecendo exemplos e revigorando a fé nos destinos da nacionalidade, eles nos aparecem fora da frieza das simples biografias, como criaturas vivas, cuja ação definitivamente se integrou na elaboração do país. Pela mão da História, é então que vamos retirá-los das páginas tranquilas dos livros — quando diretamente não o fazemos dos manuscritos envelhecidos dos arquivos — e vamos celebrá-los no bronze das estátuas, nas vozes das comemorações, nos hinos da exaltação cívica. Acontece, mesmo, que provocado pelas necessidades do presente, um nome que se tornou simples designação de logradouro público, volta à atualidade, e, como é o caso de Matias de Albuquerque, vai dourar a prôa de um avião, vai honrar a quilha de um navio de guerra.

A nós, que nos congregamos em um Instituto de Estudos Portugueses, muito nos importa a evocação de vultos como o do esquecido governador-geral do Brasil, por seis anos comandante em chefe da heróica resistência do Arraial do Bom Jesus, o general vencedor da batalha de Montijo e Conde de Alegrete. Fazendo-o, simultaneamente rendemos culto a um português do Brasil e a um brasileiro de

Portugal, a um homem em quem a idéia de Pátria não comportava o oceano separador; tão grandes eram os vínculos que a um e outro lado do Atlântico o prendiam.

1 — *Os Albuquerque Coelho*

Filho de brasileiro, nascido em Portugal — a despeito dos enganos em que incidiram tantos historiadores e biógrafos — mais além das imposições da paternidade e do berço ocasional, outros fundamentos do título de luso-brasileiro teve Matias de Albuquerque. “General espanhol”, chamou-o o mal informado Gaspar Barléu, em 1647. Nascido em Portugal, mas filho de brasileiro, afirmou melhor Loreto Couto, em 1757. “Nasceu em Olinda, em fins do século XVI”, assegurou em 1882 Pereira da Costa. O pai, entretanto, Jorge de Albuquerque Coelho, de volta de Portugal chegou a Pernambuco em 1560, e, depois de duramente guerrear os indígenas, daí partiu a 29 de junho de 1565, ainda solteiro, “e não consta voltasse mais à capitania” — esclareceu o Sr. Rodolfo Garcia, em nota a Varnhagen. Tudo isto não impedindo, porém, que, ainda em 1940, continuasse o Sr. Rocha Martins afirmando a naturalidade brasileira de Matias de Albuquerque.¹

(1) Gaspar Barléu — *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil e noutras partes sob o governo do illustrissimo João Mauricio Conde de Nassau, etc.*, 2.^a edição brasileira, Rio, 1940, página 292. D. Domingos do Loreto Couto — *Desagravos do Brasil e Glorias de Pernambuco*, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, vol. XXV, de 1903, pág. 75. — Francisco Augusto Pereira da Costa — *Dicionário Biográfico de Pernambucanos Célebres*, Recife, 1882, pág. 704. — Rodolfo Garcia, nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, São Paulo, s/d, I-453. — Rocha Martins — *Os grandes vultos da Restauração de Portugal*, 8.^o fascículo, Lisboa, 1940, pág. 317.

Era neto do primeiro donatário de Pernambuco, dêsse Duarte Coelho em quem Carlos Malheiro Dias viu poderoso “exemplo de um construtor de nação”, único, entre todos os donatários, “que logra resistir às privações e aos perigos; único que consegue implantar-se firmemente em seus domínios e legá-los aos seus descendentes como um fundador de dinastia”,² Sobrinho — bisneto do grande Afonso de Albuquerque. Era sobrinho neto de Jerônimo de Albuquerque, o Torto, o Adão pernambucano, o “branco cisne venerando”, como o cantou Bento Teixeira³, “durante meio século a grande figura da capitania”. na opinião, sempre decisiva, de Capistrano de Abreu.⁴ Parente, também, de outro Matias de Albuquerque, capitão-mor de Chaúl e Ormuz, depois visorrei da Índia, mudou-lhe este o nome, ao doar-lhe a fortuna, mas ganhou na transação, ao fazer de um simples Paulo de Albuquerque, o imortal Matias.⁵ Sobrinho de Duarte Coelho de Albuquerque, segundo donatário, morto em consequência dos ferimentos recebidos na campanha d’África, era filho do também olindense Jorge de Albuquerque Coelho, terceiro donatário, como o irmão combatente contra os indígenas no Brasil, herói da *Relação do Naufrágio* e da *Prosopopéia*, fidalgo a quem coube, no fragor da batalha, em Alcácer

(2) Carlos Malheiro Dias. — “O regime feudal das donatarias”, na *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, 1924, III-256.

(3) Bento Teixeira — *Prosopopéia dirigida a Jorge de Albuquerque Coelho, Capitão e Governador de Pernambuco, Nova Lusitânia, etc.*, Rio de Janeiro 1923, pág. 45

(4) Capistrano de Abreu — Prolegômenos à *História do Brasil*, de Frei Vicente do Salvador, São Paulo, 1918, pág. 81.

(5) Cf. Helio Vianna — “Albuquerque - Senhores de Pernambuco”, extrato de um “Cartapácio de Vários Papeis Manuscritos”, códice da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procedente da Biblioteca dos Condes de Castelo Melhor, fl. 350 — incluído neste volume.

oferecer o cavalo a El-Rei D. Sebastião. Sua mãe, D. Ana de Menezes, filha de D. Álvaro Coutinho, ligou-o a uma das maiores e mais desgraçadas Casas do Reino, fadada porém a rápida extinção: a do Marquês de Vila Real e do Duque de Caminha. Seu irmão e justificado panegirista, outra fonte, mais tarde, de infundadas suspeitas à lealdade portuguesa de Matias, foi Duarte de Albuquerque Coelho, Conde e Senhor de Pernambuco, seu quarto e último donatário efetivo, Marquês de Basto, autor das inestimáveis *Memorias Diárias da Guerra do Brasil*.⁶

2 — Capitão-mor de Pernambuco

Nascido, portanto, em Portugal, no último decênio do século XVI, é tradição aceita que Matias de Albuquerque, a exemplo de tantos fidalgos portugueses, ao tempo da união das coroas ibéricas, como militar “servira com Spínola na bela escola de Flandres”.⁷

Cêdo, porém, aproveitou-o na administração colonial o irmão donatário, confiando-lhe em 1619 o governo de Pernambuco, a mais rica das capitânias brasileiras, cujo progresso por essa época assinalou Varnhagen: “A povoação do Recife crescia consideravelmente; bem como toda a dita capitania de Pernambuco, sob as ordens do capitão Matias de Albuquerque, irmão do donatário e seu logar-tenente. A colonização e cultura se estendera ao extremo meridional da capitania, e se desenvolvia consideravelmen-

(6) Reeditados em 1944, em tradução revista, pela Secretaria do Interior do governo pernambucano.

(7) Oliveira Lima — *Pernambuco e seu desenvolvimento histórico*, Leipzig, 1895, págs. 63/64.

te nas vizinhanças das Alagoas, nas vilas da Madalena e de Santa Luzia".⁸

De como até fins de 1626 nesse governo se manteve Matias, dizem muito bem algumas referências de frei Vicente do Salvador, patriarca de nossos historiadores. Cioso de suas prerrogativas, teve desinteligências com D. Luís de Sousa, Conde do Prado e Senhor de Beringel, 12.^o governador-geral, que, por isso mesmo, ao retirar-se para o Reino, não quiz ir no comando da frota, talvez para não ter ocasião de entender-se com Matias, capitão-mor de Pernambuco, "com quem não estava corrente",⁹ escreveu o frade. Também com o 12.^o governador-geral teve o futuro Conde de Alegrete sintomático conflito de jurisdição, ao nomear Diogo de Mendonça Furtado um seu criado para capitão do Recife, admitindo-o Matias apenas como capitão da fortaleza de El-Rei, não no posto civil.¹⁰

Noutros setores, entretanto, perfeita vigilância e previdência manifestou o irmão e lugar-tenente do donatário. Ainda em 1621, mediante régio aviso, previniu-se com a possível vinda do "irrequieto aventureiro" La Ravardière, "cavaleiro da triste figura" na tentativa francesa do Maranhão, que com a participação de holandeses então tencionava assaltar Pernambuco.¹¹ Na iminência desse ataque, que afinal se dirigiu à Bahia coube-lhe cuidar das fortificações pernambucanas e de tal forma o fez que pode isto ter contribuído para que em vez da mais opulenta das capitais do Brasil fôsse antes preferida, para o golpe da

(8) Visconde do Porto Seguro — *Op. cit.*, II-192/193.

(9) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil*, São Paulo, 1918, pág. 496.

(10) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, pág. 494.

(11) Nota do Sr. Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil cit.*, do Visconde de Porto Seguro, II-212/213.

conquista estrangeira, a própria capital, onde dúvidas foram suscitadas quanto ao tributo destinado às obras militares.¹²

3 — Governador-geral do Brasil

Chegados, afinal, os flamengos, aprisionado o governador-geral e conquistada a Cidade do Salvador, em 1624, viu-se Matias de Albuquerque sob a mais dura eventualidade, imposta pela confiança de que já gozava nos conselhos da coroa. Indicada nas vias de sucessão para assumir o posto vago, seu primeiro desejo de soldado foi seguir para a Bahia a combater o intruso. Mas, político também, conhecedor das circunstâncias e dos fracos elementos de que podia dispôr para a imediata expulsão do invasor, no dizer de frei Vicente “fez logo uma junta dos oficiais da câmara, capitães, prelados da religião e outras pessoas qualificadas sôbre si viria em pessoa socorrer a Bahia, o que por todos lhe foi contradito, assiu porque não bastaria o socorro que de lá podia trazer para recuperá-la, como pelo perigo em que deixava estoutra capitania, de cuja fortificação e defesa se devia também tratar, pois viam arder as barbas dos seus vizinhos”.¹³

Dando começo, porém, a uma série de providências que bem denotam a solidariedade em que se mantinham governantes e povoadores das várias capitanias, não tardou a remeter os primeiros socorros, pelo próprio emissário recebido, Antonio de Moraes, com soldados, armas e munições. Fortificada a vila de Olinda e guarnecidas as suas vizinhanças, no Recife pediu que permanecesse Francisco Coelho de Carvalho, primeiro governador do

(12) J. J. de Andrade e Silva — *Coleção Cronológica da Legislação Portuguesa*, Lisboa, 1855, III-124.

(13) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, pág. 534.

Estado do Maranhão, com três companhias de soldados que ali se encontravam de viagem a seu destino.¹³ A Bahia novos recursos enviou Matias, com Francisco Nunes Marinho, nomeado capitão-mor, a quem não duvidou conceder poderes extraordinários, que se estendiam às capitánias de Ilhéus, Pôrto Seguro e Sergipe.¹⁴ Chegando, porém, do Reino, o pernambucano e parente D. Francisco de Moura, nomeado capitão-mor do Recôncavo, com três caravelas, mais seis caravelões, com 80.000 cruzados de novos provimentos em oito dias lhes acrescentou o governador-geral, no posto confirmado por Filipe IV. Melhor ainda, por sua ordem juntaram-se-lhe elementos do valor do experimentado Manuel de Sousa d'Eça e do futuro Feliciano Coelho de Carvalho.¹⁵ A fim de favorecer o alistamento, nem mesmo vacilou, de acordo com os costumes do tempo, em conceder perdão a todos os criminosos que acudissem à guerra — o que plenamente depois confirmou El-Rei, diante das dúvidas suscitadas pela Relação.¹⁶ Chegado da Europa o magnífico socorro que consistiu na esplêndida Jornada dos Vassallos — por ventura a mais brilhante expedição militar que um dia passou à América — nem por isso cessou Matias a remessa de reforços valiosos à restauração da Bahia, nêles se encontrando seus parentes os irmãos Cavalcanti de Albuquerque, com 130 soldados.¹⁷

Vitoriosos, afinal, contra os holandeses invasores os congregados portugueses, espanhóis, brasileiros e napolitanos, a Matias coube ainda proporcionar-lhes o tiro de

(14) D. José de Mirales — *História Militar do Brasil*, nos *Anais da Biblioteca Nacional.*, vol. XXII, de 1900, pág. 135.

(15) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, pág. 545/546.

(16) Nota do Sr. Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, cit., II-247.

(17) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, pág. 567.

misericórdia, com a expedição que mandou à baía da Traição, onde haviam desembarcado e foram vencidos os tardios reforços aos flamengos trazidos por Balduino Henriques.

Até 1627 prosseguiu ele como titular do governo-geral, que tinha autorização para exercer mesmo de Pernambuco.

Cabe aqui, entretanto, um reparo reivindicador aos muitos autores que apesar dos documentos não consideram o futuro Conde de Alegrete governador-geral. A inadvertência de Varnhagen, seguido por historiadores menores e compiladores destituídos de espírito crítico e amor à pesquisa, não o enumerando como tal,¹⁸ não tem nenhuma razão de ser, à vista, por exemplo, do límpido texto do contemporâneo frei Vicente do Salvador, onde magnificamente e de corpo inteiro se retrata o nosso biografado:

“Foi Matias de Albuquerque, todo o tempo que serviu assim de capitão-mor de Pernambuco como de governador-geral do Brasil, que foram sete anos, sempre muito limpo de mãos, não aceitando cousa alguma a alguém, nem tirando ofícios para dar a seus criados. Nas ocasiões de guerra e do serviço de Sua Majestade foi mui diligente, não se poupando de dia nem de noite ao trabalho. Nunca quis andar em rede, como do Brasil se costuma, si não a cavalo ou em barco e, quando nestes entrava, não se assentava, mas em pé os ia ele próprio governando. Tinha grande memoria e conhecimento dos homens, ainda que só uma vez os visse, e ainda dos navios que uma vez vinham àquele porto, tornando outra daí a muito tempo, antes de chegar o mestre, dizia cujos eram, e vez houve que, vindo um com o mastro mudado, vendo-o de mui

(18) Visconde de Porto Seguro — *Op. cit.*, pág. 616.

longe com o óculo, disse: aquele é tal navio, que aqui veio ha um ano, mas traz já outro mastro. E assim o afirmou o mestre depois que chegou, sendo perguntado.”

Partindo enfim para a Europa, a 18 de junho de 1627, a tomar algum justo descanso de tantos trabalhos, assim comentou o inestimável franciscano a administração de Matias de Albuquerque, simultânea e pitorescamente pondo termo à sua *História do Brasil*:

“Teve boa fortuna em seu governo, por serem os tempos tão infortunos e calamitosos, e na viagem o livrou Deus de inumeráveis corsários, de que o mar estava povoado, levando-o sempre a salvamento, em cincoenta e dois dias a Caminha, onde achou o duque dela e marquês de Vila Real, D. Miguel de Menezes, seu parente, onde os deixaremos, e darei fim a esta história, porque sou de sessenta e três anos e é já tempo de tratar só da minha vida, e não das alheias”.

Vem de longe, aliás, a confusão quanto ao govêrno-geral efetivamente exercido por Matias de Albuquerque. D. Domingos do Loreto Couto, ainda no século XVIII a incentivou, ao considerar ocupantes do cargo, simultaneamente, o capitão-mor de Pernambuco e D. Francisco de Moura.²⁰ Southey, embora não omitindo a designação eventual das vias de sucessão, também entendeu que o mando principal competisse ao pernambucano soldado das Flândres e ex-governador do Cabo Verde.²¹ Joaquim Manuel de Macedo, consagrando-o no mais divulgado dos com-

(19) Frei Vicente do Salvador — *Op. cit.*, pág. 616.

(20) D. Domingos do Loreto Couto — *Op. cit.*, Livro II, pág. 141 e Livro V, pág. 62, nos *Anais da Biblioteca Nacional*, cits., vols. XXIV e XXV, de 1902 e 1903, respectivamente.

(21) Robert Southey — *História do Brasil*, trad. brasileira de Luís Joaquim de Oliveira e Castro, Rio, 1862, II-157, 178 e 183.

pêndios, ²² muito contribuiu para a repetição do erro. Em consequência de tudo, publicações recentes, e mesmo especializadas, como a do Sr. Conde de Campo Belo, omitem o glorioso vencedor de Montijo na lista dos governadores-gerais do Brasil. ²³ É tempo, porém de se dar ao luso-brasileiro típico o lugar que também neste setor lhe compete, embora em detrimento de seu primo, ocasionalmente brasileiro nato. Matias de Albuquerque Coelho foi, efetivamente, décimo-terceiro governador-geral do Brasil, e D. Francisco de Moura simples capitão-mor da gente de Guerra do Recôncavo da Bahia de Todos os Santos. ²⁴ a êle, como a D. Fradique de Toledo Osório eventualmente subordinado. ²⁵

4 — *Superintendente da Guerra, visitador e Fortificador das Capitâneas do Norte*

Menos de dois anos de descanso teve na Europa o ex-capitão-mor de Pernambuco e governador-geral do Es-

(22) Joaquim Manuel de Macedo — *Lições de História do Brasil*, edição atualizada até 1922, pág. 160.

(23) Conde de Campo Belo (D. Henrique) — *Governadores-Gerais e Vice-Reis do Brasil*, Lisboa, 1940, pág. 57.

(24) Assim o designa o "Registro do Alvará por que se manda pagar a Dom Francisco de Moura, Capitão-mór, o ordenado que tem com o dito cargo", onde se menciona a nomeação de 10 de setembro de 1624. (Nos *Documentos Históricos*, 1625-1631, vol. XV da série, XIII dos Documentos da Biblioteca Nacional, Rio, 1930, pág. 73).

(25) O próprio D. Francisco de Moura não se mostrou satisfeito com a posição subalterna em que estava, como se infere de sua carta ao Rei, datada de 10 de maio de 1625, incluída por Francisco Adolfo de Varnhagen em sua *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 a 1654*, Viena d'Austria, 1871, págs. 283/284.

tado do Brasil. Sabendo-se de novos e grandes preparativos de outra tentativa holandesa contra os domínios ultramarinos da monarquia luso-espanhola, houve por bem El-Rei D. Filipe IV nomeá-lo, a 24 de maio de 1629, Superintendente da Guerra da Capitania de Pernambuco, Visitador e Fortificador das Capitanias do Norte. Fazendo-o, pesados encargos confiava a quem pouco antes, no dizer de Varnhagen, "déra de si tão boa conta".²⁶ Mas, como afirmava a própria carta-patente, convinha enviar à referida capitania pessoa de tais partes e qualidades que se pudesse esperar que a defendesse,²⁷ como realmente aconteceu.

Fazendo preito e homenagem do novo posto nas mãos do Arcebispo de Lisboa, governador de Portugal, a 3 de agosto seguinte, recebido pequeno contingente de soldados partiu para o Brasil, a 4 de outubro do mesmo ano chegando ao porto de Jaraguá e a 18 a Olinda, onde prosseguiu e incentivou providências de defesa militar já iniciadas.

Neste ponto, mais uma vez temos de nos deter no exame das afirmações contraditórias dos historiadores, tendo em vista apurar a sem razão com que alguns dentre eles criticaram as primeiras atividades de Matias de Albuquerque em seu segundo e glorioso governo de Pernambuco, de que também vinha investido.

(26) Visconde de Porto Seguro — *História Geral do Brasil*, cit., II-275, e *História das Lutas com os Holandeses*, cit., pág. 31. Ainda na Europa, forneceu Matias úteis informações sobre o Brasil poderoso ministro Conde-Duque de Olivares e ao Conde de Castro, um dos governadores de Portugal, cf. carta sua ao segundo adiante transcrita, datada de 3 de abril de 1628, cujo original se guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional.

(27) Transcrita nos *Documentos Históricos*, cit., XV-355/357.

Frei Manuel Calado, panegirista de João Fernandes Vieira e sem a vantagem de ter sido testemunha de vista, embora advertindo que destas cousas iria “tratando por maior”, contou no *Valeroso Lucideno* que o governador-geral, Diogo Luiz de Oliveira, lhe enviou, em 1629, o sargento-mór do Estado, Pedro Correia da Gama, afim de que cuidasse das fortificações da capitania, aliás construídas ou melhoradas por Matias, anos antes. Omite, porém, o mesmo autor, quaisquer providências a respeito tomadas pelo Superintendente da Guerra, embora não esqueça de mencionar as festas que o mesmo promoveu, com “escaramuças, canas e encamisadas”, em regosijo pelo nascimento do herdeiro do trono hispano-português, o infante D. Carlos Baltasar.²⁸

Francisco de Brito Freire, na *Nova Lusitânia — História da Guerra Brasileira*, embora sem negar a diligência com que se havia o general, dubiamente anotou que com “infrutuoso sentimento” se referia ele “a muitas cousas sem remédio” aqui encontradas, como se quisesse “prevenir a desculpa ou aumentar a gloria do que lhe succedesse próspera ou desgraçadamente”.²⁹

Frei Rafael de Jesus, também louvaminheiro de João Fernandes Vieira, escrevendo já em 1679, foi o mais pífido no prodigalizar injustas alusões a Matias de Albuquerque. Chegando êste em Pernambuco, cinquenta anos antes, “apresentou suas ordens, por elas foi obedecido, porém não festejado” — diz ele. Depois de referir-se à construção de um reduto, junto ao forte de São Jorge, que não chegou a ser utilizado, maldosamente comentou e ampliou as festas pelo nascimento do príncipe, por conta

(28) Frei Manuel Calado — *O Valeroso Lucideno e Triunfo da Liberdade*, Lisboa, 1648, pág. 10.

(29) Francisco de Brito Freire — *Nova Lusitânia — História da Guerra Brasileira*, Lisboa, 1675, pág. 167.

própria e sem apoio em qualquer documento ou tradição respeitável salientando que “o povo, engolfado no entretenimento, perdeu a memória dos receios e toda a aplicação dos reparos”.³⁰

Navegando nas mesmas águas dessas infundadas acusações, agravou-as, no século seguinte, o verboso coronel Sebastião da Rocha Pitta, em sua *História da América Portuguesa*: “Pareceu fatalidade — diz êle — sendo Matias de Albuquerque tão belicoso, e tendo feito hábito do furor das armas que exerceu em Flandres e em outras regiões da Europa, com grandes provas de soldado, meter-se agora a ser lisongeiro”.³¹

Foi mais além, como de praxe, Robert Southey, afirmando que o general, “em lugar de trabalhar para pôr Olinda em estado de defesa, só tratou de festas e folgares e pompas e galas, nem em toda a cidade se cuidava em outra cousa”.³²

Não ficou atrás nas injustiças baseadas em simples repetições Fernandes Gama, nas *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*. Segundo ele, Albuquerque, “em lugar de cuidar nos preparativos para a defesa, ordenou festas públicas, convencido sem dúvida de que a adulação e lisouja são mais agradáveis na Côrte do que os serviços relevantes.”³³

Na esteira dos máus historiadores seguiram os compiladores. Vários compêndios de História do Brasil repetiram a aleivosia.

(30) Frei Rafael de Jesus — *Castrioto Lusitano*, Lisboa, 1679, pág. 21.

(31) Sebastião da Rocha Pitta — *História da América Portuguesa*, Lisboa, 1730, pág. 240.

(32) Robert Southey — *Op. cit.*, II-194.

(33) José Bernardo Fernandes Gama — *Memórias Históricas da Província de Pernambuco*, Recife, 1844, pág. 195.

Entretanto, nada mais injusto e menos real que a acusação esboçada por frei Calado, ampliada por frei Rafael e seguida por tantos. Provam sua inanidade depoimentos contemporâneos, como, por exemplo, a *Relação Verdadeira e Breve da Tomada da Vila de Olinda e lugar do Recife na Costa do Brasil pelos rebeldes de Holanda*²⁴ — na qual, embora sucintamente, são mencionadas as providências às vésperas do assalto tomadas por Matias de Albuquerque.

Mais minuciosos e decisivos esclarecimentos a respeito, são os contidos nas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*, escritas pelo próprio donatário de Pernambuco, Duarte de Albuquerque Coelho, no dizer de Capistrano “admirável historiador desta guerra”, nessa parte à vista de “Relações Diárias” que também compôs seu irmão e preposto no governo da capitania, o general responsável pela defesa da terra que lhe foi entregue. Aí se relatam, desde o início, como enfrentou, eliminou ou contornou as dificuldades sobrevindas o futuro vencedor de Montijo.

Ainda na Europa, diante do exíguo socorro constante de uma caravela, 27 soldados e alguma munição, que lhe deram para defender Pernambuco e as capitanias vizinhas — “de nada adiantou que apresentasse com evidentes razões e mesmo protestos, o que se poderia esperar de tal parcimônia. Porém nele pôde mais a obediência que

(34) Precioso folheto tirado “de uma carta que escreveu um Religioso de muita autoridade, e que foi testemunha de vista de quase todo o sucedido: e assim o afirma e jura”, impresso em Lisboa, no “fatal ano de 1630”, por Matias Rodrigues, Dêle possui um exemplar a Biblioteca Nacional, cujo texto em boa parte transcrevemos na revista *Cultura Política* do Rio de Janeiro, n.º 19, de setembro de 1942, págs. 237/239, sob o título “Uma relação pouco conhecida da tomada de Olinda pelos holandeses em 1630”.

o conhecimento de que se perderia, se o inimigo o buscase”.

Chegando ao Brasil, “logo tratou de ver o estado em que estavam as principais defesas daquela Praça (isto é, do Recife), que ele havia construído quando fôra governador e capitão-general do Brasil. Muito lhe doeu achar tudo desmantelado, especialmente a fortificação do rio Tapado, e que lhe faltasse a artilharia que ali deixára, para defesa do desembarque naquele Porto e nas praias da parte do Pau Amarelo.

“Tambem encontrou arruinadas a Bateria fronteira à Barra e as outras dos dois lados do forte de Terra de São Jorge. Não só achou dessa maneira essas fortificações, que havia deixado aparelhadas, mas ainda a gente pouco numerosa, poucas as armas e o exercício delas quase nenhum. Tudo isto lhe deu natural cuidado, ponderando quanto seria difícil pô-lo em conveniente defesa, com a brevidade que desejava e era necessária; porque Pernambuco tinha 60 léguas de costa e nelas muitos pontos em que o inimigo podia desembarcar; e com 26 portos maiores, por onde podiam entrar seus baixéis medianos, sem nenhuma defesa; e a Vila de Olinda, cabeça daquela Praça, estava à beira-mar, sem fortificações; e que o porto principal do Recife tinha somente 6 peças de ferro à entrada, numa bateria inacabada; que não existiam muralhas, nem trincheiras”.

Dispondo, aí, apenas de dois pequenos fortes, os de São Jorge, ou de Terra, e de São Francisco da Barra, do Mar ou do Picão, somavam as forças da capitania cerca de 800 homens, inclusive 650 milicianos, na quase totalidade mal armados, bisonhos e desmuniçados.

“Eram estas — prossegue o donatário — as impossibilidades em que se achava o general Matias de Albuquerque. Nem era a menor o pouco tempo que julgava

ter para prevenir tudo; mas no que lhe permitiu, não se descuidou de cousa alguma.

“Deu início a um forte no rio Tapado; e também a outro em frente da barra principal do Recife; pôs duas baterias ao lado do forte de Terra de São Jorge; e depois de entrincheirar o Recife, começou outro forte à sua entrada, como principal cabeça de toda aquela defesa”.

Pôs uma 'bateria na Barreta. Organizou todo um sistema de sinais, por meio de fogueiras, para vigia do litoral. Recenseou os capitães de milícias, pôs de guarda os de Olinda, ajuntou armas, dispôs quanto ao aproveitamento dos indígenas aldeados pelos padres da Companhia de Jesus. Mandou buscar mantimentos, construindo armazens para guardá-los. De longe mandou vir madeira para as fortificações e para os reparos da artilharia.

Dando começo às operações militares, ainda antes da chegada dos holandeses a Pernambuco, com inteiro êxito mandou uma pequena expedição à ilha de Fernando de Noronha, para prender os flamengos que lá se encontravam.³⁵

À vista de todos esses factos inegáveis, alguns exponentes advogados de sua atitude também obteve Matias, a começar pelo maior de nossos historiadores, Francisco Adolfo de Varnhagen. “Vários contemporâneos — disse ele na *História Geral do Brasil* — são concordes em assegurar que Albuquerque fez por então quanto estava ao seu alcance”.³⁶ Mais tarde, na *História das Lutas com os Holandeses no Brasil*, positivamente acrescentou o Viscon-

(35) Toda essa parte sobre os preparativos de Matias de Albuquerque, cf. Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco — *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empezando desde el de M. DC. XXX*, Madrid, 1654, págs. 5/8

(36) Visconde de Porto Seguro — *Op. cit.*, II-275.

de. de Porto Seguro: "Já passou felizmente o tempo de serem os escritores obrigados a inventarem faltas aos agentes dos governos para desculpar os erros destes. Quando apareceram os desastres, não deixou de haver quem por eles increpasse unicamente a Matias de Albuquerque, e ainda em nossos dias vários escritores o tem censurado de haver perdido tempo festejando, com disparos de artilharia, a notícia do nascimento de um infante; como se, ainda quando assim fôsse, não pudesse, dêsse mesmo aparato bélico, resultar um pretexto para o alardo de toda a milícia. A verdade, em todo o caso, é que o novo governador, nos cinco meses menos quatro dias que esteve no seu posto, antes de se apresentar a esquadra inimiga, fez quanto podia".³⁷

Entre um e outro livro do Pai de nossa História também Joaquim Manuel de Macedo minuciosamente defenderia Matias de Albuquerque de tão injustas increpações, aventando mesmo a hipótese de terem sido as exploradas festas pretexto para retenção no litoral de milicianos capazes de acudir ao primeiro rebate.³⁸

Com Macedo e Varnhagen concordou o cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, nas anotações a Southey como em sua coletânea de *Estudos Históricos*.³⁹

Pondo definitivo termo à questão, coube a Capistrano de Abreu resumir e julgar em seis palavras a ação de Matias de Albuquerque nos quatro meses que antecederam à invasão. Chegando ao Recife — disse o Mestre

(37) Visconde de Porto Seguro — *Op. cit.*, págs. 32/33.

(38) Joaquim Manuel de Macedo — "Dúvidas sobre alguns pontos de História Pátria", na *Revista Trimensal do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico do Brasil*, tomo 25, de 1862, págs. 6/14.

(39) Cônego Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro — Nota a Robert Southey — *Op. cit.*, II-194; e *Estudos Históricos*, Rio, 1876, pág. 326.

inigualável de nossa História — “entregou-se com todo o devotamento à obra desesperada”.⁴⁰

Obra realmente desesperada foi essa, que começou ao repelir a tentativa de desembarque no Recife, aos 15 de fevereiro de 1630 (o que constitue prova bastante da eficiência dos preparativos de defesa), prosseguiu ao impedi-lo no rio Tapado, continuou ao se sacrificarem alguns bravos — como o heróico André Pereira Temudo — nas ruas de Olinda, duramente se manteve por toda uma quinzena, na obstinada defesa dos fortes do Recife, em que tanto se distinguiu Antônio de Lima.

Matias de Albuquerque, de acordo com o autor da *Relação Verdadeira e Breve da Tomada da Vila de Olinda e lugar do Recife*, teve, então, a atitude denodada que dele seria lícito esperar. Eis como o referido “Religioso de muita autoridade” descreve o episódio capital da entrada dos holandeses em Olinda:

“Mas não foi bastante o serem tantos milhares, e o virem vitoriosos, e os nossos já pouquíssimos e retirados, para os não rebaterem por três veses, que cometeram a trincheira que estava pegada ao reduto do presidio junto ao Convento de São Francisco, a qual os nossos defenderam por espaço de duas horas com grande valor, à sombra do seu general Matias de Albuquerque, que a todos os assaltos se achou presente, e correndo de uma e outra parte, como destro e valoroso Capitão. Achando o inimigo naquela paragem tamanha resistência, desesperado de poder ganhar a trincheira, e escandalizado também de uma peça que dela se disparou e fez voar alguns pelos ares, e de outros muitos que lhe haviam mortos, desferrou

(40) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial*, Rio, 1934, 3.^a ed., pág. 88.

daquele posto, e guiado por quem sabia a terra, ⁴¹ foi marchando por entre as cercas dos Padres de São Francisco e da Companhia de Jesus, para por ali entrarem na Vila. O Capitão Salvador de Azevedo, com uns poucos de soldados com que se achou lhe quiz impedir a passagem, mas como os inimigos eram muitos, e a Vila aberta e estendida, montou pouco o valor e deliberação de tão poucos; começaram a entrar sem resistência de consideração. O que sabendo o capitão André Pereira Temudo, com raiva digna de muita inveja, arremeteu às barbas, e as arrancou, e aborrecido da vida se foi acompanhado de só doze homens, e saindo na rua da Misericórdia ao encontro dos inimigos pelejou com eles à espada valerosissimamente, até cair morto, passado de muitas balas, com alguns de seus companheiros, que todos o fizeram como valerosos e verdadeiros Portugueses. Assim se foram senhoreando da Vila; quizera-os ir investir o nosso capitão-general, mas reprovaram-lhe a determinação esses poucos que com ela ainda estavam, havendo-o por sabida temeridade e assim obrigado dos requerimentos que todos lhe fizeram, se retirou para o Recife por entre núvens de pelouros, que de mar e terra choviam sobre os nossos". ⁴²

Na dura contingência em que se encontrava, não duvidou Matias de Albuquerque punir severamente os que quizessem faltar a seus deveres, abandonando a luta sob pretexto de que "o inimigo era tão superior que não

(41) Refere-se o autor à traição do judeu Antônio Dias Papa-robálos, o guia dos invasores, verdadeiro precursor da "quinta coluna", pois "estivera anos antes comerciando em Pernambuco e passára à Holanda", de onde voltou com a expedição conquistadora de 1630, cf. o Visconde de Porto Seguro — *Op. cit.*, II-278.

(42) *Relação* cit., cujo folheto está incluído em códice da coleção Castelo Melhor da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, em parte transcrito na revista *Cultura Política*, cf. nota 34, supra.

tinham remédio” senão “fugir para o mato”. “Mandei-os alancear e o fiz a muitos pessoalmente” — disse ele em carta ao Rei.⁴²

De toda essa luta desigual, em que poucas centenas de homens fizeram frente a alguns milhares, foi Matias de Albuquerque a alma incontestável, o chefe onipresente que a tudo provia, que sem desanimar procurava remediar o irremediável. E’ então que ele se eleva como um herói, o grande herói da resistência a todo custo, da resistência sem outra esperança que a possibilidade de ter reconhecido o mérito do cumprimento do dever. E’ então que ele vai dar fundamento à grande verdade que pela primeira vez revelou Capistrano de Abreu, em cinco linhas que dizem todo o essencial sobre sua ação no Brasil e sobre o malogro final do invasor, que ela proporcionou:

“Durante este tempo Matias de Albuquerque trazia sempre inquieto o inimigo. Entregue aos próprios recursos não lograria desalojá-lo, mas tirava-lhe o sossego, diminuia-lhe a confiança, reduzia-lhe o número, impedia-lhe as comunicações com a gente da terra e nesta substitua o sossobro do primeiro momento pelo desejo de lutar e desprezo de morrer; a dominação holandesa era um fato; não era, nunca seria um fato consumado”.⁴⁴

5 — O General do Arraial do Bom Jesus

A fundação do Arraial do Bom Jesus foi a chave da situação que Matias de Albuquerque duramente soube

(43) Carta de Matias de Albuquerque a Felipe IV, de 18 de fevereiro de 1630, sobre a perda de Pernambuco, transcrita em anexo à secção XXIII da *História Geral do Brasil*, do Visconde de Porto Seguro, II-338.

(44) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, págs. 89/90.

criar e por cinco anos longamente conseguiu manter. Impotente para expulsar o invasor, localizou-o no litoral, por muito tempo impediu-o de tirar qualquer proveito da terra aparentemente conquistada. O sistema de guerrilhas, que logo com inteiro êxito passou a empregar, cada vez maiores gastos humanos exigia do inimigo. A intransigência com que o combateu, a despeito de todas as dificuldades, muito contribuiu para que se generalizasse a certeza da incompatibilidade de quaisquer relações estáveis entre os habitantes do país e os heterogêneos elementos que a cupidez da Companhia das Índias Ocidentais atirou à malograda aventura transatlântica da sempre inexistente Nova Holanda. Mais do que o general da resistência ao invasor, foi Matias de Albuquerque o zeloso guardião da tradição luso-brasileira, que um hiato gerado pela força jamais conseguiria quebrar.

Sem querer prolongar demasiadamente o exame da verdadeira epopéia que é a história dos cinco anos que durou o Arraial do Bom Jesus, rapidamente passaremos por seu aspecto propriamente militar, que constitui página sem exemplo na história das regiões longamente invadidas.

Realmente, bastaria a existência de tão singular fortaleza, colocada nas proximidades das povoações ocupadas pelo inimigo vindo de além-mar, para singularizar a guerra que por todo um lustro Matias de Albuquerque conseguiu sustentar. Seja dito desde logo, para explicar o seu abandono final, que para resolver o impasse surgido com sua criação, somente a extraordinária superioridade numérica do invasor pôde trazer solução, ao mesmo tempo que careciam de reforços e, gradativamente, de quaisquer recursos bélicos e de aprovisionamento, os que até o fim defenderam a excepcional posição estratégica.

Dito isto, vejamos como sucessivamente se processou a efêmera conquista holandesa do Nordeste, vitória

que mais honra aos vencidos de 1635 que aos mercenários da Companhia das Índias Ocidentais.

Fundado o Arraial do Bom Jesus, já a 14 de março de 1630 sofria ele o primeiro e inútil ataque dos holandeses. Nos meses seguintes, aos comandados de Matias de Albuquerque competiria atacar as fortificações do Recife, novas e antigas: os fortes Ernesto e das Cinco Pontas, na ilha de Antônio Vaz; os do Brum e do Buraco, no istmo que liga Olinda ao Recife; o das Três Pontas na junção dos rios Capibaribe e Beberibe.

A esse tempo, já havia o general recebido os primeiros reforços das capitâneas vizinhas — gente da Paraíba trazida por seu primo Matias de Albuquerque Maranhão, índios do Ceará acompanhados por Martim Soares Moreno, o legendário “guerreiro branco” de *Iracema*. Quanto aos auxílios vindos de Portugal, não foram eles tão escassos ou tardios quanto dão a entender certos historiadores. Documentos que há pouco tempo pela primeira vez divulgamos, que se guardam na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, mostram que nesse setor do socorro ao Brasil invadido, também em 1631-1632 a antiga metrópole fez o que pôde, dentro de suas possibilidades e das contingências do momento, atendendo ainda à enorme extensão do território a defender.⁴⁵ Nem de outra forma se compreenderia, aliás, o prolongamento da resistência por tanto tempo, se gente, armas e munições não fôsem muitas vezes encaminhadas ao bravo defensor do Nordeste.

Em maio de 1631, procurando romper o círculo de emboscadas em que constantemente caíam e que lhes impedia o acesso ao interior — fizeram os flamengos uma

(45) Cf. o artigo “Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630-1631”, incluído neste volume.

incursão à capitania de Itamaracá, de cuja capital, a vila da Conceição, foram repelidos pelo valente capitão Salvador Pinheiro, embora na ilha conseguissem lançar os fundamentos do forte de Orange. Ainda sem obter qualquer resultado, lançaram suas vistas para as capitanias reais da Paraíba e Rio Grande. Em Pernambuco, assediados constantemente pelos do Arraial, foram obrigados a abandonar Olinda, prèviamente incendiada.

A Bento Maciel Parente, outro grande colonizador passaram a ser atacados pelos holandeses, como Igarauçu, em São Vicente como no Maranhão e Pará, e que tinha vindo do Reino num daqueles primeiros socorros enviados a Pernambuco — coube defender a posição excepcionalmente valiosa do Cabo de Santo Agostinho, por onde eram recebidos tais reforços vindos por mar. Construído, aí, o forte de Nazaré, guarneceu-o o terço napolitano de João Vicente São Félix, Conde de Bagnolo, pouco antes chegado, como o donatário Duarte de Albuquerque Coelho, na armada de D. Antônio de Oquendo.

Com a traição do Calabar, em 1632, outros pontos passaram a ser atacados pelos holandeses, como Igarauçu. No ano seguinte, ocorre o episodio da heróica defesa do forte do Rio Formoso, onde os vinte homens comandados por Pedro de Albuquerque não se rendem aos holandeses, infinitamente superiores em números, porque caem todos, mortos ou feridos no cumprimento do dever. O mesmo recurso do emprego de uma massa de soldados muito maior que a que lhe poderia opor, foi empregado numa incursão a Alagoas, na tomada de Itamaracá e na expedição de conquista do Rio Grande, ainda em 1633. Aí, oito companhias, em duro assédio, foram necessárias à rendição do forte dos Reis Magos, ferido o bravo comandante Pedro Mendes de Gouveia.

Apesar das diversões, impondo a remessa de socorros, o Arraial do Bom Jesus, sob o comando direto de Matias de Albuquerque, a tudo resistia. Para flartqueá-lo, levantaram os holandeses um forte em Afogados. Inutilmente, mais uma vez atacaram o épico reduto, na quinta-feira santa em que foi ferido o fundador do Ceará. Contrapondo-se aos holandeses com os elementos negros que desde o início o auxiliavam, organizou Matias de Albuquerque o primeiro corpo dos soldados "henriques", assim denominado em homenagem a seu glorioso chefe, Henrique Dias. Dos índios amigos, já se destacára Potí, o legendário Antônio Felipe Camargo, que o rei faria fidalgo, o mesmo concedendo àquele prêto glorioso, comendador de Cristo e mestre de campo.⁴⁶

Em 1634, tocou a vez à Paraíba, duramente atacada em fevereiro, afinal tomada em dezembro, apesar dos esforços de Matias de Albuquerque Maranhão. No Cabo de Santo Agostinho, atendendo à importância da posição, único porto de que se serviam os defensores da terra, fundaram os holandeses dois fortes, com os nomes dos diretores Duss e Gijsselingh, com o objetivo de se oporem ao de Nazaré.

O ano de 1635 foi decisivo para os holandeses em Pernambuco. Esgotada a capacidade de improvisação de recursos, em que foi fértil o heróico general Matias de Albuquerque, não era mais possível a manutenção de seus postos de sacrifício. Distribuindo seus últimos elementos, a André Marin confiou o comando do Arraial, a Pedro Correia da Gama e Luiz Barbalho o forte de Nazaré, a Bagnolo Pôrto Calvo, êle mesmo estabelecendo na Vila Formosa de Serinhaem nova base de diminutas compa-

(46) Cf. Frazão de Vasconcelos — *Henrique Dias — Herói da Restauração de Pernambuco*, Lisboa, 1940, pág. 11.

nhias de emboscada e de escasso reaprovisionamento dos demais.

Não dispondo de gente suficiente para a defesa de Pôrto Calvo, cedo retirou-se o Conde de Bagnalo para Alagoas. No Arraial, como escreveu Duarte de Albuquerque, “afinal faltou tudo o que rende, qual seja o sustento, não já de rocins, que isto seria regalo, mas couros, cães, gatos e ratos. E quando disto houvesse o necessário, já não havia pólvora, nem outra munição. Não é de admirar, pois, que se perdesse; não, certamente. Admirável é que em tal estado o sustentasse o governador André Marin, com seus capitães, três meses e três dias”.⁴⁷

Pelos mesmos motivos rendeu-se o forte de Nazaré, em julho. “Já não tinham nenhum mantimento. Ao sair nossa gente, alguns soldados caíram mortos, pois parece que os sustentava vivos o não moverem-se”.⁴⁸

A Matias de Albuquerque, privado de qualquer ligação por mar, com a perda de tantos auxiliares insubstituíveis, não restava outro recurso senão a retirada, antes que lhe impuzessem a rendição. A 3 de julho abalou de Serinhaem “este êxodo dos que não desesperavam”.⁴⁹

Não descreveremos essa marcha dos que abandonavam suas terras e povoações em mãos do herege e do malfeitor. Passagem tão explorada pelos historiadores impressionados com as grandes tragédias, nela não queremos ver o malogro a derrota final de um pugilo de bravos que em defesa da Pátria tudo haviam feito, indo além do que humanamente lhes seria lícito exigir. A retirada de Matias de Albuquerque constitue antes legítimo título de glória para nossos maiores, por não ter ocorrido simples-

(47) Duarte de Albuquerque Coelho — *Op. cit.*, pág. 191 verso.

(48) Duarte de Albuquerque Coelho — *Op. cit.*, pág. 195.

(49) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, pág. 94.

mente à vista de um inimigo sempre superior em número e recursos, senão depois de esgotados contra ele os nossos, até comprovada exaustão. Cinco anos durára a luta, cinco anos sem tréguas e sem grandes esperanças. Nunca o desânimo salteára o general ou seus soldados. Perdidas, uma a uma, e sempre por motivo justos, as posições cuja defesa lhes fôra confiada, uma última vitória assinalou a retirada para Alagoas, em Porto Calvo. Aí teve ocasião de fazer justiça ao traidor Calabar, sem que lhe caibam, por isso, quaisquer reparos, uma vez que nenhuma concessão a seu respeito fôra estabelecida na rendição dos holandeses de Picard, a não ser a de que ficaria à mercê da alçada de El-Rei.

Ao transmitir a seu sucessor o comando que tanto honrou, esclareceu-o Matias sobre as condições em que deveria retomar a campanha, dispondo-se então, de acordo com as ordens recebidas, a seguir para o Reino, onde se esperavam os maiores dissabores e a própria prisão, responsabilizado como foi, por culpas que não teve.

Sua despedida do exército e do Brasil, bem como uma apreciação de como dirigira aquela luta sem exemplo, expressou-as o próprio irmão, sem que por isto se lhe atribua qualquer suspeição, tanta é a justeza de seus conceitos:

“Desejando Matias de Albuquerque ir naquela armada (a que trouxéra D. Luiz de Rojas a Alagoas) para evitar as fadigas de uma viagem por terra de mais de cem léguas até a Bahia não o pôde fazer pela precipitação com que saíram. Com isto teve de partir a 16 de dezembro (de 1635); e a julgar pelas demonstrações de sentimentos que em todos neste dia se viram, podia ele com razão dar por bem empregados tantos trabalhos e privações que nesta guerra suportou pelo decurso de seis anos. Neles procedeu pelo modo referido nestas *Memorias* e, conforme se

vê de vários documentos que decerto merecem mais fé que os êmulos e inimigos que teve, os quais nisto foram mais capitais do serviço d'El-Rei (como depois se viu) que os próprios holandeses; porque negando aqueles a verdade, estes a confessavam, dizendo constantemente que enquanto ele lhes fez a guerra com esses poucos meios que possuía, lhes fizera perder mais de dezeseis mil homens, sendo sempre pessoalmente dos primeiros nas ocasiões em que o Conde de Bagnolo e outros lhe faziam protestos sobre o risco a que expunha tudo, expondo-se tanto, julgando que, se viesse a faltar, não achariam facilmente quem o suprisse.

“Não são menores provas disto os sucessos que depois teve, em tão maior extensão; e o que fez que o inimigo despendesse antes de chegar de apossar-se do campo. São tantos que por muitos os omito, certo de que não deixarão de publicá-los os que os assistiram. Quanto à limpeza de mãos, os seus próprios inimigos poderia apresentar por testemunhas. Nunca recebeu soldo; ficando-se a dever-lhe mais de 36.000 ducados. Dos seus bens gastou muito, sendo preciso ficar empenhado. Bem diferentes exemplos vemos disto em outros.

“Não é menos qualificada a prudência com que governou durante aqueles seis anos, tão longe da Espanha, em terra tão licenciosa e sempre com tanta minguia do com que contam os soldados e governando gente tão belicosa como castelhanos, portugueses, italianos, mamalucos, índios e negros, não tendo nunca entre eles o menor descontentamento, mantendo-os todos em grande união. Chegando isto ao conhecimento de um notável ministro e secretário de Estado, de grande experiência na guerra, louvou-o como cousa rara. Se houver quem me culpe dessa digressão, sei que se tivesse visto o que eu vi, decerto que me culparia de abreviado, mas, se tivesse culpa,

tambem creio que a verdade e a minha modéstia bastariam a desculpar-me".⁵⁰

6 — Governador das Armas do Alentejo

Passando à Europa, não ficaram encerrados os trabalhos e as penas de Matias de Albuquerque. Responsabilizado pela perda de Pernambuco, que mais do que qualquer outro soubéra defender, merecendo do Conselho de Estado e de Felipe IV plena aprovação o seu procedimento,⁵¹ foi o general processado,⁵² com a minúcia com que o destino costuma sujeitar os grandes homens, como que a experimentar sua fortaleza d'alma, de modo a ver se eles realmente fazem jus a tão alta classificação, torturando-os em vida para engrandecê-los ainda mais, junto à posteridade.⁵³

Não teve sentença final, entretanto, esse processo que a injustiça dos homens levantou e a que a ingratitude

(50) Duarte de Albuquerque Coelho — *Op. cit.*, págs. 209 v./210 v. — No trecho cit., como nos anteriores, afastamo-nos da tradução, ou antes da "dedução" das *Memórias Diárias da Guerra do Brasil* em 1855 publicada no Rio de Janeiro por Inácio Acioli da Cerqueira e Silva e Alexandre José de Melo Morais, tão justamente criticada por Varnhagen no Prefácio à *História das Lutas com os Holandeses no Brasil desde 1624 até 1664*, págs. XI/XII.

(51) Cf. a consulta de 22 de abril de 1630 e a Carta-Régia de 26 de janeiro de 1631, transcritas na *História das Lutas*, cit., págs. 37/38, 95/96.

(52) Visconde de Porto Seguro — *História Geral do Brasil*, cit., II-327-328, inclusive a nota do Sr. Rodolfo Garcia; e *História das Lutas*, cit., págs. 95.

(53) Helio Vianna — "Matias de Albuquerque", crônica biográfica irradiada na "Hora do Brasil", programa radiofônico do Departamento Nacional de Propaganda, a 29 de agosto de 1935, no tricentenário da chegada de Matias de Albuquerque às Alagoas do Norte.

do rei espanhol pôs o selo. Sobrevindo a restauração da monarquia portuguesa, em 1640, Matias de Albuquerque foi posto em liberdade, colocando sua espada experiente a serviço de D. João IV, embora permanecesse do lado de Espanha, provavelmente por injunções de família, devido ao casamento com a filha de um antigo governador de Portugal, o irmão donatário, Marquês de Basto, inutilmente intitulado Conde e Senhor de Pernambuco.

Designado para instruir e disciplinar as guarnições do Alentejo, passou depois a governador das armas da província mais sujeita aos ataques espanhóis, melhorando e aumentando as fortificações de Elvas, Olivença e Campo Maior, ativamente participando das primeiras hostilidades da Guerra da Restauração.⁵⁴

Membro do Conselho de Guerra criado pelo novo rei,⁵⁵ maiores teriam sido os seus serviços, se os não interrompesse mais uma prisão injusta, pela suspeita de participar na conspiração em que se envolveram e foram justificados os seus parentes Marquês de Vila Real e Duque de Caminha.

Provada sua inocência em inquérito dos mais severos, com inteira razão pôde dizer a El-Rei, quando se lhe apresentou — “Tem Vossa Majestade a seus pés o mais leal vassalo que pode desejar”.⁵⁶

Novamente governador das armas do Alentejo, em 1643, não tardou que um novo impulso imprimisse à cam-

(54) Angelo Ribeiro — “Guerra da Restauração: os primeiros anos”, na *História de Portugal*, dirigida pelo prof. Damião Peres, Barcelos, 1934, VI-41/43.

(55) Cel. Alfredo Pereira Tavares — *Sumário Histórico sobre a Defesa de Portugal*, Lisboa, 1906, apud Angelo Pereira — “O Exército da Restauração”, na revista *Ocidente*, Lisboa, n.º 21, de janeiro de 1940.

(56) D. Luiz de Meneses, Conde da Ericeira — *História de Portugal Restaurado*, Lisboa, 1679, Liv. 5.º pág. 278.

panha fronteira, tomando ao inimigo, em terras de Espanha, Alconchel, Figuera de Vargas e Vila Nova de Fresnos.⁵⁷

O ano de 1644, assinalaria, porém, o ponto mais alto da gloria militar de Matias de Albuquerque. “Aproximamo-nos de Montijo — diz o Sr. Angelo Ribeiro — a famosa batalha que, tendo-se iniciado por uma quase derrota dos soldados portugueses e um completo desbarato da nossa cavalaria, terminou, mercê duma rápida decisão do general em chefe, por um triunfo das armas de Portugal”.

“O governo de Madrid mandára um novo general para a fronteira do Alentejo, o Marquês de Torrecusa. O general português preparou-se para nova marcha invasora, pondo em pé de guerra um exército de pouco mais de sete mil homens. Informado das forças de que dispunham os portugueses, o Marquês de Torrecusa deliberou oferecer combate a Albuquerque. Reuniu as guarnições de várias praças sob o seu comando, conseguindo formar um exército de 8.500 homens, cuja chefia entregou ao Barão de Mollingen”.

Iniciou este “a marcha para o norte, atravessando o rio (Guadiana,) à vista do exército português, que saíra de Montijo e marchava na campina raza. Era no dia 26 de maio, pelas nove horas da manhã”.⁵⁸

Até aí falou o historiador, dos mais recentes dentre os que se ocuparam do glorioso feito das armas portuguesas. Tenha agora a palavra o próprio autor da história, o general Matias de Albuquerque, governador das armas do Alentejo, pela primeira vez comandante em chefe

(57) Rocha Martins — *Op. cit.*, fascículo 8.º e 9.º, págs. 320/321.

(58) Angelo Ribeiro — *Op. cit.*, pág. 57.

numa batalha campal, a primeira que travaria Portugal restaurado.

Escrevendo a El-Rei, no dia seguinte, com singeleza expôs o cabo de guerra a situação, honra e prudência salutarmente se casando no início do relato:

“Partimos ontem, quinta-feira, dia de Corpo de Deus, às sete horas da manhã, de Montijo, caminho direto para esta vila de Campo Maior, e havendo saído um quarto de légua se nos foi atravessando o inimigo com 34 tropas de cavalaria e com 4 grandes esquadrões de infantaria, e posto que podíamos divertir caminho, e que sòmente devíamos à nossa reputação seguir à sua vista a mesma rota, e que esta se nos impedia, procurei dispor as vantagens da guerra, para que vendo-as o inimigo, se tivesse tenção de dar batalha a escusasse, porque é ato que devemos obviar quanto pudermos”.

“Assim — prossegue o general-dispuz segurar a retaguarda e os dois lados com três ordens de carretas, como o fiz, e dobrei os esquadrões, com primeira e segunda reserva, ordenei três baterias de duas peças cada uma, e dispuz que a nossa cavalaria se formasse em 12 batalhões: seis no corno direito e seis no esquerdo, com as frentes para o inimigo, de três, a primeira reserva de dois e a segunda de um, e lhe dei mais 400 mosquetes para cada um dos lados.

“Assim disposto tudo, repartidos os postos e munições, começou o inimigo a marchar em batalha para nós, e como a nossa vantagem era tão grande, parecia mais temeridade que razão o empenhar-se o inimigo a pôr em contingência perder-se de todo e vendo que sua resolução era de chegar conosco, animei a nossa gente e expuz-me à batalha”.

— “Animei a nossa gente e expuz-me à batalha”.
— Cabe aqui um parêntese, para que se recorde ter sido

a oportuna evocação de Ourique e Aljubarrota a lembrança pelo general feita a seus soldados. Como então, nas grandes batalhas contra o mouro e o castelhano, era a liberdade de Portugal que ali estava novamente em jogo. Na campina de Montijo, Matias de Albuquerque sustentava o mesmo pendão que seu antepassado Afonso Henriques tornára imortal.

“Parte do exército ficou a descoberto e no seu aprumo o ilustre militar verificou a artilharia” — descreve o Sr. Rocha Martins. “Depois colocou-se junto da bandeira; o general dirigiu-se gravemente aos que iam batalhar.

“Evocava o Deus de Ourique, a tragédia nacional, os sessenta anos de cativo, e acrescentára, em marcial retumbância, apontando a mancha negra do exército espanhol:

— “Esta é a mesma nação que os nossos antepassados sempre venceram, e estes são os mesmos castelhanos de que, nos anos próximos, em todas as fronteiras, temos triunfado”.

“Mostrava-os formando uma única linha, em semi-círculo, e prosseguiu:

— “Peço-vos que resistais ao primeiro impulso e seguro-vos que tendes vencida a batalha, porque não ficarão ao inimigo reservas donde se torne a formar a confusão deste primeiro impulso”.

“O chefe de guerra, de frases bravas como o claugor dos sons marciais, acrescentou:

— “Devo lembrar-vos que, com igual exército ao que temos no campo do Alentejo, venceu o glorioso Rei D. João I, no campo de Aljubarrota, a El-Rei D. João I de Castela, que trazia trinta mil homens”.

“E não esquecendo o mais importante dos pormenores, a ausência do general em chefe, apontou a falta:

— “Reparai, últimamente, que o Marquês de Torrecusa fica em Badajoz, não tendo causa que o impossibilite para se achar na batalha mais do que o temor de perder”.

“E eram sublimes tais dizeres na manhã de maio, em terras de Espanha.

“Cheirava a esteva e a húmus; subia, mais diluido, o aroma das plantas calcadas pelos cavalos e pelos homens. Voavam pássaros para as ramarias dos bosques. Ia cheirar a pólvora; voariam balas.

“O general concluia:

— “A pelejar, valorosos portugueses, que o inimigo vem chegado; a pelejar, que é o mesmo que mandar-vos vencer!”⁵⁹

Apesar de tudo assim bem disposto, não começou a batalha com vantagem para os Portugueses. Matias de Albuquerque, na carta citada, não nega a quase derrota, o rompimento das linhas, provocado pela fuga da cavalaria holandesa, já então aliada, o pânico consequente, a certeza da vitória espanhola. Mas, habituado à escola duríssima do Arraial do Bom Jesus, não desanima.

“Havendo-me já morto um cavalo, e levando-me um segundo, debaixo de suas tropas, dando-me o capitão Henrique de La Morlaye⁶⁰ o seu, subi nele e fui acudindo a tudo prontamente, a tempo que já andávamos todos misturados, e que escapei dos perigos, como será notorio, com as espadas na mão uns e outros. E como a sua cavalaria tinha os esquadrões rotos, e nós não tínhamos um

(59) Rocha Martins — *Op. cit.*, fascículo 9.º, pág. 322.

(60) “Entre os oficiais franceses que serviram no exército da Restauração, inclue-se Henry de Morlaye, que em 1644, às ordens de Matias de Albuquerque, sacrificou a vida para salvar a do seu general”. (Angelo Pereira — *Op. cit.*, pág. 251-.

cavalo que nós ajudasse, chegou o inimigo a romper-nos e a ganhar-nos a artilharia”.

E' então que Matias de Albuquerque, pessoalmente, toma a resolução que muda a situação, que transforma a derrota em vitória, que o consagraria um grande general dos tempos modernos, se já amplamente o não tivesse demonstrado, nas campanhas do Brasil:

“Vendo eu o último aperto, e que o inimigo ganhava a batalha, resolvi com o general da artilharia (que era D. João da Costa, depois Conde de Soure) e com os mestres de campo Luís da Silva Teles, João de Saldanha, Francisco de Melo e Martim Ferreira, não havendo entre todos, já então, cem soldados, nem descompostos e unidos, a que avançássemos a chocar com o inimigo. Assim o fizemos, com tal resolução e sucesso, com as espadas nuas na mão, que não sei que até agora se haja visto, por circunstâncias, outro algum semelhante, porque nos fomos para o inimigo e o lançamos fóra, e lhe tornamos a ganhar toda a artilharia e bagagens, e lhe fomos matando muita gente, e o fizemos virar as costas e fugir, indo em seus alcances mais de uma légua, até o fazermos lançar a Guadiana e passá-la sua infantaria sem forma, e nós tão poucos que apenas pudemos no princípio formar um pequenino esquadrão”.

Comentando o inaudito acontecimento, sem sobresair a parte que nele teve, diz, simplesmente: — “Sirva-se Vossa Majestade de mandar considerar o que procedeu, e que sem gente nem cavalaria, perdida a batalha, se ganhou dentro de um quarto de hora”.

E mais adiante, depois de nominalmente solicitar mercês para os que se distinguiram omitindo, por modéstia, os próprios feitos, termina a carta ao Rei o autor da proeza, formalista, usando as mesmas palavras com que a História a registraria:

“Foi a primeira batalha que Vossa Majestade felicissimamente deu a Castela, de que ficou vitorioso, pela perda do inimigo, pelo fazer fugir e por ficarem as armas de Vossa Majestade no campo e senhor dele”.

Orgulhoso de sua Pátria e de seu Rei, mais que da gloria pessoalmente alcançada, são estas as últimas palavras do notável documento epistolográfico há pouco publicado pela Academia Portuguesa da História:

“Viva-nos Vossa Majestade infinitos anos para amparo de seus vassallos, seguridade de seus Reinos e aumento da cristandade, como ela há mistér, e para que vejam os Reis e Príncipes aliados, como Vossa Majestade, que não só campeia o exército de Vossa Majestade por Castela, e lhe ganha cada dia praças, mas que lhe dá e vence batalhas”.⁶¹

A repercussão alcançada pela vitória de Montijo foi extraordinária, sendo primeiro a proclamá-lo o próprio D. João IV, que sagazmente a transmitiu logo a seus embaixadores.⁶²

Mas a guerra, que com ela não cessou, apesar do profundo efeito moral obtido, ainda ofereceria oportunidade a Matias, então elevado a Conde de Alegrete, para outros feitos militares.

(61) *Cartas de El-Rei D. João IV ao Conde da Vidigueira (Marquês de Niza) Embaixador em França*, Lisboa, 1940, I-150/152.

(62) Cf. a carta do Rei a Matias, de 30 de maio de 1644, em que calorosamente lhe agradece a vitória alcançada (incluída nas *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV e a El-Rei D. Afonso VI*, Lisboa, 1940, II-41/42); carta de João IV ao Conde da Vidigueira, no vol. cit., na nota anterior, pág. 149; e ainda outra carta do mesmo soberano a Luís Pereira de Castro, embaixador nas conferências da Westfália (publicada na *Revista dos Centenários*, Lisboa, n.º de outubro de 1939, pág. 6).

O cêrco de Elvas, pelo Marquês de Torrecusa empreendido em fins de 1644, novos títulos de estrategista lhe proporcionou, pois, como de costume, embora com grande inferioridade de forças, soube resistir ao inimigo, inutilizando-lhe os esforços.

No ano seguinte, “como o Conde de Alegrete houvesse reclamado com energia certas melhorias, tirari-lhe o governo do Alentejo”.⁶³

A ele voltou, entretanto, em 1646, quando atividades administrativas do comando militar, desacompanhadas, porém, de quaisquer ações bélicas de relêvo, o ocuparam durante alguns meses, como se depreende da correspondência então mantida com El-Rei, há pouco publicada.⁶⁴

Já a esse tempo, casára-se Matias de Albuquerque com uma dama da mais alta gerarquia, como ele descendente, por bastardia, das casas reais de Portugal e Castela. Para salvar Pernambuco do confisco em que cairia, por ter o irmão donatário tomado o partido de Espanha, tentára antes casar-se com a sobrinha, D. Maria de Albuquerque, herdeira da capitania brasileira. Nesse sentido, chegará a obter a permissão régia.⁶⁵ Mas os corações dispuzeram em contrário e a filha de Duarte de Albuquerque Coelho casou-se com D. Miguel de Portugal, sétimo Conde de Vimioso, casando-se Matias com a aludida dama, D. Catarina Bárbara de Noronha, irmã do primeiro Conde de Vila Verde, oitava neta de Henrique II de Castela e de D. Fernando, o Formoso, de Portugal. Foi ela, portanto, Condessa de Alegrete, elevada ao

(63) Angelo Ribeiro — “De Montijo à morte de D. João IV”, na *História de Portugal*, cit., pág. 60.

(64) *Cartas dos Governadores da Província do Alentejo a El-Rei D. João IV*, vols. I e II, Lisboa, 1940.

(65) Rocha Martins — *Op. cit.*, nota ao capítulo sobre D. João da Costa, Conde de Soure, fascículo 9.º, pág. 335.

marquesado de Alenquer depois de viuva, sendo Camareira-mor da Rainha D. Maria Sofia de Neuburgo, segunda esposa de D. Pedro II. ⁶⁶

Pouco tempo durou esse matrimônio, de que também não houve sucessão.

“Acabada a campanha — escreveu o genealogista Afonso de Tôrres — pediu o governador das armas licença a El-Rei para recolher-se à sua casa, mas buscando o descanso, nela achou o que tem todos os mortais, porque faleceu deixando tanto na Europa como na América opinião de valeroso e as mais que mereciam suas virtudes”. ⁶⁷

“Mereceu a opinião que conseguiu — disse D. Luís de Menezes, Conde da Ericeira, na *História de Portugal Restaurado* — porque era valoroso sem jactância, entendido sem desvanecimento, liberal por natureza, doméstico por costume e prudente por experiência, e logrou no Brasil e em Portugal valorosas ações, que temos referido com menos encarecimento do que mereceram”. ⁶⁸

Contra a última parte da asserção do historiador, protesta a própria História, que a seus eleitos sempre termina por galardoar, mesmo quando o não fazem os contemporâneos. A Matias de Albuquerque, herói de dois mundos, luso-brasileiro dos mais típicos, defensor da integridade territorial da Pátria que era a de seu pai,

(66) D. Antônio Caetano de Sousa — *Memorias Históricas e Genealógicas dos Grandes de Portugal*, Lisboa, 1755, págs. 86/87.

(67) Afonso de Tôrres — *Nobiliário*, precioso manuscrito inédito do século XVIII, em 10 vols., que se guarda na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional, tít. de Albuquerque, I-178 e 178 verso.

(68) D. Luiz de Menezes, Conde da Ericeira — *Op. cit.*, Liv. 9.º, pág. 578.

como defensor da liberdade da terra em que nasceu, a glória, ainda que póstuma, há de sempre sorrir com satisfação, nêle se revendo através do amor e da admiração que sòmente aos grandes vultos reserva a posteridade.

A N E X O S

1 — *Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sôbre negócios do Brasil*

(Lisboa, 3 de abril de 1628)

E' o n.º 5.785 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil*, de 1881, vol. I, pág. 492, onde, além de não serem mencionados nem o destinatário, nem os dois importantíssimos apensos, adiante reproduzidos, erradamente se diz ser "acerca de objetos do seu governo".

Consta o respectivo autógrafo do códice *Pernambuco*, da coleção Castelo Melhor, da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fls. 18, onde literalmente o copiamos. Indicação do respectivo catálogo: I-1-2-44.

O sobrescrito, que escapou aos autores das ementas até agora feitas, ocorre à fls. 24 verso, por letra de Matias de Albuquerque, depois dos dois anexos mencionados no próprio texto; "Ao Cde. de Castro q Ds. gde". Trata-se de D. Antônio de Ataíde, Conde de Castro d'Airo e da Castanheira, um dos governadores de Portugal durante a união das coroas ibéricas.

A carta, até agora inédita, contém, como se verá, preciosa informação sobre a situação do Brasil em princípios de 1628, assinalando os prejuizos à exportação de açúcar causados pelos repetidos assaltos de navios flamengos aos engenhos do Recôncavo da Bahia ocorridos no ano ante-

rior, 1627, depois de ter Matias deixado o governo-geral do Estado.

“P.^a satisfazer ao q V. S. me manda quizera q V. S. me dera tempo de fazer papel em forma a proposta de V. S. ¹ Mas como importa ser logo mando aqui a V. S. um papel q ora devo dar Sr. Cde. daque.² das Capas do brazil E do que Contem Rendem e Despendem q V. S. se sirvira de motornar.³ Como o hir,⁴ E tão bem mandarei trasladar outro q dei em 29 de dez.ro passado de q V. S. alcançará com mais particularidade o que tem passado na deminuissão dos frutos do brazil, donde Carregação Cada hu anno ordinariam.te 300 navios de assucar & do mais q dali se carrega e se não carregão (nê os ha) Sento, avia de Setenta p.^a oitenta mil Caixas de assucar em Cada hu anno naquelle Estado não se fara metade, os direitos pagão se nas alfandegas de portugal ora mais ora menos por arroba conforme o assucar odi⁵ se levantão ou abaixão os dereitos e no brazil não pagão mais q dizimo, da baia tenho Carta de 13 de jan.ro E de pernãobuco de 3 de fevereiro e não paresião enemigos naquelle tempo. Se V. S. me ordenar q ha dizer nisto algua Couza mais o

(1) Sendo, à época, provávelmente membro do Conselho de Portugal, e não um de seus governadores, como só foi alguns anos depois (cf. Visconde de Pôrto Seguro — *História Geral do Brasil*, cit., V-302) — teria o Conde de Castro d'Airo consultado Matias de Albuquerque, ex-governador-geral, sobre negócios do Brasil.

(2) Conde-Duque de Olivares poderoso ministro de Filipe IV de Espanha, III de Portugal.

(3) À margem, com a mesma letra, vem a seguinte nota: “Não vai este papel mas logo o remeterei a V. S. com o outro”.

(4) Quando fôr?

(5) Palavra ilegível.

farei logo. gde Ds a V. S. mtos. Annos. de Caza em Segda. fra. 3 de Abril de 1628.

Mathias dalbuquerque.

2 — *Informação de Matias de Albuquerque, sôbre a "diminuição dos frutos do Brasil"*

(Madrid, 29 de dezembro de 1627)

Extraída do códice *Pernambuco*, da coleção Castelo Melhor, existente na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, fls. 19 e 19 verso. Letra diferente da carta autógrafa anterior. Inédita, até agora.

Dirigida, possivelmente, tambem ao Conde-Duque de Olivares, de acordo com a carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro d'Airo, aquí transcrita.

"Conbiene tanto al Reyno de Portugal la labor del asucar del Brasil que no solamente a su declinacion dclinaría, y por el contrario a su aum.^{to}; y de quanta importancia son los frutos de aquel Estado fue bien entendido por los Snrs. Reyes passados quando privilegiaron y conçedieron exençiones de derechos reales a quien los labrase, y con el discurso del tiempo fue tanto el aum.^{to} y uso del azucar por toda la Europa, y tanto por esta causa el cresimiento del comerçio de Portugal, que lo que so-lam.^{to} era volvio a ser como oy es juntamente nessessario.

Para intelligencia de lo que se ha de proponer es de saber que haria el Brasil cantidad de azucar en cada un ano que daban por su diezmo 150U mil cruzados, y 50U mil que dospendian los contratadores en su arecadaçion conste bien 200U mil cruzados de que por manifesta ividencia valian los frutos de que se pagarian dos millones,

los quales navegados para el Reino de Portugal, pagos fletes y derechos reales, subian a balor de quassi el dobro que son quatro millones atuera 250U mil cruzados que valerian diez mil quintales de palo Brasil en Portugal que entraban tambien de aquel Estado en Lx cada un ano y afuera otras mercançias de tabaco e algodón. ⁶

La minima parte diestas drogas gastaba Portugal y lo mas dellas sacaban los estrangeros a trueco de las ropas y mas mercançias que traian de que aquel Reyno padesse falta y como no las podria escusar sin tornar al parco usso de los antigos (que ya seria imposible) no solamente an los estrangeros de sacar la misma cantidad de oro y plata como lo hacen por no tener Portugal otra cosa que les poder dar sino es las drogas pues las de la yndia tienen por su via. ⁷

Y siendo cosa de tanta importancia es la labor de asucar tiene llegado a tan misero estado que en los dos anos passados de 625 y de 626 fueron tomados 60 nabios que salieron de aqui aquel Estado de los que acostumbran a cargar de 300 asta 700 caxas cada uno que para los olandeses q los cogieron bien valerian cada caxon un por otro a sien ducados, y todos mas de tres millones, afuera oro y plata y ambar que custumbra a venir en los dichos nabios; y 20 nabios mas q tomaron en los mismos dos anos q de los puertos de Portugal salieron para el mismo estado del Brasil cargados de diversas mercadurias q se puede

(6) Muito importante é a estatística supracitada, que não se encontra em outros escritos da época e que demonstra o vulto a que então atingia a exportação de açúcar — motivo principal dos anteriores e posteriores assaltos de holandeses.

(7) Explica este parágrafo o regime comercial em que vivia Portugal, dependendo dos fornecedores de manufaturas européias, trocadas pelas drogas do Brasil.

computar la perdida en mas de 500U cruzados⁸ sim el valor de los bucos y mas petrechos de navegacion.⁹

Por esta falta q el Brasil ha tenido, y por este ano aver perdido quassi todos los navios q le quedaron à puerto¹⁰ en tantas imposibilidades a sus moradores q los mas han dexado ya de labrar en sus ingenios el asucar, y los otros no hacen la terçia parte de lo que acustumbravan. Las rentas reales sin valor, los bassalos sin cauza para volver a reacerse, el enemigo con armadas sobre sus puertos sin dexarles entrar ni salir nabio y por esta cauza mayor el empesso en que se allan de acudir a su defença, y todo sin¹¹ haciendo con que lo puedan hacer ultimo extremo de que es fuerza resalvar ? dano si com la brevedad que combiene le faltare el remedio que consiste en tres cossas la primera segurar aquella navegacion, la segunda enfortificar algunas plassas,¹² la terçera empremiar algunos naturales y moradores de aquel Estado que alla han serbido, y sirven con satisfacion. Para todo esto apuntaré los medios que me paressen mas combiniente respecto de la nessesidad en que todo se halla. En M.^d a 29 de Diziembre de 1627”.

(8) 500.000 cruzados, certamente.

(9) Outra estatística inédita, relativa ao número de navios portugueses tomados pelos holandeses em 1626 e 1627 aí se contém, corrigindo e ampliando os dados a respeito parcialmente apresentados por diversos historiadores antigos, simplesmente repetidos pelos modernos.

(10) Refere-se Matias às duas entradas de Pieter Heyn na baía de Todos os Santos, ambas em 1627 e não uma neste ano, outra no seguinte, como erroneamente supõem alguns autores de compêndios de História do Brasil.

(11) Palavra ilegível.

(12) Realmente, de acordo com esta sugestão, tomaram-se providências no sentido de serem melhoradas as fortificações de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro.

3 — *Informação de Matias de Albuquerque sobre as "Capitanias do Brasil e do que contém, rendem e despendem"*

(Lisboa, 1628)

Extraída do códice *Pernambuco*, cit., fls. 20 a 22 verso. Inédita até agora, apesar de sua extraordinária importância para a história do governo de Matias de Albuquerque, especialmente quanto à conquista do Norte e da Amazônia, criação do Estado do Maranhão, despezas da coroa em cada uma das capitanias, suas produções e possibilidades econômicas, fortalezas e portos existentes, etc.. Em resumo figurou nas Notas que frei Luís de Sousa não chegou a utilizar nos *Anais de D. João III*.

Dirigida ao Conde-Duque de Olivares, ministro de Felipe IV, conforme a carta por Matias de Albuquerque enviada ao Conde de Castro, aqui também transcrita. Letra diferente da do ex-governador-geral, embora de seu estilo.

"Comesã a Provincia do Brasil da banda do Norte na Capp.^a do Pará que he o mayor Ryo que hano (?) descuberto, e segundo algũas notiçias antigas de Orelhana e outras modernas se entende que abraça este Ryo a mayor parte das Indias Ocçidentaes, e que terá todos os metaes, e já se lhe acharam m.^{tas} Perolas e o ultimo descobrim.^{to} deste Ryo mandou fazer Mathias de Albuquerque por ordem de Sua Mag.^{de} pelo Pilloto An.^{to} Viçente Cochado que subiu até 400 leguas por elle assimã.¹³ Ahy

(13) Verdadeira revelação contém este parágrafo, de grande interesse para a história do devassamento da Amazônia. Que nos conste, ninguém, até agora, attribuiu tão grande extensão à viagem do célebre piloto, sem dúvida um dos maiores cooperadores da extraordinária empresa, como estão revelando, por exem-

temos hũa fortaleza da banda do Sul da boca do dito Ryo mal fortificada e sem defença. A terra dara Algodão e Tabaco. Tem m.^{tas} madeiras. M.^{ts} Indios y he de grande fundam.^{to} ao que se contentar e remanescer, tambem dara asucar; e se entende que tem cochonilla. Está em Prencipio sem mais descubrim.^{to} sendo q convem muito darlho.

A segunda he a do Maranhão de pouco fundam.^{to}. Ruins terras, para Canas de assucar. M.^{tas} Madeiras notaveis, tinta de Orocu, Tabaco e Algodão em abundancia dá a terra, e ha nella hũa Madeira a que chamão Bura-cutiará o he eicelente nas cores p.^a obras de Bap.^{ca} (?) escriptorios e leitos. Já hoje tem prencipiado dous outros engenhos de assucar de que se não vira a tirar m.^{to} fructo. Não ha metaes nem Perolas, e assy do Pará se deve fazer o fundam.^{to}.

A treceira he a do Seará, Ruim Porto e baixo a terra sem prestimo p.^a emgenho de assucar e sem madeiras suposto que tambem naquele distrito onde chamão Gerequaquará ha pao Baracutiara, e nas cabaseiras desta Capp.^{ta} se acharão Minas de Prata não muy longe do mar de que te o presente se não tem tratado por aver cinco annos q se descubrirão segundo as mostras que de lâ vierão, e emsayos q se fizerão de q o affirmão e certificação nesta forma. Na Praya destas Cappitanias saye m.^{to} Ambar.

plo, preciosos documentos cartográficos sòmente há pouco estudados pelo Sr. Jaime Cortesão, em conferências promovidas pelo Instituto de Estudos Portugueses e em curso dado no Instituto Rio Branco, do ministério das Relações Exteriores.

(14) E' bem conhecido o motivo da criação do Estado do Maranhão, separado do Brasil: a maior facilidade da comunicações marítimas directas com o Reino e a impossibilidade da navegação à vela desde a Bahia, na maior parte do ano.

Estas tres Cappitanias estão separadas e dadas á jurisdicção do G.^{or} do Maranhão, e foi muy justo porque do Governo do Brazil se não podiam governar nem defender.¹⁴ de presente não rendem a S. Mag.^{de} cousa algũa.. Antes S. Mag.^{de} lhe tem consignado em cada hũ anno a cada uma dellas o seguinte: A do Pará sete contos, cento, trinta e quatro mil rs.. A do Maranhão nove Contos, setesentos e seis mil, e noveçentos e vinte rs.. E a do Seará seis centos, setenta e tres mil noveçentos e vinte rs. q tudo fas soma de dizasete Contos quatrocentos e oitenta e quatro mil oitosentos e quarenta rs.¹⁵. Sendo q em 13 de julho de 623 em q Mathias d'Albuquerq. despachou de Pernambuco para aquelle governo a fran.^{co} Coelho de Carvalho e lhe deu vinte mil cruzados para elle ¹⁶ te hoje se lhe não tem mandado socorro algũ com que tudo deve estar perdido e acabado, e isto sem as prasas que agora de novo se acrescentarão no Seará (sem haver p.^a que)¹⁷ e sem o ordenado do Governador daquelles distritos.

Segue-se a Capp.^a do Ryo grande que nem tem Porto consideravel mais q o em q tem a fortaleza e o dos Buzios e o da Bahya fermossa, nem terras p.^a emgenhos de assucar, nem mineraes, nem cousa algũa mais que m.^{to} linho de Caragoáta e de outras; e entre ellas o Seará p.^a o Norte dos baixos de São Roque em quatro graos ha sa-

(15) Aliás 17:514\$840, isto é, 30\$000 mais do que a soma do autor.

(16) Vê-se, pelo texto, que haveria certa dependência do primeiro governador do Estado do Maranhão ao governador-geral do Brasil, que era então Matias de Albuquerque.

(17) Dois anos depois, quando atacado pelos holandeses em Pernambuco, os socorros a Matias levados do Ceará por Martim Soares Moreno justificaria, amplamente, a criação que êle mesmo impugnou.

linas mineraes de sal. Esta Capp.^a tem muitos gados e tabaco.

A Capp.^a da Paraíba he de m.^{ta} importância pelo porto q tem do Ryo da Cidade Philippea ¹⁸ y pollo da Bahya da Treição, por eicelentes terras p.^a m.^{to}s emgenhos d'assucar, pao Brazil, tinta de Orocu e de Araruba, Tabaco, Algodão, e m.^{to} linho, e Anil e se lhe deve acudir com fortificação porque está de todo indefençavel. ¹⁸

A Capp.^a de Itamaracá tem muy boas terras e está com muitos emgenhos de asucar e muy povoada de moradores, não tem Porto consideravel, dá m.^{to} Tabaco, e tem m.^{ta} da erva de q se faz o Anil, m.^{ta} tinta de Orocu e Araruba, e pao Brazil, muito linho de todas as castas e muy provida de Indios. Tem donatario.

A Capp.^a de Pernambuco q he junto da de Itamaracá tem sesenta legoas de Costa p.^a o Sul com m.^{tos} Ryos acabando no de São Fran.^{co}, m.^{tas} vargeas de eicelentes terras, todo o pao Brazil que se navega, muitos emgenhos de assucar, m.^{tas} madeiras Reaes, m.^{ta} tinta de Orocu e Araruba, m.^{ta} erva de Anil, muito linho de Caragoatá de duas castas e de Carrapizo, Sipoo e de tocum, m.^{to}. Tabaco. Algodão, Canafistula e salsaparrilha, Almesaga, e onde chamão Una 1 mina de Amatistas, e sobre o Ryo de São Fran.^o de Cristaes, e nas cabesseiras deste Ryo se tem achado salitre mas não se averigua se he minaral, tem eicelente Porto o a que chamão do A Resiffe q ha mister fortificar p.^a que esteja seguro como cousa em que consiste toda a defença do Brazil, na Costa desta Capp.^{ta} ha outros

(18) Cidade Filipéia, em homenagem a Felipe II de Espanha, I de Portugal, foi a designação inicial da capital da Paraíba, hoje João Pessoa.

(19) Mais uma prova da capacidade de previsão de Matias de Albuquerque aí se contém: os fortes da foz do rio Paraíba longamente impediram a invasão holandesa na capitania.

Portos de consideração; e assy estas quatro Cappitanias, do Ryo grande, paraiba, Itamaraca e pernambuco convinha m.^{to} q ouvessem (?) hũa pessoa q as defendesse e fortificasse com toda a superintendencia prencipalmente as duas da Paraiba e pernambuco e com menos causa separou S. M.^{de} e com Kassão as do Sul do mesmo Estado do Brazil a Dom fran.^{co} de souza,²¹ e agora as do Maranhão em fran.^{co} Coelho, porque da Bahia donde esta e convem esteja o governador g.^{al} não he possivel acudir a estas Cappitanias do Norte q são de tanta importancia. Rendião de setenta pera oitenta mil cruzados cada hũ anno os Dizimos do Estado. E hoje cinquenta, e fazem dispessa seguinte, a do Ryo Grande tres Contos, dezoito mil, quinhentos e oitenta e hu *rs* a da Paraiba dous Contos, setenta e nove mil e tressentos e hũ *rs*. a de Itamaraca trezentos e setenta e hũ mil, oito çentos e quarenta *rs*. e a de Pernambuco quatorze contos, quatro çentos e quarenta e tres mil, quatro centos e vinte *rs*. Na praia destas quatro Cappitanias saye m.^{to} Ambar.

A esta Capp.^{ta} se segue a de Serigippe del Rey sem Porto de consideração, sem terras de prestimo mais que p.^a m.^{tos} Gados, m.^{to} Caragoatá de q se faz linho. Aqui se disse aver minas de prata que se averiguou não o serem, e de prez.^{to} se afirma q as ha de salitre minaral não Rende couza de importancia, e gasta S. M.^{de} duzentos e oito mil *rs*.

A esta Capp.^{ta} p.^a o sul se segue a da Baya cabessa daquelle Estado. Hedemuitas e muy boas terras, e em m.^{tos}

(20) Dessa sugestão do próprio Matias decorreu a sua nomeação, em 1629, para o cargo, então criado, de Superintendente da Guerra da Capitania de Pernambuco, Visitador e Fortificador das Capitánias do Norte.

(21) Refere-se à segunda divisão do Brasil em dois governos, ocorrida em 1608.

emgenhos de assucar que fazem m.^{to} muy bom, da m.^{to} Tabaco, e pao Brazil, Algodão e as mais ervas e Arvores que dão tinta; e as de que se faz o lindo ha em todo o Brazil, em hûas partes mais e em outras menos tem Cappitania hûa Bahya notavel. O porto he mal segurõ. podesselhe Remedear com hû Molhe q he o mais conviniante meyo de que se deve uzar, ²² Hû Ryo tem a que chamão Matoim que não he de importancia, nem o de outro a que chamão de Paroásu, por ser doze legoas da Cidade. Rendia esta Cappitania com as mais della anexas em cada hû anno setenta mil cruzados pouco mais ou menos hoje não Rende cousa de sustança e afora o Presidio de nove çentos soldados e prim.^{ros} planas ²³ destas Companhias dispende em cada hû anno dezoito Contos, seis çentos setenta e hû mil; oito çentos e quarenta *rs.*

Seguesse a Cappitania dos Ilheos q tem muy boas terras a poucos moradores. O porto he p.^a navios de pouco porte; e tambem esta Cappitania da o que as mais mas não esta cultivada en forma que possa de presente ser de Rendim.^{to}. Tem Donatario, e se despende com ella em cada hû anno çento e cinquenta e sete mil cinquenta e seis *rs.*

A Cappitania do porto Seguro tambem tem Donatario, e está mal povoada, não he de consideração, nem tem porto que seja ahy se colhe m.^{to} zimbo do que entre os negros de Angola corre por d.^{ro}. E ahy são os Abrolhos. Não Rende couza que importa. despenderse com ella cada hû anno, cento, vinte e hû mil trezentos e vinte *rs.* .

(22) A grande entrada da Bahia de Todos os Santos condicionava a impossibilidade de sua defesa, naquele tempo mais de uma vez verificada. Daí a sugestão atenuadora de Matias de Albuquerque, nunca totalmente realizada.

(23) Palavra indecifrável.

A Cappitania do Esperito Santo tem m.^{to} bom porto de hũ Ryo de muito fundo, tem alguns emgenhos de asucar, tem m.^{to} Indios suposto que ha bem poucos em todo o Brazil que vivão com nossa doutrina sendo couza de m.^{ta} importancia que ²⁴ e que se conservará os que ha. O Rendim.^{to} da Capp.^{ta} não he m.^{to} o que com ella se despense em cada hũ anno são seis çentos e noventa e quatro mil e quarenta rs. Tem Donatario. E aqui se achou mina de esmeraldas.

A Cappitania do Rio de Jan.^{ro} tem eiselente Porto, m.^{tas} terras e emgenhos de assucar. suposto que de pouco Rendim.^{to} cada hũ, tem muito Tabaco, Algodão, e algumas frutas despanha; m.^{tas} madr.^{as} e entre ella e a do Esperito Santo he o Cabo frio, que tem m.^{ta} quantidade de pao Brazil mas não tão fino como o das cappitanias do Norte. O Rendim.^{to} he ja de importancia e ira à mais, o q com ella se dispense em cada hũ ano hũ Conto, oito çentos e seis mil e quinhentos e vinte r^s.

Segue-se a esta a ultima Cappitania p.^a Sul q he a de São Vicente. Tem bastante porto, muitas Madeira^s Reaes. Fazemos ahy m.^{tos} navios muy bons. tem m.^{ta} xarçcas cabos de embé que não he tam bom como os q se fazem do Caragoata. Aqui se entende aver minas de ouro suposto q te o presente se não tem achado mais que de lavage muy bom, tratasse pouco de se descobrir. E ao Sui onde chamão os Pattos e Cananea se acharão Perolas. Ha m.^{to} Tabaco, e se pode fazer m.^{ta} conta do que podera vir a ser. Tem Donatario. O Rendim.^{to} he pouco, e o q com ella se despense são trezentos e oito mil, quatro çentos e oitenta rs."

BENTO MACIEL PARENTE — SOLDADO, SERTANISTA E ADMINISTRADOR

Não têm sido devidamente exaltados, até agora, a exemplo do que se faz na América Espanhola, os méritos dos soldados da conquista do Brasil, desses bravos luso-brasileiros que arrostando todos os perigos poderosamente contribuíram para a formação desta grande pátria. Um deles, dos mais esquecidos e dos mais típicos, por abranjer a sua ação larga extensão do território nacional, de São Vicente à Amazônia, foi Bento Maciel Parente, insigne militar e famoso sertanista, capitão-mor do Grão-Pará, donatário do Cabo do Norte, governador do Estado do Maranhão.

Escolhendo-o para tema de nosso estudo fazêmo-lo por espírito de justiça, como homenagem a um quase ignorado obreiro da construção do Brasil, ao homem duro que no desempenho de sua missão não poupou violências hoje julgadas excessivas, mas que afinal delas também se tornou vítima. Fazêmo-lo porque, para exata compreensão da História do Brasil, afigura-se-nos necessário o conhecimento de todas as contribuições individuais, registradas no desdobramento das respectivas etapas. Isolando, no quadro geral da conquista e defesa do Nordeste e do Norte, como nos aspectos tão particulares do fenômeno entradistas a participação do experimentado guerreiro e administrador, amplo material encontramos, que extravasando de sua glória pessoal, alcança a que pertence a todos os seus companheiros de lutas contra a selva e o ín-

dió, contra o invasor estrangeiro e as próprias deficiências do meio e da época.

1 — *Mocidade militar no Nordeste*

As dificuldades relativas à biografia de Bento Maciel Parente começam com a fixação do local e data de seu nascimento.

Natural de Viana do Castelo, assegura o dicionário histórico-geográfico *Portugal Antigo e Moderno*, de Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal.¹ Nascido no Brasil, disse Luís da Silva, na sessão do Conselho de Portugal em que foi proposto para governador do Maranhão.² Resolvendo a divergência, nada melhor que a simples classificação como luso-brasileiro, a exemplo do que aqui mesmo sugerimos quanto a Matias de Albuquerque, nascido em Portugal, de pai olindense, no Brasil longamente morador.³

Realmente, como considerar portugueses a homens que embora nascidos no Reino, aqui viveram a parte mais útil de sua existência, lutaram, venceram ou foram vencidos, a serviço da obra lusitana da construção do Brasil? E porque catalogar apenas como brasileiros os que, já nascidos na nova terra, eram, para todos os efeitos, portugueses no sangue e nas ações? Luso-brasileiros é que eram, e ainda são, todos aqueles que, ligados pela

(1) Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal — *Portugal Antigo e Moderno* (Lisboa, 1882), vol. x, pág. 432.

(2) "Diversos documentos sobre o Maranhão e o Pará", nos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, vol. XXVII, de 1904 (Rio de Janeiro), pág. 382.

(3) Em *Matias de Albuquerque*, conferência a 26 de julho de 1943 realizada no Instituto de Estudos Portugueses (Fundação José Gomes Lopes), do Liceu Literário Português, publicada em 1944 e incluída neste volume.

comunhão da língua e a raça, de um e de outro lado do Atlântico mantêm viva a unidade do histórico patrimônio comum.

Quanto à idade de Bento Maciel Parente, nos *Anais Historicos do Estado do Maranhão* escreveu Bernardo Pereira de Berredo ter êle falecido aos 75 anos, ⁴ acrescentando Antônio Ladislau Monteiro Baena, no *Compêndio das Eras da Província do Pará*, ⁵ ter o facto ocorrido em fevereiro de 1642. Teria nascido, portanto, em 1567, ou pouco antes, o que possibilita a alegação, pelo próprio biografado feita, de ter combatido nas guerras da Paraíba, cuja fortaleza ajudou a construir. ⁶ Deu-o, porém, como quase vinte anos mais moço, a indicação, aliás hipotética, do citado conselheiro Luis da Silva, no ano de 1636 lembrando que Bento "poderia ter cinquenta anos de idade". ⁷ Concordou, entretanto, que "o peso dos anos" em 1641 ja o houvesse alquebrado, o jesuita Jose de Moraes, em sua *História da Companhia de Jesus na*

(4) Bernardo Pereira de Berredo — *Anais Históricos do Estaa do Maranhão, em que se dá notícia do seu descobrimento, e tudo o mais que nele tem sucedido desde o ano em que foi descoberto ate o ue 1718* — obra de 1749, 3.^a edição, de Beruno Miranda, volume II (Florença, 1905), pág. 12.

(5) Antônio Ladislau Monteiro Baena — *Compêndio das Eras aa Província do Pará* (Belém, 1838), pág. 54.

(6) Bento Maciel Parente — "Relação de serviços", folheto de 4 páginas, provavelmente impresso em Madrid em 1630, de que existe raríssimo exemplar no códice *Pernambuco*, da coleção Castelo Melhor da Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Transcrito pelo Sr. Rodolfo Garcia como nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, 3.^a edição (São Paulo, s/d), II-268.

(7) "Serviços e pretensões de Bento Maciel Parente. Sua nomeação para o govêrno do Maranhão", nos "Diversos documentos" citados na nota 2, supra, pág. 382.

extinta Província do Maranhão e Pará, publicada pelo senador Cândido Mendes de Almeida.⁸

Deve ter vindo muito cedo para o Brasil, pois desae pequeno criou-se em Pernambuco, onde tinha muitos parentes, de acórdio com o testemunho do contemporâneo Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco, quarto e último donatário da capitania da Nova Lusitânia, em suas preciosas *Memórias Diárias da Guerra do Brasil*.⁹

O ambiente de prosperidade que o circundava era o descrito pelo padre Fernão Cardim, em 1584: "A gente da terra é honrada: há homens muito grossos de 40, 50 e 80 mil cruzados de seu; alguns devem muito pelas grandes perdas que têm com escravaria de Guiné, que lhe morrem muito, e pelas demasias e gastos grandes que têm em seu tratamento. Vestem-se, e às mulheres e filhos, de toda a sorte de veludos, damascos e outras sedas, e nisto têm grandes excessos. As mulheres são muito senhoras, e não muito devotas, nem frequentam as missas, pregações, confissões, etc.; os homens são tão briosos que compram ginetes de 200 e 300 cruzados, e alguns têm três, quatro cavalos de preço. São mui dados a festas. Casando uma moça honrada com um vianês, que são os principais da terra, os parentes e amigos se vestiram uns de veludo carmezim, outros de verde, e outros de damasco e outras sedas de várias cores, e os guiões e selas dos cavalos eram das mesmas sedas de que iam vestidos. Aquele dia correram touros, jogaram canas, pato, argolinha, e

(8) Incluída nas *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, 1.º volume (Rio, 1860), pág. 147.

(9) Duarte de Albuquerque Coelho, Marquês de Basto, Conde e Senhor de Pernambuco — *Memórias Diárias de la Guerra del Brasil, por discurso de nueve años, empeçando desde el de M. DC. XXX* (Madri, 1654), pág. 39 verso.

vieram dar vista ao colégio para os ver o padre visitador; e por esta festa se pode julgar o que farão nas mais, que são comuns e ordinárias. São sobretudo dados a banquetas, em que de ordinário andam comendo um dia dez ou doze senhores de engenho juntos, e revezando-se desta maneira gastam quanto têm, e de ordinário bebem cada ano 50 mil cruzados de vinhos de Portugal; e alguns anos beberam oitenta mil cruzados dados em rol. Enfim, em Pernambuco se acha mais vaidade que em Lisboa. Os vianeses são senhores de Pernambuco, e quando se faz algum arruido contra algum vianês, dizem, em lugar de: ai, que de el-rei — ai, que de Viana, etc.”¹⁰

Apesar do progresso assegurado pela indústria açucareira, já não gosava Pernambuco, por êsse tempo, da segurança que a prudente política internacional portuguesa até então lhe havia garantido. A união das coroas ibéricas, em 1580, trouxe como imediata consequência a transformação em inimigos de Portugal dos europeus que o fossem da Espanha, ingleses, holandeses e franceses que desde logo passaram a atacar o litoral do Brasil e as embarcações dele procedentes. Proibidos de comerciar nos portos brasileiros, como antes faziam com relativa liberdade, principalmente os flamengos — não tardou que iniciassem séria reação, através de prolongada guerra de corso e pirataria, em assaltos às povoações marítimas, afinal tentando o próprio estabelecimento em nossa terra, franceses no Maranhão, ingleses, irlandeses e holandeses no Pará, os últimos em todo o Nordeste, da Bahia ac Maranhão.

(10) Padre Fernão Cardim — “Informação da Missão do padre Cristóvão de Gouveia às partes do Brasil, ano de 83 — ou — Narrativa Epistolar de uma Viagem e Missão Jesuítica”, nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, 2.^a edição, com introduções e notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia (São Paulo, 1939), págs. 295-296.

Dedicando-se à carreira das armas, quase toda a sua existência empenhou Bento Maciel Parente nessas lutas defensivas, que caracterizaram o domínio espanhol no Brasil.

Seria ainda bem moço, quando participou da conquista da Paraíba e do Rio Grande, por treze meses na primeira, quinze na segunda, achando-se em muitos combates com os indígenas e em ambas trabalhando na construção das respectivas fortalezas, de São Felipe e dos Reis Magos.

Atacando o Recife, em 1595, os ingleses de James Lancaster, associados aos franceses de Wenner e Noyer, incluiu-se Bento entre os luso-brasileiros que os combateram, impedindo-lhes o avanço até Olinda.

Como, porém, não se lutava somente em terra, por três vezes esteve embarcado em armadas do Estado do Brasil, em uma das quais novamente houve peleja com os ingleses, com mortos e feridos — sempre de acôrdo com o próprio depoimento.¹¹

2 — *Sertanista na Bahia e São Vicente*

Governava o Brasil, por essa época, D. Francisco de Sousa, o incansável D. Francisco das Manhas e das Minas, que apesar da preocupação causada pelos repetidos ataques de estrangeiros também ativamente cuidou da pesquisa de jazidas minerais, onde quer que elas pudessem ser encontradas.

Foi então que no interior da Bahia penetrou Bento Maciel Parente, não se sabe em que expedição, tendo, conforme declaração sua, entrado oitenta léguas pela terra a dentro, no descobrimento do salitre, de que se achou gran-

(11) Todas essas informações, conforme a citada "Relação de serviços".

de quantidade e em cujo trabalho se ocupou durante quatorze meses.

Alguns anos mais tarde, nomeado Governador da Repartição do Sul o mesmo D. Francisco de Sousa, de Pernambuco acompanhou-o Bento Maciel até São Vicente, em 1609, novamente se dedicando à procura de minas. Nessa última capitania serviu seis anos, segundo afirmou: três como capitão de entradas e descobrimentos, três como sargento-mor das cinco vilas vicentinas.¹² Naquelas, manteve gente à sua custa, revelando ao governador algumas minas de importância.¹³

Dessa permanência nas “minas de São Paulo”, exatamente na ocasião em que tomava vulto o bandeirantismo, resultaria, para Bento Maciel Parente, o aprendizado de seus processos, que depois aplicaria no Maranhão e Pará, como registrou Capistrano de Abreu.¹⁴

3 — Capitão da conquista do Maranhão

Em 1615, organizou-se em Pernambuco a expedição comandada por Alexandre de Moura, destinada a expulsar da ilha do Maranhão os franceses seus ocupantes, desde o ano anterior combatidos por Jerônimo de Albuquerque.

(12) “Relação de serviços”, citada. — Convém notar que o distinto pesquisador Sr. Francisco de Assis Carvalho Franco assegurou, a respeito, que “nenhum documento paulista do tempo fala de Bento Maciel Parente”. — Cf. *Os Companheiros de D. Francisco de Sousa* (Rio, 1929), pág. 39.

(13) Cf. carta de Bento Maciel Parente ao rei Filipe III, datada de 4 de outubro de 1618, transcrita pelo Barão de Studart nos *Documentos para a História do Brasil e especialmente a do Ceará* (1608-1625), 1.º volume (Fortaleza, 1904), pág. 143.

(14) J. Capistrano de Abreu — *Capítulos de História Colonial* (1500-1800), 3.ª edição (Rio, 1934), pág. 123.

Dela participou Bento Maciel Parente, pelo governador-geral Gaspar de Sousa nomeado capitão de um navio e de tropa de infantaria na “botada dos franceses fora”,¹⁵ ou capitão de mar e guerra de um navio à sua custa, como escreveu êle mesmo.

Consistiu sua missão, nessa jornada vitoriosa, na rápida ocupação e entrancheamento da ponta de São Francisco, guarnecida de artilharia¹⁶ fato que talvez tenha apressado a rendição dos intrusos chefiados pelo palavroso e matreiro Daniel de la Touche, Senhor de La Ravardière.

4 — Capitão de entradas no Maranhão e Pará

Por ser muito prático da lingua dos indígenas, da terra e das lutas contra êles às vêzes sustentadas, além de pessoa de talento e confiança, pelo menos na própria opinião — encarregou-o Alexandre de Moura do posto de capitão de entradas e descobrimentos, mandando-o reconhecer os rios Mearim, Pindaré e Maracu, depois o Gurupi, pelo qual entrou cem léguas. Sustentou, então, muitas guerras, suportando fomes e doenças, inclusive na conquista dos índios guajajaras, de todas essas lutas tendo regressado vitorioso.

Ainda por essa época, foi Bento Maciel incumbido de prender quinze soldados amotinados e fugitivos.

(15) Frei Vicente do Salvador — *História do Brasil* — 1500-1627, (São Paulo, 1918), pág. 488. — Bernardo Pereira de Berredo — *Op. cit.*, § 383, I-155, onde se apresenta Bento Maciel como nomeado por Alexandre de Moura para capitão de um dos navios de sua frota. — Barão de Studart — *Op. cit.*, I-143.

(16) “Relação de serviços”, citada.

Em todas essas ocasiões, sempre de acôrdo com o próprio depoimento, sujeitou a sua pessoa a evidentes perigos, pelejando valerosíssimamente.¹⁷

Como prêmio de tantos serviços, nomeou-o Jerônimo de Albuquerque capitão dos moradores do Maranhão, deixando disposto que, no caso de seu falecimento, auxiliasse Bento o seu jovem filho Antônio de Albuquerque, no govêrno da nascente capitania.

Ocorrendo em 1618 a morte de Jerônimo, o bravo filho do Adão pernambucano, do "branco cisne venerando", cantado por Bento Teixeira — não quiz o sucessor atender ao desejo paterno, não admitindo colaboradores na direção dos negócios públicos. Ocupou-se Bento Maciel, a princípio, da reedificação do forte de São José de Itaparí, mas, não podendo calar os protestos suscitados pela atitude exclusivista de Antônio de Albuquerque, acabou sendo por êste preso e recolhido ao forte de São Felipe.¹⁸

Escrevendo, então, ao rei Felipe III, queixou-se da situação que lhe impoz o capitão-mor, manifestando vontade de ir ao Reino propor certo alvitre e revelar algumas minas que havia descoberto, as quais muito importariam à Fazenda Real, aproveitando a ocasião para receber o prêmio dos trabalhos por que havia passado. Em capítulos que então apresentou contra Jerônimo e seus filhos Antônio e Matias de Albuquerque Maranhão, acompanhados de rol de testemunhas, alegou ter sido preso sòmente por ter advertido o segundo quanto a algumas cousas tocantes ao serviço de Sua Majestade.¹⁹

(17) *Ibidem.*

(18) *Ibidem.* — E Bernardo Pereira de Berredo — *Op. cit.*, §§ 449-450, págs. 179-180.

(19) Barão de Studart — *Op. cit.*, I-143-152.

Remetido a Pernambuco depois de quatro meses de prisão, do governador-geral D. Luís de Sousa, que ali se encontrava, recebeu Bento Maciel amplas satisfações em 1619, com a designação para ir em socorro da recente capitania do Grão-Pará, grandemente ameaçada pelos índios rebeldes. De acôrdo com o regimento então recebido, foi nomeado capitão da guerra que a êles se determinava fazer.²⁰

Levantando gente à sua custa, nas capitanias de Itamaracá, Paraíba e Rio Grande, ao chegar ao Maranhão entrou com oitenta homens e quatrocentos índios flecheiros nas províncias dos revoltados tupinambás de Tapuitapera, foi perseguindo-os, matando-os e destruindo-os até o Pará, distante mais de cem léguas. E, depois de tê-los feito levantar o sítio de Santa Maria de Belém, segundo alegou, continuou perseguindo-os e prendendo-os por mais de duzentas léguas pela terra a dentro, deixando-os bem castigados e escarmentados, especialmente pelas prisões que fez, dos responsáveis pelas citadas desordens.²¹

Referindo-se a essa mesma entrada contra os tupinambás, afirmou o contemporâneo Simão Estácio da Silveira, na *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* — primeiro folheto de propaganda publicado sôbre o Brasil — que neles fez Bento Maciel “grandes estragos, os mais dêles, descompostos de suas aldeias e fugitivos pelos matos, caíram nas mãos dos tapúias (outra nação sua contrária),

(20) Transcrito no “Livro Segundo do Govêrno do Brasil”, publicado nos *Anais do Museu Paulista*, tomo III, 2.^a parte (São Paulo, 1927), págs. 98-104.

(21) Cf. a citada “Relação de serviços”, provàvelmente exagerada quanto ao levantamento do cerco de Belém, na opinião de Capistrano de Abreu nos “Prolegômenos” à *História do Brasil*, de frei Vicente do Salvador, cit., pág. 454.

que com esta ocasião mataram, comeram e cativaram quantos acharam, e se entende que passariam de 500.000 almas os mortos e cativos”²² — número certamente exagerado, mas que bem mostra o vulto da expedição represiva.

Comentando a mesma penetração punitiva, assegurou Capistrano de Abreu que Bento Maciel nela “repetiu com maior fúria suas costumadas façanhas. De Tapuitapera até dentro do Amazonas tamanhas foram suas devastações que Jerônimo Fragoso lhe intimou cessasse as hostilidades; êle, porém, desrespeitou a intimação, porque, sendo o comandante da guerra por investidura do governador-geral, não estava subordinado ao capitão-mor do Pará”.²³

Voltando ao Maranhão e passando a desempenhar missão mais benemérita, à margem do rio Itapicuru, vinte léguas acima de sua foz, construiu e comandou o forte do Calvário, ponto de concentração de alguns moradores, fixada a sua gente em uma ou duas aldeias.²⁴ Também um engenho de açúcar levantou na região.²⁵

Chegando, em 1619, à capitania, a primeira leva de povoadores açorianos — desses ilhéus cuja imensa participação na formação do Brasil ainda está por ser estudada — e procedendo-se ao primeiro pleito tendo em vista a organização municipal de São Luís, foi Bento Maciel

(22) Simão Estácio da Silveira — *Relação Sumária das Cousas do Maranhão* (Lisboa, 1624). Desse raríssimo folheto existe exemplar anotado, incluído no códice *Pernambuco*, cit., da Biblioteca Nacional. Reproduzido por Cândido Mendes de Almeida — *Op. cit.*, 2.º volume (Rio, 1874), onde ocorre a referência acima, à pág. 17.

(23) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, pág. 125.

(24) Simão Estácio da Silveira — *Op. cit.*, pág. 14.

(25) J. Capistrano de Abreu — *Op. cit.*, pág. 124.

Parente escolhido eleitor e, nesse caráter, um dos encarregados da escolha dos juizes, vereadores e procurador da Câmara.²⁶

5 — Capitão-mor do Grão-Pará

Homem de ação, era natural que também fosse ambicioso de mando Bento Maciel Parente.

Ainda em 1619, quando grandes serviços prestou ao Pará, vencendo os indígenas aí perigosamente rebelados, pretendeu ocupar o respectivo governo, vago pelo falecimento de Jerônimo Fragoso de Albuquerque. Embora houvesse alegado ser o capitão mais antigo entre quantos se encontravam em Santa Maria de Belém, impediram-no de assumir o posto os demais pretendentes. Queria vir com gente armada, para fazer-se capitão-mor à força — foi a insinuação da devassa a que mandou proceder Custódio Valente.²⁷

Mais forte, porém, que a competição dos candidatos foi a decisão do governador-geral, que em Pernambuco o conhecera pessoalmente: “Logo que o capitão-mor Bento Maciel se recolheu ao Maranhão da expedição dos tupinambás, deu conta dela ao governador D. Luís de Sousa, que satisfeito da sua conduta o promoveu do forte do Itapicuru, de que ainda se achava encarregado, ao governo da capitania do Grão-Pará;... e Bento Maciel, que viu bem logradas as suas esperanças, passando sem demora para a Cidade de Belém, tomou posse do cargo em 18 de julho” (de 1621).

De acôrdo com o mesmo historiador, Bernardo Pereira de Berredo, principiou o novo capitão-mor por “imitar o seu antecessor Pedro Teixeira no provimento de

(26) Barão de Studart — *Op. cit.*, — I-235-243.

(27) *Ibidem* — I-257-258.

todos os empregos, assim políticos como militares, buscando para êles só o merecimento; e ainda que alguns daqueles moradores temiam justamente as já bem conhecidas asperezas do seu natural, as moderou de sorte que soube grangear a geral aceitação da capitania.

“No mez de setembro — prosegue o autor dos *Anais Históricos do Estado do Maranhão* — fez uma grande expedição de guerra, para o castigo do índios levantados, de que nomeou comandante a Pedro Teixeira, que não só saiu dela com novos créditos para sua fama, mas também com muitos interesses para a capitania no fatal escarmento daqueles bárbaros”.²⁸

Demonstrando ainda melhor as suas qualidades de administrador, incumbiu “ao capitão Pedro Teixeira a construção de uma estrada para a cidade de São Luís do Maranhão em utilidade do comércio de ambas cidades, lembrando de que no alcance dos tupinambás caminhará por terra das vizinhanças de uma para a outra”.²⁹

Ligado, como sempre, ao problema da defesa militar do Brasil, transformou em verdadeira fortaleza a casa-forte do Presépio, que como simples cerca de madeira havia levantado Francisco Caldeira de Castelo Branco.³⁰

Um problema muito maior tinha a enfrentar Bento Maciel Parente: a expulsão dos holandeses estabelecidos no Grão-Pará.

Em carta de janeiro de 1623, lida no Conselho de Portugal, deu conta “de alguns rios e portos que tem descoberto e de outros de que tem notícia, e de haverem tomado de ordem sua dois flamengos, a que se fizeram per-

(28) Bernardo Pereira de Berredo — *Op. cit.*, §§ 489-491, I-193.

(29) Antônio Ladislau Monteiro Baena — *Op. cit.*, pág. 11.

(30) “Relação de serviços”, citada.

guntas, a cada um de per si, e ambos conformavam em que estrangeiros têm tomado pé em duas partes chamadas Cuimena e Comorno, e que em cada uma residem doze soldados, com quatro peças de artilharia, de mais de que na entrada da barra do rio das Amazonas da banda e junto ao cabo Norte estavam em uma povoação cento e cinquenta soldados flamengos, pechilingues, irlandeses e ingleses, posto que não sabiam se tinham artilharia, e diziam aguardar neste mês de maio passado 120 naus grandes, de mercadorias, com 400 homens cada uma, que iam povoar naquela costa, da qual tiravam pau de tinta, tabaco, carjurú, urucu, cuias, algodão e outras mercadorias; e refere Bento Maciel que por entender que aquele sítio é o verdadeiro Maranhão, desejou de cometer e deitar dêle os estrangeiros, mas que por falta de embarcações e de gente que por vêzes pediu ao governador do Brasil, e se lhe não enviou, deixou de o intentar e fazer outros descobrimentos".³¹

De como já estavam estabelecidos na Amazônia os intrusos, pouco depois fez referência o otimista Simão Estácio da Silveira, relatando outras informações no Maranhão tomadas aos mesmos prisioneiros mencionados pelo capitão-mor do Pará: "soubemos como é excelente aquela terra e êles se aproveitam muito dela, não só em escalarem aí os navios que vão infestar aqueles mares, mas entrando por aqueles rios a que chamam Curupan, donde se diz que tiram ouro da mão do gentio, e outras cousas, e que têm muitos escravos de navios de Angola, que tomaram indo para Índias".³²

(31) Cf. documento publicado por Rudolph R. Schuller no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 12 de janeiro de 1914, reproduzido pelo Sr. Rodolfo Garcia em nota à *História Geral do Brasil*, do Visconde de Pôrto Seguro, cit., II-219.

(32) Simão Estácio da Silveira — *Op. cit.*, pág. 18,

Para expulsar do Pará os invasores, opinou a Junta de Guerra do Conselho das Índias, reunida em Madrid a 30 de agosto de 1623, "que a Bento Maciel, pelo particular talento que tem para a emprêsa e a boa vontade com que se oferece a ela, encarregue Vossa Majestade a expulsão dos estrangeiros, mandando-se-lhe as demais cousas que pede".³³

Antes, porém, que ao Pará chegasse essa resolução, já havia aportado a Belém, em maio de 1623, o capitão Luíz Aranha de Vasconcelos, com ordens especiais para sondar o rio Amazonas e reconhecer os pontos que nele haviam ocupado, com arbitrário domínio, os holandeses e outros europeus. Comunicando-o a Bento Maciel Parente e aprontando a expedição, em fins do mesmo mês partiu para o Gurupá, ao encontro de inimigo.

Pouco depois, ao capitão-mor chegaram notícias de que Aranha de Vasconcelos ali se achava cercado pelos invasores estrangeiros. Reuniu Bento Maciel um corpo de setenta soldados e mil indígenas guerreiros, e, levando em sua companhia experimentados homens de guerra, como Pedro Teixeira, Aires de Sousa Chichorro e Salvador de Melo, partiu em seu socorro.

Encontrou-o já de volta, não tendo lutado por falta de gente suficiente. Decidiu-se, então, que Aranha e Pedro Teixeira seguissem pela margem esquerda do Amazonas, e Bento pela outra, até Gurupá, onde se juntariam. O capitão-mor, "impaciente de estar muitos dias pronto para combater, procura os inimigos no quartel mais forte, que acha fechado de um espaldão erguido na margem do rio e defendido por uma numerosa guarnição de holandeses, ingleses e franceses, além de muitos índios auxiliares" — e audaciosamente desembarca. Abandona o

(33) Documento supracitado, *Op. cit.*, II-220.

invasor as suas trincheiras. Toma-lhe Bento Maciel as casas-fortes, logo incendiadas. Passando à ilha dos Tucujús, na costa de Macapá, encontra abandonadas as respectivas feitorias estrangeira. Sabendo que uma nau vinha em socorro dos holandeses, vai atacá-la. Incendiada, perde-se toda a tripulação. Em Gurupá, sob a invocação muito portuguesa de Santo Antônio, constroe então outra fortaleza, primeiro baluarte brasileiro à margem do Amazonas, deixando-a Bento Maciel devidamente guarnecida.

E volta, afinal, a Santa Maria de Belém, tão satisfeito de sua glória militar, que desde então passou a intitular-se “primeiro descobridor e conquistador do rio Amazonas e Gurupá”.

Apesar dessa brilhante vitória, voltaram a estabelecer-se no Pará muitos holandeses, ingleses e irlandeses.

Em 1625, novamente mandou o capitão-mor que fôsse batê-los, no rio Xingu, Pedro Teixeira, um outro Jerônimo de Albuquerque e Pedro da Costa Favela, com poucos soldados e muitos indígenas, à moda do tempo. Conseguida a rendição do forte que aí tinham, abandonaram os intrusos mais essa região.³⁴

Resolvido a expulsá-los definitivamente, ofereceu-se Bento Maciel para fazer à sua custa o descobrimento da terra a dentro, pelo rio Amazonas e seus afluentes, desde que se lhe fornecessem as embarcações e munições necessárias. Aceitou o rei Filipe IV a sugestão, mas fazendo-o

(34) Todo o relato das lutas de Bento Maciel contra os holandeses no Pará, cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena — *Op. cit.*, págs. 11-16.

já em março do ano seguinte,³⁵ dentro de alguns meses deixou o ofertante o govêrno do Grão-Pará, sem que tivesse tido conhecimento da resposta dada à sua proposta.

Menos feliz na administração interna da capitania, ainda em 1625 haviam-se registrado distúrbios em Belém, por ter querido seu desafeto³⁶ frei Cristóvão de Lisboa, custódio dos capuchos, comissário do Santo Ofício e visitador eclesiástico, pôr em execução um alvará de 1624, mandando cassar as mercês das administrações dos índios.³⁷

Ainda em 1626, de acôrdo com o minucioso narrador Bernardo Pereira de Berredo, "governava o Pará o seu capitão-mor Bento Maciel, mas já com desagrado daqueles moradores, porque ainda que tinha muitos dos predicados que se fazem dignos da estimação dos homens, exercitava o poder de seu cargo com tanta aspereza que a impaciência com que se tolerava apressadamente caminharia para os fatais delírios da desesperação, se conhecendo êle os ânimos de todos, não soubesse sempre moderá-los na sua maior fúria, servindo-se bem da natural indústria de que era dotado.

"Era a ordinária, de que se valia com segura fortuna, a das entradas aos sertões do grande rio das Amazo

(35) Cf. o alvará de 8 de março de 1626, transcrito entre os "Diversos documentos sôbre o Maranhão e o Pará", incluídos nos *Anais da Biblioteca Nacional*, cits., vol. XXVI, pág. 445, confirmado pela carta régia de 8 de agosto do mesmo ano, de que Bento Maciel fez imprimir uma cópia junto ao memorial cit., de 1630, cf. o exemplar anexo ao códice *Pernambuco*, da Biblioteca Nacional, transcrita por Cândido Mendes de Almeida --- *Op. cit.*, II-38-44.

(36) Cf. a primeira de "Três cartas de frei Cristóvão de Lisboa", incluídas entre os "Diversos documentos" supracitados, págs. 395-401.

(37) Cf. Antônio Ladislau Monteiro Baena — *Op. cit.*, págs. 16-18.

nas ao resgate de escravos; e aproveitando-se para uma destas do corado título de mandar atacar uns estrangeiros, que depois da guerra de Pedro Teixeira ainda alimentavam as esperanças de novidades nas vizinhanças de Gurupá, favorecidos de muitos índios da obediência daquela fortaleza, encarregou a expedição a um filho natural, do seu mesmo nome e apelidos, que saindo da cidade de Belém no fim de janeiro, assistido do capitão de infantaria Pedro da Costa Favela, com as forças de que necessitava, desempenhou inteiramente o projeto do pai; porque tratando só de resgatar muitos tapúias, fez tapar a boca por algum tempo a uma grande parte dos clamores do povo.

“O capitão-mor Bento Maciel, na entrada do filho, logrou as medidas que tinha tomado para entreter as queixas dos moradores do Pará; porém como as conveniências nunca chegam a todos, ainda se ouviam muitas delas, por mais que sufocadas, quando as fez soar um novo acidente; porque celebrando uma grande festa os tupinambás, como a maior entre os índios da América é a do Deus Baco, a que se segue a perda do juízo, alguns dos principais na perturbação dele, querendo fazer ostentações de sua valentia, parece que disseram que com facilidade podiam destruir os portuguezes, apontando o modo; e Bento Maciel, mandando logo devassar desta beberronia, se condenaram vinte e quatro dos da primeira estimação à morte natural, que por ordem sua se executou em um mesmo dia às cutiladas e estocadas, pelas ferozes mãos de outros tapúias seus inimigos; cruel procedimento, que recebeu o povo com geral escândalo, que até perigaria o sossego público da capitania, se a certa mutação do teatro, que se esperava já a todos os instantes, com a chegada do

novo governador, não suspendesse por então os impulsos do ânimo".³⁸

Com essa nota de intensa significação quanto aos enérgicos processos de govêrno de que usava Bento Maciel, termina o registro de seu quinquênio como capitão-mor do Pará. A 6 de outubro de 1626, sucedeu no cargo, por patente real, o valente soldado Manuel de Sousa d'Eça.

6 — *Conselheiro das encomendas e da criação de capitánias*

Passando ao Reino, em 1627, afim de expor os seus serviços e encaminhar várias sugestões úteis ao desbravamento e exploração da costa leste-oeste e da Amâzonia, mais um incidente serve para retratar a personalidade de Bento Maciel Parente.

Entre os prisioneiros da expedição de 1625 estava em Belém o irlandês James Purcell, que do novo capitão-mor do Pará alcançou licença para voltar à Europa, por via das Antilhas. Não concordou com isto o seu antecessor, que partindo no encalço do aventureiro, numa daquelas ilhas apresentou precatórias obtidas do governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho e fê-lo prender de novo, como a seus dois companheiros. Já se dispunha a fazê-los enforcar, quando por êles intercedeu o religioso franciscano que os acompanhava, frei Antônio da Merciana, conseguindo salvá-los.

Parecerá cruel o procedimento de Bento Maciel Parente, esforçando-se por justificar prisioneiros que já iam a salvamento. Mas politicamente assistia-lhe grande ra-

(38) Bernardo Pereira de Berrêdo — *Op. cit.*, §§ 562-563, 565, II-288-225.

zão, pois, regressando a Europa, Purcell organizou nova expedição inglesa ao Pará, no ano seguinte, estabelecendo-se na região dos Tucujus com um forte que em 1629 com dificuldade pôde ser tomado por ordem do mesmo imprudente capitão-mor que o mandara soltar.³⁹

Chegando à Espanha, dois memoriais e a citada "Relação de serviços" redigiu e fez imprimir Bento Maciel Parente, tendo em vista sugerir várias providências relativas ao Estado do Maranhão e Grão-Pará.

No primeiro daqueles folhetos, de 1630, entre nós traduzido por Francisco Adolfo de Varnhagen, Visconde de Pôrto Seguro, aconselhou a adoção, no Brasil, do regime das encomendas de índios, praticado na América Espanhola, nos seguintes termos:

"Senhor. — Bento Maciel Parente, capitão-mor que foi no Maranhão, diz que havendo descoberto e conquistado mais de quatrocentas léguas de terra, com muitas províncias de índios, em que há infinitas povoações, lhe incumbe, como conquistador e procurador daquele Estado, lembrar a Vossa Majestade a grande e principal obrigação com que aquelas terras foram dadas aos senhores reis passados; e para tratar da redução e catequizar essas nações gentias à nossa Fé santa, digo, senhor, que as mesmas razões e considerações com que Vossa Majestade se moveu a mandar separar o govêrno do Maranhão do Estado do Brasil, por aquele govêrno estar longe, e a viagem ser dificultosa por mar e por terra, e pela grandeza

(39) Cf. a "Relação de vários sucessos acontecidos no Maranhão e Grão-Pará, assim de paz como de guerra, contra o rebelde holandês, ingleses e franceses e outras nações", escrito do padre Luís Figueira, incluído na obra de Serafim Leite, S. I. — *Luís Figueira — A sua vida heróica e a sua obra literária* (Lisboa, 1940), págs. 169-175.

deste Estado e a sua importância — por estas e outras mais particulares razões deve Vossa Majestade ser servido mandar criar um bispo⁴⁰ e enviar religiosos, que com todo o fervor tratem de catequizar tão grande número de almas, com cuja presença e autoridade se conserve o que está conquistado e descoberto, e se conquiste o muito que ainda falta por aqueles grandes rios.

“E para a sustentação dêsse bispo e dos demais ministros eclesiásticos, que forem enviados a esta nova monarquia, deve Vossa Majestade mandar encomendar os povos conquistados, e os demais que se fôrem conquistando; assim como se pratica nas Índias de Castela, que é a causa da conquista e povoação delas se estender com tão grande aumento pela terra dentro; considerando que por preceito divino estão tôdas as crituras obrigadas a dar a Deus e aos seus ministros o dízimo dos frutos que colhem da terra, na conformidade do quinto mandamento da Santa Madre Igreja; e como, entre os índios, não se podem bem averiguar êstes dízimos, porque não respeitam êste mandamento, visto não saberem contar até dez, ordenaram os predecessores de Vossa Majestade que pagassem tais dízimos por encabeçamento, como no Reino de Portugal se pagam as sizas.

“Em tão justificado acôrdo têm fundamento as comendas, que não sómente entre os índios, mas tambem no dito Reino de Portugal, e em todas as repúblicas políticas, são estabelecidas para premiar os naturais, que com as armas conquistam e defendem os seus Estados.

“Nas Índias de Castela cada casal paga certa pensão, segundo a fertilidade da terra que habita; e por êsse respeito, parece que será conveniente que cada um dos índios do Maranhão pague por ano três ducados, ou em

(40) Sòmente em 1677 foi criado o bispado de São Luís do Maranhão.

moeda, ou nos frutos que recolherem, ou em serviço pessoal; repartindo-se o produto em três partes iguais, uma para o bispo e clero e prédadores, outra para Vossa Majestade, e outra para o comendador a quem se encomendar a administração da comenda.

“E é manifesto engano dizer ou pensar que êsse modo de povoar é injusto e violento para os índios; e se alguém o disser será quem, com essa prevenção, pretenda administrar e usurpar estas administrações, ou tenha nisso outros respeitos interessados; porque êsses dízimos são devidos por preceito divino; e os santos pontífices os têm aplicado para os gastos destas conquistas, e as comendas são devidas e ordenadas para os que, com as armas, ajudam as conquistas, e servem nisto a Deus e aos seus reis.

“E para isto, e conseguir-se o que se pretende com pouco custo, Vossa Majestade deve mandar adjudicar a esta conquista dois navios de bom porte; porque uma vez armados e aprestados, se poderão sustentar com os fretes das torna-viagens; e nestes navios há-de Vossa Majestade dar passagem franca a todas as pessoas beneméritas que pretendam ir para o Maranhão com provisão de Vossa Majestade; afim de que o governador lhes dê terras e comendas; e a todos os que quizerem ir a servir nesta conquista, e também aos religiosos, mandando-se-lhes abonar o necessário para a viagem; encomendendo aos prelados das religiões o cuidado de enviarem tais religiosos; pois se faz nisso tão grande serviço a Deus e a Vossa Majestade; a fim de que esta nova vinha siga em aumento, levando êstes religiosos consigo muitos parentes e pessoas pobres e honradas, para viver e habitar nestas novas terras; esperando, com o favor destes religiosos, que se lhe dê comendas e terras que mandem cultivar; com o que se irá povoando o Estado e se defenderá, e se dará vida e remédio a muita gente honrada e pobre, e se fundará

naquele novo mundo um novo império para Vossa Majestade, além do verdadeiro de Cristo Senhor Nosso.

“E não há inconvenientes em se encomendarem os índios por esta forma; pois que assim o estão nas Índias de Castela, de cujo Conselho se pode Vossa Majestade informar; porque, tendo os índios donos próprios, são defendidos, e conservados e curados em suas enfermidades e exercitados na guerra; para que com as suas armas ajudem a defender a terra e a conquistar outras, e de tudo se segue aumento desta conquista e serviço de Deus e de Vossa Majestade.

“E estas cousas são mui alheias dos religiosos, a quem sòmente compete a doutrina cristã e o catecismo dos índios; e para isto basta a terça parte dos dízimos, que, de mil vizinhos, são mil ducados de renda, fora as ofertas e pé de altar; e assim todos mirarão pelos índios, e não cada um pelo seu particular, o que é causa de se consumirem as conquistas e não irem adiante, nem entrarem pela terra dentro a povoar; e cessarão a tirania e as traças com que se procura cativar a êstes índios, induzidos em guerras nas quais se comem uns a outros e se perdem muitas almas e nem Vossa Majestade nem os seus vassallos gozam da companhia e serviço deles, sendo assim que em toda a Europa servimos uns a outros, e lá, com a doutrina e o temor das nossas armas, se farão políticos e domésticos e oficiais de todos os officios, do que êstes reinos obterão grandes proveitos”.⁴¹

Além dessas idéias, chocantes aos nossos sentimentos atuais, mas perfeitamente aceitáveis à época em que foram

(41) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, II-255-257. — Do folheto original em espanhol há exemplar no códice *Pernambuco, cit.*, na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

formuladas, pois tinham em vista proporcionar o povoamento de tão extensas regiões e corrigir abusos então verificados nas relações dos colonos com os indígenas, — outras enunciou o experimentado sertanista, no segundo dos referidos memoriais. Por elas, pelo alto espírito de previsão que revelaram, pode ser suficientemente avaliada a capacidade política de que era possuidor Bento Maciel Parente.

Resumindo-o, escreveu Varnhagen que nele se contém “arbitrios para melhor se conservar e sustentar o novo Estado; consistindo principalmente em o dividir de novo em capitánias, concedidas a particulares, conservando a coroa as duas já fundadas no Maranhão e no Pará, designando-lhes as raias. — Além da do Ceará, lembrava uma em Jericoacoára até o Parnaíba; outra além do Maranhão, desde Tapuitapéra; outra no Caeté, já começada a povoar por Francisco Coelho (de Carvalho), em Gurupí; e, ademais destas, além da ponta de Separará (Tijioca), mais cinco, a saber: uma na ilha de Joanes (Marajó), outra em Camutá, outra até o Xingu, outra nas ilhas do Amazonas, desde a foz do Xingu, e finalmente, a quinta do Cabo do Norte té o Oiapoque. Isso além de outras mais que se poderiam demarcar pelo Tocantins arriba. Nesse memorial insiste já na necessidade de fundar, a fim de conter as piratarías dos holandeses, uma forte povoação de uns trezentos casais no rio Genipapo (Paru), à margem esquerda do Amazonas, idéia que nele prevaleceu e à qual veio a dever a sua origem o forte do Destêrro, por êle fundado”.

Comentando essas sugestões, salientou o Visconde de Pôrto Seguro o “notável facto de haverem-se pouco a pouco vindo a realizar as propostas do mesmo Bento Maciel, criando-se pròximamente com os mesmos limites quase to-

das as capitánias por êle designadas".⁴² Realmente, das oito capitánias lembradas, não menos de seis foram doadas nos anos seguintes: Cumá ou Tapuitapéra, Caeté ou Gurupi, Camutá ou Cameté, Ilha Grande de Joanes ou Marajó, Cabo do Norte, concedida ao próprio Bento Maciel, em 1637, e, última de todas, por isso mesmo muito pouco conhecida, a do Xingu, somente em 1685 por D. Pedro II dada a Gaspar de Abreu de Freitas, para seu filho Luís de Abreu de Freitas.⁴³

Cumpria-se assim, pela sugestão de um sertanista e administrador experiente, o grande programa da política de Portugal na América: em vez de obedecer à norma europeia de dividir para reinar, aqui se applicava nova fórmula, em cuja execução poz todo o seu gênio construtor, de modo a conseguir a formação de um dos maiores países do mundo: dividir para povoar.

(42) *Ibidem*, II-257-258. — Folheto original no código citado. — Note-se, porém, quanto à criação de capitánias na costa leste-oeste, que desde 1612 era lembrada ao governador-geral Gaspar de Sousa a sua conveniência, cf. carta dos governadores de Portugal, o Bispo do Pôrto e o Conde-Almirante, de 9 de outubro desse ano, sob n.º 157 incluída no código "Cartas de El. Rey a Gaspar de Sousa", em 1943 adquirido em Londres para o Arquivo do Palácio Itamaratí (Ministério das Relações Exteriores), onde o consultamos. Aí se sugere a criação de três capitánias entre o Rio Grande e o Maranhão: a primeira, do Jaguaribe, entre os rios Gararaú e Upessem, com 70 léguas de costa; a segunda, de Camocim, entre os rios Upessem e Mondaú, com 60 léguas; a última, daí até o Maranhão, também com 60 léguas de costa.

(43) Cf. o original da respectiva carta de doação, que possui o Sr. Clado Ribeiro de Lessa, estudado em nosso trabalho "A última capitania hereditária do Brasil", incluído neste volume.

7 — Capitão da defesa de Pernambuco

Encontrava-se Bento Maciel Parente na Europa quando ocorreu a invasão de Pernambuco pelos holandeses, em 1630.

Consultado sôbre o socorro que se deveria mandar ao Brasil, opinou “que a armada ordinária de D. Fradique, assim como agora veiu das Índias se apreste e além da gente ordinária que cada galeão há mistér, de guerra e mar, se metam mais em cada um cinquenta homens para haverem de se botar em terra; e na esquadra desta costa de Portugal se faça o mesmo, porque com 3.000 homens que se botarem em terra e artilharia de bater e mais munições e petrechos de guerra necessários e com a gente que lá está e vão indo nas caravelas — será exército bastante para se restaurar, mediante o favor divino e geral prática. Esta gente se pode botar em terra sete meses do ano, porque abril, maio, junho, julho e agôsto são o mais rigoroso tempo daquela costa e pode a gente saltar em terra no Pau Amarelo, onde o mesmo inimigo a botou, e da banda do Sul do mesmo pôrto do Recife três léguas, onde chamam a ponta de Pero Cabary (sic) podem tambem botar gente e artilharia e mais cousas necessárias”.⁴⁴

Era êste um plano militar perfeitamente aceitável, mas os poucos recursos de que então dispunha a monarquia dual não permitiram que fosse realizado.⁴⁵

(44) “Parecer que dá o Capitão Bento Maciel Parente sôbre a armada que há-de ir no Brasil”. Original no códice *Pernambuco*, da coleção Castelo Melhor, cit., n.º 23, págs. 208-209. — N.º 10.667 do *Catálogo da Exposição de História do Brasil* (volume IX dos *Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro*, de 1881-1882).

(45) Cf. Helio Vianna — “Quanto custaram a Portugal os socorros enviados ao Brasil em 1630-1631”, trabalho incluído no presente volume.

Não tardou, porém, que pessoalmente viesse Bento Maciel a Pernambuco, a fim de participar das memoráveis lutas pelo general Matias de Albuquerque sustentadas contra o invasor flamengo. No mesmo ano de 1630 chegou à capitania nordestina, pois, “por saber bem a lingua dos índios, o enviaram para o que nisto poderia servir” — como informou o respectivo donatário e cronista da primeira fase da guerra, Duarte de Albuquerque Coelho.⁴⁶

No ano seguinte, em companhia do senhor de engenhos Jerônimo Cavalcanti de Albuquerque, mandou-o Matias socorrer o capitão-mor de Itamaracá, o valente Salvador Pinheiro, impedindo, todos juntos, que os holandeses então se assenhoreassem da vila da Conceição.

Em 1632, guarnecendo os importantíssimos redutos do Cabo de Santo Agostinho, não permitiu que os flamengos, infinitamente superiores em número, desembarcassem nessa posição essencial à existência do célebre Arraial do Bom Jesus.⁴⁷

Durante três anos, sem receber qualquer soldo, auxiliou Maciel Parente a heróica defesa de Pernambuco.

Aí tendo tomado armas contra os ingleses em 1595, depois de combater os franceses no Maranhão em 1615, holandeses e irlandeses no Grão-Pará em 1623 — ficava-lhe bem encerrar a brilhante carreira militar na mesma terra em que havia passado a infância.

8 — *Donatário da capitania do Cabo do Norte*

Tantos serviços prestados no Brasil mereceriam, naturalmente, os prêmios que costumava conceder à coroa.

(46) Duarte Coelho de Albuquerque — *Op. cit.*, pág. 39 verso.

(47) *Ibidem* — págs. 49, 75 e 75 verso.

Duas léguas de terra obteve de sesmaria Bento Maciel Parente no rio Itapicuru, em 1624.⁴⁸ Recebeu, no ano seguinte, o hábito de cavaleiro de Santiago, com quinhentos reais de renda, embora, pelo alegado descobrimento de minas lhe houvessem prometido o de Cristo, com cinquenta mil réis de renda.⁴⁹ Em 1634 teve o fôro de fidalgo, com dois mil réis de moradia, além de algumas terras no Amazonas, as quais passariam à categoria de capitania, de acôrdo com uma ordem de 1635,⁵⁰ dois anos depois cumprida.

A criação, então, da capitania do Cabo do Norte, obedecia à antiga sugestão do próprio Bento Maciel. Em um de seus memoriais de 1630 acentuou a necessidade de ser povoada a margem esquerda do rio Amazonas, a fim de evitar que alí voltassem os holandeses. Comentando essa passagem, assinalou Cândido Mendes de Almeida que até o tempo em que escrevia (1874), tinha havido descuido nêsse assunto,⁵¹ situação sòmente em 1943 corrigida com a formação do Território Federal do Amapá, que restaurou, mais ou menos em seus antigos limites, a capitania do Cabo do Norte.

A 14 de junho de 1637 foi feita a respectiva doação a Bento Maciel, "expedida pelo ministério de Portugal, com a honrosa cláusula de que todos os seus herdeiros e sucessores na capitania se chamariam Macieis Parentes, usando das armas que por tais lhes tocavam, debaixo da cominação de que, faltando algum a esta observância, passaria

(48) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, II-190.

(49) "Relação de serviços", citada.

(50) Cf. "Serviços e pretensões de Bento Maciel Parente", nos "Diversos documentos" *cit.*, incluídos nos *Anais da Biblioteca Nacional*, *cit.*, págs. 380-381.

(51) Cândido Mendes de Almeida — *Op. cit.*, II-42.

logo a sua sucessão a quem de direito pertencesse, como se fosse morto".⁵²

Estendia-se, a donataria fronteiriça, do promontório que lhe dava o nome até o rio de Vicente Pinzón ou Oiapoque com trinta ou quarenta léguas de costa. Pelo sertão, alcançava o rio Tapuiuçus, nas alturas da atual Alenquer, na distância de oitenta a cem léguas. "Não parece improvável — escreveu a respeito Varnhagen — que na preferência desse territorio em favor de um guerreiro distinto, entrasse em conta a notícia de que na França se havia pouco antes (27 de junho de 1633) estabelecido uma companhia para colonizar a própria Guiana, com idêntica denominação de terras do Cabo do Norte, e conviria opor-se-lhe outra do lado do Brasil, conjetura esta que muito se reforça com o facto de haver sido, pelo mesmo tempo, o dito Bento Maciel nomeado governador-geral de todo o Estado do Maranhão.

"De posse do govêrno, não se descuidou Maciel de acudir, como até estava em seus interesses, a essa fronteira do Estado maranhense. Pretendeu até mudar para a margem setentrional do Amazonas a povoação de Gurupá; mas resistiram-se a isso os moradores, pelas febres experimentadas na outra margem, pelo que teve de contentar-se com o conservar uma guarnição no forte do Destêrro, fundado à foz do rio Genipapo, ou atual Uacarapí, segundo a idéia primitiva apresentada no célebre memorial de que fizemos menção".

Além do forte citado, fazia parte da capitania a aldeia de Curupatuba, hoje Monte Alegre.⁵³

Naquela fortificação passou, em 1639, de volta da famosa viagem ao rio Napo, a expedição de Pedro Teixeira, sabendo então Cristóbal de Acuña, o respectivo

(52) Bernardo Pereira de Berredo — *Op. cit.*, § 673; II-268.

(53) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, III-185-186, 193.

cronista, as duras condições em que fazia guerra aos índios tapajós Bento Maciel Filho, sarjento-mor do Estado e capitão do Cabo do Norte.⁵⁴

Dois anos depois, invadindo os holandeses o Maranhão, da mesma capitania trouxe socorros a Belém o novo capitão, João Velho do Vale,⁵⁵ notável sertanista e sobrinho do titular da capitania.

Falecido Bento Maciel Parente, como relataremos adiante, foi confirmado como donatário o herdeiro e homônimo, em 1645. Morrendo sem sucessão, passou o Cabo do Norte a outro filho de Bento, Vital Maciel Parente, sertanista como o pai e o irmão. Também não tendo deixado geração, reverteu a capitania hereditária à Coroa.⁵⁶

Apesar de quase abandonada ao tempo em que escreveu Maurício de Heriarte (entre 1663 e 1667), quando nela só existia uma feitoria,⁵⁷ antes de terminar o século diversas pequenas fortificações em seu território fez construir o governo do Grão-Pará, a fim de garantir, contra as pretensões dos franceses de Caiena, a posse portuguesa na região.

Confirmada, pelo tratado de Utrecht, de 1713, a extensão dos limites brasileiros até o rio Oiapoque, contestou-a, mais tarde, várias vezes a França, liquidando a questão o laudo conseguido pelo Barão do Rio Branco, em 1900.

A Bento Maciel Parente, que propoz a criação da capitania do Cabo do Norte e, como primeiro donatário, ini-

(54) Cristóbal de Acuña, S. J. — “Novo descobrimento do grande Rio das Amazonas”, no volume *Descobrimientos do rio das Amazonas* (São Paulo, 1941), págs. 272-274.

(55) Visconde de Pôrto Seguro — *Op. cit.*, III-195.

(56) Nota do Sr. Rodolfo Garcia à *História Geral do Brasil*, cit., II-433.

(57) Maurício de Heriarte — “Descrição do Estado do Maranhão, Pará, Corupá e Rio das Amazonas”, transcrita na *História Geral do Brasil*, cit., II-221.

ciou o respectivo povoamento, dando legítimos direitos ao Brasil — cabe, sem dúvida, a honra de ter sido o precursor de Joaquim Caetano da Silva e do grande *chancellor*, poderosamente contribuindo para integrar na comunhão nacional o atual Território do Amapá.

9 — *Governador e capitão-general do Estado do Maranhão*

Falecendo, em 1636, o primeiro governador do Estado do Maranhão, Francisco Coelho de Carvalho, elegeram a Câmara e o povo de São Luís para substituí-lo interinamente o provedor da Fazenda Jácome Raimundo de Noronha.

Proposto por todos os membros do Conselho de Portugal, inclusive pela vice-rainha Margarida de Parma, Duquesa de Mântua, foi Bento Maciel Parente nomeado para o cargo por el-rei Felipe IV a 27 de junho daquele ano,⁵⁸ tomando posse a 27 de janeiro de 1638.

Antes de fazê-lo, dirigiu em Madrid, em agosto de 1636, com acréscimo datado de Lisboa, de fevereiro do ano seguinte, esclarecedora “Relação do Estado do Maranhão”, verdadeiro balanço da situação da grande unidade administrativa que iria governar.⁵⁹

“Com a chegada do governador Bento Maciel — escreveu Bernardo Pereira de Berredo — se decidiram todas as dúvidas sobre as administrações dos índios forros, que tinham sido uma das matérias mais debatidas na capitania do Pará, com tanto perigo do sossego dela, como já deixo referido nos sucessos passados, porque atenden-

(58) “Diversos documentos sobre o Maranhão e o Pará”, nos *Anais da Biblioteca Nacional* cits., vol. XXVI, págs. 381-383.

(59) *Ibidem*, págs. 355-359.

do a Côrte de Madrid, assim a êstes como a outros muitos inconvenientes, e ao mesmo tempo à utilidade pública na concessão das mesmas graças (como lhe mostravam as suas experiências nas Índias castelhanas com grandes interesses do rebanho católico) foram permitidos por resolução de 8 de junho de 1625; e se empenhadas negociações dilataram ainda a sua expedição até o despacho de Bento Maciel, êle as venceu todas, com grande gloria sua".⁶⁰

A célebre expedição de Pedro Teixeira ao rio Napo, que ao Brasil assegurou direitos de posse sôbre todo o Amazonas e grande parte do rio Solimões, terminou sob o govêrno de Bento Maciel. Premiando-o, concedeu-lhe êste, em 1640, a encomenda de trezentos casais de índios, inclusive a aldeia de Faustino,⁶¹ pouco depois o nomeado capitão-mor do Pará.⁶²

Chegando de Lisboa Pedro Maciel Parente, sobrinho do capitão-general, com a notícia da restauração da monarquia portuguesa, apressou-se Bento a determinar a aclamação de D. João IV em São Luís, Belém e noutras povoações, o que foi realizado com júbilo geral. Embora lealmente servindo, desde a mocidade, os soberanos espanhóis, não se esqueceu o governador do sangue português que lhe corria nas veias.

Confirmado no posto pelo novo rei, não tardou que tivesse conhecimento do tratado a 12 de junho de 1641 assinado na Háia, pelo qual ficava suspensas por dez anos as hostilidades entre portugueses e holandeses. Como, apesar disto, fosse o Maranhão atacado pelos flamengos em novêmbro desse ano, daí resultando a própria prisão e morte do governador, é preciso que estudemos o assunto,

(60) Bernardo Pereira de Berredo — *Op. cit.*, § 676, II-270.

(61) "Diversos documentos", supracitados, págs. 443-447.

(62) Antônio Ladislau Monteiro Baena — *Op. cit.*, pág. 47.

não de acôrdo com historiadores, antigos e modernos, que apaixonadamente o têm examinado, mas seguindo, dentre êles, o que mais imparcial se mostrou, o padre jesuíta José de Morais, autor, em 1759, da *História da Companhia de Jesus na extinta Província do Maranhão e Pará*, em boa hora publicada pelo senador Cândido Mendes de Almeida.

“Orgulhosos os holandeses — diz o padre Morais — vendo-se já dominantes da maior parte daquela costa, quiseram dar o último testemunho de sua violência, esforçando-se a tomar a restante porção de terra que ainda ficava da parte do sul, donde lhes seria fácil ajuntar a esta a do Pará até passarem a linha, e se fazerem senhores absolutos do Cabo do Norte e rio das Amazonas, onde tinham lançado as suas primeiras raizes, que a não serem cortadas no seu princípio pelo valor dos portugueses, ficariam mais dificultosas de arrancar para os anos futuros.

“Receioso do vizinho poder dos inimigos, passava os dias cuidadoso o governador Bento Maciel Parente, vendo-se tão falto de meios para uma vigorosa resistência, ao mesmo tempo que já em Pernambuco se tratava do apresto de uma poderosa armada composta de 18 vasos e 2.000 homens de desembarque, entregue tudo à ordem e disciplina de seu comandante João Cornelles,⁶³ que com vento feito partiu do Recife e aos 24 de novembro de 1641 embocou a barra do Maranhão, cujos moradores se achavam ainda congratulados pelo feliz sucesso da gloriosa aclamação do Sereníssimo Rei o Senhor D. João IV, de saudosa memória.

“Tão grande número de embarcações não deixou de causar um extraordinário abalo e comoção no povo,

(63) O chefe da expedição holandesa de conquista do Maranhão era o conselheiro político Pedro Jansen Bas; comandante naval, Lichthardt; comandante das tropas o coronel Koin.

vendo-se repentinamente acometidos de tão superiores forças; e ainda que o governador se lisongeava com imediatos avisos que recebera do Côrte, das pazes concluídas entre o Reino de Portugal e as Províncias Unidas, de seu mesmo tratamento prudentemente se inferia o grande perigo que agora se experimentava. E para que esta capital, nos desmaios do seu desacôrdo, não experimentasse, com injúria do seu nome, a última ruína que por instantes a ameaçava, se preveniu o governador entre as angústias do tempo, expedindo logo uma das companhias para Aracagi, para impedir aos inimigos algum desembarque, se o intentassem; outra companhia mandou postar pela Praia Grande, e com a terceira ficou comandando a fortaleza, de cuja defesa pendia a conservação e vida da já moribunda cidade”.

Depois de relatar como entraram os pérfidos holandeses em São Luís, atirando e provocando o pânico, prossegue o historiador jesuíta: “Apenas deram fundo as naus inimigas na praia ou canal de Nossa Senhora do Destêro, mandou logo Bento Maciel ao padre Lopo do Couto (por se achar já ausente o padre Luís Figueira) com o provedor-mor da Fazenda, Inácio do Rego Barreto, para que soubessem do general da armada o motivo da sua chegada àquele pôrto, combatendo uma cidade que no respeito do novo soberano gozava por meio da paz estabelecida entre os Estados a segurança dos portos, tendo recebido positivas ordens do seu legítimo Príncipe, que só castelhanos e mouros tratasse como a inimigos; o que de nenhuma sorte se podia conformar com a manifesta violência, que êle em nome de seus altos poderes pretendia fazer aos domínios de um dos seus aliados.

“Chegados a bordo da capitãina expuzeram toda a narrativa da sua comissão ao general João Cornelles, que como tinha inteligência da lingua latina, lhe foi mais fácil

entender ao padre Couto e às forças da sua justificada representação; porém a tudo respondeu com uma disfarçada política; dizendo que os ajustes dos tratados com a sua República se deviam entender das conquistas que vão da linha para o norte, e não para o sul.

“Desta resposta claramente se vinha a inferir a firme resolução deste comandante, que era senhorear-se da cidade, e quando não fosse à sombra de uma paz fingida, pudessem efetuar-se ao estrondo de um porfioso combate”.

Desembarcados os inimigos, dirigiram-se à principal fortaleza de São Luís.

“Desassombrados os holandeses de uma tão pequena oposição, saíram à terra e metidos em forma à proporção do terreno vieram buscando a fortaleza onde se achava o governador com três companhias, poucos pelo número e menos ainda pela qualidade. À vista de tão fracas contra tão avultadas forças, mandou êle novos emissários que protestassem de novo as pazes celebradas entre as duas potências, e vissem se podiam alcançar do General holandês algum partido decoroso ao seu caráter e menos injurioso à qualidade da sua pessoa, que por instantes via desfigurada do mesmo temor que o tinha exposto a uma tão irreparável inação e desacôrdo, sem se lembrar que aquella era a mesma nação em que tinha arrancado tantas palmas para o seu triunfo”, comenta o historiador.

Conveiu então o chefe dos invasores em não entrar na cidade, ficando apenas com a terra de que já estava de posse, comprando os víveres que lhe fossem necessários, agradando-se em boa paz o que resolvessem o Rei de Portugal e os Estados Gerais dos Países Baixos.

“Assinaram o nosso governador e o general holandês a capitulação — continúa o padre José de Moraes — por entender êste que as nossas forças na fortaleza eram muito maiores do que ao depois observou; motivo por

que rompendo logo o tratado e faltando à fé pública, obrou pelas medidas próprias da sua República, ambição e violência, senhoreando-se em primeiro lugar da fortaleza, mandando abater as nossas quinas e arvorar os estandartes de Holanda”.

Patenteada a traição, permitiu o invasor que sua gente livremente saqueasse a cidade, os engenhos e fazendas vizinhas.

Quanto ao governador Bento Maciel Parente — prossegue o inaciano — foi tratado “como prisioneiro de guerra, e com menos respeito ao seu caráter o levou o general holandês para Pernambuco e na sua mesma nau, como testemunho autêntico do seu triunfo”.

Comentando, afinal, os severos julgamentos que já em seu tempo haviam aparecido, contra a atitude de Bento Maciel nessa difícil emergência, entre os quais o do Conde da Ericeira, na *História de Portugal Restaurado*,⁶⁴ de Bernardo Pereira de Berredo, nos *Anais Históricos do Estado do Maranhão*,⁶⁵ assim terminou o seu relato o padre José de Moraes: “Alguns escritores tenho encontrado que com demasiada acrimônia culpam esta desgraça de Bento Maciel, e por conseguinte ofuscam nesta ação as muitas e gloriosas emprêsas em que deu a conhecer com o seu valor a sua fidelidade no serviço do seu rei, já na expulsão dos franceses, já na expugnação dos índios rebeldes; e por último, sendo capitão-mor no Pará, buscando com destemido ânimo aos holandeses que se achavam intrusos no Cabo do Norte, obrigou-os à fôrça de ar-

(64) *Op. cit.* (Lisboa, 1679), tomo I, Liv. 5.º, pág. 303 — onde Bento Maciel foi apresentado como desejoso de preservar os seus cabedais, isto é, a posse da capitania do Cabo do Norte, prejudicando, com isto, a defesa do Maranhão.

(65) *Op. cit.*, vol. II, págs. 9-12 — onde se encontram conceitos francamente desfavoráveis a Bento Maciel Parente.

inas a despejarem a terra de que mais a ambição que o direito os fazia senhores, com injúria grave do respeito com que deviam ser tratados os domínios de Portugal, que não reconheciam outro senhor que seu atual soberano: podendo dêle dizer-se, que as muitas mercês que recebeu dos Senhores Reis de Castela, foram tôdas alcançadas à fôrça do seu braço no real serviço, com grande acerto e prudência do seu govêrno, que lhe mereceu, além da capitania do Cabo do Norte, a patente de capitão-general de todo o Estado, em que o apanhou esta fatal infelicidade, que mais a falta de fôrças para a defesa que do ânimo lhe ocasionou, com a muito agravante circunstância de estar por então malquisto dos moradores, por os ter fintado para a fábrica e reedificação dos muros da cidade.

“Não pretendo com isto desculpar a grande inação em que o pôs o seu mesmo desacôrdo; conquanto ainda não tivesse fôrças para disputar em campanha rasa a entrada dos inimigos, podia contudo valer-se da superior vantagem dos matos, por ser senhor do país, e os soldados daquela praça e os índios muito práticos nas emboscadas, com que podia pouco a pouco consumir os holandeses, ignorantes por então do terreno, e que não poderiam subsistir naquela cidade, faltando-lhes os frutos da terra precisamente necessários para o fornecimento das suas tropas.

“Mas a falta desta ocorrência nem o pôde por então salvar do perigo, nem a súbita invasão dos inimigos o fez lembrar das grandes experiências que tinha adquirido nos maiores apertos militares. Não quero, porém, deixar de advertir, que sendo a memória de Bento Maciel beneméríta ao Estado, não merece a falsa imposição que lhe põem, de que a causa de tão grande infortúnio fôra a falta de soldados que tinha a praça, pelos trazer

espalhados pelas suas conveniências particulares no sertão do Pará e na sua capitania do Cabo do Norte; pois tenho à mão um assento verídico, pelo qual consta que os soldados que tinha por fora não passavam de quinze, sinal de que a boa fama dêste governador só teve a infelicidade dêste funesto acidente no tempo do seu govêrno, do qual em circunstâncias tão críticas não podia deixar de perigar o seu crédito, devendo-se reputar os seus êrros, por pequenos que fossem, como grandes, e pelos moradores de quem estava malquisto, muito maiores. A morte, que pouco depois do seu destêrro para Pernambuco o apanhou, lhe impediu o não sentir por mais tempo a sua desgraça".⁶⁶

Chegando preso ao Recife, sem nenhum respeito à sua avançada idade, títulos e doença, mandou o Conde João Maurício de Nassau-Siegen, responsável pela felonía do ataque ao Maranhão, que por terra se recolhesse Bento Maciel à fortaleza dos Reis Magos, no Rio Grande, aquela mesma que êle ajudara a construir, quarenta e três anos antes. Não resistindo aos encômodos da viagem, faleceu em Goiãna, em fevereiro de 1642, pondo trágico têrmo a uma longa vida de serviços e de lutas, de dificuldades nem sempre vencidas, por isso mesmo mais gloriosas.

10 — *O soldado, o sertanista e o administrador*

Muitas são as conclusões históricas que podem ser tiradas do conhecimento da biografia de Bento Maciel Parente.

(66) Padre José de Moraes, S. J. — *Op. cit.*, nas *Memórias para a História do extinto Estado do Maranhão*, cits., I-144-150.

Ela nos comprova, em primeiro lugar, a existência, no Brasil colonial, dêsse tipo de soldados da conquista que, em outras partes do Novo Mundo, constitue permanente motivo de admiração de sucessivas gerações de estudiosos.

Apresenta-nos, em seguida, a singular característica de sua transformação em sertanista, passando o militar a entradista, nessa geral adaptação que é a primeira marca pela América impressa aos que a ela aportam.

Revela-nos, afinal, como homens de guerra, habituados à vida na selva, em contacto com os indígenas e com os problemas dos primitivos núcleos de população, podiam se tornar administradores à altura das mais difíceis situações.

Soldado, sertanista e administrador — tudo isto foi Bento Maciel Parente, com as imperfeições devidas a seu caráter autoritário, violento e impolítico, mas com a grandeza de objetivos que o serviço do Brasil então impunha.

Na luta com o estrangeiro invasor — em Pernambuco, no Maranhão e no Pará — somente razões de benevolência devem ser encontradas em sua participação. No devassamento dos sertões da Bahia e de São Vicente — êle se integra no espantoso movimento entradista que se processa em torno à procura de minas. Nas lutas contra os índios — na Paraíba e no Rio Grande, no Maranhão e no Grão-Pará — se os métodos excessivamente rigorosos repugnam aos nossos sentimentos de hoje, é preciso considerar que constituíam normas usuais à época, inevitáveis em sua crueza, inalienáveis a toda obra de conquista. No exercício de cargos administrativos — capitão-mor do Pará, donatário do Cabo do Norte, governador do Estado do Maranhão — se foram muitos os incidentes registrados entre os colonos e Bento Maciel, êles se devem mais às recíprocas intransigências e defeitos que à defi-

nitiva incapacidade pessoal do titular de tão árduos postos, recebidos em tempos tão inçados de dificuldades.

Diante do panorama de toda essa existência marcada de durezas e de trabalhos, não é impossível a absolvição histórica dos erros do conquistador, tendo em vista os benefícios da obra do militar e do sertanista. O soldado que deu o golpe inicial nos ocupantes estrangeiros do Grão-Pará, o singular previsor do destino fronteiriço do Amapá, merece que se lhe descontem os excessos cometidos contra os indígenas e as possíveis deficiências de ação em frente ao desleal invasor do Maranhão em 1641. Em louvor de sua participação na história brasileira dos fins do século XVI ao término do domínio espanhol, falam bem alto os seus indiscutíveis serviços e méritos. Bento Maciel Parente é um exemplo do alto teor do material humano por Portugal empregado na formação do Brasil.

QUANTO CUSTARAM A PORTUGAL OS SOCORROS ENVIADOS AO BRASIL EM 1630-1632

Aos observadores de agora parece naturalmente inigualável o custo de quaisquer preparativos militares necessários à defesa nacional. As exigências da guerra moderna, excedendo, de muito, todas previsões antecipadas, justificam a surpresa causada pelo vulto das cifras em jogo. Tornadas, porém, inevitáveis, transformam-se essas despesas em indispensáveis sacrifícios impostos à nação, com civismo aceitos por todos os patriotas.

Todavia, aos que ainda assim se deixam impressionar pelo elevado montante das operações bélicas, será oportuno lembrar que idênticas situações já se apresentaram aos nossos governantes, forçando-os à adoção de drásticas medidas, que os habilitassem a empenhar na defesa do solo invadido ou ameaçado, todos os recursos disponíveis. Recordando-o, com um exemplo do período colonial, ficará evidenciada a conveniência que se contém no conhecimento de precedentes históricos desse gênero, sempre úteis e adequados às contingências por que costumam passar as nações pacíficas, como o Brasil, sujeitas aos ataques dos ambiciosos de toda espécie.

No caso da primeira invasão holandesa no Brasil, ocorrida em 1624, com a transitória ocupação da própria capital do Estado, a Cidade do Salvador, é bem conhecido dos historiadores, desde o contemporâneo frei Vicente do Salvador, o esforço que às nossas metrópoles custou a preparação da memorável Jornada dos Vassalos. Auxiliada pelos socorros de Pernambuco enviados pelo gover-

nador-geral Matias de Albuquerque, pelos que do Rio de Janeiro remeteu, com seu filho Salvador Correia de Sá e Benevides, o governador Martim de Sá, e pela heróica resistência dos proprios moradores da Bahia, concentrados em seus arredores — pôde aquela expedição luso-espanhola definitivamente repelir o invasor, expulsando-o no ano seguinte da cidade e castigando-o pela sua audácia. Nas páginas da *Historia do Brasil* que escreveu o insigne franciscano, realçadas, hoje, pelas magistrais anotações de Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia,¹ — é encontrada a relação minuciosa do que representou, em gente, dinheiro e material, a maravilhosa emprêsa de europeus e americanos, unidos na defesa do Brasil.

Quanto ao elevado custo dos socorros que alguns anos depois, diante de nova investida dos flamengos, teve de organizar o governo hispano-português, são mais omisos, a seu respeito, os nossos historiadores. Southey, porém, baseado num documento em seu tempo pertencente ao Marquês de Gouveia herdeiro do conde de Portalegre, D. João da Silva, expôs, em sua *História do Brasil*, as dificuldades militares e financeiras que em 1630 assoberbavam a Espanha, tornando quasi impossivel, no momento, o auxilio a Pernambuco invadido, como às outras capitánias ameaçadas.²

Apesar da situação difícil na Europa e noutras possessões espanholas e portuguesas, não ficaram abandonados os colonos que no Brasil valentemente se defendiam contra um invasor infinitamente superior em número e recursos. Era chegada a ocasião de se renovarem os sa-

(1) Frei Vicente do Salvador — *Historia do Brasil* (1500 1627), Livro V, caps. XXIX a XLIII.

(2) Robert Southey — *História do Brasil*. Tradução brasileira de Luís Joaquim de Oliveira e Castro. Tomo II, págs. 216/219.

crifícios anteriormente feitos, então, porém, com a agravante de não cogitar mais o inimigo de simples tentativas de consecução de pontos de apoio ultramarino, e sim de conquista sistematizada e permanente.

Documentos em grande parte ainda inéditos e pouco conhecidos, que se guardam na Secção de Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, procedentes da chamada Coleção Castelo Melhor, oferecem oportunidade para o esclarecimento desse período da história brasileira. No precioso códice "Pernambuco"³ estão arquivadas as contas, os pareceres e as relações referentes aos socorros em 1630 e 1631 aprestados em Lisboa, tendo em vista a remessa ao Brasil de navios, soldados, armas e munições.

Citando apenas em resumo esses documentos, selecionamos os seguintes, que amplamente evidenciam o interesse da metrópole pela defesa da colônia americana:

1.º *documento* — Logo depois de recebida na Europa a noticia da invasão de Pernambuco pelos holandeses, pensou-se na organização de uma grande frota de socorro, conforme se vê na relação intitulada:

"Parece que poderá fazer de custo uma Armada de 24 navios (seis de 500 toneladas, sete de 400, sete de 300 e quatro patachos de 100 toneladas), armados e aparelhados de viagem e sobressalentes, com sua gente de mar e guerra paga de quatro meses, conforme nesta Relação se declara, 374:580\$800".⁴

O elevado custo apontado, realmente enorme para a época, terá sido, provavelmente, o causador do abandono da idéia dessa grande armada, preferindo-se adotar o plano da remessa de varios socorros isolados, de menor vulto.

(3). Catalogado sob a indicação: I-1-2-44.

(4) Códice cit., documento n.º 24, fl. 225.

2.^o documento — Entretanto, somente em três meses e meio do ano de 1630, já montava a 51:006\$622 e a 48:292\$518, respectivamente, a “Relação da Receita e Despesa do dinheiro que tem recebido o Tesoureiro-mor Antonio de Paiva Giralte para o socorro do Brasil, desde 28 de maio deste ano de 1630 até o presente 13 de setembro”.⁵

Entre as maiores cifras da Receita estão as seguintes:

Recebido por conta do que se ficou devendo de resto do serviço do perdão geral ..	15:727\$990
Dos sobejos das folhas da Alfândega de Lisboa	11:062\$322
Do Tesoureiro Geral do Consulado ⁶	9:958\$322

As despesas dizem respeito, principalmente, ao apresto das caravelas enviadas com soldados, munições e mantimentos a Pernambuco e Bahia (3:577\$498) e ao Rio de Janeiro (1:318\$800). Somente em trigo para biscoito gastaram-se 4:180\$000. Pólvora, cobre, chumbo, mosquetes, arcabuzes, fundição de duas peças de artilharia para o Rio de Janeiro e dinheiro para o pagamento dos soldados — completam os gastos restantes.

3.^o documento — Para provar como foram diversos os socorros enviados a Pernambuco e outros pontos do Brasil e África ameaçados pelos holandeses, em 1630, embora não sejam habitualmente citados pelos historiadores basta respigar alguns dados contidos no documento intitulado “Relação da Gente, Armas, Munições e mais cousas com que se proveram as partes do Brasil e mais

(5) Códice cit., documento n.º 44, fls. 253/256. N.º 10.677 do Catálogo da Exposição de História do Brasil realizada pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro a 2 de Dezembro de 1881.

(6) Do imposto do Consulado, entenda-se,

conquistas aqui declaradas, de 3 de abril deste ano de 1630 até 21 de dezembro do dito ano".⁷

Realmente, aí se indicam embarques de soldados e material para Pernambuco em 9 e 20 de abril, 4 de maio, 1.º de julho e 3 de outubro. Registram-se, também, saídas para a Bahia Paraíba, Rio de Janeiro, Maranhão, Ceará e Mina, na costa d'África.

Interessante será notar que além de pólvora, arcabuzes, chumbo em pelouros, machados, foices e fazendas, igualmente se incluem na Relação, "para se dar ao gentio" — vinho, facas, pentes, tesouras, espelhos, anzois e fitas de côres. Premiavam-se, assim, os fieis auxiliares dos defensores do Brasil, que no comendador D. Antonio Felipe Camarão, o legendario Potí, teriam o máximo representante.

4.º e 5.º *documentos* — Devem ter feito parte da Relação anterior, de acôrdo com as datas respectivas, os 4 navios e os 25 canhões mencionados nos seguintes papéis do códice "Pernambuco":

"Relação do estado que tem os quatro Navios que se aprestam para haverem de ir em companhia da Esquadra da Coroa de Castela em socorro de Pernambuco e o navio do Pôrto que chegou em 16 d'êste presente mês." Lisboa, 21 de dezembro de 1630.⁸

"Nota das 25 peças de Artilharia de bronze que o Marquez de Castelo Rodrigo mandou fundir para o socorro de Pernambuco; as quais foram provadas e pesadas conforme o Regimento de Sua Majestade". Lisboa, 15 de Dezembro de 1630.⁹

(7) Códice cit., documento n.º 49, fls. 271/270. N.º 10.679 do *Catálogo* cit.,

(8) Códice cit., documento n.º 50. N.º 10.668 do *Catálogo* cit.

(9) Códice cit., documento n.º 47, fl. 261. N.º 10.669 do *Catálogo* cit.

Dos 25 canhões citados, 19 eram de 10 libras de bala e 6 eram meios-canhões, de 16 libras de bala.

6.^o *documento* — Ainda em fins de 1630 as despesas com o socorro de Pernambuco já atingiam a respeitável quantia de 109:406\$270. E' o que expõem as contas datadas de 24 de dezembro desse ano, intituladas:

“Em o provimento da Armada que à ordem do Marquês de Castelo Rodrigo se apresta para se mandar de socorro a Pernambuco e das caravelas que em tanto se lhe enviam com gente de guerra, munições e outras cousas se dispenderam 109:406\$270”.¹⁰

Dessa quantia 12:066\$920 correspondiam ao pagamento dos soldos dos capitães, alferes, bandeiras, tambores, etc.; 2:301\$900 destinavam-se ao frete de 13 navios; 2:107\$350 para socorrer a gente de guerra. Numerosas verbas referiam-se às despesas com armas, munições, mantimentos, aparelhamento dos navios, etc.

7.^o e 8.^o *documentos* — Entrando o ano de 1631, não cessaram as partidas de embarcações com auxílios de guerra ao Brasil invadido, como se vê na especificação seguinte:

“Relação da gente, munições, mantimentos e mais cousas que se embarcam nas quatro caravelas que vão de socorro ao Brasil, de que vai por Cabo Cristovão de Mendonça”. 5 de janeiro de 1631.¹¹

A 8 de março do mesmo ano, outro documento trata dos aprestos relativos a três galeões e uma naveta, saídos de Lisboa com o mesmo fim.¹²

9.^o *documento* — Apesar da utilidade desses sucessivos pequenos auxílios, impunha-se a organização de um so-

(10) Códice cit., documento n.º 48, fls. 262/270. N.º 10.676 do *Catálogo* cit.

(11) Códice cit., documento n.º 51. N.º 10.672 do *Catálogo* cit.

(12) Códice cit., documento n.º 52, fls. 279/280.

corro maior e mais eficiente, que permitisse a Matias de Albuquerque, governador de Pernambuco, ter efetivos pelo menos aproximados dos de que dispunha o inimigo.

Nesse sentido aprestou-se, afinal, a armada que sob o comando de D. Antonio de Oquendo saiu de Lisboa a 5 de maio de 1631. Sua composição, na parte que coube a Portugal organizar, sobre a qual tanto divergem os historiadores, é minuciosamente exposta no documento seguinte, também incluído no precioso códice que estamos examinando:

“Armada pela Coroa de Portugal para o socorro de Pernambuco que partiu da barra de Lisboa em 5 de maio de 1631, em companhia da Armada de Castela, com o Almirante General D. Antonio d’Oquendo”.¹³

Dos excelentes quadros que constituem essa relação verifica-se que a parte portuguesa da referida armada compunha-se de 11 navios, com o total de 2.649 toneladas, conduzindo 616 homem do mar e 669 de guerra, perfazendo o total de 1.285 homens. Era a seguinte a respectiva carga: 2.048 quintais de biscoitos; 282 pipas e 8 almudes de vinho; 590 pipas de água; 1.525 arrobas de carne; 707 arrobas de peixe; 678 arrobas de arroz; 6,5 quartos de azeite; 18 pipas de vinagre; 103 peças de artilharia; 4:567 pelouros de artilharia; 368 mosquetes e arcabuzes, 142 quintais de chumbo; 280 piques e meio-piques; 86 quintais de morrões; 409 quintais de pólvora.

10.^o documento — Como havia acontecido em 1624, quanto à Bahia também em 1632 houve necessidade de recorrer a Coroa às contribuições de particulares para arcar com as despesas dos socorros a Pernambuco. Mostra o vulto dessa generosa cooperação a lista de donativos adiante transcrita, sem dúvida abonadora do patriotismo que

(13) Códice cit. documento n.º 55, fls. 285/288. N.º 10.670 do *Catalogo cit.*

já então se observava entre todos os portugueses, sabedores que eram da importancia histórica da defesa de seu imenso patrimonio colonial:

“Mostra-se pelo Livro da Receita do Tesoureiro-mor Antonio de Paiva Giralte estarem-lhe carregadas nele as quantias abaixo declaradas, de que as pessoas seguintes fizeram serviço a Sua Majestade para o socorro de Pernambuco.

O Conde de Basto, D. Diogo de Castro	800\$000
O Bispo de Miranda	200\$000
O Arcebispo d'Évora	2:400\$000
O Cabido da Sé de Lisboa	667\$200
O Bispo de Leiria	400\$000
O Regador Manuel de Vasconcelos	400\$000
O Bispo d'Elvas	400\$000
O Bispo do Porto	600\$000
O Bispo de Lamego	800\$000
O Bispo da Guarda	1:200\$000

Soma 7:867\$200

A gente da nação 56:000\$000

A Câmara de Lisboa entregou por conta do
que ofereceu 27:380\$000

Total 91:247\$200

Monta tudo em noventa e um contos, duzentos quarenta e sete mil duzentos réis.

Lisboa, a 13 de novembro de 632.

Simão Ferreira”.¹⁴

(14) Códice cit., documentos ns. 19 e 20, fls. 91 e 92, em duas vias.

A ÚLTIMA CAPITANIA HEREDITÁRIA DO BRASIL (1685)

Ainda está por ser escrita a história das capitanias hereditárias do Brasil. Inçada de lacunas, prejudicada por incompreensões dos objetivos da política colonial portuguesa — começam os erros vigentes pela atribuição de caráter feudal à instituição e prosseguem com a suposição de que o governo-geral tenha sido criado para substituí-las ou anulá-las, tendo em vista o respectivo malogro. Aparecidas a partir de 1504, com a doação, por D. Manuel I, da ilha de São João, a Fernando de Noronha, somente em 1685, reinando D. Pedro II, foi doada a última, do Xingu, objeto do presente trabalho. Sob D. João V, já no século XVIII, começaram a ser incorporadas à Coroa, tarefa terminada por seu filho e sucessor D. José I, graças à orientação centralizadora de seu ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal.

Muito pouco se sabe, até agora, da criação da capitania do Xingu, de vinte leguas de terra à margem direita do rio desse nome, na capitania do Grão-Pará, Estado do Maranhão. Doada a Gaspar de Sousa de Freitas, em 1681, diziam, apenas aproximados da verdade, alguns raros historiadores, sem maiores informações. Mas tendo sido anunciado à venda, há alguns anos, em Lisboa, pela Livraria Coelho, o original da respectiva carta de doação, em quatro folhas de pergaminho, em perfeito estado de conservação — apressou-se a adquiri-lo o historiador Sr.

Clado Ribeiro de Lessa. Graças à sua gentileza aqui o reproduzimos na íntegra, o que permite a retificação daqueles e de outros enganos correntes.

De acôrdo com o respectivo texto, foi a capitania do Xingu doada a Gaspar de *Abreu* de Freitas, fidalgo da Casa Real, conselheiro da Fazenda, cavaleiro de Cristo, ex-encarregado de missões em Londres e Roma e embaixador na Inglaterra, ex-conselheiro e ouvidor da fazenda da falecida rainha D. Maria Francisca de Saboia. Destinava-se, porém, a seu filho Luís de Abreu de Freitas, também fidalgo da Casa Real, possivelmente menor por ocasião da doação.

Reproduzindo, em seus termos, condições que vinham das primeiras cartas de de 1534-1536 — acrescenta, entretanto, algumas restrições *in fine*, de acôrdo com as modificações posteriormente introduzidas no estatuto das capitanias hereditárias brasileiras. Apesar delas, com a repetição de tantas cláusulas essenciais, fica evidenciada a continuidade portuguesa das normas de concessões territoriais, aqui mantidas durante quasi dois séculos, inclusive sob o domínio espanhol. Assinada a 31 de janeiro de 1685, obteve registro nos livros das Mercês, da Chancelaria-mor do Reino e Côrtes e da Secretaria do Conselho Ultramarino, mas nada pagou de direitos, “porquanto deu fiança a pagar dentro de seis meses o que constar estiver a dever”. Talvez pelo não cumprimento dessa promessa, como por não ter o donatário fundado na região uma vila com trinta moradores, conforme estava disposto como condição para o exercício de sua jurisdição — não teve nenhum efeito a doação. Apesar disso, não se negará o interêsse da divulgação, pela primeira vez, de tão curioso documento, que marcando o encerramento de uma política já tradicional, eloquentemente demonstra o desejo de cooperação da iniciativa oficial com a particular, na solução do problema

do devassamento e povoamento do Brasil sob o regime das capitanias hereditárias, durante o período colonial.

E' o seguinte o respectivo texto:

“Dom Pedro por graça de Deos Rey de Portugal e dos Algarues daquem e dallem mar em Africa, senhor de Guiné, e da Conquista, navegação, Comércio da Ethiopia, Arabia, Percia e da India &. Faço saber aos que esta minha Carta de Doação virem que tendo respeito aos merecimento, e serviços de Gaspar de Abreu de Freitas, Fidalgo de minha Casa, do meu Conçelho, Conçelheyro de minha fazenda, e Cavalleyro da Ordem de Christo, aos que fez a Raynha minha sobre todas muyto amada e prezada mulher, que Deos tem, no seu Conçelho, e no cargo de ouuidor de sua fazenda, em especial ao açerto, e prudência com que tractou os negocios deste Reyno nas Cortes de Inglaterra, e Roma, aonde assistio por tempo de outo annos, e tanto á minha satisfação, que o mandei por segunda vez por meu Embaxador ordinario a Inglaterra a negocios de summa importancia nos quaes se portou de maneira, pellas muytas notiças, que tinha adquirido do tempo que hauia assistido naquella Corte, que se conseguirão com bom successo, por tudo o que, e por dezejar fazer lhe honra, e merçe: Hey por bem fazerlhe a (állem de outras) de irreuogauel Doação de meu motto proprio, certa siensia poder real, e absoluto entre viuos valledoura deste dia para todo sempre fora da Ley mental, de vinte legoas de terra no Estado do Maranhão, no Çitio do Rio Xingú comessando em a entrada do dito Rio a mão esquerda, para seu filho Luís de Abreu de Freitas fidalgo de minha Caza, seus Filhos, Nettos, successores assy azçedentes, como transuersaes, e colateraes, segundo ao diante hirá declarado, as

ter em Capitania; Da qual lhe fasso merçe de Juro, e herdade para todo sempre, e quero e me praz que o ditto Luis de Abreu de Freitas, e todos seos herdeiros, e successores que a ditta Capitania herdarem, e succederem, se possão chamar e chamem Capitães Geraes, e Governadores della; E outrosim lhe faço Doação, e merce de juro, e herdade para todo sempre para elle Luis de Abreu de Freitas e seos descendentes, e successores no modo sobredito da jurisdição çível e crime da ditta Capitania, da qual elle Luis de Abreu de Freitas, e seos herdeiros e successores uzarão, depois que na ditta Capitania estiver feita hua Villa povoada com trinta moradores, na forma e maneira seguinte; convem a saber. § Poderá por sy e por seu ouuidor eztar a elleyção dos Juizes, e officiaes, e alimpar, e apurar as pautas, e passar Cartas de Confirmação aos dittos Juizes, e officiaes, os quaes se chamarão pello dito Capitão, e governador, e elle porá ouuidor, que poderá conhecer de acções nouas dez legoas donde estiuer, e das Appellações, e Aggrauos, e conhecerá em toda a ditta Capitania, e gouernança della, e os ditos Juizes darão Appellação para o ditto seo ouuidor nas quantias que mandão minhas ordenações, e do que o ditto seo ouuidor julgar assy por acção noua, como por Appellação e Aggrauo sendo em cauzas cíveis, não haverá Appellação nem Aggrauo até a quantia de cem mil reis, e dahy para sima dará Appellação á parte, que quizer appellar, e nos cazos crimes. Hey por bem que dito Capitão, e governador, e seo ouuidor tenham jurisdição, e alçada de morte natural incluzive em Escravos, e gentios; e assy mesmo em piões christãos e homens livres em todos os cazos, assy para os absoluerem, como para os condenar sem haver Appellação nem Aggrauo; e porem nos quatro casos seguintes conuem a saber Eregia, quando o Heretico lhe for entregue pello Ecclesiastico, Traição, sudomia, e moeda falça, terá alsada em

toda a pessoa de qualquer calidade que seja para condenar os culpados à morte, e dar suas sentenças á execução, sem haver Appellação nem Aggravo; e porem nos ditos quatro casos, para absolver de morte, posto que outra penna lhe queirão dar menos de morte, posto que outra penna lhe queirão dar menos de morte, darão Appellação e Aggravo e Appellará por parte da justiça, e naç pessoas de mayor calidade terá alsada de dez annos de degredo e o de cem cruzados penna sem Appellação nem Aggravo. § E outrosy me praz que o dito seu ouuidor possa conhecer das Appelações e Aggravos que a elle houverem de hir em qualquer Villa, ou lugar da ditta Capitania, em que estiver posto que seja muyto apartado desse lugar, aonde assy estiuer com tanto que seja da propria Capitania, e o ditto Capitão e governador poderá por Merinho dante o ditto seo ouuidor, e escrivães e outros quaesquer officiaes neçessarios e costumados nestes Reynos, assy na Correição da Ouvidoria, como em todas as Villas, lugares da ditta Capitania, e governança, e serão o ditto Capitão e Gouernador, e seus successores obrigados quando a ditta Capitania for pouuada, em tanto creçimento, que seja neçessario outro ouuidor de o pôr aonde por my, ou por meus successores for ordenado § outrosim me praz que o ditto Capitão Gouernador, e todos os seos successores possão por sy fazer villas, todas e quaesquer pouoações, que se na ditta Capitania fizerem, e lhes a elles parecer, que o deuo ser as quaes se chamarão villas e terão termo, jurisdição, liberdades, e ensignias de villas, segundo forma e costume de meus Reynos, e as ditas villas senão poderão fazer menos espaço de seis legoas, hua da outra. para que possa ficar ao menos tres legoas de terra de termo a cada hua das dittas villas, e ao tempo que se ellas fizerem, em cada hua dellas se lemitarão, e essinarão logo termos para ellas e depois não poderão da terra, que as-

sim tiverem dada por termo, fazer outra villa sem minha licença § outrosim me praz, que o ditto Capitão, e Governador e todos os seus successores a que esta Capitania vier, possam novamente crear e prouer por suas Cartas os Tabaliões do publico, e judicial que lhes parecer neçessarios nas villas, e povoações da mesma Capitania, assy agora como pello tempo adiante, e lhes darão suas Cartas assignadas e çelladas por elles com seus sellos e lhes tomarão juramento que siruão seus officios bem, e verdadeiramente, e os de Tabaliões seruirão pellas dittas suas Cartas, sem mais tirarem outras de minha Chancelleria, e quando os dittos officios vagarem por morte ou renunçiação ou por erros, de se asy he os poderão isso mesmo dar e lhes darão os Regimentos por onde hão de seruir conforme os de minha Chancelleria; E hey por bem que os dittos Tabaliões se possam chamar, e chamem pello ditto Capitão, e Governador, e lhes pagarão suas penções segundo forma do foral da ditta terra das quaes penções lhe assy mesmo faço doação e merçe de juro, e herdade para todo sempre § Outrosy lhe fasso doação e merçe de juro, e herdade para sempre das Alcaydarias mores de todas as dittas villas, e pouoações da ditta Capitania com todas as rendas, direitos, foros, e tributos que a ellas pertenserem segundo he declarado no foral, as quaes o ditto Capitão, e Governador e seus successores haverão e arecadarão para sy, no modo, e maneira no ditto foral contheudo segundo forma delle, e as pessoas a que as dittas Alcaydarias mores forem entregues da mão do ditto Capitão, e Governador, elle lhes tomará a menagem dellas, segundo forma de minhas ordenações. § Outrosim me praz por fazer merçe ao ditto Luis de Abreu de Freitas e a todos seus successores, a que a ditta Capitania vier de juro, e herdade para sempre que elles tenham, e hajão todas as moendas de agoas, marinhas de sal, e outros quaesquer Engenhos de qualquer calidade

que seião, que na ditta Capitania e Governança se podem fazer ; e Hey por bem, que pessoa algũa não possa fazer as ditas moendas, marinhas, nem engenho, senão o ditto Capitão, e Governador, ou aquelles a quem para isso der licença, de que lhe pagará aquelle foro, ou tributo, que se com elle consertarem. § Item o ditto Capitão, e Governador nem os que pós elle vierem não poderão tomar terra algũa sesmaria na ditta Capitania para sy, nem para sua mulher, nem para filho herdeiro della, antes darão e poderão dar e repartir todas as dittas terras de sesmaria, a quaesquer pessoas de quaesquer calidade, e condições que seião, e lhes bem parecer livremente, sem foro, nem direito algum, e sómente o dizimo a Deos, que serão obrigados a pagar á ordem de Christo de tudo o que nas dittas terras houver, segundo he declarado no foral, e pella mesma maneira as poderão dar, e repartir por seus filhos fora do Morgado, e assy por seus parentes, e, porem aos dittos seus filhos, e parentes não poderão dar mais terra da que derem, ou tiverem dada a qualquer outra pessoa estranha, e todas as dittas terras que assy der de sesmarias, a hũs e outros será conforme a ordenação das sesmarias, e com a obrigação dellas, as quaes terras o ditto Capitão, e Governador, nem por seus successores, não poderão em tempo algum tomar para sy, nem para sua mulher, nem para filho herdeiro, como ditto he, nem pollas em outrem para depois virem a elles por modo algum, que seja e sómente as poderão haver por titulo de compra verdadeira das pessoas, que lhas quizerem vender passados oito annos, depois de as taes terras serem aproveitadas, de outra maneira não § Item outrosy lhe faço Doação e merçe de juro, e herdade para sempre da meya dizima do pescado da ditta Capitania que he de vinte pexes hum, que tenho ordenado que se pague allem da dizima inteira, que pertencer a ordem, segundo no foral he declarado, a qual meya

dizima será do pescado que se mattar em toda a ditto Capitania § Outrosy lhe faço Doação de juro, e herdade para sempre da redizima de todas as rendas, e direitos, que a ditto ordem, e a my de direito na ditto Capitania pertencerem, convem a saber, que de todo o rendimento, que á ditto ordem, e a my couber, assy dos dizimos, como de quaesquer outras rendas, ou direitos, de qualquer calidade que sejam haja o ditto Capitão, e Governador, e seus successores hua dizima que he de dez partes hua. § Item outrosim me praz, por respeito do cuydado que o ditto Capitão e Governador, e seus successores hão de ter de guardar, e conservar o pao Brazil, que na ditto Capitania houver, de lhe fazer merçe, e doação de juro, e herdade para sempre da vintena, para do que liquidamente render para my forro de todos os custos o pao Brazil que se da ditto Capitania trazer a este Reyno, e á conta do tal rendimento se fará na Casa da Mina desta Cidade de Lisboa aonde o ditto pao Brazil ha de vir e na ditto Casa tanto que o ditto pao Brazil for vendido e arecado o dinheiro delle lhe será logo pago e entregue em diheyro de contado pelo Feytor, e officiaes della aquillo que por boa conta na ditto vintena montar, e isto porque todo o pao Brazil, que na ditto Capitania houver ha de ser sempre meu, e de meus successores, sem o ditto Capitão, nem outra pessoa algũa poder tractar nelle, nem vendello para fora, e sómente poderá o ditto Capitão e assy os moradores da ditto Capitania aproveitarçe do ditto pao Brazil na terra no que lhes for necessário, segundo he declarado no foral e tractando nelle ou vendendo-o para fora, encorrerão nas pennas contheadas no ditto foral. § Item outrosy me praz fazer merçe ao ditto Capitão, e seus successores de juro, e herdade, para sempre, que de todos os Escrauos, que elles resgatarem e houverem nas terras da ditto Capitania possam mandar a este Reyno quarenta, e oito peças cada anno para faze-

rem dellas o que lhes bem vier, os quaes Escrauos virão ao porto da Cidade de Lisboa, e não a outro algum, e mandarão com elles certidão dos officiaes da ditta Capitania de como são seos, pella qual certidão lhes serão despachados os dittos Escrauos forros, sem delles pagarem direitos algũs nem cinco por cento, e allem destas quarenta e oito peças, que assy cada anno poderão mandar forros. Hey por bem que possão trazer por marinheyros, e gorumetes em seus navios todos os Escrauos, que quizerem, e lhes forem necessários; § Item outrosy me praz por fazer merçe ao ditto Capitão, e seus successores, e assy aos vizinhos, e moradores da ditta Capitania, que nella não são em tempo haver direitos de çizas, nem imposições, çabarias, tributo de sal nem outros algũs direitos, nem tributos de qualquer calidade que seja saluo aquelles que por bem desta Doação, e do foral ao presente são ordenados que haja. § Item esta Capitania, e Gouernança, rendas e bens della; Hey por bem, e me praz, que se herde, e succeda de juro, e herdade para todo sempre pello ditto Capitão, e Governador, e seus descendentes Filhos e Filhas légitimos com tal declaração que emquanto houver filho legitimo varão no mesmo grao não succeda a filha posto que seja de mayor idade, que o filho, e não havendo macho, ou havendo o, e não sendo então propinquo grao o ultimo possuidor, como a femea, que então succeda a femea, e emquanto houver descendentes legitimos machos, ou femeas não succeda na ditta Capitania bastardo algum, e não havendo descendentes macho ou femea legitimos, então succederão os bastardos machos, e femeas, succederão pella mesma ordem dos legitimos, primeiro os machos, e então os femeas em igual grao, com tal condição que se o possuidor da ditta Capitania a quizer antes deixar a hum parente transversal que aos descendentes bastardos, quando não tiver legitimos o possa

fazer, sendo o tal transversal descendente do ditto Luis de Abreu de Freitas, e não havendo descendentes, machos nem femeas, legitimos nem bastardos, da maneira que ditto he em tal cazo succederão os ascendentes machos e femeas, primeiros os machos, e em defeito delles as femeas e não havendo descendentes, nem ascendentes, succederão os transversaes pello modo sobredito primeiro os machos, que forem em igual grao e depois as femeas; E no cazo dos bastardos o possuidor poderá se quizer deixar a ditta Capitania a hum transversal legitimo; e tiralla aos bastardos posto que sejam descendentes do ditto Luis de Abreu de Freitas como ditto he; E isto Hey por bem sem embargo da ley mental, que diz, que não succederão femeas, nem bastardos, nem transversaes, nem ascendentes, por que sem embargo de tudo me praz que nesta Capitania succedão femeas, e bastardos, e transversaes, e ascendentes, do modo que he já declarado; § Item outrosy quero, e me praz que em tempo algum, se não possa a ditta Capitania Governança, e todas as couzas, que por esta Doação dou ao ditto Luis de Abreu de Freitas partir nem escambar, espedaçar, nem outro modo alhear, nem em casamento a filho ou A filha, nem a outra pessoa dar, nem partir, a Pay, ou filho nem a outra algũa pessoa relatiuo, nem para outra couza, ainda que seja mais piedoza, porque minha tenção, e vontade he que a ditta Capitania, governança e couzas ao ditto Capitão, e Governador por esta Doação dadas, andem sempre juntas, e se não partãem, nem alheneem, em tempo algum, e aquelle que partir, ou alheear, ou espedaçar ou a der em casamento ou para outra couza por onde haja de ser partida, ainda que seja mais piedoza, por este mesmo feito perca a ditta Capitania, e governança, e passe a ditta merçe, áquele quem houver de hir pella ordem de succeder, como se o tal que isto assy não cumprir fosse morto. § Item outrosy me

praz, que por caso algum de qualquer qualidade, que seja, que o ditto Capitão, e governador cometta, porque segundo o direito, e leys deste Reyno mereça perder a ditto Capitania, e governança, jurisdição, rendas, e bens della a não perca seu successor, salvo se for traidor á Coroa neste Reyno, e em todos os outros cazos, que cometer, será pugnido quanto o crime o obrigar, porem o seu successor não perderá por isso a ditto Capitania, e governança, jurisdição, rendas e bens della como ditto he. § Item outrosy me praz e Ey por bem que do ditto Luis de Abreu de Freitas, e todos os seus successores, a que esta Capitania, e governança, vier, uzem inteiramente de toda a jurisdição, poder, e alsada nesta Doação contheuda, assim, e da maneira que nella he declarado, e pella confiança, que delles tenho, que governarão nisso tudõ o que cumprir ao seruiço de Deos, e meu, bem do povo, e o direito das partes. Hey outrosy por bem, e me praz, que nas terras da dita Capitania não entrem, nem possa em tempo algum entrar corregeador, nem alçada, nem outras algũas justiças para nellas usarem de jurisdição algũa por nenhua via nem modo que seja, nem menos será o ditto Capitão suspenço da ditto Capitania, governança e jurisdição della; E porem quando o ditto Capitão cahir em algum erro, ou fizer couza porque mereça e deua ser castigado, Eu, e meus successores o mandaremos vir a nós para ser ouuido de sua justiça, e lhe ser dada aquella penna, e castigo que de direito por tal caso mereçer. § Item outrosy quero, e mando que todos os herdeiros, e successores do ditto Luis de Abreu de Freitas, que esta Capitania herdarem e nella succederem, por qualquer via que seja se chamem de Abreu e Freitas, e tragam as armas dos Abreus e Freitas, e se algum delles isto não cumprir, Hei por bem que por este mesmo cazo perca a ditto Capitania, e successão della, e passe logo directamente áquelle a que de direito hauia de

hir, se este tal, que isto assy não cumprio fosse morto. § Esta merçe faço ao ditto Luis de Abreu de Freitas como Rey, e senhor destes Reynos, e assim como governador, e perpetuo Administrador, que sou, da Ordem, e Cavallaria do Mestrado de Nosso Senhor Ihs Christo; E por esta presente Carta lhe dou poder, e authoridade, que elle por sy, e por quem lhe parecer possa tomar, e tome a posse real, corporal, e actual das terras da ditto Capitania, gouernança, rendas e bens della, e de todas as mais couzas, contheudas nesta Doação, e uze de tudo inteiramente, como nella se conthem, a qual Doação Hey por bem quero, e mando, que se cumpra, e guarde em todo, e por todo com todas as clauzulas, condições e declarações nella contheudas, e declaradas, sem diminuição, nem desfalecimento algum, e por todo o que ditto he, derrogo a ley mental, e quaesquer outras leys, e ordenações de direito, glozas e costumes que em contrario disto haja, ou possa haver, por qualquer via, e modo que seja posto que sejam taes, que seja necessario serem aqui expressas, e declaradas de verbo ad verbum, sem embargo da ordenação do L.º 2.º tt.º 40; em contrario, que diz, que quando as taes leys, e direitos derogarem se faça expressa menção dellas, e da sustancia dellas. E por esta prometo ao ditto Luis de Abreu de Freitas, e a todos seus successores, que nunca em tempo algum vá, nem consinta hir contra esta minha Doação, e merçe em parte, nem em todo; E rogo, e encomendo a todos os meus successores lha cumprão e mandem cumprir, e guardar; E assy mando a todos os meus Corregedores, Desembargadores, ouvidores, juizes, e justiças, officiaes, e pessoas de meus Reynos, e senhorios, que cumprão, e guardem, e fassão cumprir, e guardar esta minha Carta de Doação, e todas as couzas nella contheudas, sem a isto lhe ser posto duvida, embargo, nem contradição algũa, porque assy he minha merçe. § E Hey outrosy por bera

de fazer merçe ao ditto Luis de Abreu de Freitas da doação da dita Capitania com as declarações seguintes, que usará em tudo o ditto Capitão, e governador, e seu ouvidor do Regimento, e Prouisões, que se passarem aos governadores, e ouvidores do Estado do Maranhão, e que posto que se diga nesta Carta que poderá mandar cada anno a este Reyno o ditto Capitão, e governador, e seus successores quarenta, e oito Escrauos dos que resgatarem, e houverem nas terras da ditta Capitania para delles fazerem o que lhe bem estiuer, lhe não confirmo esta condição por estar prohibida a trazida dos dittos Escrauos a este Reyno por hua Prouisão do Senhor Rey Dom Sebastião, que santa gloria haja feita a vinte de Março de mil quinhentos, e settenta; e quanto a alsada que por esta Doação se concede ao ditto Capitão, e Governador em piões. O cristão liures até morte natural: Hey por bem que haja nella Appellação para a mor alsada, e que nos quatro cazos nella declarados haja outrosy Appellação para a mor alsada em toda a pessoa de qualquer qualidade que seja; E no tocante á clauzula que diz, que na ditta Capitania não entrará Corregedor, nem alsada, nem outras algũas justiças: Hey outrosy por bem, que Eu, e meus successores, sem embargo da ditta clauzula possamos mandar corregedor com alsada á ditta Capitania, quando nos parecer necessario, e cumprir a meu seruiço e á boa governança da ditta Capitania: E com estas declarações, e limitações, mando que esta ditta Carta se cumpra, e guarde inteiramente como nella se conthem; pello que mando ao meu Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão e a todos os mais Ministro da justiça, e fazenda delle, a que pertenser, que com as dittas declarações e limitações cumprão, e guardem esta minha Carta muyto inteiramente, como nella se conthem, e em sua conformidade dem posse ao ditto Luis de Abreu de Freitas da ditta Capitania, e terras della na for-

ma declarada nesta Doação, que lha cumprão, e guardem, e fação inteiramente guardar, e cumprir, como nella se conthem, sem duvida nem contradição algũa, a qual se registará nos livros da Camara da Cidade de São Luis Cabeça do Estado do Maranhão, e nas mais partes aonde for necessário, a qual por firmeza de tudo lhe mandei passar por my assinada e sellada do meu sello de Chumbo pendente. E deu fiança no Liuro dellas a folhas duzentas e vinte sete verço, a pagar o que deuer de nouos direitos: Dada na Cidade de Lisboa a trinta e hum de janeiro. Manoel Pinyeyro da Fonseca a fez: Anno do nascimento de Nosso Senhor Ihs Christo de mil seis çentos outenta, e çinco. O Secret.º Andre Lopes de Sousa a escreveu.

El Rey

Conde de Val de Reis

Carta de Doação porque V. Mag.^{de} faz m.^{ce} a Gaspar de Abreu de Freitas de vinte legoas de terra no Estado do Maranhão no Çitio do Rio Xingū, comessando em a entrada do ditto Rio á mão esquerda, para seu filho Luis de Abreu de Freitas as ter em Capitania de juro, e herdade para sempre fora da ley mental com o titolo de Capital g.^{al} e gou.^{or} e q tendo nella feito huã villa pouuada com trinta moradores, uze de toda a jurisdição çível, e crime que lhe he concedida com as clauzulas, e derrogações. Como nesta se declara.

Para V. Mag.^{de} ver:

Por Decreto de S. Mag.^{de}
de 3. de Ag.^o de 1684; e
22; de Jan.^o de 685. e
Desp.^o do Conç.^o de 3. de
Outr.^o de 684.

gratis

M. João de S Rosas e Az.

Pg nada porquanto deu fiança a pagar dentro em seis mezes o q constar estiuier a deuer Lx.^a 6 feu.^o de 685.

Dom Seb.^{am} Mat.^o

Reg.^{da} nos L.^{os} de officios da Secre.^{ra} do Cons.^o Ultramarino.
a fls 33 en Lo.¹ 6 de feu.^o de 685.

Andre Lopes de Sousa

Reg.^{da} na Chans.^{ia} mor do Rñ e Cortes em o Liuro das Doaçoes de fls 302.

M.^{el} Da Roxa Reg.^o

Rea assentada nos Liuros das m.^{ces} Lx.^a 6. de feu.^o de 1685. e pag. nada.

Jeronimo Soares

(Cópia do Original pertencente ao Sr. Clado Ribeiro de Lessa. 4 fls. em pergaminho, em perfeito estado, escritas em 7 lados).

ÍNDICE COMPLETO

	págs.
Prefácio	5
Índice	7
A CONTRIBUIÇÃO DE PORTUGAL À FORMAÇÃO AMERICANA	9
Conclusão	14
ENSINO E CONCEITO DE HISTÓRIA DA AMÉRICA	15
1. O ensino da História da América no Brasil	15
2. "O Pan-Americanismo na História"	19
3. "Bases da História da América"	23
BASES DA UNIDADE NACIONAL	33
BRASIL SOCIAL (1500-1640)	39
I. Introdução	39
II. Os pródromos da colonização	41
a) Degredados e homiziados	43
b) Martim Afonso de Souza e S. Vicente	52
c) Capitâneas hereditárias	55
III. Donatários e colonos	57
1. Pernambuco	57
a) Duarte Coelho e seus sucessores	57
b) Os Alburquerque de Pernambuco	59
c) Colonos da Nova Lusitânia	61
d) Os holandeses no Nordeste	65
2. As outras capitâneas	70
IV. O Governo geral e sua ação social	72
1. Novos elementos humanos	72
a) Ex-donatários: altos funcionários	73
b) Governadores radicados no Brasil	75

c) Órfãs para casar	76
d) O clero regular	77
e) Os Jesuítas	78
f) A escravidão dos indígenas	82
g) O tráfico de africanos	83
h) Os cristãos-novos	83
i) Os estrangeiros	85
2. Fatores sociais do sistema administrativo	87
V. Conclusão	89
EDUCAÇÃO NO BRASIL COLONIAL	91
Conclusões	119
VIAÇÃO NO BRASIL COLONIAL	121
1. Pelas trilhas dos indígenas	121
2. Viação litorânea	121
3. O Caminho do Mar	122
4. Viação açucareira	123
5. Roteiros das Estradas e Bandeiras	124
6. Viação do gado	126
7. Viação das minas	127
8. Estradas da "marca" do Sul	129
9. Em defesa dos pontos extremos	130
10. A obra de três séculos	131
11. Grandes viagens do século XVIII	134
12. Conclusão	136
OS JESUÍTAS NO BRASIL COLONIAL	137
GUERRAS DO BRASIL COLONIAL (1504-1821)	154
1. Guerra contra os entrelopos franceses (1504-1532).	154
2. Conquista do Rio de Janeiro (1555-1567)	155
3. Ataques dos inimigos de Espanha (1583-1640)	156
4. Conquista do Maranhão (1613-1615)	158
5. Conquista da Amazônia (1616-1631)	158
6. Perda e recuperação da Bahia e do litoral do Nordeste (1624-1654)	159
7. Primeiro ataque à Colônia do Sacramento (1680-1681)	161

8.	Primeira Guerra da Guiana (1697-1700)	162
9.	Segundo ataque à Colônia do Sacramento (1704-1716)	163
10.	Corsários franceses no Rio de Janeiro (1710-1711)	163
11.	Terceiro ataque à Colônia do Sacramento (1735-1737)	164
12.	Guerra Guaránica (1752-1756)	165
13.	A Grande Guerra do Sul (1762-1777)	165
14.	A Pequena Guerra do Sul (1801)	167
15.	Ocupação de Caiena (1809-1817)	168
16.	Intervenções na Banda Oriental (1811 e 1816-1821)	168
UMA	EXPEDIÇÃO ESPANHOLA AO SUL DO BRASIL	
	(1559)	170
1.	Uma expedição quase desconhecida	170
2.	O litoral do Sul, de 1501 a 1556	174
3.	Organiza-se a expedição	179
4.	Capítulo de história trágico-marítima	185
5.	Novas informações de Rasquin	189
6.	Tentativas espanholas — realização luso-brasileira.	193
ALBUQUERQUES — SENHORES DE PERNAMBUCO.		197
	Albuquerque — Senhores de Pernambuco ...	197
MATIAS DE ALBUQUERQUE		202
1.	Os Albuquerque Coelho	203
2.	Capitão-mor de Pernambuco	205
3.	Governador-geral do Brasil	207
4.	Superintendente da Guerra, Visitador e Fortificador das Capitânicas do Norte	211
5.	O General do Arraial do Bom Jesus	221
6.	Governador das Armas do Alentejo	229
ANEXOS		240
1.	Carta de Matias de Albuquerque ao Conde de Castro, sobre negócios do Brasil	240
2.	Informação de Matias de Albuquerque, sobre a "diminuição dos frutos do Brasil"	242
3.	Informação de Matias de Albuquerque, sobre as "Capitânicas do Brasil e do que contém, rendem e despendem"	245

BENTO MACIEL PARENTE — SOLDADO, SERTANISTA E ADMINISTRADOR	252
1. Mocidade militar no Nordeste	253
2. Sertanista na Bahia e São Vicente	257
3. Capitão da conquista do Maranhão	258
4. Capitão de entradas no Maranhão e Pará	259
5. Capitão-mor do Grão-Pará	263
6. Conselheiro das encomendas e da criação de capitã- nias	270
7. Capitão da defesa de Pernambuco	277
8. Donatário da capitania do Cabo do Norte	278
9. Governador e capitão-general do estado do Mara- nhão	282
10. O soldado, o sertanista e o administrador	289
QUANTO CUSTARAM A PORTUGAL OS SOCORROS ENVIADOS AO BRASIL EM 1630-1632	292
A ÚLTIMA CAPITANIA HEREDITÁRIA DO BRASIL (1685)	300